

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

outubro de 2020 a janeiro de 2021

v. 28, n. 3

SEÇÃO TEMÁTICA
LITERATURA E MUNDO RURAL

SAÚDE NO CAMPO

TERRITÓRIO E ÁGUA

SEMIÁRIDO

MULHER AGRICULTORA

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

ISSN@ 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580

SEÇÃO TEMÁTICA
LITERATURA E MUNDO RURAL

SAÚDE NO CAMPO
TERRITÓRIO E ÁGUA
SEMIÁRIDO
MULHER AGRICULTORA

outubro de 2020 a janeiro de 2021

v. 28, n. 3

Estudos Sociedade e Agricultura

Revista quadrimestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural

Outubro de 2020 a janeiro de 2021, volume 28, número 3

ISSN digital 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS)

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara; Vice-reitor: Luiz Carlos de Oliveira Lima

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Alexandre Fortes

Chefe do DDAS: Carmen Andriolli

Coordenadora do CPDA: Leonilde Servolo de Medeiros

Editores: Raimundo Santos e Georges Flexor

Conselho editorial: Adonia Antunes Prado (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Angela Mendes de Almeida (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Antonádia Monteiro Borges (Universidade de Brasília), Berthold Zilly (Universidade Federal de Santa Catarina), Eli Napoleão de Lima (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Eric Sabourin (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Dével, UMR ART-Dev), Francisco Carlos Teixeira da Silva (Escola de Comando e Estado Maior do Exército), Gian Mario Giuliani (Universidade Federal do Rio de Janeiro), John Wilkinson (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), José Antonio Segatto (Universidade Estadual Paulista), Josefa Salete B. Cavalcanti (Universidade Federal de Pernambuco), Lena Lavinias (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marcos Botton Piccin (Universidade Federal de Santa Maria), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Universidade Federal de Pernambuco), Maria José Carneiro (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Marie France Garcia-Parpet (Centre de Sociologie Européenne/École des hautes Études en Sciences Sociales), Maria Stela Grossi Porto (Universidade de Brasília), Michel Zaidán (Universidade Federal de Pernambuco), Nelson Delgado (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Regina Novaes (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Ricardo Abramovay (Universidade de São Paulo), Roberto José Moreira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (Universidade Federal de Alagoas), Sônia Maria Bergamasco (Universidade Estadual de Campinas), Susana Cesco (Universidade Federal Fluminense), Vera Mariza de Miranda Costa (Universidade de Araraquara), Vicente Palermo (Universidad de Buenos Aires) e Zander Soares Navarro (Universidade Federal de Viçosa).

Assessoria Editorial: Peter May (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e Dora Vianna Vasconcellos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Assistente Editorial e Comunicação: Delcio Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Revisão: Vania Santiago

TI e Administração Web: Diego Jesus de Oliveira (InfoInterativa)

Apoio: Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Av. Presidente Vargas, 417 – 6º a 10º andares – Centro – CEP 20071-003 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: +55 (21) 2224-8577

Editoria: estudoscpda@gmail.com

Revista ESA on-line: <https://revistaesa.com/>

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

v. 28, n. 3, outubro de 2020 a janeiro de 2021

Sumário

Seção temática

- 502 *Introdução à seção temática: Literatura e Mundo Rural*
Raimundo Santos, José Antonio Segatto
- 508 *Interpretando Antares – um laboratório das relações político-sociais à brasileira*
Cleyton Gerhardt
- 550 *Graciliano Ramos (1892-1953): breve abordagem sobre interpretações*
Eli Napoleão de Lima
- 571 *Entre a denúncia e o fatalismo: natureza, sociedade e sertanejos-retirantes na literatura que evoca o Nordeste das secas*
Liduina Farias Almeida da Costa
- 594 *Cornélio Pires e o mundo caipira relido e encenado por Soffredini*
Lígia Rodrigues Balista
- 624 *Os (re)significados do sertão em ‘Outros Cantos’ de Maria Valéria Rezende*
Renata Cristina Sant’Ana

Artigos

- 644 *Políticas públicas de saúde do homem do campo no semiárido nordestino*
André Luiz Abrantes Oliveira, Bertulino José de Souza
- 676 *Antagonismo e reciprocidade na (re)afirmação identitária dos geraizeiros: luta por território e água no norte de Minas Gerais*
Jonielson Ribeiro de Souza, Sérgio Sauer
- 700 *A seca no cotidiano: agricultura familiar e estiagem em comunidades rurais do gerais de Januária, MG*
Gildarly Costa da Cruz, Eduardo Magalhães Ribeiro,
Vanessa Marzano Araújo, Thiago Rodrigo de Paula Assis
- 721 *Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia*
Diocélia Nascimento, Dalva Maria da Mota

Table of contents

Thematic section

- 502 *Introduction to the thematic section: Literature and Rural World*
Raimundo Santos, José Antonio Segatto
- 508 *Interpreting Antares – a laboratory of Brazilian political-social relations*
Cleyton Gerhardt
- 550 *Graciliano Ramos (1892-1953): brief approach on interpretations*
Eli Napoleão de Lima
- 571 *Between denunciation and fatalism: nature, society and “sertanejos-retirantes” in the literature that evokes the Northeast of the droughts*
Liduina Farias Almeida da Costa
- 594 *Cornélio Pires and the caipira world reread and staged by Soffredini*
Lígia Rodrigues Balista
- 624 *The (re)signification of sertão in Outros Cantos by Maria Valéria Rezende*
Renata Cristina Sant'Ana

Articles

- 644 *Public health policies for rural men in the Northeastern semi-arid region*
André Luiz Abrantes Oliveira, Bertulino José de Souza
- 676 *Antagonism and reciprocity in the (re)statement of geraizeiros' identity: fight for territory and water in northern Minas*
Jonielson Ribeiro de Souza, Sérgio Sauer
- 700 *Drought in daily life: family farming and drought in rural communities in the “gerais” of Januária, MG*
Gildarly Costa da Cruz, Eduardo Magalhães Ribeiro, Vanessa Marzano Araújo, Thiago Rodrigo de Paula Assis
- 721 *Women in oil palm cultivation in Pará: possibility of autonomy*
Diocélia Nascimento, Dalva Maria da Mota

Introdução à seção temática: Literatura e Mundo Rural

DOI: 10.36920/esa-v28n3-1

Editores

 Raimundo Santos¹ |  José Antonio Segatto²

A seção temática “Literatura e Mundo Rural” teve como foco os escritores voltados ao mundo rural. O seu objetivo também era estimular o debate sobre a problemática da relação entre ciências sociais e literatura.

No passado bem distante, quando as ciências sociais ainda não ofereciam estudos metódicos, a literatura, em sentido amplo da palavra, então se confundia com aquela que ficou conhecida como literatura social, identificável com determinados textos de ficção, alguns deles bem chamativos.

Anunciam-se, como delimitação dessas manifestações, os seguintes princípios:

1. Pode-se referir às teorias epistemológicas clássicas e às ciências sociais como formas excepcionais de recepção e reprodução do movimento do real ou reflexo e reflexão das relações sociais, ao expressar a existência, a experiência e a condição humana.
2. Tomando essa compreensão como premissa, as ciências sociais, como modalidade científica, têm modos específicos de reprodução e recepção dos fatos sociais os mais variados. Ciências sociais e ficção com linguagens e formas (artística e científica) distintas, ambas têm uma função cognitiva fundamental.
3. O texto literário confere a qualquer representação uma nota subjetiva. As ciências sociais se voltam aos fenômenos concretos, à interpretação de processos reais e a eventos de dimensões complexas.
4. A subjetividade do texto literário provém de elementos estilísticos, retóricos, dramaturgos e artísticos que se estendem à transcendência.

¹ Professor do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: raimundo.santos@gmail.com.

² Professor Titular da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCL/Unesp). E-mail: segatto@fclar.unesp.br.

Longa trajetória de configurações e reconfigurações de temas e questões ocorridas em estudos de Raimundo Santos no curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Desenvolvimento (CPDA) mostra como e aonde se chegou à convocatória do edital desta Seção Temática. Ela teve a participação do professor José Antonio Segatto, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP-campus de Araraquara), que produziu e publicou textos historiográficos tematicamente diversos, sendo o mais conhecido deles o que escreveu sobre a revolução burguesa no Brasil. Ultimamente, Segatto também tem trabalhado com pesquisas e publicado textos sobre literatura, como se pode ver nos seus livros a serem citados mais à frente.

É preciso uma primeira correlação entre a literatura e as problemáticas antigas do cientista político Raimundo Santos, pesquisador nas Linhas de Pesquisa Pensamento Social e Movimentos Sociais do CPDA. O professor Santos enfrentou a questão de se o alcance heurístico do Pensamento Social segue intuito epistemológico ou exegético. Seus estudos, dedicados ao exame de clássicos brasileiros, vieram mostrar que tanto a literatura propriamente dita quanto o ensaio contribuem para conhecer grupos sociais, folclore e outras expressões socioculturais.

É preciso anotar as produções dos editores, visando situar o seu pensamento como terreno sinalizador do tipo de formulação do edital da seção temática.

Nesse sentido, o mais importante livro de Raimundo Santos, chamado *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira* (obra que recebeu o prêmio “Biblioteca Nacional 2001”, e que também foi publicado nesse mesmo ano pela editora Mauad, em colaboração com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – Faperj). Mencionem-se os livros *Sociedade e literatura no Brasil*, organizado por José Antonio Segatto e Ude Baldan, e *Cultura política e democracia e Política, relações sociais e cidadania*, ambos de autoria do primeiro autor.

Voltando ao problema da delimitação das manifestações, há mais traços a apontar. O primeiro é que ainda se faz necessário dizer que ciências sociais e obra de ficção são expressões, cuja validade conta com diferença que lhe dá especialidade. Qualquer um desses gêneros – científico, ensaístico e ficcional – são atividades para obter fins, principalmente as ciências sociais, cujo objetivo é ampliar saber especializado. Entretanto, com perda da visão de conjunto e interpretação, como dissera, em 1973, Florestan Fernandes. Ou mesmo para criar atividade para estudiosos fazerem ciência social em si, isto é, trabalhar a própria ciência social.

Outrossim, observam-se configurações tanto para referir-se ao ensaio quanto ao texto ficcional. O primeiro a dizer, como lugar de labor historiográfico, é que o ensaio

pode ter formato em matéria documental. Há na ficção versão para testemunhar determinado realce, com recurso ao emocional, como se verá adiante na apresentação desta seção temática.

O fio por onde se divisam os objetivos da Seção Temática passa pelos anos em que Raimundo Santos se dedicou no CPDA à história das ideias, tendo nos últimos tempos trabalhado com história intelectual que lhe que vem propiciando problematização de clássicos do Pensamento Social brasileiro. Assim, essa trajetória evolutiva de Raimundo Santos ocupa páginas adiante com bastante detalhes, com vistas, repita-se, a assentar, mediante seu ativismo temático-investigativo, os principais lineamentos da proposição do edital desta Seção Temática.

Nessa perspectiva, é preciso conferir importância a reconfigurações de problemáticas e abertura de pesquisa. Em primeiro lugar, refiram-se dois acontecimentos ocorridos na linha de pesquisa do CPDA, na qual opera Raimundo Santos. O primeiro lugar é a criação do Grupo de Pesquisa no CNPQ “Pensamento social e cultura política”, coordenado pelo mesmo professor. Nesse grupo, foram desenvolvidas investigações sobre a história das ideias de agraristas brasileiros, como as de Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães.

Também se começou a estudar autores camponeses, como José de Souza Martins, cujo *constructo* foi organizado na Sociologia, com recurso a categorias marxianas. E orientaram-se diferentes movimentos sociais (principalmente as Ligas Camponesas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST), e ainda se orientou tese na qual se fez comparação entre a CONTAG e o MST em termos da socialização das maiores experiências e aprendizado político apresentados pela primeira entidade sindical.

Na busca de um horizonte, realizou-se um segundo trabalho entre alunos e professores de ampliação intelectual, como fez Raimundo Santos ao reexaminar o pensamento de Caio Prado Jr. a partir da sua militância. Assim também se tem trabalhado com Gilberto Freyre, realçando suas atividades políticas, desde que se elegeu para a Constituinte em 1945 e depois permaneceu como deputado federal até completar o mandato.

Doutra parte, despertou interesse observações sobre área de moradia *rurban*, oriundas da própria Inglaterra. Gilberto Freyre incluiu na sua gramática da interpenetração dos contrários, fundada em *Casa Grande & Senzala* (1933), o conceito de *rurban*, com vistas a marcar, segundo proposições do seu livro, a civilização que pensava ver no Brasil.

Nos anos 1950, Freyre anunciou a tese da rurbanização, com a qual irá se opor a ideias de mudança social: a da revolução, a das reformas agrárias de medidas parciais; ou ainda, no caso de Ignacio Rangel, de reforma agrária nos aspectos não agrícolas.

Tem-se desenvolvido pesquisas no contexto do referido projeto dirigido no CPDA pelo professor Raimundo Santos, chamado “Mediações e política”. No registro da problemática cidade/campo, publicaram-se textos opostos à civilização urbana, inclusive em obras representativas da literatura brasileira. É interessante ver *Os Sertões* em busca da nacionalidade, que eram parte da nação esquecida. E diga-se que, desde essa época, os moradores de rua e os sem-teto crescem nas cidades brasileiras.

A tensão entre atraso e progresso caracteriza não só *Os Sertões* como grande parte de obra ensaística e textos ficcionais. Já que esses últimos transcendem a finitude de que se revestem personagens reais, e para quem os ver no romance, no conto e na poesia parecem figuras vivas de imaginação tangível.

A ficção, a poesia, o ensaio e, mais tarde, a fotografia e o filme serviram como fontes aptas a informar e a interpretar tanto a estrutura social quanto a mentalidade de populações marginalizadas, principalmente rurais, incluindo a visão que delas tinham os letrados enigmáticos cidadãos. Em diálogo intertextual, visou-se à construção da nacionalidade que tanto ocupou o Pensamento Social brasileiro. A tensão entre atraso e progresso tornou-se característica de numerosos textos ensaísticos.

Sublinhe-se o fato de que Raimundo Santos seguia o viés dos seus estudos desenvolvidos nos anos 1980. Houve transfiguração temática que passou a focalizar mediadores operantes no meio agrário e rural no sentido mais ampliado dessas noções.

Os mediadores se movem através de grupos sociais, seu agir não sendo determinado por efeito de estrutura econômica nem prefigurado por processos sociológicos sem controle do próprio ator.

Convém lembrar que, associado à problemática da função social dos intelectuais com a qual Raimundo Santos chegou em 1989 ao CPDA, esse tipo de tematização dos mediadores requereu abordagem diferenciada em relação à bibliografia de ciências sociais já bastante firmada no país.

Em segundo lugar, foi preciso valorizar novas questões a pesquisar, sobremaneira abrir espaço para a orientação. Trata-se da pesquisa “Mediações e política”, que resultara de atividades de Raimundo Santos reunificadas em 2014 no CPDA. Essa investigação focalizou mediadores como agentes que seguem sistemas e diretrizes, definem metas, repertórios e se ligam a determinada cultura política.

Esclareça-se que cultura política tem dimensão nacionalmente gravitante quanto mais for duradoura, contando com contribuições de construções intelectuais do Pensamento Social brasileiro, que desempenham papel marcante no surgimento de uma cultura política, no caso, subcultura, pois referida ao mundo rural e a mudanças sociais.

Uma configuração que dispõe ao ensaio e a textos ficcionais pode ser considerada, no caso dos artigos selecionados pelos organizadores da Seção Temática, peças ficcionais emblemáticas quanto aos escritores apresentados nos textos selecionados.

Os editores da seção temática “Literatura e Mundo Rural” esperavam, durante o período do edital, receber contribuições que trouxessem novas abordagens e pontos de vista para as discussões sobre a literatura. A tais contribuições permita-se ver a reconstituição de uma atividade do saber ensaístico, ou, a partir de escritos ficcionais que, sem perderem sua natureza, igualmente buscam entender o rural, mesmo que esses conhecimentos advenham de textos literários. E quando aparece em narrativa como se fosse ensaio, pode-se ler uma história dinâmica escrita em textos ficcionais.

Estes são os artigos selecionados:

– *Interpretando Antares – um laboratório das relações político-sociais à brasileira*, de autoria de Cleyton Gerhardt, professor e pesquisador no Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Antares é um lugar onde se tem dito que o passado se apaga com borracha. Antares é um incidente, tendo Veríssimo muito a contar.

– *Graciliano Ramos (1892-1953)*: breve abordagem sobre interpretações, de Eli Napoleão de Lima, professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

– *Entre a denúncia e o fatalismo*: natureza, sociedade e sertanejos-retirantes na literatura que evoca o *Nordeste das secas*, de Liduina Farias Almeida da Costa, professora no Programa de Pós-graduação em Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Os escritores regionalistas se referem ao Sertão e às secas como se falassem de coisas próprias.

– *Cornélio Pires e o mundo caipira relido e encenado por Soffredini*, da autora Lígia Rodrigues Balista, que tem doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP).

– *Os (re)significados do sertão em ‘Outros Cantos’ de Maria Valéria Rezende*, cuja autora, Renata Cristina Santa’Ana, é doutoranda em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Referências bibliográficas

- LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- SANTOS, R. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.
- SANTOS, R. *Agraristas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- SEGATTO, J. A.; BALDAN, U. (Orgs.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1999.
- SEGATTO, J. A. *Cultura política e democracia*. Curitiba: CRV, 2020.

Como citar

SANTOS, Raimundo; SEGATTO, José Antonio. Introdução à seção temática: Literatura e Mundo Rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 502-507, out. 2020. DOI: <https://www.doi.org/10.36920/esa-v28n3-1>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Interpretando Antares - um laboratório das relações político-sociais à brasileira

DOI: 10.36920/esa-v28n3-2

 Cleyton Gerhardt¹

Resumo: *Incidente em Antares*, livro de Érico Veríssimo, divide-se em duas partes. A primeira, *Antares*, refere-se ao processo histórico de formação das relações político-sociais neste imaginário município do interior gaúcho. Já na parte do *Incidente* o autor remexe no submundo da vida privada brasileira. Em ambas, porém, adentra-se nos meandros tanto de um aparato público-institucional extremamente corrompido e decomposto como no interior daquela que seria a primeira instituição nacional, a família. Partindo da ideia de que, pensada historicamente, Antares pode ser lida como um laboratório social das relações político-sociais à brasileira, o artigo toma como objeto a primeira parte do livro para, através dos eventos e fatos apresentados, estabelecer um diálogo reflexivo com outros intérpretes do pensamento social brasileiro. Para tanto, visando preservar a coerência e ambiência históricas que inspiraram seu idealizador, a quase totalidade dos autores aqui selecionados ou escreveram antes da publicação do livro de Veríssimo, ou são seus contemporâneos.

Palavras-chave: interpretações de Brasil; pensamento social brasileiro; Incidente em Antares; mandonismo; coronelismo.

Abstract: (*Interpreting Antares – a laboratory of Brazilian political-social relations*). *Incident in Antares*, book by Érico Veríssimo, is divided into two parts. The first, *Antares*, refers to the historical process of formation of political-social relations in this imaginary municipality of Rio Grande do Sul's interior. In the *Incident* part the author exposes the underbelly of Brazilian private life. In both, however, the author examines carefully the intricacies of an extremely corrupt and decomposed public-institutional apparatus, as if it were the interior of what could be the first national institution, the family. Starting from the idea that *Antares* can be historically read as a social laboratory of Brazilian political-social relations, the article takes as object the first part of the book so as to establish, through the events and facts presented, a reflective dialogue with other interpreters of Brazilian social thought. To this end, in order to preserve the historical coherence and ambience that inspired its creator, almost all the authors selected here either wrote before the publication of Veríssimo's book or are his contemporaries.

Keywords: interpretations of Brazil; Brazilian social thought; Incident in Antares; authoritarianism; *coronelismo*.

¹ Professor Adjunto e pesquisador no Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ). Doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: cleytonger@hotmail.com.

Introdução²

Como se sabe, *Incidente em Antares*, livro escrito por Érico Veríssimo, divide-se em duas partes. A primeira, *Antares*, refere-se ao processo histórico de formação e exercício do poder neste imaginário município do interior gaúcho desde os seus primórdios, por volta de 1830, até 1963. O que explica o tom narrativo que, mesmo entremeado por diálogos, domina. Já na parte do *Incidente*, embora persista a figura do narrador, as falas dos personagens crescem e ganham centralidade. Aqui Veríssimo, através de um evento fantástico, remexe no submundo da vida privada brasileira, com sua hipocrisia e dissimulação exposta e esmiuçada literalmente em praça pública. Em ambas, porém, adentra-se nos meandros tanto de um aparato público-institucional corrompido e decomposto como no interior mais profundo daquela que seria a primeira (e talvez mais importante) instituição nacional, a família, sendo ambos autopsiados em seus mínimos detalhes (e odores). De fato, pensada historicamente, *Antares* pode ser lida como um laboratório social das relações político-sociais à brasileira ou, como disse um de seus comentadores, “um microcosmo altamente representativo do macrocosmo” do país, com o autor usando-o para “estudar as personagens, instituições, mentalidades e leis gerais existentes e aplicáveis a todo país” (FRESNOT, 1977, p. 62).

Partindo desta constatação, tomo aqui como objeto a primeira parte de *Incidente em Antares* para, através dos eventos e fatos apresentados, estabelecer um diálogo reflexivo entre o mundo ficcional construído por Veríssimo e outros intérpretes do pensamento social brasileiro. Porém, não se trata de quaisquer intérpretes. Se o dito realismo mágico do livro confere vida a um universo *sui generis* cuja invenção narrativa se dá a partir da imaginação do autor, ela é também devedora de interpretações preexistentes e experiências de quem vivencia o que se passa no país numa certa época. Assim, seguindo a linha temporal do texto e visando preservar esta ambiência e coerência históricas, com quatro exceções,³ o restante dos autores escolhidos para dialogar com Veríssimo ou escreveram antes de publicado o livro, em 1971,⁴ ou são seus contemporâneos, sejam eles já consagrados ou iniciando seus escritos.⁵

² Uma primeira versão deste texto foi escrita em 2003 após cursar duas disciplinas oferecidas no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), sendo elas “Raízes agrárias da formação social brasileira” e “Política e sociedade no Brasil: comunidade, família e política”, respectivamente sob responsabilidade de Eli Napoleão de Lima e John Comerford. Hoje amigos queridos, gostaria de agradecer a ambos não só pelas leituras feitas, mas sobretudo por poder desfrutar daqueles poucos meses de inspiração e aprendizado sobre um país cuja interpretação, como disse um de seus intérpretes (Tom Jobim), “não é para principiantes”.

³ Lívia Barbosa, Ana Claudia Marques, Gilmar Rocha e, numa situação muito específica, Pierre Bourdieu.

⁴ Estando nesta condição: Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Manuel Cavalcanti Proença, Luiz da Costa e Pinto, Carl Landé, Marcos Vilaça, Roberto Albuquerque e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

⁵ Sendo eles: Richard Graham, Daniel Fresnot, Billy Chandler, Chico Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, Roberto Schwarz, Maria Silva de Carvalho Franco, Dias Gomes, Consuelo Prado, Moacir Palmeira, Chico de Oliveira, Beatriz Heredia, José de Souza Martins, Roberto Palmari, Margarida Moura e Ellen Woortman.

Antares no tempo dos mandões

Segundo o narrador que apresenta Antares, num dos textos mais antigos sobre o lugar, uma carta de 1832 do Padre Juan Otero “ao provençal de sua ordem em Buenos Aires”, lê-se:

aqui vivem muitos índios e índias em estado de indigência e [...] pecaminosa mancebia. Por outro lado, a ausência de mulheres da raça branca [...] leva homens de origem portuguesa a servirem-se dessas indígenas para satisfação e luxúria. O próprio Sr. Bacariano, segundo [...] pessoa digna de fé, é pai de quase uma dezena de filhos naturais com várias destas silvícolas, mas não as batiza nem legitima.

De início, a carta do Padre Otero se assemelha ao eurocentrismo cristão que caracterizou a visão de viajantes, religiosos, administradores, militares e naturalistas que percorreram a América no século XIX sobre como viviam seus habitantes. Já a alusão à pretensa conduta “pecaminosa”, “manceba” e “luxuriosa” do Povinho da Caveira (futura Antares) leva logo à *Casa Grande & Senzala* e à alegação de Gilberto Freyre (2001) sobre a suposta propensão natural portuguesa (transmitida aos descendentes aqui nascidos) para a promiscuidade (herdada de suas raízes mouras) ao mesmo tempo que vê tal atributo como estratégico na ocupação do território ao compensar a falta de mulheres lusas.

Não que se possa afirmar que Veríssimo concordasse com tal propensão, pois, por trás da característica libertina apontada pelo padre está o ar irônico da narrativa que, como se verá, é elemento central em toda a obra. A começar pelo início, que lembra o primeiro capítulo de *Os Sertões* (A terra), quando se fica sabendo da existência pré-histórica em Antares de um “Gliptodonte [...], espécie de tatu gigante dotado duma carapaça interça e fixa, mais ou menos do tamanho dum Volkswagen”.⁶ Logo adiante, o mesmo Otero conta que Francisco Vacariano, homem mais poderoso do lugar, teria casado com uma moça de Alegrete (cidade regionalmente conhecida por se autointitular a “mais gaúcha” do estado),⁷ dona de rico dote, “de nome Angélica, filha dum abastado estancieiro” (VERÍSSIMO, 1997). Além de brincar com o nome da futura esposa ao associá-la a uma suposta pureza e branquitude, Veríssimo remete a prática comum, descrita por Queiroz (1976, p. 192) e que voltarei adiante, entre mandões e coronéis para aumentar seu poder: “o casamento fora da parentela, dando como resultado a aliança de dois grupos poderosos que passavam a ser ‘parentes’, e portanto intimamente unidos, tanto econômica como politicamente”.

⁶ Diz em certo momento Euclides da Cunha (2012, p. 6): na “serra do Grão Mogol [...] se escalonam em alinhamentos incorretos de menires colossais [...] muramentos desmantelados de ciclópicos coliseus em ruínas”. De fato, o parnasianismo da época e o incômodo impasse vivido pelo autor (situado entre sua vivência real e intensa com a população sertaneja e as influências ligadas ao determinismo do meio e teorias científicas racistas do início do século XX) se refletem no estilo da escrita e na forma como foi estruturado *Os Sertões*, com o capítulo inicial (“A terra”) tentando dar conta da totalidade dos aspectos astronômicos, topográficos e

Além disso, é significativo que a alcunha “Vacariano”, dada a uma das duas principais famílias de Antares, seja posta em suspeito pelo naturalista francês Gontran que por lá esteve em 1830 (por sinal, um ano antes da criação da Guarda Nacional que institui a figura do coronel). Costume notado por Chandler (1981) e Queiroz (1976, p. 180), sendo comum “mesmo filhos legítimos de um mesmo pai apresentarem nomes de famílias diferentes”, Gontran sugere ser o sobrenome Vacariano “ilegítimo”, tendo sido adotado pelo próprio Francisco. Por falar em nomes, a recorrência com que o autor brinca com eles ao nomear seus personagens surge já no sobrenome das duas famílias que rivalizariam a vida em Antares, Vacarianos e Campolargos, ambos ligados a elementos do latifúndio gaúcho. Vacariano nada mais é do que uma derivação da palavra “vaca”, animal mítico na cultura gaúcha e principal produto de uma estância. Já Campolargo é menos explícito. Primeiro que sua etimologia também sugere ser outro nome inautêntico, dando a entender que ambas as famílias surgem, desde a origem, de uma farsa. De todo modo, Campolargo resulta da união de dois termos que, separados, permeiam o imaginário do pampa riograndense, pois por lá “campo largo” quer dizer campo extenso (em castelhano, “largo” significa longo, comprido, extenso), ou seja, latifúndio.

Desde o início a narrativa sobre a “História” (ironicamente escrita sempre deste modo) de Antares (nome de uma estrela gigante, outra ironia, da constelação de escorpião, como se sabe, animal venenoso)⁸ deixa claro que o foco será o ambiente social dos “Grandes Homens” (a depender da época e região, caudilhos, mandões, caciques, coronéis) que lá detiveram poder econômico e mando político sobre suas “gentes e coisas”. Não à toa os sete patriarcas, que por três gerações chefiaram as duas famílias mais poderosas, terem nome de papa (Anacleto e Xisto), santo (Antão), figura bíblica (Benjamim, filho de Jacó), imperador (Tibério) e herói romanos (Zózimo, conhecido por abrigar cristãos quando perseguidos em Roma), sem falar no nome de santa (Quitéria), também associado à divindade grega Afrodite, daquela que, segundo o narrador, seria o “poder por trás do trono” do clã Campolargo após 1930. Porém, tal ênfase vai na direção contrária à opção freyriana em *Casa Grande & Senzala*, em que o centro de tudo é o engenho e a Casa Grande (porque da senzala se fica sabendo pouco), pois no romance de Veríssimo sobressai o ambiente da vila (depois cidade) de Antares, com a fazenda – exceto nos seus primórdios ou como pano de fundo e refúgio de chefes locais ao saírem perdedores de lutas com caudilhos rivais – ausente da narrativa.

geológicos que, mais à frente, resurgirão para explicar o relativo “isolamento” geográfico do sertanejo e suas consequências em termos da constituição de uma mentalidade e conduta próprias (no caso, brasileiras).

⁷ Ver, por exemplo: https://www.brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Alegrete&uf=RS. Acesso em: 5 abr. 2020.

⁸ Nome que faz par com o termo que completa o título do livro: “incidente”, visto este sugerir algo sem maiores consequências, o que não é o caso de mortos revivendo e saindo de seus caixões para perambular pela cidade.

Já sobre o perfil destes mandões há várias correspondências com intérpretes de Brasil. Quando, à época da fundação de Antares como Povinho da Caveira (nova ironia, pois na parte do “incidente”, os mortos da cidade irão reviver), é apresentado o “Sr. Francisco Vacariano”, este se assemelha ao modo como Oliveira Vianna concebe a figura do estancieiro, descrito como rude “senhor feudal” com poder total sobre seu “clã rural”. Em torno deste gravitaria, segundo Vianna (1987, p. 189), uma diversidade de “gentes” que, como os servos na Idade Média, estaria sob as ordens de seus “senhores”, sendo a “família senhorial um grupo preciso e visível nos seus contornos, limitado ao domínio e vivendo das suas raias”. Perfil que se encaixa na descrição de Chico Vaca (seu apelido), “sujeito sem tato”, “opiniático”, “violento”, “vingativo”, “autoritário”, que “fala muito alto”, habituado a “dar ordens, ser obedecido” e cujas “palavras soam como chicotadas” (VERÍSSIMO, 1997, p. 4). Atributos que, se em parte encaixam na história de seu homônimo São Francisco (ridicularizado pela corte do papa Inocêncio como sujo, sendo aconselhado por este a pregar entre os porcos), destoam (nova ironia) da conhecida vida na pobreza e preocupação pelos necessitados deste santo que, ao contrário do mandão Vacariano, pregava a paz entre as pessoas. Ademais, se Chico Vaca foi o fundador do clã vacariano e da própria Antares, São Francisco, ao fundar a Ordem Franciscana, decidiu iniciar sua nova vida como pedreiro ajudando a construir igrejas.

De todo modo, tanto para Vianna quanto no livro de Veríssimo tais patriarcas exerciam poder total sobre “seus” escravos, sitiante e moradores, abrigando por vezes em seu domínio padres e foragidos da polícia (os couteiros de que fala Vianna, 1987) e reinando despoticamente sobre todos que lá viviam. Ao mesmo tempo, chefiavam o que este chama de “clã parental”, núcleo organizador das relações inter e intrafamílias cuja trama social se baseia na “responsabilidade coletiva” e “solidariedade” de seus membros. Estes, ligados pela consanguinidade, casamento, parentesco colateral, adoção ou afinidade baseada no compadrio formariam uma unidade “indecisa, flutuante, imprecisa [...] que só aparece e se revela em ocasiões muito especiais” (VIANNA, 1987). E assim como em Antares reinaram Vacarianos e, mais tarde, Campolargos, e tais “formações sociais”, ao cruzar o limite territorial da fazenda, se estenderiam através de “extensas ramificações por dentro e fora do Estado em várias esferas da vida e organização social da época” (VIANNA, 1987, p. 189).

Exemplo disso é que, graças ao “prestígio político de Anacleto Campolargo, amigo de figurões do governo da província, Antares foi separada de São Borja e elevada à categoria de cidade” (VERÍSSIMO, 1997, p. 13). Aliás, com a figura de Anacleto, Veríssimo não cai, como Vianna e outros a sua época, na armadilha de incluir numa mesma categoria todos os mandões como “bárbaros feudais”, espécie de maçaroca disforme de

senhores de terras incultos, brutos, que, para resguardar seu poder, agiam quase por instinto. Isto é, se o autor brinda o leitor com a figura de Chico Vaca, este sim um “bagual”, homem “xucro” e arredo que, folcloricamente, representa aquele que jamais se deixa dominar,⁹ Anacleto aparece, além de inimigo, como seu contraponto, como se vê na descrição de sua chegada a Antares:

[em] 1860 chegou ao conhecimento de Chico Vacariano que um certo Anacleto Campolargo, criador de gado e homem de posses [...] ia comprar terras nas proximidades de Antares. Murmurava-se que esses Campolargos eram [...] os primeiros na história daquela comunidade que ousavam enfrentar Chico Vaca, como lhe chamavam pelas costas seus desafetos [...]. O maioral dos Campolargos, porém, sinuoso e macio, cultivava o murmúrio, sabia “manipular” suas emoções e moldar o tom de voz de acordo com a sua conveniência e os seus propósitos. Tinha um ar paternal, frequentemente chamava o interlocutor de “meu filho”, se estava diante de um jovem, ou de “meu chefe”, se falava com um ancião. (VERÍSSIMO, 1997, p. 11)

Aqui de novo Veríssimo joga com o nome do personagem, pois se Anacleto foi o terceiro papa cristão, seu xará, Anacleto II, ficou conhecido como “antipapa”, se autodeclarando pontífice ao não admitir a eleição de Inocêncio II (WERREMEYER, 2009). Já em Antares, como em Roma, este outro Anacleto iria surgir como “antimandão” ao não aceitar o mando do primeiro Vacariano. Antes de sua chegada, porém, por quase 30 anos Chico reinara sozinho sobre suas “gentes”, sendo “autoridade suprema e incontestada. Nem mesmo o governo provincial tentava intervir na vida daquela pequena comunidade ribeirinha” (VERÍSSIMO, 1997, p. 4). E como em outras regiões violência e pilhagem marcam a conduta na sucessão familiar dos Vacarianos,

Chico não só herdou as sesmarias que a Coroa de Portugal concedeu ao seu avô [...], como também se apossou pela força de léguas de campo pertencentes a outros estancieros vizinhos, que pôs em fuga, sob ameaças. [...] boa parte do rebanho de gado que o Sr. Vacariano hoje possui é formado de descendentes dos bois e vacas que o seu pai roubou na Argentina. (VERÍSSIMO, 1997, p. 4)

Práticas que se coadunam à autonomia dos mandões em relação à autoridade oficial:

esta aparelhagem defensiva e agressiva dos grandes domínios dava aos seus proprietários um formidável prestígio na região. Tão grande que fazia recuar até as próprias autoridades [...], cada um deles estava coberto com uma espécie de imunidade à intervenção das autoridades [...]. Entre estes senhores de latifúndios pastoris (currais) estabelecera-se uma tradição corrente e viva de violências, pilhagens de gados e destruições recíprocas [...]. Dentro das linhas dos seus domínios, o soberano era o

⁹ No dialeto gaúcho o termo bagual se refere originalmente ao cavalo que, mal domado, rebela-se contra os maus-tratos e, ao não se deixar dominar, a partir daí vira um animal “estragado” para montaria e lida de campo.

senhor. [...] era perigoso, senão impossível, a estas autoridades penetrarem o interior destes grandes domínios. (VIANNA, 1987, p. 176)

De fato, a organização social em torno do patriarca supunha uma estrutura altamente hierarquizada. Se um dos filhos, após sua morte, herdava o posto de coronel, sendo assim designado espontaneamente pela população, o mesmo se daria com as duas gerações que sucederam Anacleto e Chico. Igualmente, sua figura servia como fator de identificação socioeconômica e “referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem seus pares ou inferiores. Era o elemento-chave para se saber as linhas políticas divisórias entre grupos e subgrupos na estrutura tradicional brasileira” (QUEIROZ, 1976, p. 165). Assim, o mandão e depois o coronel permitiam com que a pessoa se situasse como coletividade, ocupando lugar social que lhe era familiar ao se dizer, por exemplo, parente, apadrinhado, afilhado, amigo, primo e mesmo agregado ou amante do coronel tal; o mesmo se dando em relação a parentes próximos ao se dizer, por exemplo, comadre da mulher do coronel, prática que está na raiz do “sabe com que tá falando?” descrita por DaMatta (1997).¹⁰

Referência que fazia com que não só habitantes de Antares, mas quem viesse de fora buscase “proteção” de algum mandão. Caso dos dois estrangeiros (Gontran e Otero) que foram acolhidos por Chico Vaca. Mas, ainda que tenha tratado o primeiro “com consideração” e facilitado seu “trabalho apostolar”, o mesmo não se deu com o naturalista:

expliquei-lhe que sou um cientista e o meu hospedeiro pareceu não me dar crédito, pois acha impossível que um homem empreenda uma tão longa e penosa viagem apenas para apanhar bichos e juntar plantas [...] – “sabe o que fiz com o último lotador de impostos que apareceu nestas terras? Mandeí matá-lo e atirei seu corpo no rio”. Felizmente, depois dessa ameaça soltou uma risada, deu-me uma palmada cordial nas costas e declarou que era homem de boa-fé e, portanto, acreditava que era mesmo um colecionador de plantas e passarinhos. (VERÍSSIMO, 1997)

Como escreve Costa Pinto (1949, p. 24), neste tipo de organização social, “fora do âmbito da família o indivíduo não tem direito algum. Seu *status* é determinado e garantido por seu clã. Estrangeiro não tem nenhum direito, ninguém o defende, qualquer um pode atacá-lo, matá-lo até, sem cometer com isso crime algum”. Para sobreviver e transitar neste meio, tanto nativos como estrangeiros se valem da proteção do chefe local, cuja desconfiança, como deixa claro Chico Vaca, se confirmada, pode

¹⁰ Através de vários exemplos (“sabe com quem está falando? Sou motorista do Ministro!”, “sabe com quem está falando? Sou esposa do Deputado Fulano de Tal!”), lembra o autor (1997, p. 191-192) que “os inferiores estruturais não deixam de usar o ‘sabe com quem está falando?’, que não é exclusivo de uma categoria, grupo, classe ou segmento social. Muito pelo contrário, a expressão parece mesmo permitir a identificação, por meio de projeção social, quando o inferior dela se utiliza para assumir a posição de seu patrão ou comandante, agindo em certas circunstâncias como se fosse o próprio superior”.

causar sério dano ao protegido. Não sendo o caso do naturalista e do padre, que estavam de passagem, ao ficar sobre a dependência do mandão, quem é do lugar acaba, no Império, se tornando parte da sua clientela e, após a República, do seu “curral eleitoral”. O que implica estar sob influência do patriarca segundo mecanismos de reciprocidade desiguais e verticalizados. Em troca de proteção e auxílio, moradores, agregados e quem devesse favores ao dono da terra devolviam “trabalho, lealdade, confiança, respeito e temor aos seus mandos e desmandos”; compromisso capitalizado como “prestígio enquanto condição daquele que detém algum poder [...] de render benefícios em contrapartida aos que recebem” (MARQUES, 2002, p. 183). No caso da clientela, intimamente ligada à estrutura política do país no século XIX, esta implicava, segundo Graham (1997, p. 16),

a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra [...]. A família e a unidade doméstica constituíam os fundamentos de uma estrutura de poder socialmente articulada, e o líder local e seus seguidores trabalhavam para ampliar essa rede de dependência. Numa sociedade predominantemente rural, um grande proprietário de terra contava com a lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiantes das redondezas e dos pequenos comerciantes da vila.

Mas se para Duarte (1966) e Costa Pinto (1949) mandões e coronéis eram simplesmente avessos a qualquer tipo de relação com o Estado, como mostram Chandler (1981) e Graham (1997), sujeitos como Chico Vacariano performavam a própria figura da lei e da ordem, ou seja, em grande medida agiam como Estado, tendo inclusive sua posição chancelada oficialmente por um posto, o de coronel. Em Antares, ao fazer a mediação entre os “de fora” e os “de dentro”, Chico, detendo o “monopólio local da justiça, segurança e administração públicas”, se ajusta ao perfil do famoso coronel Francisco Feitosa, comandante da cavalaria de Inhamuns (CHANDLER, 1981). Aliás, estranha coincidência relativa ao nome dos dois oligarcas (ambos Chicos), pois impressiona a semelhança das lutas familiares no sul e no Ceará.

Seja no pampa gaúcho ou no sertão nordestino, confrontos entre Montes e Feitosas e Campolargos e Vacarianos se completam. Em ambos, o que contava “era o poder de indivíduos, não o poder governamental. As principais linhas de autoridade emanavam do fazendeiro, não por ser um oficial de milícia, mas porque era o patrão” (CHANDLER, 1981, p. 48). Mas se seu poder econômico vindo do domínio de extensas áreas de terra se amalgamava ao exercício da violência física, dava-se também pela cooptação, tal como descrita por Landé (1977, p. 31), via uma ampla rede de relações pessoalizadas do tipo “patrão-cliente entre duas pessoas de *status*, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferior a si mesmos”. Ao mesmo tempo, e

permeando tais relações, o interesse particular e a força política dos dois Chicos atravessavam, colonizando-as e tomando-as para si, instâncias institucionais. Ao representar a lei como autoridade oficial (mesmo estando esta a cargo de um parente, amigo, compadre) e exercer funções do Poder Público mediadas pela ótica do favor, tanto o personagem real Feitosa como o imaginado Vacariano agiam à revelia de prepostos da Coroa e do Império. Como esclarece Graham (1997 p. 21), mesmo que “autoridades centrais por vezes lutassem contra os donos do poder local, nos dois extremos e em todo sistema político, fosse qual fosse seu partido, autoridades eram extremamente sensíveis aos interesses agrários, quando não eram elas próprias proprietárias de terra”.

De fato, lutas entre famílias oligarcas podiam “ser terríveis quando duas ou mais famílias pretendem reinar. A presença frente a frente de apenas duas famílias tende a dar mais agressividade às relações políticas” (QUEIROZ, 1976, p. 190). A esse respeito, é ilustrativo o encontro de Chico Vaca com aquele que seria o primeiro membro de uma ascendência que, por 70 anos, se oporia aos Vacarianos, a ele se igualando até superá-lo na República Velha:

a primeira vez em que Chico Vacariano e Anacleto Campolargo se defrontaram nessa praça, os homens que por ali se encontravam tiveram a impressão de que os dois estancieiros iam bater-se num duelo mortal. Foi um momento de trepidante expectativa. Os dois homens estancaram de repente, frente a frente, olharam-se, mediram-se da cabeça aos pés, e foi ódio à primeira vista. Chegaram ambos a levar a mão à cintura, como para arrancar as adagas. Nesse exato momento o vigário surgiu à porta da igreja, exclamando: “Não! Pelo amor de Deus! Não!” Nenhum dos dois potentados parecia amar a Deus e muito menos ao vigário. Contiveram-se, porém, [...]. Foi assim que entre as duas dinastias antarienses [...] começou uma feroz rivalidade que deveria durar quase sete decênios. (VERÍSSIMO, 1997, p. 11)

Não à toa ser o pároco a interferir num confronto físico que parecia inevitável, pois a Igreja, mesmo fragilizada, por vezes servia de baliza ao ter certa asserção sobre os mandões. Como lembra Duarte (1966, p. 77), neste período é “a Igreja, ainda assim, a única ordem que consegue, por vezes, preencher o espaço vazio entre família e Estado”, pois representando um “sentido independente, sai fora do muro da ordem privada e edifica sua casa, a matriz”. Em parte isso se deve à relativa habilidade de exibir uma saída a situações de conflito sem que houvesse, para os envolvidos, perda de dignidade. Mas, ainda assim, a influência e o respeito destes mediadores religiosos diante de mandões como Anacleto e Chico Vaca eram precários e incertos. Não raro, párocos como o de Antares eram simplesmente desprezados pelos chefes locais (afinal, ambos pareciam “amar a Deus e muito menos ao vigário”) ou agiam a reboque destes, sendo

“frequente parceiro benevolente e acomodado da mesa de jogo e das disputas políticas” (DUARTE, 1966, p. 77). Já sobre a relação dos coronéis com a Igreja,

estes praticam um catolicismo modificado [...]. Comungam muito menos que mulheres e crianças e não se entregam ao culto e práticas exteriores de fé [...] por um sentimento que a própria Igreja combate e chama “respeito alheio”. Hostis por igual às demonstrações de obediência e humildade, não se sentem prontos ao beija-mão ao sacerdote nem ao ajoelhar contrito e respeitoso. (DUARTE, 1966, p. 77)

Mas o desencontro de Chico e Anacleto irá deflagrar o que Marques (2002) identificou na Região Nordeste como uma “questão”, tendo ela suas posteriores “intrigas”. Como em Jordânia e Monte Verde, desavenças entre chefes locais podiam surgir quando “da tomada de posse de certa parcela de terra”, da luta pelo “predomínio político em certa localidade” e/ou pela “vinculação de um espaço a um certo nome” (MARQUES, 2002, p. 20).

Além disso, também a neutralidade aqui é interdita mesmo a quem está distante das brigas entre famílias. Ainda que a contragosto, será preciso optar por um “lado” (clã, família e mais tarde facção), pois em Antares, quando os dois grupos “mais tradicionais recorriam à guerra para atingir seus objetivos por meio do extermínio das pessoas e do poder do lado oposto, outras pessoas e grupos de famílias eram levados à luta aderindo a um ou outro lado” (VERÍSSIMO, 1997). Embora tal ligação não seja absoluta e para sempre (pois alterada a conjuntura local ou os protagonistas, quem antes era aliado pode virar inimigo), o que importa, com todos os riscos que isso implica, é aparecer e ser visto como se estivesse ao lado de uma das partes. Mesmo a escolha tendo um caráter estratégico (e perigoso), continua agindo a pressão (direta e simbólica) para se juntar a um grupo familiar. E aqui vale voltar ao vigário que vivia em Antares por volta de 1860, pois, se este se viu obrigado a “ficar em cima do muro”, jogar nos dois lados não é o mesmo que *não* jogar:

Antares passou a ter dois senhores igualmente poderosos. Era exatamente essa igualdade de forças que impedia as duas facções de se empenharem em batalhas campais de extermínio. Continuando uma velha tradição nas missas de domingo [...], em seus sermões, pregados com voz trêmula, o vigário fazia acrobacias de retórica para não dizer nada que pudesse, mesmo de leve, descontentar qualquer dos dois grupos [...]. Neutralidade, no entanto, era uma palavra inexistente no vocabulário político e social de Antares. O forasteiro que ali chegasse, mesmo para uma visita breve, era praticamente obrigado a tomar logo partido. (VERÍSSIMO, 1997, p. 12)

Se o contexto não permite a indiferença (como indica a “voz trêmula” do vigário), não se trata de uma escolha individual, com a posição assumida dependendo de fatos

“de ordem política, econômica ou pessoal” (VERÍSSIMO, 1997, p. 12). Assim, quando em 1890 a igreja da Matriz foi inaugurada

Benjamim Campolargo [sucessor de Anacleto], mandou carnear seis de suas reses para dar churrasco ao povo, organizou uma quermesse e fez queimar fogos de artifício vindos da capital do Estado. Os Vacarianos, que tinham prometido dar um sino de bronze para o novo templo, recusaram cumprir a promessa. Quando o vigário timidamente os interpelou, alegando que a Igreja nada tinha a ver com a política, Antão [sucessor do lado dos Vacarianos] retrucou truculento: “Padre, nesse assunto nem Deus pode se dar o luxo de ser neutro”. (VERÍSSIMO, 1997, p. 15)

A despeito dos chefes locais competirem por assumir um papel muitas vezes atribuído ao Estado, no caso, de organizar atividades públicas, por trás da recusa de Antão está o fato de que mesmo no cotidiano o que move a família (no sentido amplo) é o sentimento de grupo partilhado por quem em torno dela gravita. Tal como para Marques (2002, p. 35), Vacarianos e Campolargos formam uma “coletividade heterogênea cujo opositor tem a aparência de uma unidade ou algo próximo a isto”. Independente do grau de coesão, reforçada ao longo dos anos, a convicção de que ela existe “produz efeitos concretos no destino das coisas e das pessoas” (MARQUES, 2002, p. 36). Mas por mais unido que seja o clã familiar, sempre há a chance de um membro se aproximar do clã rival, ainda que pagando o preço em termos de estigma e retaliação física, podendo levar a extremos como deserção do pai em relação ao filho, expulsão da cidade e até assassinato de um irmão, tio ou primo. Marques (2002, p. 42) atenta para este aspecto aberto da organização familiar ao ponderar que, em dadas condições,

aquilo que se apresentava como unidade se pulveriza, enquanto os átomos se articulam [...]. Os conflitos mobilizam sempre indivíduos, grupos, instituições, por vínculos não necessariamente estipulados pelo parentesco [...]. A rivalidade “tradicional” e latente entre Santanas e Gouveias [...] reúne confrontos múltiplos, vividos em diferentes moldes e palcos, que se misturam em uma briga de família.

Para a relação entre Santanas e Gouveias, a autora mostra um emaranhado de tramas internas que extrapolam o limite da lealdade exigida pelo parentesco, compadrio e afinidade. Além destes fatores (sem dúvida cruciais, pois orientam decisões e prejuízos), indivíduos e grupos podem romper relações ou se aliar por muito tempo por razões diversas, fúteis até. Contudo, no caso de Campolargos e Vacarianos, entre estes vigora uma oposição total, com fissuras entre seus membros (seja parente ou mera “gente do coronel”) e cisões entre famílias aliadas sendo praticamente ausentes da narrativa. Seja a traição de caráter afetivo, interesse

político, ligada à sucessão do patriarca, obtenção de vantagem econômica ou motivo trivial, o autor dá poucas pistas sobre os bastidores de desavenças internas (que, porém, sugere ser recorrentes), sendo uma delas o que se deu quando Antares celebrava sua “entrada do século XX”:

ao clarear do dia, intoxicados de bebidas alcoólicas, dois machos do clã dos Campolargos, primos-irmão na casa dos vinte, estranharam-se, trocaram palavrões, depois bofetadas e finalmente facadas [...]. O velho Benjamim [então patriarca da família] teve de intervir pessoalmente, ajudado por dois irmãos, para evitar que o conflito se generalizasse num pega pra capar desastroso. (VERÍSSIMO, 1997, p. 23)

O evento leva à mesma questão que se fez Queiroz (1976, p. 183) sobre rixas familiares no Nordeste: “em que pé fica a coesão interna diante de tanta violência? Existirá ou constituirá uma imagem falseada do que se passava no interior das parentelas?”. E ela própria responde: “era real a solidariedade e unia na verdade camadas inteiramente díspares. O que não excluía a animosidade, fragmentando a parentela em duas ou mais fatias”. Ao apontar para o caráter corriqueiro que tais atritos assumiam, por trás da briga dos “dois machos do clã Campolargo” está o que Franco (1997, p. 24) chamou de “código do sertão”, com “agressão ou defesa à mão armada, da qual resultam não raro ferimentos graves ou morte” surgindo “entre pessoas que mantêm relações amistosas”. Independente da disputa entre famílias rivais, provocações, intrigas e questões também podem emergir entre quem não se via como inimigo, fazendo desaparecer neste momento a sempre afirmada unidade familiar. Afinal, em localidades onde a vida social se organiza a partir do poder oligárquico baseado no monopólio da terra, não só Vacarianos e Campolargos “estranham-se” entre si, mas também um Vacariano e outro Vacariano, o irmão e o genro do “velho Benjamin”, um apadrinhado deste e outro que é seu compadre.

Mas, como dito, Veríssimo não explora tais rixas internas. Chico Vaca, por exemplo, teve sete filhos legítimos com Angélica. Tibério, seu neto, que herdaria o posto de chefe da família Vacariana, só aparece em cena após a morte de seu pai Xisto. Como então, nas três gerações, dos vários irmãos, só um varão surgiu como liderança? Em que condições isso se deu? Infelizmente não são dadas pistas de possíveis quebras de confiança entre parentes, se teria sido tranquila a elevação de Tibério ou Antão a chefe de seu clã após a morte do pai ou se houve confronto entre irmãos. Afinal, é de se esperar que, também em Antares, mesmo havendo “vigorosa solidariedade interna [...]”, a pirâmide da parentela não era inteiramente estática; ao contrário, havia em seu interior ascensões-descidas que tanto podiam agir como elemento de reforço de sua continuidade como de fragmentação (QUEIROZ, 1976, p. 187).

Mas se tal aspecto não é explorado, não é o caso das “formas rotinizadas de ajustamento” (FRANCO, 1997, p. 24) da “questão” instaurada entre Chico e Anacleto nos anos 1850 e as “intrigas” que viriam até os anos 1920. De fato, em Antares a hostilidade que daí surge trás vários elementos descritos pela autora: ter ocorrido num lugar qualquer (a praça, mas poderia ser um bar ou saída da missa); se dar sem motivo prévio (pois a “feroz rivalidade” até aí se resumia a mera cisma normal entre mandões que não se conhecem); ter um caráter instantâneo (relativo a um evento com início, desenrolar e desfecho); e trazer a dimensão do “desafio” (com ambos diante do povo de Antares a provocar uma tensão coletiva ao exibir valores como valentia e autoridade). Como se verá, sendo a “intriga um momento que projeta aquela questão do passado até o presente, em direção ao futuro” (MARQUES, 2002, p. 22), até 1925 as brigas entre Chico e Anacleto serão sustentadas por seus descendentes através de confrontos periódicos que, mais adiante, irão servir de pretexto para continuarem brigando.

Campolargos e Vacarianos no tempo de fervuras e facções

Com a Constituição de 1891 cimentando o “pecado original do federalismo brasileiro [e] o regionalismo oligárquico” (CAMARGO, 2001, p. 310) dando grande poder a governadores, o tempo dos mandões em Antares se fora. Também a ampliação do direito ao voto a parte da população (ainda reduzida, visto mulheres e analfabetos não votarem)¹¹ fará com que agora seja a eleição (e seu “tempo”) a reorganizar divisões preexistentes, mudando o modo como coronéis iriam daí em diante lidar com disputas por terra, clientelas, cargos públicos, poder econômico, prestígio político e autoridade local. Mas é preciso lembrar que, além de tais mudanças só começarem a se consolidar a partir de 1895, com o primeiro governo civil (de Prudente de Moraes) assumindo a Presidência do país após o golpe militar que instituiria a República no Brasil, por vezes, desavenças passadas têm raízes profundas que, ao deixarem cicatrizes (físicas e afetivas), reforçam juízos e sentimentos ainda vivos no imaginário local. Um desses eventos – que o narrador admite ser um dos “fatos desagradáveis da crônica desse município” – se deu na revolução federalista de 1893, “o mais cruel e sangrento período da luta hereditária entre as duas famílias antarienses”:

Antão [Vacariano] foi feito prisioneiro. Trazido à presença de Benjamim [...], afirmam alguns cronistas que, cego de ódio, tirou sua faca da bainha, precipitou-se sobre o inimigo e sangrou-o ali mesmo [...]. A vingança dos Vacarianos não tardou. [...] forças federalistas [...] retomaram Antares e conseguiram prender Terézio, o mais novo dos Campolargo. Xisto [Vacariano] mandou reunir na praça os homens da cidade e ordenou que

¹¹ Além das primeiras serem mais da metade da população, se em 1890 analfabetos somavam 82,6%, em 1930 ainda representavam 62% (FERRARO; KREIDLLOW, 2004).

mulheres e crianças ficassem fechadas em suas casas [...]. Mandou amarrar o prisioneiro pelas pernas e pendurá-lo no galho duma árvore [...]. Depois acercou-se de sua vítima, empunhando um grande funil de lata, cujo longo bico lhe enfiou às cegas no ânus. [...] gritou: “Tragam o tempero pra salada!” e dois de seus homens [...] aproximaram-se conduzindo [...] uma grande chaleira de ferro cheia de azeite em ebulição [...]. “Sabes o que vou te fazer, sacripanta? Te incendiar as tripas”. [...] dois homens despejaram lentamente no funil todo conteúdo da chaleira. Terézio Campolargo soltou um urro e começou a estrebuchar. Seis meses mais tarde os Campolargos retomaram Antares [...]. Romualdo fora capturado, trazido à presença de Benjamim, que exclamou: “Tirem toda roupa desse sujeitinho!” [...], “amarrem ele na mesma árvore onde penduraram meu irmão [...] com a barriga contra o tronco, as pernas abertas” [...]. “Está bem – disse o chefe Campolargo – Está na mesa, sirva-se”. E o caboclo violentou Romualdo. (VERÍSSIMO, 1997, p. 16-18)

Como lembra Martins (1994, p. 36), até “1930 não era raro que conflitos mortais entre facções das oligarquias culminassem em verdadeiras ações de cerco e aniquilamento”. Mas, além disso, o que estaria por trás da “ordem” de Xisto para que mulheres e crianças “ficassem fechadas em suas casas”, proibindo-as de ver Terézio “se estrebuchar”? Se tal atitude parece natural, visto a violência envolvida, ela encobre todo um sistema de oposições generificadas como forte/fraco, fora/dentro, masculino/feminino. Se o senso comum à época associava feminino e infantil ao que é frágil, classificando mulheres e crianças como “medrosas” e “imaturas”, ambas precisariam ser cuidadas ou, no caso, poupadas, devendo ficar no lugar ao qual pertencem, isto é, a casa, espaço da intimidade e procriação, com a esposa incumbida de alimentar (inclusive sexualmente) seu senhor e seus filhos de modo que possam se reproduzir como família através de seus descendentes. Daí não ser mero acaso Xisto ordenar que ficassem “dentro” da casa e não num local apenas distante de onde ele poria “o tempero pra salada”.

Efeito parecido recai sobre o “mais moço dos Vacarianos”, Romualdo, que na hierarquia da descendência patriarcal será visto como o mais fraco dos filhos de Chico, estando, portanto, simbolicamente mais perto das mulheres e crianças. Assim, quando protesta com o irmão: “mas isso é uma barbaridade, mano!”, Xisto, “sem desviar o olhar da vítima, que continuava a berrar e espernear como um porco [...] sangrando, replicou: ‘precisas aprender a lidar com o inimigo, menino. Se a coisa te faz mal ao estômago, toma um chazinho de erva-doce e vai *pra casa* te deitar’”. E também Benjamim¹² Campolargo, ao capturar Romualdo, após mandar o caboclo estuprá-lo, “consumado o ato, grita: ‘agora soltem a *moça*!’” (VERÍSSIMO, 1997, p. 17-18).

Já no caso dos homens seu ambiente é o da guerra (mais “fora” da casa impossível), situação das mais masculinas pela correlação com a ideia de força e bravura. E sendo o

¹² Cujos nome original de seu homônimo bíblico, Benoni, trocado pelo pai, significa “filho da minha dor”.

espaço público o lugar do masculino, Xisto, ao contrário das mulheres e crianças, “mandou reunir na praça os homens da cidade”, com a “praça” simbolizando o campo de batalha ocupado pelos vencedores. Já para seus comandados, assistir a tamanho ato de crueldade é também prova de coragem, servindo o testemunho como atestado de sua masculinidade (como visto, posta em suspenso no caso de Romualdo). Além disso, se a espingarda assume a “encarnação simbólica da virilidade e da honra do grupo” para aqueles da Cabília (BOURDIEU, 1965), em Antares armas como faca, adaga e revólver ganham valor similar em tempo de caudilhismos que lembram o ambiente de *far west* estadunidense no século XIX. Assim como atingir a honra de um membro da Cabília no Magreb do norte da África implicava atingir todo grupo, o modo como foi morto Antão (amarrado e sem condições de revidar dignamente o atacante), além do ato covarde, tem o duplo efeito de humilhar todos os Vacarianos e fortalecer a autoconfiança dos Campolargos. Estava, através de tamanha afronta pública, lançado o desafio que, não sendo revidado, atingiria o prestígio e, mais importante, a capacidade de arregimentar aliados para o campo de influência da família. Afinal, como alerta Costa Pinto (1949, p. 28), “não exercer a vingança seria, além de expor-se a novos atentados, desrespeitar a norma, infringir a regra, ir de encontro ao costume, ameaçar a própria sobrevivência e o equilíbrio”.

Além de compulsória, na Antares da época a vingança era “ eminentemente coletiva”, resultando de uma obrigação que faz com que todo o grupo, além de sofrer as consequências de algo praticado por alguém da família, “se una para vingar o delito cometido contra um de seus membros” (COSTA PINTO, 1949). Mas se a chance de “abater o chefe do clã ou outro varão” tem efeito concreto ao eliminar “um braço forte” (COSTA PINTO, 1949) da família rival, aqui algo mais é tirado, ou melhor, hipotecado, e só o revide pode resgatar o sentido de hombridade que orienta o agir masculino nas duas famílias. Não à toa, portanto, a resposta ter de ser ainda mais cruel e vexatória, pois não basta (como o fez Benjamim) “sangrar” o inimigo, é preciso (nas palavras de Xisto) “incendiar suas tripas”. Ao que se poderia contrapor que a resposta dos Campolargos não teria sido à altura, pois Romualdo foi poupado por Benjamim, que não o matou. Ocorre que, além de ter sido violentado pelo caboclo Elesbão (que, sendo negro e ocupando a posição mais baixa na hierarquia do clã, reforça a humilhação), esta é uma das formas de vingança que mais atinge a honra masculina, o que levou o “mais moço dos Vacarianos” a se matar em seguida. Ou seja, além do estupro, na conta a ser paga estava também um suicídio (outra vergonha para a família), aumentando ainda mais o valor do penhor.

É por isso que os respectivos caudilhos realizam suas performances em praça pública

(palco e cenário para a defesa, compensação e recuperação), pois é preciso, como entre os da Cabília, que os atos executados sejam submetidos ao “tribunal da opinião”, afinal, “para que serve a vingança se permanece anônima?” (BOURDIEU, 1965, p. 172). Para o grupo familiar, mais do que um atentado a sua unidade e, individualmente, ao amor próprio da pessoa, o revide visa ressarcir a vida do parente e exorcizar o ataque à honra masculina. E como o poder simbólico desta só tem sentido caso mereça ser defendida, compensada ou recuperada, um dos meios para tanto é o ato de vingar-se de quem a maculou, usurpou ou dela se apoderou. Assim, na ausência do sujeito maculado, usurpado ou apoderado, a vingança terá de ser feita por um parente, compadre ou alguém próximo a ele. O que faz com que a qualidade do ato (isto é, a crueldade envolvida) dependa da relação que havia entre este mesmo sujeito e aquele que irá cobrar a dívida, visto que, se Terézio e Romualdo não tivessem sido capturados pelos seus respectivos irmãos, mas por um tio, por exemplo, talvez seu destino fosse outro.

E, de fato, tamanha violência tinha suas origens, tendo “Antão Vacariano e Benjamim Campolargo [...] jurado em silêncio, junto aos cadáveres paternos, continuar aquela luta de família ao fim do Tempo” (VERÍSSIMO, 1997, p. 14). Tal “disposição cultivada”, geradora de uma “gramática [que] permite a cada agente engendrar, a partir de um número reduzido de princípios, todas as formas de conduta” (BOURDIEU, 1965, p. 174), vincula-se à elaboração e reprodução de formas costumeiras de lidar com conflitos coletivos. Assim, também entre mandões e coronéis, “a violência era, em todos os níveis da sociedade, uma forma ‘normal’ de resposta a determinadas situações ou ações” (QUEIROZ, 1976, p. 189). Ainda que não seja o controle social baseado no costume da exclusividade brasileira, para além da sua truculência, os eventos descritos apontam para o fato de que, “por ser certa, brutal e impiedosa, a vingança é fator de ordem, sendo regular e organizada, funcionando automática e violentamente como repressão ao delito” (COSTA PINTO, 1949, p. 28). Sim, com o detalhe de que, paradoxalmente, da própria ordem da vingança resultam novos delitos a serem vingados (ordenadamente).

Mas se, depois desses atos de “perversidade, ninguém podia sequer imaginar que fosse possível para Vacarianos e Campolargos voltarem a viver na mesma cidade” (VERÍSSIMO, 1997, p. 21), tal crença, como se verá adiante, se mostraria incorreta. O evento de 1893 seria o ápice de um estado de hostilidade que a partir daí ganharia outras formas de se objetivar. Se, “com a vitória dos republicanos, Xisto emigrou com todo seu clã para a Argentina”, já em 1898 este

viajou até o Rio de Janeiro onde se avistou com o senador Pinheiro Machado, figura prestigiosa da política nacional. Eram velhos conhecidos. Havia alguns anos, o prócer republicano hospedara-se na estância dos Vacarianos e [...] descobriram que Pinheiro Machado [...], na

Guerra do Paraguai, havia servido no regimento de Xisto [...]. Comemoraram a descoberta bebendo vinho do Porto e Xisto deu de presente ao futuro senador da República um de seus cavalos puro-sangue e um par de estribos de prata [...]. Xisto valia-se agora desta amizade para tentar resolver sua situação [...]. Pinheiro Machado escutou-o com atenção e prometeu “amansar” os Campolargos [...]. Mandou uma carta a Júlio de Castilhos – Presidente do Estado [...] pedindo sua intercessão. Castilho escreveu a Benjamim Campolargo recomendando-lhe fizesse vista grossa ao reaparecimento de seus inimigos Vacarianos em Antares. Benjamim levou alguns dias para “digerir” esta carta. Respondeu, porém, a ela declarando que faria como seu “prezado chefe e amigo” pedia. (VERÍSSIMO, 1997, p. 21-22)

A alusão a Pinheiro Machado, cujo “prestígio advém da grande capacidade de fazer favores”, não é fortuita, sendo para Queiroz (1976, p. 191) o “coronel dos coronéis na Primeira República”. A “amizade” selada com vinho entre Xisto e o “futuro” senador é na verdade um trunfo que anos depois será acionado para atingir seu rival Campolargo. Mesmo sendo os “presentes” (estribos e cavalo) uma aposta de risco, pois a apólice pode não ser paga, o coronel antariense “vale-se deles” para, mais adiante, “resolver sua situação”. Se dúvida e desconfiança são inerentes à relação de ambos, no coronelismo há todo um efeito performático do dar que, a depender, pode vir a ser bem-sucedido. Eis um dos segredos dos grandes coronéis: saber diagnosticar quando amizade e presente podem ter efeito futuro e, sobretudo, saber quando cobrá-los.

Ademais, o capital aplicado vai além do agrado material, incluindo o valor intangível de lembranças da juventude e o afago hospitaleiro com que Xisto recebeu o senador em sua mansão. Não que memórias e adulações tenham valor em si, pois, para além do que está em jogo, fazem parte da etiqueta necessária a possíveis acordos e negociatas. Mas não só. Se a ironia de Veríssimo deixa à mostra a glicerina dissimulada da elite “nacional”, usada como jogo de cena para obter vantagem, a proximidade entre os dois “velhos conhecidos” lembra a cordialidade à brasileira, descrita por Buarque de Holanda (2004), no trato das relações pessoais e que, conforme o caso, pode se expressar com generosidade ou crueldade, lealdade ou traição. Afabilidade que, talvez em alusão à polêmica do autor com Cassiano Ricardo sobre o uso do termo “cordial”, fez com que Veríssimo travessamente pusesse o nome do segundo coronel da dinastia Vacariana de Xisto, cuja raiz grega tem justo o sentido de polido e educado, significado negado por Holanda já na segunda edição de *Raízes do Brasil*.¹³

Ocorre que, se “no fundo” todo brasileiro é “um sentimental”, como diz a canção de Chico Buarque (HOLANDA, 1973), não se pode descartar o valor subjetivo de lembranças

¹³ Outra possibilidade seria novamente o uso da ironia, pois polido e educado não são propriamente qualidades de quem sente prazer em “incendiar as tripas” de alguém, como se viu no episódio do “tempero pra salada”.

de um tempo de juventude marcante na vida dos dois coronéis (afinal se trata da guerra do Paraguai).¹⁴ De fato, a paixão excessiva do homem cordial descrita por seu pai não poderia ser melhor traduzida do que no verso de “Fado tropical”: “mesmo quando minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar, meu coração fecha os olhos e sinceramente chora”.¹⁵ Como uma espécie de dupla chave que, ligando-se uma anula-se outra, também no mundo dos coronéis um “coração [que] perdoa” e um “peito [que] se desabotoa” pode conviver com a “mão cega [que] executa” o “golpe duro e presto”. E aqui reside outro segredo do êxito de um coronel: saber desvendar a emotividade por trás desta dupla chave (“cordial”) ou ao menos dominar seu funcionamento.

Sobre o apelo a favor do senador, se suas “mil formas e nomes”, como diz Schwarz (2000, p. 16), afetaram “no conjunto a existência nacional”, estando “presente por toda parte e combinando-se às mais variadas atividades”, em Antares ele atravessou a “administração, política, indústria, comércio, vida urbana”. E se “o clientelismo político sempre foi antes de tudo preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos” (MARTINS, 1994, p. 29), como se vê na intercessão de Pinheiro Machado a pedido de Xisto, ele também envolve trocas não materiais. Igualmente, estando na base da formação social do país, o favor, para além do ganho financeiro, age como propulsor de realizações pessoais que vão da concessão de títulos de nobreza no Império, subida de posto na hierarquia militar na Primeira República até, ainda hoje, 2020, indicação para juiz da Suprema Corte. Além disso, como se vê na descrição detalhada de Vilaça e Albuquerque (1978) de dois outros Chicos coronéis (Romão e Heráclio), esses muito reais, há também ganhos coletivos, como a construção de uma estrada até as terras de um compadre, uma ponte num “curral” fiel ao patrão ou, quando a “mão cega” resolve aparecer, a proibição do fornecimento de água a um desafeto poderoso. De fato, lembra Leal (1975, p. 37), no período coronelista (1889-1930)

[vem dos coronéis] os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de *foot-ball*, a linha de tiro, a luz elétrica, tudo exige o seu esforço. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político [...] que o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.

¹⁴ Conforme o narrador, estes “foram tempos de tristeza, apreensões e durezas para os habitantes de Antares. [...] Antônio Maria, o primogênito de Chico Vacariano, havia tombado morto na batalha de Lomas. [...] Benjamim, o mais velho, que havia perdido um olho num combate corpo a corpo, trazia as divisas de major e uma medalha militar. Seu irmão Gaudêncio tivera de amputar um braço. Antão Vacariano, que deixara a mão esquerda enterrada em solo paraguaio, voltara feito coronel” (VERÍSSIMO, 1997, p. 13).

¹⁵ Para uma análise/interpretação de “Fado tropical”, composta pelo autor para a peça Calabar, escrita em parceria com Ruy Guerra em 1973 num dos momentos mais repressivos da ditadura civil-militar iniciada em 1964, ver Florent (2007, p. 1). Conforme a autora, a canção, além de “esboçar uma nova ‘aquarela do Brasil’, ambivalente e irônica, que sugere a permanência do autoritarismo ibérico em nossa formação histórica e cultural”, remete a “um conjunto de sinais significativos que celebram um valor comum, no caso a própria formação da nação brasileira”.

Ainda que precárias, pois promessas não cumpridas eram parte do jogo na conjuntura cambiante da política nacional, ao dar-se de modo assimétrico e sistêmico, ao redor da barganha forma-se uma intrincada trama de interdependências. Após aceder ao “pedido” do “amigo”, Pinheiro Machado se candidata a ser ressarcido por Xisto. E se dever algo já implica se pôr numa posição subordinada em relação ao potencial cobrador, preço e juros podem ser bem altos caso este ocupe posição hierárquica acima do primeiro. Em contrapartida, como mostra a sequência de lances jogados pelos dois coronéis, a eficácia do favor dependerá não só da força real de ambos imporem retribuição (seja econômica, política, simbólica, afetiva), mas também de projeções futuras referidas ao contexto em que se dão barganha e favor.

Se Martins (1994, p. 29) tem razão sobre o clientelismo político ser “essencialmente uma relação entre poderosos e ricos e não entre ricos e pobres”, vínculos pessoais facilmente podem sobrepor-se a diferenças ideológicas que, no plano das ideias, seriam não negociáveis. Note-se que com a intervenção do “prestigioso” senador (fundador do Partido Republicano), o presidente da província, Júlio de Castilhos (outro republicano), intercedeu junto a um aliado político (Benjamim, seu colega de partido) desautorizando-o em benefício de um inimigo da família Campolargo, Xisto (filiado ao Partido Federalista, que se opunha aos republicanos). Costa Pinto (1949, p. 107) notou essa conduta flutuante que, voltando ao fado de Chico, rapidamente pode ir do “sereno jeito” ao “golpe duro e presto” de alguém que, mais adiante, “contesta” sua própria ação. E assim Benjamim, “embora sem força para impor a solução legal, jamais deixou de tomar conhecimento dela, ora pondo fora da lei vingadores e impondo-lhes penas [como exilar Vacariano], ora exercendo função mediadora, dirigindo negociações de paz e canalizando diferenças para os meios legais”. Vê-se que, ainda que atenuadas as formas de coação e violência, sem guerras sanguinárias entre famílias, agora adaptadas ao contexto da Primeira República, em Antares a hegemonia do chefe local permaneceu. Como notou Queiroz (1976, p. 172), com o mandonismo dando lugar ao coronelismo após 1889,

chefes políticos locais e regionais se mantiveram os mesmos e continuaram elegendo para as Câmaras, presidência do Estado, o Senado, seus parentes, aliados, apaniguados. [...] quase todos os postos locais, médicos, tabeliães, por vezes padres e naturalmente deputados estão nas mãos de gente pertencendo ao grupo família.

E é na “manutenção” dos “mesmos” no poder que, na Antares do início do século XX, a disputa local se reorganizaria em torno de “facções” estruturadas a partir do que Palmeira e Heredia (1995) chamaram de “tempo da política”. Período de alguns meses antes da eleição em que, ao se propor, reafirmar ou romper acordos, atua uma pressão coletiva pela sinalização da “adesão a um ‘lado’ (facção)”, com o voto não sendo

associado ao “exercício de um direito individual”, mas à chance de se beneficiar de algum modo através do uso deste bem pessoal. Mas não só nesse “tempo” a rivalidade familiar irá emergir. Fazendo a disputa eleitoral parte da vida de Antares por quase três décadas, a hostilidade também estará presente no dia a dia das picuinhas, deboches e bate-bocas sobre temas como aparência física, vaidades de diversas ordens, competições esportivas ou exibição pública de símbolos que demarcam *status* social. Abaixo, alguns eventos ilustram a onipresença deste permanente estado faccionalista:

foi um Vacariano quem, em 1911, trouxe para Antares o primeiro automóvel, um Oldsmobile, que mandara vir de Buenos Aires. [...] um de seus maiores prazeres era passear nele [...] apertando provocadoramente a buzina de fonfom sempre que passava pela frente do solar dos Campolargos. Estes não tardaram em mandar buscar na Alemanha um automóvel Benz. (VERÍSSIMO, 1997, p. 26)

desde 1915 o futebol [...] tornara-se popular em Antares. Os Campolargos haviam fundado o Esportivo Missioneiro e os Vacarianos favoreciam o Fronteira F. C. Não se tem notícia duma partida entre esses dois adversários que não haja terminado sem luta corporal entre seus torcedores. (VERÍSSIMO, 1997, p. 28)

[ao] eleger uma nova diretoria para o Clube Comercial, a mais fina sociedade local, havia sempre uma chapa dos Campolargos, a oficial, e dos Vacarianos. O pleito era precedido de propaganda, pressões e até de suborno. No dia da eleição os eleitores compareciam à sede do clube armados de punhais e revolveres, e era raro o ano em que não houvesse bate-boca [...], bofetadas e até de tiros. (VERÍSSIMO, 1997, p. 27)

Como se vê, em Antares não será só no “tempo da política” que a disputa entre facções virá à tona, com a cisão, para além da política partidária, ocupando diversas facetas da vida local. Os eventos mostram ainda como foi sendo atualizado o “desafio” presente nas lutas envolvendo mortes, torturas e agressões de parte a parte, comuns até fins do século XIX, com o confronto agora se dando através da disputa ostentatória (pelo automóvel mais caro), competição esportiva (pelo melhor time de futebol) e distinção social (pela diretoria do clube). Seja numa “peleja a ferro branco” ou na exibição de bens de luxo, aqui comparecem desdém, provocação, inveja, ódio recíproco e trapaça. Sobre esta, aliás, não seria de se admirar se um Vacariano, num fim de campeonato, “comprasse” o juiz ou um jogador do Fronteira F.C. ou então se um Campolargo mais moço fizesse alguma “travessura” no motor do Oldsmobil dos primeiros.

Já num contexto mais amplo, o jogo político em Antares passa a seguir uma espécie de “dinâmica das gangorras”. Estando sempre em movimento, quem está nas suas duas pontas não pode sair da “brincadeira”, devendo se adaptar ao ritmo do seu embalo se

quiser manter ou aumentar sua influência. Dum lado da gangorra estão chefes locais como Benjamim e Xisto; do outro, lideranças estaduais e nacionais como Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos, os quais também se entretêm noutro balanço maior (sonho de consumo dos dois primeiros). E será no vaivém de acordos e negociações que se organizariam os poderes municipal, estadual e nacional, servindo as gangorras menores de trampolim para se alçar às mais elevadas:

o “coronel” [...] que opera no reduzido cenário municipal não é melhor nem pior do que os outros que circulam nas esferas mais largas. Os políticos “estaduais” e “federais” – com exceções – começaram no município, onde ostentavam a mesma impura falta de idealismo, que mais tarde, quando se acham na oposição, costumam atribuir aos chefes locais. O problema não é, portanto, de ordem pessoal [...]: está profundamente vinculado à estrutura econômica e social. (LEAL, 1975, p. 38)

Não que ambos os lados fossem idênticos, pois há farinhas mais grossas e finas, caras e baratas, perversas e simplórias, espertas e toscas. Objetivada na figura arquetípica do coronel (a farinha genérica), é da relação entre eles que surge a unidade. Isto é, o que os aproxima, os torna iguais, é sua interdependência, pois, como notou Leal (1975, p. 43), um coronel não se sustenta sem outros coronéis, configurando uma cadeia cujos elos mantêm sua influência:

quando são boas as relações entre poder privado e poder instituído, pode o “coronel” desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública. E assim surge este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial.

Vê-se que o único fator desestabilizador neste tipo de arranjo são disputas entre facções. Estas, porém, não constituíam risco ao sistema, com acomodações se dando no tempo da política ao arejar possíveis tensões através de novos acordos e compromissos. E aqui se tem um terceiro segredo de coronéis como Pinheiro Machado: na “brincadeira”, quem melhor se equilibra na gangorra, oscilando conforme seu ritmo, mais influência terá. De fato, se pensado em termos do sistema coronelista, “o problema” a que se refere Leal “não é de ordem pessoal”. Mas caso se olhe para os sujeitos que o mantêm funcionando, vê-se que é justamente a personalidade do agente (a qualidade da farinha) que conta. Assim, somados os três segredos, diferenciando um coronel sagaz de outro que só “jogava o jogo” está a aptidão pessoal de: manipular a lógica do favor e da promessa; valer-se da dissimulação e cordialidade interessada;

saber a hora de agradar ou ceder a um aliado ou, ao contrário, traí-lo; intuir quando “apertar a corda” de alguém mais abaixo ou ameaçar e punir um desafeto.

Claro que, a despeito desse domínio, ser “oposicionista no âmbito municipal é tão desconfortável que a regra é ficar na oposição só quem não pôde ficar com o governo” (LEAL, 1975, p. 48). Em Antares, sendo impossível essa opção, com Campolargos na situação a influência Vacariana diminuiria nos 25 anos seguintes, pois, “sem recursos para enfrentar seus inimigos crônicos”, agora com eles competiam “em outros terrenos que não na política” (VERÍSSIMO, 1997, p. 27). Já seus rivais se esforçavam em ficar próximo de quem dominava a política gaúcha:

Em 1903 Benjamim Campolargo foi ao enterro de Júlio de Castilhos e [...] aproveitou para visitar o Dr. Borges de Medeiros [...]. Ouviu [...] os maiores elogios ao caráter do presidente [da província], [...mas] voltou para Antares incontaminado pelas virtudes morais de seu chefe. Continuou a perseguir a oposição, a coagir juízes, promotores e jurados. Governava despoticamente o município, onde os maragatos eram minoria. Tornou-se assim, como tantos outros chefes políticos municipais do Rio Grande do Sul, uma espécie de “príncipe eleitor”. (VERÍSSIMO, 1997, p. 29)

Se no tempo de mandões como Chico Vacariano já valia a famosa frase, supostamente dita por um político mineiro segundo Leal (1975, p. 39), “para os amigos pão, para os inimigos pau”, no tempo das facções agrega-se outra mais sutil, mas com mesmo significado: “aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica à lei”. E Benjamim não seria exceção, pois

opressão, violência, crueldade também foram armas usadas pelos coronéis para captar e conservar votos, tão empregados e usuais quanto favores e benefícios. [...] Se o coronel era da “situação”, seus apaniguados tinham liberdade de ação para fazer o que quisessem [...]; quando [...] na “oposição”, porém, era como se a maldição se tivesse abatido sobre ele e sua gente: eram perseguidos, maltratados, aprisionados, e revidavam pagando violência com violência. (QUEIROZ, 1976, p. 173-178)

A conduta do patriarca Campolargo se coaduna com outra máxima de Leal (1975): para o caudilho, na política “só há uma vergonha, perder”. Mas se “aquele que pode fazer o bem se torna mais poderoso quando está em condições de fazer o mal”, ainda assim é preciso contar com “o apoio do oficialismo estadual, seja por ação, seja por omissão” (LEAL, 1975, p. 47). Ao dominar o resultado do tempo da política e respaldado por seu chefe Borges de Medeiros (a quem interessava o voto de um “príncipe eleitor”), Benjamim continuaria a fazer o que outros como ele fizeram (“perseguir oposição, coagir juízes, promotores e jurados”), sendo “justamente esta autonomia extralegal que consiste a carta-branca que o governo estadual outorga ao correligionário local em

cumprimento da sua prestação no compromisso típico do ‘coronelismo’” (LEAL, 1975, p. 51). Porém, ao “favorecer amigos, o chefe local resvala para a zona confusa entre o legal e o ilícito ou penetra no domínio da delinquência” (LEAL, 1975, p. 39). Delinquência que atualiza outra mais antiga, de Chico Vaca, que, lembrando, “se apossou pela força de léguas de campo de outros estancieiros vizinhos, que pôs em fuga”, e cujo pai “roubou na Argentina boa parte do rebanho de gado” que ele então possuía.

Mas mesmo na oposição Vacarianos não deixaram o campo de batalha e muito menos inimizades foram esquecidas, estando só à espera de um motivo, uma intriga que reacendesse rusgas passadas e quem sabe levasse à mudança na relação de forças. Assim que, em 1923

os partidários do Dr. Assis Brasil [...] haviam feito a sua revolução. Xisto Vacariano a princípio pensara em ficar sossegado em sua estância (não tinha muita simpatia pessoal por Assis Brasil), mas como lhe tivesse chegado aos ouvidos o rumor de que Benjamim Campolargo ia mandar prender todos os Vacarianos machos, decidiu “ir para a coxilha” com os filhos, irmãos, genros, netos, sobrinhos, amigos, peões e demais cupinchas: cento e vinte homens ao todo. (VERÍSSIMO, 1997, p. 30)

Como se vê, não foram convicções ideológicas que levaram o chefe Vacariano a lutar na “Revolução”. Nem a lealdade de ocasião a um aliado do qual não tinha “muita simpatia pessoal” (note-se o uso do termo “pessoal” e não simpatia política ou afinidade ideológica). É o movimento de Benjamim que agirá como fagulha num imaginário povoado por antigas rivalidades e cujo braseiro fez com que Vacarianos subissem a “coxilha” (na linguagem campeira, ir à guerra). O evento faz pensar ainda em outro costume, já citado, da elite agrária: a preferência por casamentos entre parentes, protegidos, pessoas de confiança ou que tivessem algo a compartilhar (terras, homens, votos, influência etc.). Estes, ao funcionarem como caderneta de poupança a ser resgatada, permitem a Xisto levar à “coxilha” grande parte da “sua gente”, isto é, “filhos, irmãos, genros, netos, sobrinhos, amigos, peões e cupinchas: cento e vinte homens”. E Veríssimo explica em detalhe como fora construída tal mobilização:

até fins do século anterior Vacarianos e Campolargos haviam cultivado deliberadamente a endogamia, não com a finalidade de manter a pureza de suas estirpes, mas por motivos práticos, principalmente de ordem econômica. Queriam evitar, no caso das heranças, não só a divisão das terras do clã como complicações nos inventários. Esses casamentos entre primos e primas – quase sempre sem amor e nem mesmo desejo – eram não raro ajustados pelos pais [...], finda a minguada lua-de-mel, a mulher ficava em casa a engordar, a ter filhos e a cuidar (ou não) deles, ao passo que o marido passava boa parte da noite no Clube Comercial, jogando pôquer, ou na casa da amante, com a qual, continuando uma tradição

centenária, também tinha filhos, que não reconhecia legalmente. (VERÍSSIMO, 1997, p. 32)

Descrição que se encaixa na chamada lei do “morgadio” citada por Vianna (1987, p. 186):

os bens móveis passando para o filho primogênito [...] e toda a família tem assim, na individualidade tradicional dos domínios, a impressão material da sua própria unidade, da sua permanência e continuidade no espaço e no tempo. No sul, nas zonas agrícolas como nas zonas pastoris, deu-se também o mesmo.¹⁶

Se não é por acaso a naturalidade com que se lidava com a “ausência do amor” nas duas famílias antarienses, também não houve, quando o filho de Xisto Vacariano, Tibério, assumiu a chefia do clã, “problemas de inventário, não apareceu nenhum advogado cabresteando filhos ou filhas naturais do velho Xisto, embora houvesse as pencas” (VERÍSSIMO, 1997, p. 38). E se a “indivisibilidade do domínio assegura a permanência dos laços da solidariedade familiar” (VIANNA, 1987, p. 186), mantê-los ampliava a influência de Campolargos e Vacarianos ao produzir parentesco para além do ambiente local. Como lembra Queiroz (1976, p. 180), “a distância geográfica não era empecilho para casamentos interparentelas, muito pelo contrário: buscar mulher ou marido em regiões afastadas era estabelecer nelas uma ponta de lança, uma possibilidade de ingerência nos negócios ou na política de outros locais”. Assim, visto que o nome da família aparecia antes ou ao menos junto do indivíduo ao usar a autoridade de sua ascendência, na “tendência ao casamento entre parentes, [...] entre tios e sobrinhas e primos e primas”, estava uma das razões “do seu prestígio eleitoral e político” (VIANNA, 1987, p. 202).

Tempos de progresso e coronéis malandros

Mas enquanto seguia o tempo dos coronéis, certas “novidades”, segundo Veríssimo, foram silenciosamente alterando a vida em Antares, com os anos 1920 trazendo

muito progresso [...]. Em 1924 uma firma norte-americana instalou um frigorífico – o que levou o [...] diário local a afirmar que Antares [...] começava a industrializar-se. O telégrafo, o cinema, os jornais e revistas que vinham de fora, a estrada de ferro e [...] o rádio contribuíram para aproximar o mundo de Antares. Forasteiros também muito faziam pelo progresso social e cultural da cidade: magistrados, promotores públicos, funcionários do governo estadual e federal, caixeiros-viajantes. [...] várias mudanças eram já visíveis e audíveis no modo de vida tanto dos Campolargos como dos Vacarianos. No começo do século membros das

¹⁶ Preocupação não exclusiva de fazendeiros, sendo comum do Nordeste ao Sul do país, como mostram Moura (1978) e Woortmann (1995). No Sul, por exemplo, descendentes de italianos e alemães adotaram o sistema de *Minorato*: enquanto filhos homens eram incentivados a sair em busca de novas terras e as filhas a morar na terra do futuro marido ou da família deste, o filho mais novo ficava com os pais até herdá-la após sua morte.

gerações mais novas [...] tinham sido mandados estudar em Porto Alegre. Muitos voltaram depois de terminado pelo menos o curso ginasial e alguns obtiveram até diplomas de doutor em Direito, Medicina ou Engenharia [...]. Fosse como fosse, todos traziam para Antares uma visão mais larga do mundo e da vida. (VERÍSSIMO, 1997, p. 31)

Somados à luz elétrica, telefone, automóvel, serviço postal, time de futebol e clube social, em 20 anos chegaria a Antares frigorífico, telégrafo, rádio, cinema, jornais, revistas, ferrovia e novos “forasteiros” (promotor, magistrado, caixeiro, funcionário público). Se, como notou Fresnot (1977, p. 61), o inimigo é, “para a casta dos coronéis, o progresso em geral”, com a “industrialização tornando caduco o poder do coronelismo”, tais mudanças fizeram com que, mesmo “no seio do próprio eleitorado rural”, ocorressem “‘traições’ dos empregados aos fazendeiros”, sendo a principal delas, segundo “observadores locais” (LEAL, 1975, p. 36),

a propaganda radiofônica. Nas cidades do interior já são numerosos os aparelhos [...] e o rádio já se vai introduzindo nas próprias fazendas [...]. A maior facilidade de arranjar emprego nas cidades e as notícias que a respeito lhes chegam de parentes e amigos [...] reduzem o grau de sua dependência em relação ao proprietário da terra.

Outra novidade que chega a Antares nos anos 1920 foram certas “rebeldias das novas gerações” que atingiram a prática da endogamia, pois “membros de outras famílias locais e forasteiros haviam começado a entrar nas cidadelas dos Vacarianos e Campolargos pela porta do casamento” (VERÍSSIMO, 1997, p. 32). Ademais, as “gerações mais novas” seguiram indo estudar na capital até o “incidente” nos anos 1960, quando, com uma equipe de “pesquisadores e alunos de ciências sociais”, volta à cidade natal o neto do coronel Tibério Vacariano, o qual sucederia Xisto na liderança da família após sua morte em 1925. Reunidos para planejar a pesquisa, Martim Terra, diretor da equipe, teria dito aos colegas:

esses meses de verão coincidem com as férias [...] dos estudantes de Antares que freqüentam universidades aqui em Porto Alegre, em São Paulo ou no Rio. Acho que esses jovens, em geral filhos de estancieiros ricos, são tão importantes como transmissores de ideias, atitudes morais e hábitos novos quanto... digamos, os pássaros e o vento no processo e polinização. (VERÍSSIMO, 1997, p. 126)

Costa Pinto (1949, p. 20) compartilha da ideia de que a vinda do que chama de “neutros” a pequenas localidades atua como fator transformador ao gerar maior “segmentação” na “divisão do trabalho”. Esta, pela “multiplicação de grupos profissionais especializados”, ampliaria o “comércio, as trocas e o contato mais regular com o exterior”, permitindo “aos indivíduos uma maior participação em outros círculos

e esferas sociais”. Ainda para o autor, tal “divisão” teria contribuído para o declínio dos confrontos entre famílias rivais, visto que

uma guerra privada [...] não pode passar sem comprometer a fundo os interesses de outros grupos alheios à contenda [...]. Tendem as lutas familiares se terminarem [...] pela intromissão do poder social que ilegaliza a vingança, pelo enfraquecimento da família, pela desagregação da justiça privada ante a justiça pública [...]. O papel dos mediadores avulta de importância [...] e agora não haverá tanta humilhação em aceitar uma compensação; ao contrário, o espírito de conciliação é louvado e estimulado. (COSTA PINTO, 1949, p. 39)

Já Holanda (2004), além de ver na industrialização um meio de suprimir, pela separação entre empregados e patrões, a pessoalidade entre ambos, percebe a urbanização das cidades como fator desestruturador do personalismo ao afastar o Estado da influência da organização familiar. Enfim, não faltariam intérpretes anteriores e contemporâneos de Veríssimo a mostrar a relevância das mudanças vividas em Antares no período. Mesmo a história não confirmando a esperança de que a modernização (e, após os anos 1950, o desenvolvimento) seria eficaz na eliminação de certas práticas ditas “arcaicas”, Veríssimo, em sintonia com o pensamento social da época, mostra como elas criaram um clima propício para que se fizesse a “paz” entre as duas oligarquias através daquela que se tornaria a maior liderança política gaúcha:

[em] 1925 apareceu sorrateiro em Antares um membro da prestigiosa família Vargas [...]. Homem sereno, feições e maneiras agradáveis, sabia usar a cabeça com lúcida frieza e possuía qualidades carismáticas [...]. Dizia pouco e perguntava muito. Frio, sabia jogar com dois fatores importantes da vida: o tempo e as fraquezas humanas. Conseguiu reunir Xisto Vacariano e Benjamim Campolargo na casa dum amigo comum [...]. Quando os dois sátrapas locais [com mais de 80 anos] deram pela conta, estavam já frente a frente, fechados a chave com o Dr. Getúlio [...]. – Estou aqui a mandado de meu velho pai Manoel [que] me fez portador dum pedido [...]. Os amigos hão de concordar que os tempos estão mudando [...]. Precisamos pacificar definitivamente o Rio Grande para podermos enfrentar unidos o que vem por aí [...]. Pois o velho Manuel apela para que façam as pazes, apertem-se as mãos, esqueçam as diferenças e agravos do passado e daqui por diante trabalhem juntos pelo progresso e grandeza de nossa terra. Não há nenhum desdouro nesta reconciliação [...]. Vamos, apertem-se as mãos! O que passou passou. (VERÍSSIMO, 1997, p. 34)

A astúcia de Vargas vinha dele “saber jogar” e dominar com precisão a política da gangorra ao transitar habilmente pelo intrincado mundo de artimanhas, interesses e relações pessoais. Aptidão confirmada, mesmo a contragosto, na aquiescência dos dois

octogenários ao “pedido” de seu pai (autoria que poderia facilmente ser invenção sua). Mas a despeito de Benjamim e Xisto relutarem em aceitar não ser “mais os senhores absolutos dentro de seus feudos” (VERÍSSIMO, 1997, p. 26), condição que não retornaria, o que Costa Pinto, Queiroz, Leal, Fresnot, Holanda e o autor descrevem é a paulatina derivação das lutas entre famílias do campo da violência física para outros tipos de confronto, em que a disputa na eleição municipal é sem dúvida a mais visível, mas não só, como se viu no episódio dos automóveis.

Ao mesmo tempo, mostram como o poder local vai se reajustando, com o controle tendo de ser buscado por meio da barganha para conseguir votos e do favor de políticos mais altos na hierarquia institucional. Só assim, através desse jogo nada confortável e incerto, se entende como Campolargos e Vacarianos seguiram dominando politicamente municípios como Antares. Incerteza e desconforto que aumentariam com o fim do coronelismo como sistema político, exigindo não só flexibilidade, mas muita ginga, como se verá, para continuar exercendo influência perante a população. E se muitos lograram seguir o conselho de outro coronel também inventado, personagem do filme *Diário da província* (1978), sobre como agir após a revolução de 1930: “mudar para permanecer”, outros nem tanto. Do lado dos Campolargos, a personalidade do “único descendente macho do falecido Benjamim”, Zózimo, quando da morte do pai, destoava da imagem tradicional de um coronel:

homem sem nenhuma vocação para a liderança, [...] ficou desconcertado quando se viu feito patriarca do clã dos Campolargos. Por sorte ou desgraça [...] sua mulher Quitéria, uma Campolargo tanto por parte de pai como de mãe, era uma criatura enérgica e inteligente, senhora de razoáveis leituras e até duma certa astúcia política, de maneira que, depois da morte do velho Benjamim, embora Zózimo empunhasse, sem o menor gabo, o cetro de patriarca, D. Quita [...] passara a ser a “eminência parda”, o “poder por trás do trono”. (VERÍSSIMO, 1997, p. 29)

Note-se que ao longo do texto o que aparece não é tanto a fraqueza de Zózimo, cujo nome, além da fácil associação a “zozzo” e ser conhecido entre católicos como “guerreiro abnegado”, tem na raiz etimológica o sentido de “fresco”.¹⁷ Até o final, quem se destaca é a forte Quitéria, determinação que está na história de sua homônima santa, perseguida e executada pelo próprio pai ao se recusar a casar com o cortesão que por ele lhe havia sido escolhido como esposo. Construída por Veríssimo em contraponto ao apático, servil e “abnegado” marido, seu papel ao assumir a direção da família contrasta com o que se esperaria da mulher de um coronel, descrita muitas vezes como frágil e

¹⁷ Embora Zózimo vire mero coadjuvante, por vezes surge no texto, como na revolução de 1930, quando, ao contrário de Tibério, “se deixou ficar na sua vidoca, lendo lenta e interminavelmente os jornais, indo de vez em quando ao cinema (gostava especialmente dos filmes de *cow-boys*), tomando o seu chimarrão habitual e relendo romances de Camilo Castelo Branco, Machado de Assis e Eça de Queiroz” (VERÍSSIMO, 1997, p. 31).

dependente da vontade deste ou, como lembra ironicamente Cândido, “uma flor nervosa de estufa deitada na rede, comendo docinhos” (1951 *apud* QUEIROZ, 1976, p. 193).

Caso de Briolanja que, casada com Tibério e cumprindo com este o devido papel de esposa esperado à época, fazia o “tipo dona de casa, ocupada e preocupada com os filhos, netos e os deveres domésticos, isso para não falar na sua devoção ao marido” (VERÍSSIMO, 1997, p. 30). Aliás, também o nome (segundo o texto, “de sabor arcaico”) diz sobre a personagem Briolanja, sendo retirado da obra *Amadis de Gaula* que, escrita no século XIV, faz parte do chamado “ciclo de romances de cavalaria”,¹⁸ cujo enredo, marcado pela afirmação de uma sociedade medieval e seus valores aristocráticos, baseia-se em proezas e façanhas de um herói em busca do seu amor nobre, virgem, puro e, tal como o nome da esposa de Chico Vaca, angelical.

Mas neste momento surge outra vez a justaposição de opostos tão ao gosto de Veríssimo ao tratar de forma menos absoluta o lugar da mulher em famílias poderosas como as de Antares. Queiroz (1976, p. 193), após admitir ser “a mulher brasileira de classe superior submissa ao marido, como regra geral”, comenta haver quem ocupasse “posição de mando [...]. Sua cooperação se estendia à área política; muito embora não pudesse votar, tomava partido, organizava encontros, chegando a dirigir a facção política a que pertencia o marido, desde que este não se mostrasse dos mais aptos”. Eis Dona Quita e seu esposo Zózimo. Casal que, de maneira muito peculiar, atualiza a diferença entre as duas famílias poderosas de Antares ao contrastar com o par formado por Briolanja e Tibério.

Já este último irá tentar de início manter funcionando o modo tradicional de fazer política, com “o governo, além do conformismo do eleitorado ‘coronelistas’, ainda se valendo da fraude e da coação para vencer nas urnas” (LEAL, 1987, p. X). Na eleição de 1930, por exemplo, esquecendo por completo as desavenças do passado com os Campolargos,

atirou-se com entusiasmo à propaganda eleitoral do “homenzinho de São Borja”. No dia das eleições nacionais ajudou pica-paus [apelido dos rivais maragatos em 1893] a falsificar atas, fazendo todos os defuntos do cemitério local votar [...]. Andava de mesa eleitoral em mesa eleitoral oferecendo sugestões no sentido de aumentar fraudulentamente o número de votos favoráveis a Getúlio Vargas. Os fiscais do candidato oficial, em geral funcionários públicos federais [...] faziam vista grossa a todas essas bandalheiras. (VERÍSSIMO, 1997, p. 40)

Aqui Tibério parece cumprir à risca o diagnóstico de Schwarz (2000, p. 19) sobre o modo como, no Brasil oitocentista, certa ideologia liberal à brasileira pôde conviver com

¹⁸ Sobre o tema, ver Lopes (2011).

a continuidade do sistema escravista: 40 anos depois de seu fim, também em Antares “o teste da coerência não parecia decisivo” ao ser “evocada ou suspensa conforme a circunstância”, atribuindo-se, “com método, independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções”. Após fazer os defuntos votarem, “quando em 1930 o Congresso Nacional proclamou a vitória de Washington Luís, Tibério berrou na praça de Antares: “Fomos esbulhados! Esses ladrões só nos podiam vencer em eleições fraudulentas! Agora só há um caminho: a revolução!” (VERÍSSIMO, 1997, p. 40). De fato, “é como se coerência e generalidade não pesassem muito” (SCHWARZ, 2000, p. 18).

Como se sabe, em suas *Ideias fora de lugar* o autor mostra como, ao longo da história do país, a prática social do favor passou a significar (e possibilitar) um meio de afirmação da pessoa livre (esteja ela ocupando posição social mais acima ou subalterna na hierarquia social), com o liberalismo incorporado a sua dinâmica de funcionamento e disso resultando a perda de seu caráter universalista. Ocorre que, mantido o traço hierárquico entre classes e grupos sociais no Brasil mesmo após 1888¹⁹ (DAMATTA, 1981), não só reprodução e reforço da desigualdade subentendida na lógica do favor permaneceram, mas também, como ilustra o comportamento do coronel Tibério, o jogo de aparências combinado com fingimento e oportunismo. Com efeito, embora se referindo a temas e tempos históricos diferentes, se para Schwarz (2000, p. 12) “entre nós as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original”, para DaMatta (1981, p. 68) por aqui teria se afirmado “uma ideologia que permite conciliar uma série de impulsos contraditórios [...] sem que se crie um plano para sua transformação profunda”.

Característica que Veríssimo deixa mais do que visível através da trajetória (desde que surge na narrativa até o final do livro) de Tibério, mostrando que a confluência entre ganho pessoal e interesses locais ou de ocasião (cuja valorização confere força política àqueles que conseguem monopolizá-los) acaba preponderando em detrimento de objetivos gerais e coletivos. O que leva, como notaram Schwartz e DaMatta, este e outros tantos personagens da política nacional a não ter ideologia definida, a não ser que uma eventual adesão a esta ou aquela ideia programática, tomada de empréstimo (geralmente de última hora), lhe permita garantir ou aumentar sua influência local.

É o que se passa em Antares no final do primeiro período Vargas, quando retornam os pleitos eleitorais e Tibé (como o chamava Dona Quitéria e amigos próximos), vendo crescer a oposição ao caudilho de São Borja, se interessa em prospectar sobre a correlação de forças após a saída deste em 1945:

¹⁹ Ver a seguir.

as eleições presidenciais haviam sido marcadas oficialmente para o dia 2 de dezembro daquele mesmo ano. Um dia um amigo “libertalóide” de Tibério encontrou-o no saguão de um dos ministérios e saudou-o de longe com um gesto de mão e estas palavras: “a procissão está na rua, meu velho!”. Tibério sacudiu a cabeça, num assentimento, e ficou pensando: “Que a procissão está na rua eu sei. Só não sei ainda que santo, que irmandade vou seguir”. (VERÍSSIMO, 1997, p. 53)

O episódio logo remete a outro comentário de Vitor Nunes Leal (1975, p. 37-41): sendo “responsável pelas vitórias eleitorais do candidato do oficialismo [...], quando vê a necessidade de mudar de partido (o que significa geralmente aderir ao governo), o chefe local – ou ‘coronel’ – retarda seu pronunciamento”; o que o faz “ser frequentemente acusado de não ter ideal político”. Mas Veríssimo revela outra vez mais como operava a lógica incerta de pensamento dos coronéis (para os quais, como visto com Schwarz, “o teste da coerência não parecia decisivo”):

no dia das eleições, quando chegou a sua hora de votar, ele próprio, Tibério Vacariano, hesitou por um instante dentro da cabina (não se habituava com o voto secreto, que chamava de “voto de covarde”). E para não “embromar” a marcha da eleição, soltou um “que bosta!” e, num impulso sentimental, votou em Getúlio Vargas. (VERÍSSIMO, 1997, p. 62)

Se, por um lado, Tibério não gostava do voto secreto, um “voto de covarde”, ele próprio fez uso deste e no final se acovardou, pois, tendo feito campanha contra o candidato à Presidência apoiado por Vargas, se o pleito fosse aberto provavelmente não teria condições de soltar “um bosta” e seguir seu “impulso”. Aliás, voltando à canção de Chico Buarque, se sua decisão tem um “fundo sentimental”, mesma frase seria repetida por Dona Quitéria anos mais tarde ao saber da morte de Getúlio Vargas: “somos todos uns sentimentais, Tibé. Um povo como o nosso adora as meias soluções, as compressas d’água quente. Nada é sério mesmo, neste país” (VERÍSSIMO, 1997, p. 87). Compressas (nada sérias) que se estendem às relações raciais, como na resposta de Tibé ao comentário de Zózimo:

– Também não sabia que tinhas virado racista.

– Racista eu? Ora, não sejas bobo. Sabes como trato a minha negrada. Eles me adoram. Mamei nos peitos duma negra-mina. Me criei no meio de moleques pretos retintos. Quando leio esses casos de ódio racial nos Estados Unidos, comento a coisa com a Lanja [como chama sua esposa] e lhe digo que no Brasil a gente, graças a Deus, não tem esses problemas, pois aqui o negro sabe o seu lugar. (VERÍSSIMO, 1997, p. 46)

Como esmiúça em detalhes DaMatta (1981, p. 75) ao destrinchar o que chama de “fábula das três raças”, em sociedades hierarquizadas como o Brasil, onde “as pessoas se ligam entre si e essas ligações são consideradas fundamentais [...], o senhor não se sente

ameaçado ou culpado por estar submetendo um outro homem [...] ao trabalho duro [...], mas, pelo contrário, vê o negro como seu complemento natural”. Neste caso, para o autor (1981, p. 75-76), “o ponto crítico de todo sistema é sua profunda desigualdade. Ninguém é igual entre si ou perante a lei. [...] ‘cada coisa tem um lugar demarcado e, como colorário, cada lugar tem sua coisa’” dentro de um sistema de relações sociais “orientado do modo vertical: para cima e para baixo, nunca para os lados”. Por outro lado, é hoje farta a literatura mostrando como, ao contrário das idealizações freyreanas (2001) sobre nosso “encontro racial” (descrito como consensual, para não dizer afetuosos, quase fraterno),²⁰ e de modo semelhante ao liberalismo enviesado, tivemos aqui também um “racismo à brasileira”. Discriminação via de regra encoberta por uma alegada “intimidade” de quem parece próximo, quase da família e por quem se tem “consideração”, mas que ao final vive num mundo à parte, pois, ainda que lhe seja permitido transitar pela Casa Grande, seu lugar continua sendo a senzala, para onde deve sempre voltar e se conformar com “o seu lugar”.²¹

Mas voltemos um pouco no tempo para entender o porquê de nosso anti-herói “hesitar na cabina” ao dar seu voto ao homenzinho de São Borja. Seguindo a cartilha do coronel padrão, na “sua primeira visita ao Rio”, em 1934, como “muitos dos capitães e soldados da revolução que levava Vargas ao poder” e que “agora cobravam seu soldo de guerra” (VERÍSSIMO, 1997, p. 32), Tibério

teve um rápido colóquio com o presidente, que o recebeu com afabilidade, no Palácio do Catete, declarando-lhe: “O senhor, coronel, é o meu homem de confiança em Antares”. Tibério aproveitou a oportunidade para conseguir com o chefe da nação bons empregos em repartições públicas federais para alguns de seus parentes e amigos. Fez esses pedidos como quem quer dar a entender que ele, Vacariano, não queria nada para si mesmo, pois “Deus me livre, Presidente, abusar duma amizade”.

Pelo tratamento entre ambos, parece ainda vigorar a relação coronelista entre chefes locais e seus “amigos” no governo federal. Contudo, se entre 1930 e 1945 desarma-se a mola propulsora do sistema (a eleição), com ela desaparece o bem mais precioso a ser trocado (o voto). O que força Tibério a buscar manter sua influência tentando se aproximar o mais possível do centro do poder, inclusive fisicamente:

²⁰ Como em sua suposição de que “talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil” (FREYRE, 2001, p. 123).

²¹ De fato, Tibério sintetiza, em diversos momentos, atitudes e pensamentos racistas arraigados no comportamento social. Porém, ciente de que só esta questão, recorrente na obra de Veríssimo, mereceria um tratamento apurado e análise cuidadosa, visto sua importância para entender a realidade do país, deixo-a aqui por ora para retomá-la em outro momento.

ao chegar ao Rio, em maio de 1938, a primeira coisa que Tibério fez foi visitar Getúlio Vargas e reafirmar-lhe sua solidariedade pessoal e política [...]. Naquele mesmo ano [...] comprou um apartamento na Av. Atlântica com o auxílio dum empréstimo conseguido rapidamente no Banco do Brasil graças a um cartão com umas palavrinhas do Homem. Pretendia dali por diante passar uma parte do ano no Rio e a outra em Antares. (VERÍSSIMO, 1997, p. 43)

Sem Tibério notar, o “soldo de guerra” cobrado pelos “capitães da revolução” havia sido quitado. Embora tente jogar o mesmo jogo de Xisto com Pinheiro Machado, sua desvantagem é nítida, pois o que pode oferecer em troca das “palavrinhas do Homem” é ser seu “homem de confiança” em Antares, algo que, para o ditador do Estado Novo, não conta tanto, visto poder rapidamente decidir ter outro coronel confiável na cidade. Mas ainda assim, como se viu no encontro que celebrou a paz entre Campolargos e Vacarianos, o “frio” “homenzinho de São Borja”, que “sabia jogar” com suas “qualidades carismáticas” e “maneiras agradáveis”,

estabeleceu com os “coronéis” uma espécie de acordo tácito [...]. Com isso, manteve nas zonas rurais e nas cidades interioranas do País uma enorme força eleitoral conservadora, que se tornou o fiel da balança da política brasileira. Força eleitoral, porém, que se realimenta continuamente do clientelismo político e, portanto, de relações institucionais corruptas. (MARTINS, 1994, p. 32)

Além da atualização clientelista, agora ganha centralidade o agenciamento do “prestígio”, da “amizade” e das “boas relações” dos coronéis com quem ocupa posição mais elevada na hierarquia institucional. E nada mais natural que Tibério fosse viver no Rio de Janeiro, centro do poder político, peculiaridade notada por Leal (1975, p. 23):

o chefe municipal, depois de haver construído ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta [isto é, um ausente]. Só volta ao feudo político de tempos em tempos para descansar, visitar pessoas da família ou [...] para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República. O êxito nos negócios ou na profissão também pode contribuir para afastá-lo, embora conservando a chefia política do município.

Mas se o “êxito nos negócios” afastou-o de seu “feudo político”, Tibério não pode simplesmente abandoná-lo. Depois de viver metade do ano na capital federal, “entrava o mês de novembro [note-se, mês próximo ao verão gaúcho e ao clima morno que marca a política no pré-carnaval carioca] punha-se a caminho de Antares e das suas terras, onde tornava a ser o estancieiro, o patrão, o homem que manda, desmanda e grita”

(VERÍSSIMO, 1997, p. 36). Mas não só, pois seguem os favores concedidos pelo coronel, como quando de volta à cidade comenta a um amigo: “o padre me disse que a igreja está precisando de um reboco e tinta nova”. Também persiste o “filhotismo” na política, com o prefeito nos anos 1940 sendo “um primo-irmão” de Tibério, “pois o interventor federal não nomeava ninguém para cargos públicos [...] sem antes consultar o seu cacique” (VERÍSSIMO, 1997, p. 49). Assim, mantido o “acordo tácito” de Vargas com os coronéis, em “cidades interioranas” como Antares seguirão operando certas práticas coronelistas tal como descritas por Leal (1975, p. 44):

os próprios funcionários estaduais, que servem o lugar, são escolhidos por sua indicação. Professores primárias, coletor, funcionários da coleta, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde etc., para tantos cargos a indicação ou a aprovação do chefe local costuma ser de praxe.

Tanto favor, retribuição interessada e débito feito à custa do erário público seguiram ativos após 1930. Como nota Martins (1994, p. 29), além de o clientelismo político permanecer, em muitas regiões “ele se revigorou, embora mudando de forma, praticado por uma nova geração de políticos de fachada moderna [...]. Na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem, [...] o novo surge como desdobramento do velho”. Mas se, como também notou Murilo de Carvalho (1997, p. 3), a prática clientelística se amplia com o fim do coronelismo – visto agora “dispensar a presença do coronel”, passando a ocorrer mais livremente e sem intermediações entre governos, políticos e “setores pobres da população” –, as transformações por que passava Antares já não mais permitiam que coronéis reinassem como antes. E o que resta, como recurso, a um coronel de uma cidadezinha do interior como Antares? A malandragem coronelística:

em 1940 estava já funcionando a máquina que ele montara para ganhar dinheiro. [...] Tibério abriu um escritório de advocacia administrativa e começara a vender a mais abstrata das mercadorias: influência [...]. Jogava com seu prestígio pessoal, suas boas relações com indivíduos em postos-chave na engrenagem governamental. [...] tinha trânsito livre no Catete e em vários ministérios, e isso lhe valia boas comissões pagas [...] por quem quer que estivesse interessado em movimentar requerimentos encaixados no mar de sargaço das repartições públicas. (VERÍSSIMO, 1997, p. 35)

Se em Antares Tibério segue o “marco da tradição”, como diz Martins, na moderna capital carioca se revela exímio jogador no ambiente da “ordem” institucional. Num mesmo personagem, o novo chefe do clã Vacariano, que de 1930 até 1963 centraliza a narrativa, traduziria uma série de condutas arraigadas no imaginário social ligadas ao “jeitinho”, mas que, como mostra Barbosa (2006), logo podem se converter em prática

corrupta. Assim, fazendo o tipo ideal de outros coronéis que, de tão caricatos e grotescos, viraram personagens cômicos de filmes, romances e novelas, Tibério segue a máxima de que “é preciso mudar para permanecer”. Este, ao conhecer o Rio, logo notou que lá “havia ouro à flor do solo. Os primeiros faiscadores mexiam no cascalho das repartições públicas e dos ministérios. Alguns haviam encontrado veios riquíssimos. Era uma luta de apetites, choques de interesses, um torneio de prestígio, um jogo de pistolões” (VERÍSSIMO, 1997, p. 33).

De fato, ao comparar *Incidente em Antares* com novelas como *O Bem Amado* e *Roque Santeiro*, de Dias Gomes (1977, 1987), que foram ao ar em 1973 e 1985, respectivamente, surpreende a proximidade entre Tibério e os dois protagonistas de ambas, Odorico Paraguaçu e Sinhozinho Malta, a começar pelo caráter irreverente e ao mesmo tempo autoritário que marca suas condutas.²² Novamente lembrando a ambivalência contida em *Fado tropical*, se fazem por vezes o leitor/público rir de seus comentários e atitudes, esses três heróis negativos rapidamente mostram a violência que também os caracteriza. E, embora não seja permitida a comparação com o malandro Macunaíma (ver a seguir), Tibério dele trará um traço básico, pois Veríssimo, ao narrar sua trajetória, denunciar suas ilegalidades, imoralidades e racismos, pinta-o como um personagem sem nenhum caráter. Da mesma forma, seus inúmeros golpes e peripécias pelos corredores do poder fazem dele uma espécie de latifundiário Zé Carioca que, na capital federal, vira uma mistura estética do “vadio” e seu “lenço no pescoço” de Wilson Batista (1933) com o “rapaz folgado” de Noel Rosa (1934):

trajava com essa “elegância da fronteira” [...] camisas e gravatas de seda, ternos de linho branco, chapéu panamá. Era um bom contador de “causos”. Suas anedotas e relatos picarescos, temperados aqui e ali com castelhanismos oportunos, faziam sucesso, contribuindo para que [...] se tornasse uma figura popular [...]. Era visto com frequência na madrugada dos cassinos, na companhia de belas mulheres. Jogava roleta com alguma sorte. Teve uma amante húngara, que acabou abandonando “por cara”. (VERÍSSIMO, 1997, p. 35)

Mas aqui, tal como com Macunaíma, a alusão aos personagens cantados pelos dois sambistas deve ser situada, limitando-se aos trejeitos, características exteriores e de comportamento social do coronel antariense, os quais de fato lembram a descrição do malandro feita nas canções de Wilson Batista (que a ele se compara, enaltecendo-o) e Noel Rosa (criticando o autoelogio do colega). Ademais, no imaginário social – e de antropólogos, como notou “malandramente” Gilmar Rocha (2006) – a figura do

²² Por sinal, sendo as peças originais anteriores à *Incidente em Antares* (a primeira publicada em 1963 e a segunda, uma adaptação da peça *O berço do herói*, encenada em 1965), há sempre a possibilidade, como diversos outros trabalhos aqui citados, de Veríssimo tê-las acessado de alguma forma.

malandro dificilmente seria associada a quem ocupa lugar de poder, estando o arquétipo sempre transitando entre a ordem e a desordem, o patrão e o proletário, o capital e o trabalho, o tradicional e o moderno.

Ou seja, se cumpre em parte o último requisito ao se mostrar boêmio e mulherengo no Rio de Janeiro e mandão e carola em Antares, não seria possível qualificar Tibério Vacariano como marginal e periférico (embora possa ser qualificado como “marginal” no sentido policialesco, visto seu desrespeito às leis vigentes). O mesmo pode ser dito em relação a Macunaíma, pois, ainda que ambos sejam ardilosos e espertalhões, duas (entre várias outras) características os separam. Ao contrário do coronel e sua obsessão pela acumulação e reinvestimento da riqueza que adquire com suas trapaças, o personagem de Mario de Andrade, como bom malandro, se “se dá bem” com alguma artimanha, não lhe preocupa capitalizá-la, ao contrário, irá logo gastá-la e assim voltar à condição em que antes se encontrava. Ademais, diferente de Macunaíma, que, como diz um de seus grandes comentaristas, “não tem preconceitos, não se cinge à moral de uma época” (CAVALCANTI PROENÇA, 1969, p. 9), Tibério tem por hábito fazer o jogo duplo e hipócrita de alegar ser um defensor da moral e dos bons costumes para, sempre que possível, transgredi-los.

Já por outro lado, aproxima-o do malandro (o mesmo valendo para Sinhozinho Malta e Odorico Paraguaçu) seu individualismo exacerbado que, ao relativizar a ordem, nada tem de revolucionário, mas sim de egocêntrico. Da mesma forma, além de comporem dois emblemas nacionais (portanto, representativos do que significa ser brasileiro), o fato de ambos (malandro e coronel) transitarem entre o mundo da modernidade e os valores da tradição os faz serem vistos como elementos de nossa formação como nação a ser superados, algo pertencente ao passado, mas que, teimosamente, surge aqui e ali no dia a dia da vida cotidiana. E é nesse sentido que Tibério traz e conserva algo de ambos os personagens.

Ao mesmo tempo que mostrava “orgulho em ser tão vadio” (BATISTA, 1933) em suas “conversas de botequim” (ROSA; VADICO, 1935), não deixou de carregar o oportunismo de suas raízes coronelistas. Se “tinha fama de generoso” porque “as pessoas não chegavam a perceber bem que suas dádivas eram mais verbais que concretas”, o filho de Xisto “sabia administrar muito bem sua ‘generosidade’, exercendo-a apenas com pessoas que [...] pudessem um dia vir a ser-lhe úteis” (VERÍSSIMO, 1997, p. 35). Além disso, como visto, Tibério traz incorporado nele próprio a ambivalência da cordialidade buarqueana. Assim, seguiu o conselho de seu primo e sócio de que “esse negócio de bancar o valentão não dá resultado aqui no Rio”, mudando “de método”, pois “aos poucos aprendeu a paciente, a blandícia, a sinuosidade” e “recalçou suas

cargas de cavalaria ancestrais”. Contudo, em certas ocasiões, “quando todos os outros recursos se esgotavam, dava bom resultado segurar o sacripanta pelas lapelas, apertá-lo contra uma parede e rosnar: “Te quebro a cara, cafajeste!””. E se mesmo com intuito oportunista na capital federal mostra certa “generosidade”, em Antares voltava a ser “o estancieiro, o patrão, o homem que manda, desmanda e grita” (VERÍSSIMO, 1997, p. 35-36).

Como se vê, se seu pai Xisto dominava o jogo da gangorra, Tibério “administra” (ou amansa, na gíria gaúcha) a duplicidade emotiva do homem cordial: caso jeitinho e malandragem não funcionem, apela para a violência e autoridade do “sabe com quem tá falando?”. E aqui vem de novo a troça de Veríssimo com o nome dos personagens, pois seu xará romano, além de ter entrado na realeza pela porta dos fundos (pois não era filho do imperador Augusto, que casou com sua mãe e depois o adotou), só sucedeu seu pai porque foi vendo serem gradativamente mortos os demais pretendentes ao trono (aliás, foi no seu reinado que Jesus foi crucificado). Ou seja, ainda que Tibério tenha herdado o posto de coronel, este veio já, no tempo histórico que dele pôde desfrutar, sem muita majestade.

Mas de todas as suas falcatruas anteriores, há uma que melhor ilustra as mudanças em curso nos anos 1950 e que tem início num diálogo travado nos corredores da política carioca:

– Diga pro seu Lins que descobri o lugar ideal para a fábrica dele. [...] sou meio dono duma cidade [...] e se ele quiser estabelecer o negócio dele em Antares, arrumo tudo: o terreno para a fábrica, material de construção a preço baixo e [...] cinco anos de isenção de impostos municipais! O prefeito é meu sobrinho e tenho na mão a Câmara de Vereadores [...] – Mr. Ling quer saber das suas condições. As minhas condições? Rá, quero apenas contribuir para o progresso industrial da minha cidade, que diabo! Na realidade pretendia fazer o chim assinar um compromisso de compra de toda a sua safra anual de soja, vender-lhe um de seus terrenos para construção da fábrica e [...] ganhar algumas ações da companhia em troca de todos esses “favores”. Menos de um ano mais tarde inaugurava-se em Antares a Cia. Óleos Sol do Pampa, da qual Tibério possuía 500 ações [...], conseguira impingir ao chinês um de seus muitos terrenos [...] e] tinha agora comprador certo para toda a sua produção de feijão-soja. (VERÍSSIMO, 1997, p. 65-66)

Em suma, se a partir de 1930 Antares teve à frente dos Campolargos uma mulher “forte”, “astuta” e “inteligente” como Dona Quita, do lado dos Vacarianos a chefia caberá a um coronel travestido de malandro. Sem entrar no debate, sugerido por Chico de Oliveira (2012), de saber se o jeitinho é ou não “um atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas”, basta por ora aceitar este ser, ao

menos, praticado por ambas as classes.²³ Tal como o perfil do malandro traçado por DaMatta (1997), Tibé, além de manipular com maestria o improviso, de roubar “com ‘jeito’ invocando simpatia e empatia”, de dominar a “arte de sobreviver nas situações” em que se está “claramente fora ou longe da lei”, de controlar a arte de juntar o impessoal (engrenagem governamental) com o pessoal (prestígio e boas relações), de fazer da desvantagem uma vantagem, é também um pouco palhaço. Contudo, ao contrário da sagacidade bem posicionada de seu pai ao transitar pelas gangorras da barganha, ao se render à rele trapaça, Tibério vira um mero vigarista. E aqui Veríssimo, ao mostrar a “esperteza” de Tibério, na verdade o ridiculariza, o rebaixa ao nível do bufão, fanfarrão que, a cada vigarice, vai perdendo sua graça. Mais ainda, pois de sagaz e astuto o coronel não só passa à farsante e embusteiro, mas se afasta do malandro para se aproximar do bandido, com o jeitinho dando lugar à mera prática corrupta. Além disso, por mais vantajoso que possa ter sido, por trás do episódio com o chinês “Mr. Ling” (que Tibério, como um desajeitado palhaço de circo, troca o nome por “seu Lins”) esconde-se a decadência e o anacronismo dos coronéis:

o comum, nos dias de hoje [anos 1940], é o fazendeiro apenas “remediado”: gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas. (LEAL, 1975, p. 24)

Mesmo conservando certo prestígio (no Rio) e ainda temido (em Antares), Tibério não será o dono da “Cia. Óleos Sol do Pampa”, mas sim um estrangeiro. O mesmo ocorre com as duas outras “companhias” frigoríficas existentes em Antares à época do *Incidente*, em 1963, ambas multinacionais dirigidas pelo estadunidense Jefferson Monroe III e pelo francês Jean-François Duplessis. É o moderno, por meio da acumulação de capital, se mesclando, se amalgamando e, sobretudo, se utilizando do tradicional (Vacariano) e do malandro (Tibério) para seguir sua acumulação. Sinal claro de tal fragilidade viria em 1961 à época da campanha da legalidade, quando Tibé, diferente de seus antecessores, ao “reunir gente” para uma guerra que via como “inevitável”,

cinco dias depois não tinha conseguido juntar sequer cinquenta homens. Ficou desapontado e esse desapontamento transformou-se em irritação quando leu no jornal local que os janguistas de Antares tinham oferecido a Brizola [...] setecentos e cinquenta homens [...]. – Os tempos mudaram, Tibé – disse-lhe uma noite com triste resignação um seu correligionário. –

²³ Como sustenta o autor (2012, p. 3), “a burla é uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema. Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade. As classes dominantes então ‘se viram’, dão um jeitinho para garantir a coesão de um sistema troncho e, *comme il faut*, a exploração”.

Há muitos anos que estamos em minoria. Já não temos a força e o prestígio de antigamente. (VERÍSSIMO, 1997, p. 123)

Já nos anos 1940 Leal (1975, p. 57) antevia a constatação do correligionário: “longe estão os ‘coronéis’ de hoje e de ontem – que tão repetidamente têm que apelar para o braço do delegado de polícia – daqueles rebeldes e poderosos senhores rurais de certo período colonial, que eram o governo e a lei de seus domínios”. Em Antares, um evento derradeiro ocorrido horas antes do *Incidente* – que um comentador do livro de Veríssimo definiria como “o fim do mundo” para Tibério (FRESNOT, 1977, p. 61) – marca simbólica e concretamente o declínio do último coronel Vacariano: a decretação e forte adesão a uma “greve geral” na cidade:

Tibério Vacariano [com 65 anos] desvencilhou-se de seu médico, atirou-se contra o Líder grevista, já de revolver em punho. Geminiano quebrou o corpo, segurou a mão direita de seu agressor, ergueu-a para o ar e em poucos segundos desarmou-o. Sem dizer palavra encostou-lhe na cara a mão espalmada e empurrou-o com força, fazendo-o cair sentado no chão – “Guarde esta porcaria, velho bobo! E convença-se de que os tempos mudaram. Antares não é mais propriedade sua”. Voltou-se para o prefeito – “E agora vamos conversar como gente grande. E de igual para igual! Os senhores viram que não temos medo de careta”. (VERÍSSIMO, 1997, p. 219)

Eis um caso típico de quando o artifício do “sabe com quem tá falando?” não mais funciona, com a “careta” do “velho bobo” Tibério Vacariano caindo “no chão”. Mesmo com todo aparato legal (chefe de polícia, prefeito, juiz), o coronel poderoso de outrora perdera sua capacidade (mesmo simbólica) de se impor aos “de baixo”, condição que também havia se deteriorado “na capital”, pois desde a volta de Getúlio Vargas ao poder em 1950 seu prestígio e ascendência sobre políticos e lideranças nacionais foram sendo esvaziados. Todavia, após contar em minúcia a história de Antares, está tudo preparado para o *Incidente*, que, se virá com o renascimento dos mortos, premonitoriamente remete a outro fato recorrente na vida do país e que se repetiria três meses depois deles voltarem às suas covas: o golpe de 1964.

Algumas impressões conclusivas

Até o *Incidente*, Antares é apresentada como terra de clãs, mandões, facções, coronéis, oligarcas, caudilhos, donos de terra e gado. Embora a narrativa evolua com o surgimento, nos anos 1960, de novos personagens (como o padre subversivo, o operário, o dono do jornal, a prostituta, o professor de sociologia), até lá as “pessoas comuns” são meros figurantes em meio aos desmandos de Campolargos e Vacarianos. Mas Veríssimo (1997, p. 24) está ciente:

é natural que o leitor esteja inclinado a perguntar se não existem em Antares homens de bem e de paz [...]. Havia, sim, e muitos. Desgraçadamente seus ditos, feitos e gestos não foram recolhidos pela história oficial. [...] estas páginas lamentavelmente têm seguido o espírito dos citados livros escolares, [... dando] preferência às duas grandes oligarquias que [...] disputaram o predomínio político, social e econômico. Ficaram na penumbra [...] todos aqueles que [...] não “fazem”, mas “sofrem” a História.

Ocorre que o pretense desdém para com

agricultores de minifúndio, membros das profissões liberais, do magistério e ministério públicos, funcionários do governo, comerciantes, artesãos e por fim essa massamorda humana composta por párias – brancos, caboclos, mulatos, pretos, curibocas, mamelucos –, gente sem profissão certa, changadores, índios vagos, mendigos, “gentinha” molambenta e descalça, que vivia num plano mais vegetal ou animal do que humano. (VERÍSSIMO, 1997, p. 25)

tem efeito inverso, com a aparente desimportância da “massamorda” resultando na sua elevação. O leve tom irônico (que ganha traços aqui e ali de sarcasmo e percorre toda narrativa) já presente no ar sóbrio e ponderado de quem narra, vai, sutil e cadenciadamente, revelando tanto a ignorância e intolerância dos “grandes” de Antares como preconceitos arraigados no imaginário popular. E como faz com vários personagens, ao expor abertamente impressões, opiniões e juízos de valor do próprio narrador, o autor usa-o como uma espécie de cobaia para denunciar e acusar quem pensa ou pensou a “História Oficial” apenas a partir dos de cima, dando ao leitor a liberdade de refletir e se indignar com o que lê. É assim que, se a “gentinha molambenta” que vive “mais como vegetal” em Antares se aproxima do que Oliveira Vianna (1987) chamou de “povo-massa”, “ralé” “pés-descalços” e “escória da sociedade”, é para delatar, com o narrador, este último e tantos outros “grandes” e “escolares” intérpretes de Brasil.

Caso se parta da constatação de que um romance é “a construção de um espaço específico em que a vida, mesmo fingida, aparece como verdade” (PRADO, 1982, p. 7), Érico Veríssimo, ao contar a história de Antares, faz um exercício hermenêutico-comparativo entre realidade e ficção que, a todo momento, dialoga com a história interpretada por quem o antecedeu, seus contemporâneos e quem viria depois dele. Mergulhando nas profundezas de um mundo social ao mesmo tempo concreto e imaginado, se o leitor é convidado a passear pelas ruas (fétidas após o *Incidente*) de uma cidade cujos habitantes cinicamente denunciam uma variedade de formas de exploração, opressão e violência, ele também é levado a visualizar eventos bastante comuns e que estão, neste exato momento, ocorrendo em um sem número de pequenas

e grandes Antares. Seja num quilombo do interior de Goiás, numa favela paulistana ou na Vieira Souto carioca, o favor e a barganha, a ambivalente e instável cordialidade, a malandragem, o jeitinho, o “sabe com quem tá falando” e a pessoalidade entre quem está acima e abaixo na hierarquia social continuam presentes. E se aqueles que hoje ocupam posição de poder não são mais os de antes, boa parte de suas condutas continuam contaminadas por uma nada desprezível dose de soberba, arrogância, egoísmo, preconceito e hipocrisia mostradas em Antares, que, aliás, como notou Fresnot (1977, p. 60), talvez seja, como um espelho do Brasil, a “personagem central deste romance”. É na explicitação deste tipo de sociabilidade que a narrativa irônica e por vezes caricata do texto ganha força e heurística, realçando texturas e tonalidades que revestem não só o funcionamento da política brasileira, os elos entre o público e o privado e a relação entre o doméstico e a burocracia estatal, mas o nosso modo próprio (brasileiro) de ser, agir e sentir.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M de. *Macunaíma*. O herói sem nenhum caráter. São Paulo: Martins, 1974.
- BARBOSA, L. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- BATISTA, W. *Lenço no pescoço*. Rio de Janeiro: RCA/Victor, 1933.
- BOURDIEU, P. O sentimento de honra na sociedade Cabília. In: PERISTUANY, J. G. *Honra e Vergonha – valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1965.
- CAMARGO, A. Federalismo e identidade nacional, In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. *Brasil, um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 15. abr. 2020.
- CAVALCANTI PROENÇA, M. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- CHANDLER, B. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns. A história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil: 1700-1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- COSTA PINTO, L. A. *Lutas de família no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1949.
- CUNHA, E da. *Os Sertões*. Jaguaré: Montecristo, 2012.
- DAMATTA, R. *Relativizando: introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- DIÁRIO DA PROVÍNCIA. Direção: Roberto Palmari. Brasil: Embrafilme, 1978.
- DUARTE, N. *Ordem privada e organização política nacional*. São Paulo: Nacional, 1966.
- FERRARO, A.; KREIDLLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*, v. 29, n. 2, p. 179-199, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- FLORENT, A. C. Um suave azulejo: o retrato ambivalente da Nação em “Fado Tropical” de Chico Buarque. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABRALIC, 11., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007.
- FRANCO, M. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FRESNOT, D. *O pensamento político de Érico Veríssimo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GOMES, D. *O Berço do Herói*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- GOMES, D. *O Bem Amado*. Porto Alegre: Bells, 1977.
- GOMES, D. *Roque Santeiro*. São Paulo: Globo, 1987.
- HOLANDA, C. B. de. Fado Tropical. In.: *Chico Canta*. Philips, 1973.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- LANDÉ, C. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (Org.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: California Press, 1977.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LOPES, M. A. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. *Tempo*, v. 16, n. 30, p.147-165, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042011000100007>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- MARQUES, A. C. *Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- MARTINS, J. de S. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOURA, M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- OLIVEIRA, F. Jeitinho e jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. *Revista Piauí*, n. 73, out. 2012.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, n. 94, p.31-94, 1995.
- PRADO, C. Lente de Contato. In: MACEDO, J. M. de. *A Moreninha*. São Paulo: Ática, 1982.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- ROCHA, G. “Eis o malandro na praça outra vez”: a fundação da discursividade malandra no Brasil dos anos 70. *Scripta*, v. 10, n. 19, p. 108-119, 2006. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13941>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- ROSA, N.; VADICO. *Conversa de botequim*. Rio de Janeiro: Odeon, 1935.
- ROSA, N. *Rapaz folgado*. Rio de Janeiro: Victor, 1934.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- VERÍSSIMO, É. *Incidente em Antares*. São Paulo: Globo, 1997.
- VIANNA, O. *Instituições políticas brasileiras*. Niterói: Eduff, 1987.

VILAÇA, M.; ALBUQUERQUE, R. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1978.

WERREMEYER, J. *A história revelada dos papas*. São Paulo: Escala, 2009.

WOORTMAN, E. *Herdeiros, compadres e parentes*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

Como citar

GERHARDT, Cleyton. Interpretando Antares – um laboratório das relações político-sociais à brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 508-549, out. 2020. DOI: <https://www.doi.org/10.36920/esa-v28n3-2>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Graciliano Ramos (1892-1953): breve abordagem sobre interpretações

DOI: 10.36920/esa-v28n3-3

 Eli Napoleão de Lima¹

Resumo: Intentamos, neste artigo, revisitar Graciliano Ramos (1892-1953), observando duas questões postas por Ieda Lebensztayn em *Graciliano Ramos e a Novidade. O astrônomo do inferno e os meninos impossíveis* (2010) e João Paulo Lima e Silva Filho em *Graciliano Ramos: Estudos de sociologias implícitas (1925-1953)* (2010). Será sobre a conexão contexto histórico, contexto histórico-literário, literatura e realidade social, literatura e sociedade, literatura e documento, literatura e ciências sociais, no sentido das possibilidades interpretativas da relação história/ciências sociais/literatura, tomando Graciliano Ramos como referência, que nos debruçaremos neste artigo.

Palavras-chave: Graciliano Ramos; Literatura; História; Ciências Sociais.

Abstract: (*Graciliano Ramos (1892-1953):* brief approach on interpretations). In this article, we intend to revisit Graciliano Ramos (1892-1953), observing two questions raised by Ieda Lebensztayn in *Graciliano Ramos e a Novidade. O astrônomo do inferno e os meninos impossíveis* (2010) and João Paulo Lima e Silva Filho in *Graciliano Ramos: Estudos de sociologias implícitas (1925-1953)* (2010). It treats the connection between historical context, historical-literary context, literature and social reality, literature and society, literature and documents, literature and social sciences, in the sense of the interpretative possibilities of the relationship between history / social sciences / literature, taking Graciliano Ramos as a reference, that we will look at this article.

Keywords: Graciliano Ramos; literature; history; social sciences.

¹ Professora Associada IV do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: lylima.ly@gmail.com.

Introdução

Intentamos, neste artigo, revisitar Graciliano Ramos (1892-1953), observando duas questões postas por Ieda Lebensztayn em *Graciliano Ramos e a Novidade. O astrônomo do inferno e os meninos impossíveis* (2010) e João Paulo Lima e Silva Filho em *Graciliano Ramos: Estudos de sociologias implícitas (1925-1953)* (2010), sem, no entanto, adentrarmos nas questões mais profundas e minuciosas dos seus estudos, pois, afinal, trata-se de duas teses de doutorado de pesquisa original, intensa e de grande envergadura teórico-metodológica.

Ieda Lebensztayn por perceber que Graciliano Ramos tem uma “postura crítica contra o lugar-comum de miséria, ignorância, violência e política paternalista”² e João Paulo Lima e Silva Filho que, defendendo a perspectiva da sociologia implícita, questiona o lugar de Graciliano Ramos entre os intérpretes do Brasil, ou seja, entre os escritores representantes do pensamento social brasileiro (SILVA FILHO, 2010).

Será sobre a conexão contexto histórico, contexto histórico-literário, literatura e realidade social, literatura e sociedade, literatura e documento, literatura e ciências sociais, no sentido das possibilidades interpretativas da relação história/ciências sociais/literatura, tomando Graciliano Ramos como referência, que nos debruçaremos neste artigo.

Ieda Lebensztayn, escrevendo sobre Graciliano Ramos e a revista *Novidade* (semanário alagoano de 1931), da qual participava um grupo de intelectuais³ que conviveu com ele, e juntando o contexto em que foram escritos os romances de GR, observa:

Parece-me relevante saber que as crônicas “Chavões”, “Sertanejos” (inéditas em livro), “Milagres” e “Lampião” e o capítulo XXIV de *Caetés* foram publicados em 1931: expressões marcantes da perspectiva crítica e do estilo do escritor, são reflexões sobre os problemas dos anos 1930, feitas antes de sua melhor criação ficcional. Trazem elementos que contribuem para uma análise estilística de seus romances, voltada a compreender a formalização artística dessa matéria histórica, de questões não apenas sociais mas também morais, psicológicas, existenciais. (2010, p. iii)

No capítulo “A terra dos ‘meninos impossíveis’”, apresentando a formação dos jovens na revista, expõe sua participação em grêmios literários e no incentivo a eventos “a um tempo modernistas, regionalistas e de empenho crítico e preocupação social...” (LEBENSZTAYN, 2010, p. iv), analisa o poema de Jorge de Lima, *O mundo do menino*

² Expressão constante do resumo de sua tese de doutorado defendida em 2009, no Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP). Daqui em diante passarei a usar apenas a publicação da tese em livro.

³ Jorge de Lima, José Lins do Rego, Aurélio Buarque de Holanda, Santa Rosa, Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti.

impossível, recolhe pareceres de escritores e críticos variados e acompanha, com Otto Maria Carpeaux, “o ‘encencado’ de falar-se em ‘modernismo nordestino’”.⁴

Deveras interessante é a resposta de Graciliano Ramos a Osório Nunes no inquérito “O modernismo morreu?” que seria publicada, em 1942, em *Dom Casmurro*. “Não fui modernista, nem sou ‘pós-modernista’. Sou apenas um romancista de quinta ordem. Estava fora e estou”.⁵

E diante da pergunta “Como pode explicar, então, as versões que o classificam entre as expressões consequentes à ‘Semana’? – queremos saber. Graciliano Ramos esboça um sorriso divertido e diz: – O modernismo presta-se, admiravelmente, a todas as confusões...”.⁶

E mais adiante, Ieda escreve que Graciliano Ramos “ataca os modernistas de modo veemente porque, ao traçarem linhas arbitrárias entre o bom e o mau, condenaram muitos autores injustamente, ‘por ignorância ou safadeza’”.⁷

É, decerto, significativo como Ieda Lebensztayn trata essa questão, a demandar, ainda hoje, reflexão, e retomaremos aspectos dela mais adiante, mas para o que nos interessa aqui, por enquanto, registramos o que segue das reflexões feitas no capítulo no sentido do que lhe parece adequado realizar: “...resulta a perspectiva de que é necessário o movimento hermenêutico entre o contexto histórico e o histórico-literário em que os escritores viveram e a singularidade de suas obras”.

No capítulo “Itinerário político e cultural”, analisará editoriais da revista que revelam o contexto histórico daquele momento, escritos por Valdemar Cavalcanti e Alberto Passos Guimarães.

“Os chavões da Revolução de 1930, a violência do cangaço, o imperialismo e a arte comodista são alguns dos alvos dos editoriais, que desvelam problemas políticos, sociais e culturais da realidade de então e ainda atual, não apenas alagoana”.⁸

Note-se o lema da revista: “*Novidade* não é essencialmente literária nem essencialmente política”.⁹

Esse lema instigou ainda mais a autora a conhecer a revista. Considerando que o estudo do semanário preencheria um vazio na historiografia da literatura brasileira, resgatar *Novidade* permitiria “relativizar não só possíveis divisões bruscas entre ‘projeto estético’ e ‘projeto ideológico’ como também uma decorrência estrita do romance de 30 em relação ao modernismo de 22 ou ao regionalismo de Gilberto Freyre”.

⁴ LEBENSZTAYN, p. v.

⁵ *Ibid.*, p. 76.

⁶ *Ibid.*, p. 77.

⁷ *Ibid.*, p. 77.

⁸ *Ibid.*, p. v.

⁹ *Ibid.*, p. v.

Enfatiza que, para tanto, dialogará

com a nossa melhor tradição crítica: Mário de Andrade (“O movimento modernista”), Antonio Candido (“Literatura e cultura de 1900 a 1945” e “A revolução de 1930 e a cultura”), Alfredo Bosi (“Moderno e modernista na literatura brasileira” e “Situação de *Macunaíma*”), e João Luiz Lafetá (“Prefácio de 1930: a crítica e o modernismo”). E são pressupostos dessa reflexão: a compreensão da arte como amálgama do estético com o social e a atenção respeitosa ao caminho pessoal de formação dos escritores, em seu tempo e em seu ambiente de origem. (LEBENSZTAYN, 2010, p. xvi)

Em “*Novidade* política: o resgate dos sem lugar”, a autora buscará reter

a matéria histórica e a perspectiva crítica da revista, concentrando-me em artigos sobre questões da esfera política: personalismo, retórica, precariedade da educação e da cultura letrada em Alagoas, mendicância, miséria dos sertanejos retirantes, cangaço, santas milagreiras. (LEBENSZTAYN, 2010, p. xvi)

Em “*Novidade* literária: o resgate de pessoas” analisará cinco ensaios de escritores da revista “que viveram a realidade dos anos 1930 e deram forma artística a impasses sociais e existenciais”.¹⁰

Aparece aí, também, na atenção dada pela autora ao semanário e, na medida em que ajuda no conhecimento da obra de Graciliano Ramos, a questão do papel do intelectual sempre referida, notadamente por quem trabalha (como nós) com as possibilidades interpretativas da relação literatura/história/ciências sociais.

Se a *Novidade* se deseja como reação crítica ao lugar comum da violência, aos estereótipos, à retórica dos bacharéis e políticos e expõe como problema o papel do intelectual num mundo de barbárie, os textos de Graciliano nela publicados, concentrando seu modo de conceber algumas questões a que ele daria forma literária posteriormente, são sua melhor expressão. (LEBENSZTAYN, 2010, p. xvi)

Esses intelectuais apareciam na revista em situação “caracterizada por palavras como *dispersão, abafamento, silêncio, comodismo...*”.¹¹ Essa crítica estava direcionada ao movimento anterior: o romantismo em sentido amplo e literário.

Em outras palavras, os elementos intrínsecos à geração anterior eram o alvo das críticas do grupo da *Novidade*.

É interessante recordar *A lição do amigo*, em especial a carta de 1924 em que Mário de Andrade aconselha Drummond a desapegar-se do que aprendeu com Anatole France. Mário condena vários traços anatolianos: o “não ser exigente com a vida”, o “literato puro”, a “dúvida passiva”, o “pessimismo diletante”, o sentimento de vergonha em relação às

¹⁰ LEBENSZTAYN, p. v-vi.

¹¹ *Ibid.*, p. 1.

“atitudes francas, práticas, vitais”. Carlos Drummond de Andrade expusera em cartas a Mário, em fins de 1924, suas tensões entre o anatolismo (“velho vício dos brasileiros, e meu também”), o apego à cultura francesa, o descrédito em relação à realidade brasileira e a preocupação com ela. (LEBENSZTAYN, 2010, p. 3)

Sem nos aprofundarmos muito, registremos aqui em que consistiu a atitude vanguardista em oposição ao momento literário anterior e na perspectiva de demonstrar o sentido da querela do surgimento dos modernismos, nordestino e paulista-carioca, posto ser de valia para captar o lugar de Graciliano Ramos como um romancista intérprete da realidade brasileira.

José Paulo Paes, no *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, informa ser possível discernir na história do Modernismo três décadas literárias, sendo a primeira a que compreende o período 1922-1928, “consagrada à criação poética (*Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade; *Pau-brasil*, de Oswald de Andrade; *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo, para mencionar apenas os títulos significativos)”. Segue-se a segunda, de 1928 a 1939, consagrada à ficção “com o chamado romance do Nordeste, representado por José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos; o romance psicológico, com Érico Veríssimo, José Geraldo Vieira, Otávio de Faria, Ciro dos Anjos”. A terceira e última vai até 1945, quando “a crítica já formada na ‘época modernista’, impõe os seus conceitos e critérios de apreciação, e cujos representantes mais notáveis foram Álvaro Lins e Antonio Candido” (PAES, 1967, p. 274).

No verbete, afirma ser a primeira década (o período 1922-1928) aquela que pode ser considerada “a única eminentemente revolucionária”, sendo as duas seguintes as de tendências significativas de consolidação.

Por isso mesmo, é entre 1922 e 1928 que se multiplicam os grupos rivais, cada um deles reivindicando, através de retumbantes *manifestos*, posições mais extremadas que os anteriores: o que, nos primeiros instantes, se reuniu na revista *Klaxon* (1922); o *Pau-Brasil*, instituído com manifesto e o livro de Oswald de Andrade (1925); o Verdeamarelismo e a Anta, tendências interligadas, que se constituem, a partir de 1927, em torno de Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia; enfim, a Antropofagia, criada em 1928, por Oswald de Andrade. (PAES, 1967, p. 274)

Como é fato já amplamente descrito, o Brasil entra nos anos 1920 no sentido da construção de uma nação moderna. “Desse projeto modernizador não escapava a pergunta: que país é esse? Tratava-se de compreender os padrões tradicionais de nossa organização social, política e econômica, confluindo, nesse sentido, literatos e cientistas” (MELO, 2001).

Ou seja, era fértil o terreno para as mais diversas representações dos mais diversos intelectuais, daquele processo em curso. Daí, as querelas havidas.

Vejamos, novamente, José Paulo Paes que percebe que a Antropofagia foi a derradeira proposta de representação do Modernismo como forma estética coletiva; a partir desse momento se dá “uma unificação inesperada e involuntária dos diversos escritores e artistas sob o signo homogeneizador do *moderno*”. Assim, o ano de 1928 registra o marco

...de uma encruzilhada decisiva, pois, ao mesmo tempo em que a Antropofagia se revela impotente para provocar a grande transformação implícita em seus princípios, o Verdamarelismo prepara ou prenuncia as divisões políticas da década seguinte; em plano mais estritamente literário, *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, e o *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, inauguram, respectivamente, o romance nordestino (isto é, o tipo de ficção que iria melhor representar os ideias modernistas) e o ensaio de natureza ao mesmo tempo histórica e sociológica, abrindo caminho para novas “interpretações do Brasil” de que o grande marco seria, em 1933, o livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*. (1967, p. 274-275)

Ainda hoje, produzir uma visão crítica acerca do Modernismo não se faz sem combates e controvérsias, sem dúvida. Carlos Zílio, mesmo que se referindo à arte, afirma que o movimento, em face das intenções manifestas de superação da dicotomia nacionalismo – cosmopolitismo e em fundar uma arte brasileira –, se apresentava a ele como momento dos mais férteis para análise.

No entanto, a produção teórica sobre o movimento não respondia aos meus questionamentos porque se restringia, em geral, a endossar a ideologia consagrada pelo próprio Modernismo. (...) Descrito posteriormente retrospectivamente, pode parecer que o Modernismo foi um programa sistemático de renovação. Na verdade, sofreu inúmeras hesitações e dificuldades diante de um ambiente cultural retrógrado com o qual rompia, mas que dele era também enquanto reação, resultado. (1997)

Tendemos a concordar com Carlos Zílio e ponderamos que não se observa satisfatoriamente as diversas faces do movimento modernista, quando se considera o Modernismo com um movimento fetiche: antes dele nada teria sido significativo, assim, também, nada de representativo se fez depois. É preciso cautela, muita cautela.

Mais à frente, voltaremos a Graciliano Ramos e como se traduz nas suas palavras seu sentimento em relação ao assunto.

Retomemos a questão do “Modernismo Nordestino”. Otto Maria Carpeaux, perguntado se poderia falar em ‘modernismo nordestino’, afirmava que Manuel Bandeira fazia parte do movimento literário que teve início em São Paulo em 1922 e que

logo seguiu para o Rio de Janeiro, era nordestino e “pernambucano autêntico” e, assim sendo, o lugar de origem não era determinante, indissociável.

Por outro lado, há quem negue a relação entre o movimento nordestino de 1930 e a agitação paulista de 1922. Quanto à obra dos romancistas e *sociólogos* citados eu gostaria de apoiar essa última tese. Com respeito à poesia, basta recordar que o modernismo paulista-carioca de 1922 e 1924 é sobretudo renovação poética enquanto Jorge de Lima é, no Nordeste, figura quase isolada. Talvez só futuros historiadores da literatura brasileira cheguem a resolver esse problema encrencado. (1999 *apud* LEBENSZTAYN, 2010, p. 71 – grifo nosso).

E Ieda Lebensztayn, concordando com Carpeaux, repete que, de fato, aquele era o lugar de Jorge de Lima, “numa geração de romancistas e *sociólogos* a cujos temas deu forma em versos” (2010 – grifo nosso).

O que do Modernismo ou do Modernismo Nordeste nos interessa mais aqui é qual o sentido de pertencimento de Graciliano Ramos ao “movimento”.

Com a palavra, Graciliano Ramos no *Diário de Pernambuco* de 10 de março de 1935, sob o título “O romance no Nordeste”:

Era indispensável que nossos romances não fossem escritos no Rio, por pessoas bem intencionadas, sem dúvida, mas que nos desconheciam inteiramente. Hoje desapareceram os processos de pura criação literária. Em todos os livros do Nordeste, nota-se que os autores tiveram cuidado de tornar a narrativa, não absolutamente verdadeira, mas verossímil. Ninguém se afasta do ambiente, ninguém confia demasiado na imaginação (...) seus personagens mexem-se, pensam como nós, sentem como nós, preparam as suas safras de açúcar, bebem cachaça, matam gente e vão para a cadeia, passam fome nos quartos sujos duma hospedaria.¹²

Parece-nos claro pela passagem anterior que Graciliano Ramos, vendo a desenvoltura de paulistas e cariocas, registra, não sem uma nota de ironia, o fato de que os nordestinos têm suas próprias habilidades em transformar em literatura seus arcabouços de vivências sobre uma região em permanente defasagem histórica em privilégios e suas sequelas. O que não significa atribuir-lhe papel de intérprete do Brasil, ainda que possa ser tentador...

Registrado o fato da posição de Graciliano Ramos diante do movimento, retomemos nosso fio da meada.

Analisando o porquê da escolha de Graciliano Ramos pelo capítulo xxiv de *Caetés* (1930) para a revista *Novidade*, informa Lebensztayn:

¹² *Diário de Pernambuco*, 10 mar. 1935. Consta, também, de epígrafe da tese de João Paulo Lima e Silva Filho, 2010.

Importa observar aqui uma marca da composição do romance: a caracterização das personagens se faz por meio de muitas comparações das quais se depreende a ironia do autor. Sendo assim, eles ganham singularidade e, a um tempo, tece-se a representação da realidade. A partir da caracterização do pseudo-escritor e arrivista leviano, constrói-se a crítica ao ambiente social e intelectual restrito, tendo por substrato a tensão própria de *Eclesiastes*, entre sabedoria e brutalidade. (2010, p. 292-293)

Afirma, ademais, que estão aí inscritas – a chamar “a consciência crítica do leitor” – a questão da ausência de educação/instrução, a subordinação consequente da dominação colonial.

A força irônica da comparação entre personagens, em especial entre o protagonista e os caetés, comprova a sensibilidade ética de atentar-se para as semelhanças e diferenças entre os seres, combatendo estereótipos. Como resultado, firma-se para o escritor o propósito de representação crítica da realidade, do ambiente em que o poder se mantém por meio de maroteiras. E, a um tempo, do embate entre caracteres e da representação das desigualdades sociais, em busca de uma forma artística mais depurada para combater estereótipos, cria-se para o romanista a necessidade de expressar os impasses subjetivos aí envolvidos em sua tragicidade, conforme se veria a partir de *S. Bernardo*. (LEBENSZTAYN, 2010, p. 295)

Até aqui, vimos tentando identificar os termos que se nos afiguram no sentido do, digamos, compromisso da literatura em descrever a realidade, observando que Lebensztayn em momento algum deixa de lado a procura por “elementos que contribuem para uma análise estilística de seus romances, voltada a compreender a formalização artística dessa matéria histórica, de questões não apenas sociais, mas também morais, psicológicas, existenciais” (2010, p. iii).

E, a partir dos destaques anteriores, partimos para o trabalho de tese seguinte.

João Paulo Lima e Silva Filho, apresentando suas Questões Gerais, inicia pela pergunta se a sociologia pode “adentrar o universo de criação da literatura”, dentre outras perguntas no mesmo sentido. E segue no rumo do estranhamento que subsidiará sua tese.

Encontramos, numa publicação comemorativa dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, Graciliano Ramos, colocado por Silviano Santiago, ao lado de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, Oliveira Viana, Alcântara Machado, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes no honorífico e abrangente título de intérprete do Brasil. (2010)

Afora outros estranhamentos, Silva Filho chama a atenção para o fato de na primeira edição de *Intérpretes do Brasil*, constar Graciliano Ramos como parte integrante de “onze

livros da mais pura ciência nacional, acompanhado por estudos introdutórios inéditos de alguns dos maiores nomes da historiografia atual” (SANTIAGO, 2000 *apud* SILVA FILHO, 2010), mas, na segunda edição, por ter sido retirado o romance *Vidas Secas*, sem justificativa, pergunta por que esse livro e não outro. E continua:

Da simples presença de um escritor em meio a ensaístas, sociólogos e historiadores emanam inúmeras questões acerca do discernimento entre as práticas intelectuais no Brasil não só da época, mas ainda nos nossos dias. O que é fazer ciência social no Brasil? Em que sentido é normal, pertinente, válido, lógico, associar literatura às ciências sociais? Mais concretamente: quais lógicas sociais descrevem as razões sócio-históricas pelas quais uma obra de cunho eminentemente literário, como a de Graciliano Ramos, *pode ser lida ou não*, no passado ou no presente, como “obra da mais pura ciência nacional”. (SILVA FILHO, 2010, p. 20)

Num *paper* apresentado no 33º Encontro Anual da Anpocs, Silva Filho informa que o objeto de análise da sua tese

é a sociologia implícita ao romance de Graciliano Ramos e ao público receptor da obra dele. O problema sociológico central que decorre do estudo das diferentes facetas desse objeto é o seguinte: como descrever a configuração específica das fronteiras entre ciência e romances sociais? Como descrever essas fronteiras que se definem de maneira tensa e difusa no mundo social de disputas simbólicas no meio intelectual brasileiro? (2009, p. 6)

Afirmando ser essa uma formulação teórica demasiado ampla, o autor parte para

a materialização de um problema concreto, tal como posto no mundo social: a presença do romance *Vidas Secas* na coleção Intérpretes do Brasil (Santiago, 2000). Nela, a obra aparece ao lado de livros como *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes e de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Como é que Graciliano Ramos, escritor, foi parar entre os pensadores do Brasil? É preciso ter muita cautela. (SILVA FILHO, 2009, p. 6-7)

Silva Filho informa que na sua dissertação de mestrado, ainda que Graciliano Ramos apareça “como um caso especial de romancista movido por uma forte sensibilidade sociológica” e que assim permaneça para muitos leitores de seus romances, até hoje, sobre a compreensão de estar o valor da obra vinculado ao potencial descritivo da realidade social, pondera: “O problema é que o elogio da obra pelo seu potencial descritivo esbarra nos procedimentos normativos mais usuais da crítica literária, inclusive nos provenientes da crítica mais sensível à relação entre literatura e sociedade.” E dentre outras perguntas que faz: “Não seria o papel do sociólogo da literatura também se apropriar das finas ferramentas literárias que foram utilizadas para destrinchar o social pela literatura?” (2010, p. 18).

Para responder a essa e a outras perguntas, afirma sobre a necessidade de vencer obstáculos, sendo o primeiro deles o de

trabalhar o preceito dado pela grande maioria dos especialistas em literatura, o do primado da forma sobre o conteúdo. Porque os críticos modernos da literatura brasileira insistem tanto em pontuar as especificidades formais de Graciliano Ramos se o autor e a obra se confundem com a vontade imensa dele e os de sua geração em descrever a realidade de sua época? (SILVA FILHO, 2010, p. 18)

Silva Filho dá, a seguir, o rumo a trilhar, qual seja o de retornar ao passado para restaurar o “modo de leitura” (diríamos, interpretação) que se fez da obra do escritor, para perceber com mais acuidade “as dificuldades enfrentadas para a produção de uma sociologia da literatura mais ampla, contemplando aspectos biográficos que podem servir de elementos explicativos da obra” (2010, p. 18-19).

As perguntas de João Paulo (e, inequivocamente, sua proposta para respondê-las) são extremamente instigantes. E deveras significativa sua contribuição, e dela retivemos apenas algumas questões como um estímulo para a escrita deste artigo com vistas a incentivar nossas próprias questões e colocá-las para debate.

Raramente não se encontrará a obra de Graciliano Ramos descrita e entendida como prática social, descrição das contradições presentes na sociedade etc.

Assim, vejamos Rolando Morel Pinto em verbete no *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*:

(...) As condições precárias das várias prisões onde esteve abalaram-lhe a saúde e submeteram-no a inacreditáveis constrangimentos morais. Essas provações vêm narradas em *Memórias do Cárcere* (1953), que transcendem os limites do mero depoimento pessoal para se tornarem um dos estudos mais sérios da realidade brasileira, um libelo contra o nosso atraso cultural e uma denúncia das iniquidades do Estado Novo (...). (2003)

Evidentemente, constam, também, do verbete os aspectos estritamente estilísticos e literários que tornaram a obra do escritor da mais significativa importância. “Como romancista e, principalmente, como escritor, Graciliano Ramos é hoje, sem favor nenhum, um clássico da língua portuguesa” (PINTO, 2003).

Rangel (2018) escreve: “Graciliano Ramos (1892-1953) ocupa um lugar importante no cenário literário brasileiro com obras que convidam o leitor a refletir, por intermédio das suas personagens, as contradições presentes na sociedade, a arte em um mundo reificado e a literatura como prática social.”

Melo, referindo-se à participação de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*, enfatizando com Antonio Candido que essa e outras participações de escritores não

significaram cooptação com a política estado-novista e que se a alternativa de se recusar a trabalhar na revista estava fora das possibilidades,

...restava então o uso precioso da palavra. Da perspectiva tutelar da política getulista, de propagandear um movimento de cultura brasileira firmado na recuperação das raízes nacionais, de tom ufanista, era preciso escapar através da ironia, ou de um retrato cru dessa realidade. O tom acrimonioso desfaz os louros comemorativos da redescoberta do Brasil. (...). Opondo o Brasil matuto, sertanejo, antiquado, ao litoral macaqueador das civilizações do outro mundo, sua crítica recai sobre o artificialismo bem pensante que, sob o fraque, esconde a tanga. (2001)

Se nessa revista, como em outros suplementos literários, como na revista *Novidade*, são ácidos os artigos de Graciliano Ramos, “... em *Vidas Secas* fazia do silêncio e das imagens evocadas sua mais forte e eloquente arma expressiva. Como um quadro, a forma concisa e sóbria talhava, obstinadamente, o que parecia ser o Brasil verdadeiro” (MELO, 2001).

Mendes no seu trabalho de tese afirma que a obra literária de Graciliano Ramos é de grande relevância para se conhecer o Brasil das primeiras décadas do século passado:

As crônicas, os contos, os artigos, os romances, os livros infantis e as cartas do romancista, revelam um conjunto de textos que, além da reconhecida qualidade literária, é detentor de um forte poder de observação e crítica da realidade. Graciliano escreveu sobre as gentes do sertão, das cidades do interior (...). Mergulhou nas situações de privação, isolamento, injustiça, violência, rebeldia, resignação e esperteza. (2014)

Mais adiante, Mendes afirma que os muitos temas perceptíveis na obra de Graciliano Ramos “orbitam ao redor de três grandes questões que atravessam todos os textos (...): campo e cidade, autoritarismo e democracia, poder e cultura letrada”. O autor finaliza seu Resumo, afirmando que “o país sem graça e o Brasil moderno que aparecem no título desta tese indicam o grau da contradição que Graciliano Ramos viu entre nossas bases formativas e as promessas feitas em nome da modernidade durante os quarenta anos em que descreveu realisticamente o país” (2014).

Uma observação interessante a ser lembrada aqui recai sobre a relação entre criação literária e nação ou suas semelhantes. Vejamos, a título de exemplo, o caso de Euclides da Cunha.

Após o primeiro pós-guerra tornava-se inevitável repensar o Brasil. Alterava-se o quadro internacional e, portanto, a configuração do país.

A ideia da grande comunidade que se auto-regulava com perfeição, distribuindo equitativamente a ordem e o progresso, é desmascarada. O Brasil, vê-se, então, frente a frente com seus problemas (...). Este denota claramente a fragilidade da nossa situação no panorama internacional,

ampliando o fantasma da cobiça externa. (VELLOSO, 1993 *apud* LIMA, 2002, p. 81)

É fato conhecido que com o golpe de 1930 inaugura-se uma fase decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro como um Estado nacional, capitalista, burguês. A crescente centralização do poder desembocava no Estado como poder unificado e genérico, representativo do “interesse geral”. “Apesar de iniciado no imediato pós-1930, o marco na aceleração deste processo foi a instauração do Estado Novo em 1937. Sob a égide da ditadura, abrir-se-iam novas possibilidades de redefinição dos canais de representação, de participação política e de construção da cidadania” (MENDONÇA, 1990 *apud* LIMA, 2002, p. 83).

A palavra de ordem era a criação da nação e assumiria lugar de relevo o problema da identidade nacional, conclamando os intelectuais a romper com o passado de dependência cultural. Operou-se transformação significativa na concepção do papel do intelectual e da literatura. “O marco valorativo da obra literária passa a ser o maior ou menor grau com que expressa a terra e a sociedade brasileira.” Desta feita, intelectuais preocupados com o meio urbano, de espírito citadino, incompatibilizam-se com a crítica literária do Estado Novo, que consagra o paradigma naturalista.

O dever do escritor no projeto literário do Estado Novo é o da fidelidade ao seu tempo e ao seu núcleo cultural de origem, ou seja: literatura igual à nação, através da região. Por outras palavras, a autenticidade de uma obra literária passaria, necessariamente, pelo critério espacial (a região) e temporal (a história). Assim é que, por exemplo, Machado de Assis é um escritor severamente criticado e estigmatizado pelo regime estado-novista, uma vez que rejeitava esse modelo. Se Machado de Assis desobedecera ao “modelo paterno”, Euclides da Cunha representará a sua consagração.

Se o escritor é visto como herói, não deve medir esforços para ajudar a obra de construção nacional. Euclides vai preencher esses requisitos: além de literato e sociólogo, participa na edificação da nossa rede ferroviária e fluvial. Autodefinindo-se como “homem prático”, distante das abstrações dos poetas e sonhadores, Euclides obtém o reconhecimento do regime, que o consagra como um dos grandes vultos da nacionalidade. (VELLOSO, 1988 *apud* LIMA, 2002, p. 81)

Será o caráter documental da obra de Euclides da Cunha o primeiro dos aspectos que viabilizará a capitalização desse escritor para o projeto literário estado-novista. Em fins do século XIX acreditava-se que a realidade só poderia ser concebida e capturada pela poderosa rede da ciência. A invenção da fotografia vinha atender ao anseio de objetividade. Fotografia era, assim, sinônimo de realidade. “O ideal fotográfico acabou

fundamentando uma determinada concepção de mundo cujo referencial era a visibilidade e a exatidão.” Da mesma forma surge a ideia da literatura-reflexo, da literatura revelação. Se bem observarmos a trajetória de nossa história político-intelectual, encontraremos nas mais diversas linhas de pensamento a tendência a conceituar a literatura como *locus* portador do mundo social.

Raros foram os nossos autores que se rebelaram contra esse paradigma de análise, buscando formas alternativas para pensar a relação literatura-sociedade. Os que tentaram esse caminho foram tachados de alienados, alienígenas, e definitivamente proscritos da legião de escritores consagrados. Afinal, a grande acusação que sobre eles pesava era séria: desconhecer a nação! (VELLOSO, 1988 *apud* LIMA, 2002, p. 82)

Vejamos alguns exemplos: Olavo Bilac, José Lins do Rego, Cassiano Ricardo, Rachel de Queiroz, Afonso Celso, Jorge Amado referendam essa linha de análise, em que pese a diversidade de perspectivas. Na primeira fase da obra de Jorge Amado, a literatura aparece como instrumento de conscientização política. Mônica Pimenta Velloso pondera ser essa a concepção de literatura simplista, ainda que se constitua no Brasil em forte tradição.

Em que base os intelectuais brasileiros formularam a proposição de que a literatura é igual à sociedade? Por que a literatura no Brasil possui uma tradição documental? O fato da colonização explicaria, em alguma medida, tal situação. Octávio Paz diz-nos: “somos um capítulo da história das utopias europeias”. Tivemos nossa existência marcada pela presença do outro. Toda a América Latina foi campo de experiências do saber europeu.

Dessa forma, nossa literatura já nasceu comprometida com uma escala de valores adversa à sua natureza ficcional. Racionalidade ao invés de imaginação, sistematização ao invés de invenção (...). Realmente, o veto ao imaginário e à subjetividade tem sido uma constante em nossa história intelectual. (VELLOSO, 1988 *apud* LIMA, 2002, p. 82)

A concepção da literatura como apêndice da sociedade tem base positivista. Precisão, objetividade, exatidão são os termos da equação. É possível observarmos tal visão nos paradigmas clássicos da crítica literária brasileira, com Silvio Romero e José Veríssimo. Em ambos, em que pese em Romero ser o modelo de julgamento da obra literária a nacionalidade e em Veríssimo a linguagem, reside o mesmo raciocínio: a literatura deve representar fielmente uma realidade mais ampla que o regula. Mas de que realidade se fala? O princípio da “verdade” tem sido caro aos nossos críticos literários e a verdade não estaria na mente humana, posto que ilusória e, portanto, propensa ao erro. Ela está no mundo dos fatos, da ação. A literatura se transforma em inventário, documento.

A competência do artista residiria, assim, em retratar uma realidade dada. O que está em discussão aqui não é se literatura e realidade histórica são compatíveis ou não. O que estamos tentando compreender é o vínculo “obrigatório” entre criação e nação. Esse compromisso da vinculação literatura-nação, entre nós, incidiu em enorme dificuldade na assimilação da literatura como forma discursiva autônoma, particular. Seria de se perguntar por que a literatura no Brasil esteve mais afeita às tendências realistas do que às ficcionais. Velloso aposta em duas possibilidades: ou ficção fazia parte do que era considerado secundário por não ser compatível com o real, ou porque era uma ameaça à ordem estabelecida.

Essa mentalidade positivista, calcada no culto à veracidade, daria origem a uma produção intelectual *sui generis*. Buscando interpretar o Brasil, os nossos ensaios se inspiram nas mais diversas áreas de reflexão, como a história, a economia, a arte, a política, a literatura (...). Dentro desse gênero é que se enquadram as grandes reflexões sobre a nacionalidade, com as obras de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda. (1988 *apud* LIMA, 2002, p. 83)

O que, no nosso entendimento, existe em comum entre esses intelectuais seria, unicamente, a preocupação sociológica que move sua produção ensaística, que é, por outro lado, característica de gerações que buscavam as raízes de nossa formação social. Para tanto, evidenciava-se a premência do domínio de um instrumental de análise que pudesse ser aprovado cientificamente. Só através do crivo da cientificidade seria dada ao intelectual responsável a acuidade para perceber a nacionalidade e propor solução para os males existentes. Cria-se um mito em torno da sociologia cujo saber ganhou o estatuto de cientificidade. Como diria Mário de Andrade, a sociologia era a “arte de salvar rapidamente o Brasil”.

É notável a “posição” de Euclides da Cunha entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Em relação a *Os Sertões* as considerações mais presentes, para além da consagrada expressão “ensaio social” (ou “ensaísmo social”), dizem sempre respeito à “contraposição” ficção e história ou ciência e literatura ou arte e ciência ou ficcionalidade, literariedade e historicidade. O que Euclides da Cunha fez em *Os Sertões* foi ciência ou literatura? Trata-se de ficção ou relato objetivo dos fatos ocorridos? Esta questão parece permear a quase totalidade das análises sobre o livro.

Berthold Zilly (1998) observa que *Os Sertões* se tornou uma das obras-mestras da literatura brasileira, como, também, da literatura universal, e que isso é devido muito pouco ao valor documental ou historiográfico que possa conter.

Luiz Fernando Valente (1998) propõe uma aliança entre a história e a ficção.

Leopoldo M. Bernucci (1998) destaca trechos da obra para apontar que n' *Os Sertões* observa uma construção híbrida da qual participam elementos que podem pertencer tanto à ficção como à historiografia.

Walnice Nogueira Galvão respondendo à pergunta se veria no escritor tais múltiplas dimensões – historiador, escritor, cientista etc. –, dentre outros comentários, afirma:

Do meu ponto de vista, o mais importante em *Os Sertões* é a literatura. Trata-se de uma obra literária dificilmente justificável de outros ângulos. Do ponto de vista científico, é muito contraditória. E do ponto de vista histórico, está repleta de falhas também. Mas literariamente, é grandiosa. Vamos dizer que “perdô” os deslizos de ciência e história por causa da literatura... (1998 *apud* LIMA, 2002, p. 197)

Há, porém, uma voz dissonante na tendência predominante, ainda, de se seguir na interpretação de dupla inscrição da obra. Luiz Costa Lima usando outra combinação, arte e ciência, após uma longa, severa e intrincada análise, concluirá que a ciência encobre a arte n' *Os Sertões*.

Em que pese considerarmos que Euclides da Cunha tenha sempre (em *Os Sertões* como nos escritos sobre a Amazônia) oscilado entre a denúncia social e a proposta de superação e supressão das condições de exploração através do ideal do progresso, cuja gênese parece não perceber, devemos observar também que *Os Sertões*, canonizado como epopeia, consagrado pelo estilo, transformou-se em obra de arte. A denúncia social, seu caráter mais relevante, ficou esvaziada pelo reconhecimento literário da obra. Por outro lado, a guerra de Canudos não ficará esquecida porque está registrada n' *Os Sertões*.

Como pensamos ter sido possível indicar, a relação literatura/sociologia/história, entre outras variáveis, tem sido um debate constante entre a intelectualidade brasileira, e aparece no mais das vezes entrelaçadas. O que não significa confundir ensaios de cunho estritamente literários com outros de cunho eminentemente próprios das ciências humanas e sociais.

Vimos trabalhando, há muito, numa perspectiva que aponta para o fato de que a prosa de ficção, a poesia, o ensaio e, mais tarde, a fotografia e o filme serviram como fontes aptas a informar e interpretar tanto a estrutura social quanto a mentalidade de populações marginalizadas, principalmente do mundo rural.

É fato que no Brasil e, de modo geral, na América Latina a literatura e outras modalidades não acadêmicas de texto desempenharam durante muito tempo, devido à escassez de estudos especializados, pelo menos até meados do século XX, importante papel na representação da realidade natural e social. Assim, é possível afirmar que foi na

literatura que os protagonistas da miséria encontraram sua mais cruenta história. Repetimos: devido à escassez de estudos especializados.

Desta feita, argumentamos que na criação das instituições acadêmicas *stricto sensu*, a partir dos anos 1930, se sedimentou a efervescência dos anos 1920, como também aprofundou tendências, fortaleceu correntes criadoras, estabeleceram-se condições intelectuais de produção de visões críticas e surgem trabalhos como ferramentas analíticas do mundo social, em meio a disputas intelectuais, agora, acadêmicas.

Faz-se importante registrar que o “literário” é para nós, ao trabalharmos com as possibilidades interpretativas da relação história/ciências sociais/literatura, concebido no sentido mais amplo do esteticamente marcado, referindo-se a aspectos estilísticos, retóricos, dramaturgicos, artísticos que conferem a qualquer representação, mesmo as predominantemente documentais ou acadêmicas, uma nota subjetiva, emocional, ideológica ou transcendente. Evidentemente, observamos que o uso dessa relação deve se propor discutir em que medida e com que cautelas as representações literárias podem ser lidas como documentos ou estudos históricos e do pensamento social, tendo como foco a literatura e suas especificidades, levando em consideração seus diversos gêneros. A relação entre ciências sociais e literatura não deve ser estabelecida pela busca de “conteudismos” nem se ater somente aos seus valores propriamente estéticos. Estivemos sempre atentos à contribuição ao conhecimento que a literatura, decerto, contém.

É escusado dizer que a origem da história e da literatura reside na narrativa do mito e que só seriam desatreladas a partir de Heródoto (484-425 a.C.), que caracterizava a história como pesquisa de diversas fontes, excluindo-se a confiabilidade irrestrita nos poetas. Assim, por longo tempo, a literatura não foi aceita pelos historiadores como fonte de pesquisa, e os literatos contrapunham-se ao fato de que os historiadores monopolizassem o direito da reconstituição de uma época. Duby, Gay, Le Goff, Pierre Nora, Braudel, Vovelle e Ginzburg modificaram essa perspectiva ao recorrerem às narrativas de poetas e romancistas para trazerem à luz uma nova história das mentalidades.

A abordagem de Terry Eagleton parece-nos de grande valia quando utilizamos a definição de literatura como escrita “imaginativa”, como ficção, escrita que não é literalmente verídica, para perguntar: “O fato de a literatura ser a escrita ‘criativa’ ou ‘imaginativa’ implicaria serem a história, a filosofia e as ciências sociais não criativas e destituídas de imaginação?” (1997, p. 2).

Como diria Edward Said em outro contexto:

Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus. A cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica... (1995, p. 23)

Em que pese a presença social, os romances não devem ser reduzidos a uma corrente sociológica e não se lhes pode fazer – estética, cultural e politicamente – justiça, como formas subsidiárias de classe, ideologia ou interesses. “Analogamente, porém, os romances não são simples produtos de gênios solitários (como tenta sugerir uma escola de intérpretes modernos, como Helen Vendler), a ser vistos apenas como manifestações de uma criatividade incondicionada” (SAID, 1995, p. 112).

A nosso ver, uma questão crucial, nessa perspectiva, não seria perguntar o que é fazer literatura ou o que é fazer ciência social, mas como os textos e a compreensão que temos deles se relacionam com a história e em que momento eles adquirem ou readquirem esse ou aquele sentido (JAMESON, 1992).

Concordamos com João Paulo Lima e Silva Filho (2009), ou seja, em termos muito esquemáticos: ter uma percepção cognoscível de sua realidade, veiculada na sua obra literária (estilo, linguagem etc.) não tornaria Graciliano Ramos um representante do pensamento social brasileiro, menos ainda como um sociólogo.

Ieda Lebensztayn parece apontar para o fato de, na literatura de Graciliano Ramos, conviverem em harmonia o contexto, a postura crítica em relação a ele, uma literatura que se propusesse demonstrar problemas “reais”, através de suas angústias.

Há quase unanimidade nas interpretações sobre a obra graciliana de presença de termos como ironia, representação crítica da realidade social, registro de ausência de instrução/educação, questões locais, morais, psicológicas, existências, miséria, violência, ignorância, política paternalista, safadezas, projeto estético, projeto ideológico, cangaço; configurações do retrato fiel do sertanejo para viver em tempos de seca, o silêncio retórico dos personagens ou o mal-estar da questão regional como em *Vidas Secas*; narrativa de tempos sombrios como em *Angústia*; a oralidade nordestina como manifestação de identidade regional como em *Alexandre e outros heróis*; a discriminação, o sonho e o exercício imaginativo como em *A terra dos meninos pelados*; testemunho político de alto valor literário como em *Memórias do Cárcere*; a presença crítica da contradição selvagem/civilizado como em *Caetés*; a desumanização de Paulo Honório em *São Bernardo*.

Elencamos anteriormente as obras de Graciliano Ramos mais comumente analisadas e destacamos, igualmente, os aspectos gerais mais comumente observados em análises diversas.

Mas uma observação geral é notória e parece ir na contramão do que pensava o escritor: o fato de *Vidas Secas* ser tido como um romance regionalista que faz parte da segunda geração do Modernismo.

É ainda de Ieda Lebensztayn que tomamos a nota sobre o fato desse pertencimento:

Movido por uma preocupação radical de partilhar sofrimentos humanos e não procedimentos de vanguarda, no horizonte de Graciliano apreende-se o romance como uma construção que combinasse representação crítica da realidade e expressão de impasses subjetivos, de modo a abrir para o leitor as “pequenas verdades da vida, atingindo universalidade”. (2010, p. 76)

Em entrevista publicada na Revista do Globo, edição nº 473, em 18 de dezembro de 1956 e, posteriormente, no livro *República das Letras*, de Homero Senna, editora Civilização Brasileira, escutemos o próprio escritor ao lhe ser perguntado qual impressão lhe havia ficado do Modernismo, respondeu:

“Muito ruim. Sempre achei aquilo uma tapeação desonesta. Salvo raríssimas exceções, os modernistas brasileiros eram uns cabotinos. Enquanto outros procuravam estudar alguma coisa, ver, sentir, eles importavam Marinetti.”

E se não excluiria ninguém dessa condenação:

Graciliano Ramos – Já disse: salvo raríssimas exceções. Está visto que excluo Bandeira, por exemplo, que aliás não é propriamente modernista. Fez sonetos, foi parnasiano. E o “Solau do Desamado” é como as “Sextilhas de Frei Antão”. Por dever de ofício, pois estou organizando uma antologia de contos brasileiros, antologia que rola há mais de três anos, tive de reler toda a obra de um dos próceres do modernismo. Achei dois contos de cinco ou seis páginas cada um. E pergunto: isso justifica uma glória literária?

(Franze a testa, detém-se um instante, mas logo prossegue).

Graciliano Ramos – Os modernistas brasileiros, confundindo o ambiente literário do país com a Academia, traçaram linhas divisórias rígidas (mas arbitrarias) entre o bom e o mau. E querendo destruir tudo que ficara para trás, condenaram, por ignorância ou safadeza, muita coisa que merecia ser salva. Vendo em Coelho Neto a encarnação da literatura brasileira – o que era um erro – fingiram esquecer tudo quanto havia antes, e nessa condenação maciça cometeram injustiças tremendas. Nas leituras que tenho feito, para a organização da antologia a que me referi, encontrei vários contos, de autores propositadamente esquecidos pelos modernistas e que seriam grandes em qualquer literatura. Lembro-me de alguns: “O Ratinho Tique-Taque”, de Medeiros e Albuquerque; “Tílburi

de Praça”, de Raul Pompéia; “Só”, de Domício da Gama; “Coração de Velho”, de Mário de Alencar; “Os Brincos de Sara”, de Alberto de Oliveira. Nas antologias que andam por aí essas produções geralmente não aparecem, e de alguns dos autores citados são transcritos contos que não dão a ideia exata do seu talento e do domínio que tinham do gênero. Só posso atribuir isso, como já disse, à desonestidade. Porque se os compararmos aos produtos dos líderes modernistas, estes se achatam completamente.

Quer dizer que não se considera modernista?

Graciliano Ramos – Que ideia! Enquanto os rapazes de 22 promoviam seu movimentozinho, achava-me em Palmeira dos Índios, em pleno sertão alagoano, vendendo chita no balcão.¹³

São muitos e diversos os critérios de análise de produtos culturais. O que estivemos tentando aqui foi tão somente procurar trazer mais elementos que possam contribuir para uma retomada do escritor e sua obra na perspectiva de ampliar e estruturar conhecimentos sobre a literatura e em aguçar o olhar para as especificidades do texto literário, levando-se em consideração as diferenças entre os diversos gêneros de textos e de discursos. E metodologicamente discutir, através da análise de textos concretos, em que medida e com que cautelas, ensaios e, sobretudo, ficções, apesar da sua relativa autonomia estética, podem ser lidos como documentos ou estudos sociais e históricos.

Observar os mais significativos fenômenos da experiência literária e procurar ter uma apreensão da literatura em seu caráter universal (ou de universalidade) pode ser um caminho, digamos, profícuo, assim, igualmente, como historicizara a relação entre produção cultural e história.

Referências bibliográficas

- BERNUCCI, L. M. *A ontologia discursiva de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1998.
- EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GALVÃO, W. N. Fato e ficção na obra de Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000400016>. Acesso em: 13 mar. 2020.

¹³ Revista do Globo, edição nº 473, 18 de dezembro de 1956.

- JAMESON, F. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.
- LEBENSZTAYN, I. *Graciliano Ramos e a Novidade. O astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra, 2010.
- LIMA, E. N. de. *História e narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia*. 2002. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2002.
- LIMA, E. N. de; ZILLY, B.; ALMEIDA, A. M. (Orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2001.
- LIMA, L. C.. *Terra ignota. A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MELO, A. A. M. C. Pensando o Brasil: os escritos de Graciliano Ramos durante o Estado Novo. In: LIMA, E. N. de; ZILLY, B.; ALMEIDA, A. M. *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2001.
- MENDES, F. F. F. *Um país sem graça: Graciliano Ramos e a interpretação de um Brasil moderno (1915-1953)*. 2014. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07112014-190735/pt-br.php>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- MENDONÇA, S. R. de. Sociedade e política: construção e crise do populismo no Brasil. In: LINHARES, M. Y. (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- PAES, J. P. Modernismo. In: MOISÉS, M. (Org.). *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2003.
- PINTO, R. M. Ramos, Graciliano. In: MOISÉS, M. (Org.). *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2003.
- RANGEL, R. P. S. *A estética literária de Graciliano Ramos: a formação da personagem Luís da Solva em Angústia (1936)*. 2018. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2921>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA FILHO, J. P. L. Graciliano Ramos: implicações de uma sociologia implícita ao romance social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2009. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- SILVA FILHO, J. P. L. *Graciliano Ramos: Estudos de sociologias implícitas (1925-1953)*. Recife: CFCH/IFPE, 2010. 220 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9315>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- VALENTE, L. F. Entre Clío e Calíope: a construção da narrativa em *Os Sertões*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000400003>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1952>. Acesso em: 3 fev. 2020.

VELLOSO, M. P. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2162>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ZILIO, C. *A querela do Brasil: a questão da identidade brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari, 1922-1945*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ZILLY, B. A guerra como painel e espetáculo histórico encenado em *Os Sertões*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-59701998000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2020.

Como citar

LIMA, Eli Napoleão de. Graciliano Ramos (1892-1953): breve abordagem sobre interpretações. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 550-570, out. 2020. DOI: <https://www.doi.org/10.36920/esa-v28n3-3>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Entre a denúncia e o fatalismo: natureza, sociedade e sertanejos-retirantes na literatura que evoca o Nordeste das secas

DOI: 10.36920/esa-v28n3-4

 Liduina Farias Almeida da Costa¹

Resumo: Há consenso de que, no Brasil, a literatura é uma das primeiras áreas a assimilar contribuições sociológicas europeias do final do século XIX, e sob influência do darwinismo social e de teorias deterministas tematizar a raça e o meio. O movimento conhecido como literatura regionalista foi profundamente influenciado por esses temas. Neste artigo, o objetivo é desenvolver reflexão sobre obras desse movimento literário, cujos autores se dedicaram ao tema da seca na região Nordeste do Brasil, apontando algumas de suas repercussões na constituição de uma suposta identidade nordestina. O artigo consta de duas partes. A primeira trata do Nordeste como região construída e da emergência da seca como calamidade social. Na segunda, discutimos sobre a seca nos romances regionalistas, destacando elementos discursivos que expressam relações sociais em cidades nordestinas “receptoras” de populações rurais em tempos de seca. Concluímos que as obras têm uma função denunciatória, mas deixam quase ausentes as reações de sujeitos políticos. Desse modo, ainda contribuem na reprodução de velhas imagens, como símbolos, que também impelem à estigmatização da identidade e ações políticas muito mais de permanência que de mudanças.

Palavras-chave: literatura regionalista; Nordeste; imagens da seca.

Abstract: (*Between denunciation and fatalism: nature, society and “sertanejos-retirantes” in the literature that evokes the Northeast of the droughts*). There is an agreement about the role of literature in Brazil in the assimilation of the European sociological contributions in the end of 19th century, particularly the influence of social Darwinism and Determinism on the discussions about race and context. The movement known as regionalist literature was deeply influenced by these themes. This paper aims to reflect on the works of this literary movement, whose authors dedicated themselves to the theme of drought in Northeast Brazil, pointing to some of its repercussions on the construction of an alleged Northeastern identity. The paper is divided in two parts. The first deals with the idea of the Northeast as a constructed region and the emergence of drought as a social calamity. In the second part, the drought in the regionalist novel is discussed, highlighting the discursive elements that express social relations in cities that acted as “receptors” of rural populations during drought periods. It concludes that these novels had a denunciative role, but they rarely reflect the reactions of the political subjects. They therefore contribute with the reproduction of old images as symbols that stigmatize identity and political actions much more related to permanence than to change.

Keywords: regionalist literature; Northeast; drought images.

¹ Professora Associada no Programa de Pós-graduação em Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: liduinafariasac@gmail.com.

Introdução

No Brasil, a literatura é uma das primeiras áreas que, juntamente à do direito e à da filosofia, irá assimilar as contribuições sociológicas do final do século XIX e com elas a priorização de temáticas como a racial e a do meio. Naquele fim de século, a constituição das ciências sociais, em contexto europeu, assimilou contribuições do modelo mecanicista de ciência e, em decorrência, propiciou a discussão entre objetividade e subjetividade no exercício de produção do conhecimento e a busca por perspectivas teórico-metodológicas. À época, literatos e intelectuais brasileiros como que atormentados pela nossa miscigenação racial espelharam-se em centros ditos civilizados do mundo, na tentativa de definir um “caráter nacional brasileiro” (LEITE, 2002). São exemplares a este respeito vários romances regionalistas, sobretudo os da fase realista e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, considerado precursor das ciências sociais brasileiras (GALVÃO, 1984; SEVCENKO, 1999). Nele, haveria não apenas “um tipo antropológico brasileiro” e sim um intrincado caldeamento de sub-raças, destacando-se o sertanejo. Este daria a impressão de um tipo antropológico invariável: “antes de tudo, um forte”, Hércules-Quasímodo que reflete a fealdade típica dos fracos, entretanto, transfigura-se diante de qualquer incidente. Centauro bronco, que tem como antítese na postura, no gesto, na palavra, na índole e nos hábitos o gaúcho do Sul, que não conhece os horrores da seca e os combates cruentos com a terra árida e exsicada (CUNHA, 1995).

A despeito da classificação “literatura regionalista”, podemos extrair dela um comprometimento com temas – localistas e universalistas, como talvez dissesse Rouanet (1993) – como a vida, a fome, a morte, o sofrimento e a violência, entre outros estreitamente relacionados à sociedade e à natureza, conforme discutimos na segunda parte deste artigo. A última frase de Guimarães Rosa (1986) “existe é homem humano”, em *Grande Sertão Veredas*, sugere enxergarmos em personagens centrais dos ficcionistas regionalistas não uma sub-raça forte, mas seres humanos destituídos de bens materiais e simbólicos desafiando a morte.

Como documento estético, a literatura regionalista pode cumprir “a função de denúncia que caracteriza a boa ficção” (MONTENEGRO, 1983). Nela, conforme o crítico literário Landim (1992 *apud* COSTA, 2005), o fenômeno da *seca* é considerado como fato social de grande significação, tendo em vista: a desarticulação do processo de acumulação em termos regionais e de classe; a desagregação familiar e de aglomerados humanos, sobretudo os que dependiam das culturas de subsistência; e a pressão de grupos sociais sobre o Poder Público, pela execução de políticas de assistência à população atingida.

Neste artigo, temos como objetivo discutir acerca de obras literárias classificadas como regionalistas, cujos autores se dedicaram à temática da seca em séculos passados, no Nordeste do Brasil, apontando algumas de suas repercussões na constituição de uma identidade nordestina.

Ao nos debruçarmos sobre essas obras clássicas que focaram a seca, sintonizamo-nos com a perspectiva interpretativa de Ortiz (1985) sobre o papel dos intelectuais na construção da identidade nacional. Seriam agentes históricos operadores de transformações simbólicas na realidade. Ao sintetizá-la como única e compreensível, teriam possibilitado que, por meio de reinterpretação, o Estado se apropriasse de determinadas práticas populares, apresentando-as como expressão da cultura e da identidade nacionais.

Entretanto, ao considerarmos especificidades da região Nordeste, admitimos, de acordo com Bourdieu (1989a, 1996), que a identidade é relacional, está em jogo nas lutas sociais e, nesse jogo, existe a possibilidade de manipulação, visando torná-la emblema ou estigma, como também a possibilidade de sua utilização para enfatizar a existência do grupo ou dissimulá-lo para apagar sinais reveladores de estigma. Para o autor, as manifestações sobre identidades dominadas são lutas simbólicas em torno da identidade social e resposta à estigmatização que produz um território ou região. Nestas lutas, o envolvimento dos agentes ocorre de modo individual ou coletivamente, visando à conservação ou à transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos.

O artigo tem suporte teórico e metodológico em minha tese de doutoramento em sociologia, em trabalho de releitura bibliográfica, sobretudo, de autores utilizados em sua elaboração, como também em obras literárias e revisão de publicações nossas.

No processo de escolha das obras literárias, encontramos apoio em genealogia da literatura regionalista, proposta por Landim (1992), e sua classificação em três perspectivas e fases, tais como: romantismo, naturalismo, modernismo. Entretanto, destacamos dessa genealogia as obras que nos remetem ao drama da seca, ou seja: *O Cabeleira* (1988), de Franklin Távora; *Os Retirantes* (1972), de José do Patrocínio; *A Fome* (1979), de Rodolfo Teófilo; *Luzia-Homem* (1957), de Domingos Olímpio; *A Bagaceira* (1983), de José Américo de Almeida; *O Quinze* (1997), de Raquel de Queiroz; *Vidas Secas* (1983), de Graciliano Ramos; *Gabriela Cravo e Canela* (1958), de Jorge Amado.

Além desta introdução, o artigo consta de duas partes e considerações finais. Na primeira parte, desenvolvemos discussão acerca da constituição sócio-histórica do Nordeste e da emersão da seca como calamidade social em contexto de desorganização da dinâmica socioeconômica da região ao final do século XIX e o desnudamento das

desigualdades e diferenças. Na segunda, discutimos sobre elementos discursivos dos romances regionalistas que expressam relações sociais em cidades nordestinas “receptoras” de populações rurais em tempos de seca, destacando elementos discursivos recorrentes, tais como: os sertanejos diante da seca; a transmutação dos sertanejos em retirantes; a dissolução da família; a insustentabilidade da propriedade privada; a fome, perda de honorabilidade, corrupção e violência instituída. Esta é representada por meio de ações de prepostos do Estado sobre os grupos sociais desalojados do seu mundo rural: os *sertanejos-retirantes*.

Seca e calamidade social no Nordeste: o desnudamento de desigualdades

Embora haja informações de ocorrências de estiagens nessa área do país desde a chegada dos portugueses, seus efeitos só adquirem mais importância política à medida que os interesses de grupos dominantes também começam a ser afetados, como no período compreendido entre 1877 e 1879, quando o Nordeste ainda não havia se constituído como região, mas emergiam as primeiras articulações simbólicas neste sentido (SILVEIRA, 1984; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, 1994a, 1994b; DOMINGOS NETO, 1997, 2010).

Com apoio nas formulações teóricas de Bourdieu (1989a) sobre a região, admitimos que o Nordeste não é mera invenção *ex nihilo*, não possui uma natureza essencialista, entretanto comporta especificidades objetivas, as quais nos indicam que a literatura regionalista direcionada ao fenômeno da seca pode ser mais bem compreendida ao acompanharmos a transformação desse fenômeno em flagelo social em face de alterações na dinâmica socioeconômica dessa área do país e sua constituição como região-problema e, nesta, a do *Nordeste das secas*.

O Nordeste como região construída

Em consonância com o pensamento de Said (1996), a nosso ver, o Nordeste não é mero fato da natureza nem também uma *criação* sem correspondência com a realidade. As ideias, culturas e histórias relacionadas à região têm referência nas relações de poder que se estabelecem entre grupos sociais diferenciados interna e externamente. O Nordeste, conforme diria este autor, não é apenas um mito ou um mero discurso passível de demolição mediante análises desmistificadoras.

Especificidades de natureza objetiva como condições climáticas e tipos humanos da região são apontadas desde as narrativas de viajantes europeus, a exemplo de Koster (1941), Spix e Martius (1981), ou por autores brasileiros como Capistrano de Abreu (1930), Euclides da Cunha (1995), Gilberto Freyre (1926/1976, 1941, 1961), Djacir Menezes (1995), Josué de Castro (1957, 1967), escritores *regionalistas* como José de Alencar (1965) e os

mencionados em página anterior. Conforme podemos afirmar com inspiração em Bourdieu (1989b), as descobertas dessas especificidades tiveram suporte numa *sociologia espontânea* e foram assimiladas pelo processo de *definição legítima* do Nordeste como região diferenciada, e vêm, até o presente contexto, contribuindo para sua reprodução, mediante múltiplas linguagens e pautas políticas.

Adverte-nos, entretanto, o mesmo autor: embora inexistam critérios capazes de definir regiões *naturais*; a fronteira seja o produto de uma *di-visão* a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade; e no processo de regionalização determinados agentes sociais (neste caso, o Estado) tenham o monopólio da *definição legítima*, o poder de constituição de determinada *realidade* só poderia ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização. Ou seja, a “eficácia simbólica depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade” (BOURDIEU, 1989a, p. 166).

Emerge o Nordeste das secas

Tornou-se consenso entre estudiosos, que a *seca* na região Nordeste do Brasil passa a configurar-se como problema de calamidade social depois da segunda metade do século XIX, em decorrência de fenômenos socioeconômicos como o rebaixamento de preços do açúcar, a venda de escravos para o Sul e o expressivo crescimento demográfico. Associada a estes fenômenos ocorre, segundo Domingos Neto (1997 *apud* COSTA, 2005),² a perda dos traços originais da pecuária extensiva praticada na região, sobressaindo, entre estes, a acentuada dependência dos fatores naturais para complementar a alimentação humana; vigoroso processo de formação de mercado interno; graves problemas de convívio com a agricultura e extraordinária capacidade de esgotamento das condições naturais do solo. No intuito de se reproduzir, a pecuária extensiva introduz a prática de consorciação de gado com produtos de subsistência e algodão. É nesse processo de recriação da atividade pecuária que emerge o *Nordeste das secas*.

A pecuária extensiva *nordestina* no período colonial – seu período de expansão e apogeu –, segundo Domingos Neto e Borges (1987), antecipava-se às perspectivas de riscos em decorrência de estiagens, porque fazia parte de sua dinâmica o empreendimento de retiradas periódicas do gado, em busca de *refrigério* encontrado na própria *região*.

Na ótica de Domingos Neto (2010), além de a pecuária haver representado importante contribuição para a ocupação do território brasileiro, foi uma extensão e ao mesmo tempo uma infraestrutura do empreendimento açucareiro. Tratar-se-ia de um

² Agradecemos a generosidade do autor que nos permitiu utilizar seus originais, ainda não publicados, no período em que a tese foi desenvolvida.

esforço de produção de mercadorias com características radicalmente diferentes das que marcavam a produção agroexportadora canavieira, da qual se destacava pelos seguintes aspectos: utilização de padrão técnico elementar, pouca vinculação de moeda, ausência de aglomerados urbanos, pequena diversificação da produção, relações de trabalho e, finalmente, as condições de pobreza da população dedicada a essa atividade.

Descartando ideias como as de *marasmo* e dualidade presentes nas análises acerca do *Nordeste da pecuária*, Domingos Neto (1997 *apud* COSTA, 2005) realça que a rápida expansão da atividade pecuária visava: ao atendimento das demandas dos engenhos por força de trabalho indígena e por gado, ao afastamento das tribos que preocupavam a zona açucareira e à necessidade de ocupação de todo o espaço, objetivando evitar a reorganização de comunidades nativas.

Conforme analisa esse mesmo autor, a dinâmica da *sociedade dos vaqueiros*, organizada segundo os traços originais anteriormente referidos, recriara-se ao longo do século XIX, em virtude de fenômenos como: empobrecimento dos pastos naturais, crescimento populacional, aquisição de novas percepções do espaço pelos sertanejos, mudanças nas relações de trabalho mesmo antes da Lei Áurea, como no caso do Ceará, alterações na estrutura fundiária com a redução dos domínios territoriais e multiplicação das pequenas e médias propriedades, complexificação das atividades econômicas com o desenvolvimento do comércio e de outras formas de prestação de serviços e, finalmente, a intervenção paulatina do Estado nacional no sertão (DOMINGOS NETO, 1997 *apud* COSTA, 2005).

Acrescenta ainda o autor que, diante da necessidade do estabelecimento de consórcios entre a criação de gado, o algodão e as culturas de subsistência, em face do crescimento demográfico e do número de núcleos urbanos, a *fazenda* irá absorver, também, trabalhadores que não se ocuparão do rebanho e sim de cultivos que transferirão a renda da terra para o fazendeiro. Em número elevado, esses trabalhadores ficariam sujeitos ao fenômeno da seca, conforme esclarece Domingos Neto:

[...] A expansão dos roçados foi sintoma da impossibilidade da criação de gado garantir as necessidades de uma população em crescimento. Assim, a sobrevivência econômica do fazendeiro passa a depender de sua capacidade de apropriação do excedente de roças de algodão e de uma reduzida pauta de produtos alimentares. A expansão da agricultura de subsistência ocorre paralelamente a queda de produtividade da criação de gado e da redução das dimensões da fazenda. A proliferação dos roçados leva o fazendeiro a assumir funções de comerciante, resultando na ampliação das exigências sobre os trabalhadores rurais quanto a renda da terra. Esta assume múltiplas e variadas formas, sendo a mais elementar e generalizada a do aproveitamento da roça, após a colheita, para o pasto. A novidade adotada para assegurar a sobrevivência da

fazenda de gado foi socialmente elevada: fez crescer o contingente de trabalhadores dependente de uma produção agrícola rudimentar e sem possibilidades de defesa técnica contra as adversidades climáticas. (1997, p. 64)

Portanto, a *seca*, como calamidade social, emerge juntamente com a criação de estratégias de *salvação* da pecuária extensiva, ou seja: o consórcio do gado com as culturas de subsistência e o algodão. Este último, conforme análise desse mesmo autor, embora tenha dinamizado várias cidades nordestinas, por meio da comercialização, não teria configurado *um ciclo* ou uma atividade cuja importância se ligasse somente ao mercado internacional, devido à recorrente oscilação de demanda. Sua função primordial seria a sobrevivência da pecuária, *um alento à sociedade dos vaqueiros*.

Ao emergir segundo essa dinâmica, a *seca* não seria determinante da quebra do processo produtivo da criação de gado, e sim um fator a mais colocado como a *gota d'água* na desorganização da economia vigente. Posteriormente, o fenômeno ter-se-ia expandido geograficamente para o *Nordeste Ocidental*.

A emergência do *Nordeste das secas* tem como uma das suas mais claras demonstrações a ocorrência da estiagem verificada entre 1877 e 1879 – a *seca dos três oitos*, como mostram memórias de antepassados nossos – num contexto de crise econômica, quando, em consequência da desorganização do processo produtivo, grande quantidade de sertanejos – trabalhadores/agregados e proprietários rurais/fazendeiros – até então ocupados nas atividades agrícolas de subsistência, algodão ou pecuária transmudam-se em *retirantes* ao deixar para trás essas atividades e enfrentar as agruras do êxodo rumo às cidades, principalmente as do litoral.

Contudo, não obstante a dinâmica econômica ora apresentada, admite-se que a *seca como flagelo* é também socialmente construída. Ultrapassa, portanto, o mero processo econômico. Além disso, suas repercussões e significados modificam-se em conformidade com as circunstâncias socioeconômicas e políticas de distintos períodos na região e no país.

O conjunto de alterações nas formas de sociabilidade e nos costumes cotidianos das áreas afetadas pela estiagem, o modo de deslocamento dos sertanejos carentes de alimentação em exaustivas caminhadas *de léguas e léguas* rumo a alguma cidade e o dia a dia nos abarracamentos ou campos de concentração improvisados pelo Poder Público para lhes “abrigar” nessas cidades foram captados por várias modalidades de artes. Entre estas, a literária, especialmente por ficcionistas pertencentes a correntes *regionalistas* que, antecipando-se ou em paralelo às ciências sociais, produziram *análises* de valor documental estético incontestes.

A seca no romance regionalista

Diante das mudanças socioeconômicas, ocorridas em consequência das razões anteriormente descritas, a seca irá provocar enorme êxodo rural rumo às cidades. Estas, ao se transformarem em áreas “receptoras” de *sertanejos-retirantes* serão palcos, por excelência, de desnudamento do fenômeno da pobreza e expressões de desigualdades que, entretanto, são percebidas pelo senso comum como *desordem social*.

Tais cidades convertem-se em grandes *abarracamentos* de desocupados e mendigos, os quais, carentes de condições da reprodução biológica da própria vida, *deploram* costumes e valores sociofamiliares, alimentares, religiosos e sexuais então vigentes. As elites urbanas, parte delas enriquecida com o tráfico interno de escravos, tiram proveitos econômicos e políticos da situação, mas deploram os sertanejos agora transmutados em retirantes ou mostram-se indiferentes ao seu sofrimento.

Esse panorama é protagonizado por grupos sociais em grande e visível assimetria e representado, pioneiramente, em obras literárias regionalistas que também se apoiaram no darwinismo social e em teorias deterministas.

Landim (1992 *apud* COSTA, 2005) refere-se ao fato de que, sob o ponto de vista ficcional, o fenômeno da *seca* confere uma *autonomia* à região, à medida que os escritores teriam assumido um enfoque sociopolítico de explicação do fenômeno, concebendo-o como fato social de expressiva significação. Um dos elementos já mencionados, que, segundo este autor, constituem a temática da seca nas obras de ficção consistiria em pressões sociais de grupos destituídos de seus bens em consequência da quebra do processo econômico.

Destacamos, entretanto, que os estudos de Neves (2000) tecem uma crítica a interpretações equivocadas das reações dos retirantes famintos como se fossem elas de natureza meramente espasmódica ou irracional. Para o autor, com fundamento na concepção thompsoniana de multidão, esses grupos sociais constituiriam multidões e, como tal, sujeitos coletivos políticos, cujas raízes já seriam encontradas em 1877.

Os sertanejos diante da seca

Embora os escritores *regionalistas* não afirmem que a quebra do processo produtivo decorrente da seca é determinante dos problemas presentes na sociedade rural e na urbana, uma relação de causalidade desta ordem pode ser lida nas entrelinhas de suas obras. A *seca* é tratada como uma espécie de matriz geradora de todos os malefícios sociais que atingem os sertanejos de quaisquer grupos sociais, quer sejam trabalhadores rurais de qualquer categoria, quer sejam os donos das terras, os fazendeiros. Em boa parte dos romances em tela, estes grupos aparecem nivelados socialmente pelo sofrimento e suas reações são interpretadas ambigualmente: ora como mero espectador

diante dos caprichos da natureza que lhes nega as condições de reprodução da vida, ora como herói-lutador diante da percepção de que a morte se avizinha (COSTA, 2005).

Encarada pelos sertanejos como desgraça ou sentença de morte, a seca desencadearia uma sequência de ações que seriam inerentes a uma cultura calcada na ignorância e no misticismo. Práticas populares efetivadas como adivinhações sobre o inverno consistiriam no apelo aos horóscopos populares, indicações do *lunário perpétuo*, observações aos sinais emitidos pela Natureza, como a *lua sem lagoa* a prenunciar a seca; o *ronco das guafbas* ou o *zum-zum* da itaquatiara anunciando o inverno; a experiência das pedras de sal no dia de *Santa Luzia*; e a mais decisiva de todas, a falta de chuvas no dia de São José – 19 de março (COSTA, 2005).

Essas práticas populares, todavia, são, em geral, descredenciadas nas narrativas dos escritores em apreciação e, quase sempre, (des)classificadas como superstição, ignorância ou bruxaria.

Prosseguindo, ainda com esperança, os sertanejos lutariam, bravamente, para salvar o gado, mas, perdidas as esperanças, consumiriam a venda dos últimos bens que lhes restassem, e até mesmo de pertences da família (inclusive de objetos simbólicos de caráter e valor religioso), no intuito de adquirir meios para custear a emigração e, finalmente, por-se-iam em *retirada*.

Essa brava luta é representada pela narrativa de *A Fome*, quando o autor descreve o momento em que, ao concluir que não há inverno, um fazendeiro e coronel da guarda nacional, destacado entre os sertanejos mais obstinados, se curva aos *desígnios divinos* e empenha-se, honrosamente, na luta *contra o flagelo*. Lê-se:

De alvião às costas, acompanhado dos escravos, vai dar combate. Desce à primeira cacimba, que encontra e, com coragem heróica, é quem começa o trabalho. Os alviões retalham a rocha e as pás atiram-na para longe [...]. A camada pastosa foi-se refazendo-se e em breve tocavam os ferros no dorso de uma rocha de granito [...]. Desprezado o primeiro bebedeiro, procurou outros, e assim numa luta sem tréguas com a seca, sempre vencido, assistia ao aniquilamento de seus rebanhos. (TEÓFILO, 1979, p. 6)

A obstinação em salvar o gado, porém, não seria regra geral, pois outros sertanejos, não suportando a catástrofe, poderiam até mesmo dar fim à vida, conforme representado em *A Fome*, com todo realismo:

[...] Apodrecia ali o cadáver de um homem, cujo rosto estava medonho pela decomposição. A pele cianótica se estilhava na putrefação, que fazia a cara disforme e horripilante. A fisionomia mais hórrida tornava o nariz, que, diluído em uma amálgama de pus e vermes, caía sobre a boca, já sem lábios, e não cobria mais os dentes alvos e são [...]. O cadáver estava vestido de camisa e calça de algodão. O hábito, entretanto, na altura do ventre estava rasgado, e rasgado também estava o abdômen pelo cão, a

cevar-se nos intestinos e vísceras do morto. O terreno onde descansava o corpo estava revolvido. Parecia-lhe que o morto não era vítima da fome [...]. Examinava o cadáver com interesse, quando notou sinais de um crime: um suicídio por estrangulamento. O pescoço do defunto ainda apertava o mortífero laço. (TEÓFILO, 1979, p. 30)

Apesar de nas obras de ficção examinadas, às vezes, pessoas pertencentes a grupos sociais tão distintos serem igualladas pelo sofrimento diante da perspectiva da morte ou das arbitrariedades praticadas por representantes do Estado, outras vezes grupos sociais distintos – fazendeiros e trabalhadores de fazendas – também teriam reações e destinos diferenciados. Escravos conseguiriam desertar da fazenda sob o *olhar benevolente do bom patrão*, embora seu destino mais certo fosse a venda para a *indústria agrícola* do Sul, como descreve Rodolfo Teófilo.

Os não escravos tinham destino certo: transformar-se-iam, inexoravelmente, em *retirantes*, após venderem ou sacrificarem seus poucos animais, conseguidos ao longo de muitos anos com o suor do rosto e a humilhação aos patrões, como mostra narrativa de Graciliano Ramos, referente a contexto posterior. Poderiam ainda partir para o desconhecido, conforme se lê em *O Quinze*, migrando para o Sul, onde encontrariam, quem sabe, *um barracão de emigrantes*. Ou, ainda, ter o destino de migrante interno à própria região como o da *retirante* Gabriela, personagem principal de Jorge Amado em *Gabriela Cravo e Canela* que é “recrutada” para o trabalho doméstico por comerciante no chamado “mercado dos escravos” de Ilhéus – antiga região cacaueteira do estado da Bahia –, lugar onde os retirantes acampavam à espera de trabalho.

Entretanto, até o mais obstinado dos sertanejos teria como *destino certo* o êxodo, e, caso sobrevivesse durante a viagem em *retirada*, a condição de *retirante* na cidade.

O Quinze de Rachel de Queiroz ainda conserva a representação do sertanejo obstinado que, diante do prenúncio ou da consumação da seca, se utiliza de todos os meios disponíveis nas suas terras para a salvação do rebanho. Descreve a escritora:

Encostado a uma jurema seca, defronte ao Juazeiro que a foice dos cabras ia pouco a pouco mutilando, Vicente dirigia a distribuição de rama verde ao gado [...]. Era raro e alarmante, em março, ainda se tratar de gado. Vicente pensava sombriamente no que seria de tanta rês, se de fato não viesse o inverno. A rama já não dava nem para um mês. (1997, p. 10-11)

Segundo a narrativa dessa mesma obra, apenas excepcionalmente, alguns sertanejos reagiriam de modos diversos, ao abandonarem o gado e os empregados das fazendas, deixando-os à mercê da sorte. É o caso da personagem dona Maroca, fazendeira *velha e doida*, conforme a ficcionista, que ordenara ao vaqueiro Chico Bento abrir as porteiras do curral e soltar o gado, caso não chovesse até o dia de São José.

A transmutação dos sertanejos em retirantes

Os protagonistas do romance *regionalista* são seres condenados às imposições de um meio ambiente hostil e avesso às necessidades humanas. Sua capacidade devastadora em *tempos de seca* é retratada por ficcionistas que realçam beleza e morbidez da natureza indiferente, personificando-a, às vezes, com traços de maldade mesmo diante dos apelos desesperados dos sertanejos aos santos protetores, em quem acreditam. Lê-se em narrativa de *Os Retirantes* sobre os atos devocionais dos sertanejos, em homenagem a São José, e, entretanto, um desfecho doloroso:

Desde dezembro uma tristeza densa como um nevoeiro, tinha empanado os espíritos [...]. Nem um suor de tempestade embaciou a atmosfera, sempre de limpidez cristalina. Começou desta data a devoção solene, mas foi inteiramente vão o apelo para o céu diante da misantropia da natureza. Os dias secos e ardentes continuavam a devastar o gado, as plantações e as pastagens, ao passo que os rios e os açudes empobreciam como fidalgos pródigos [...]. A claridade elétrica do luar, caindo então sobre a comum tristeza, parecia o olhar esgazeado de miséria a magnetizar o povoado [...]. Estava-se já em princípios de março, e a fatalidade parecia ratificar acruza das predições [...]. Nos rostos escaveirados, a máscara da fome estagnava-lhes os olhares numa quietação comatosa [...]. O desleixo enxovalhava a mocidade, envilecia a velhice e deformava a meninice. (PATROCÍNIO, 1972, p. 23-57)

Em perspectiva semelhante, a ironia de uma natureza que mata é descrita por José Américo de Almeida em *A Bagaceira*:

[...] Os raios de sol pareciam labaredas soltas ateando a combustão total. Um painel infernal. Um incêndio estranho que ardia de cima para baixo. Nuvens vermelhas como chamas que voassem. Uma ironia de ouro sobre o azul. O sol, que é para dar o beijo da fecundidade dava a beijo da morte. (1983, p. 35)

A transmutação dos sertanejos em *retirantes* assemelha-se ao movimento de um ritual marcado por começo, meio e fim. Iniciar-se-ia com o esgotamento dos bens econômicos e a autodestituição de pertences de valor simbólico como objetos sagrados, a despedida saudosa da terra castigada e infertilizada, o início da caminhada em êxodo à luz do luar ou sob *o clarear do dia*, às vezes em grupos formados por vizinhos, às vezes somente o grupo familiar, e sua fase final, o ritual humilhante da busca por um lugar para descansar um pouco e, finalmente, por sorte, a entrada no *abarracamento* ou *campo de concentração* “organizado” pelo Poder Público em algumas cidades. A narrativa a seguir, extraída da obra de Domingos Olímpio em *Luzia-Homem* é ilustrativa do fenômeno da *retirada* e da transmutação dos sertanejos:

[...] eram pedaços de multidão varrida dos lares pelo flagelo, encalhando no lento percurso da tétrica viagem através do sertão tostado como terra

de maldição ferida pela ira de Deus, esqueléticas criaturas de aspecto horripilante [...] trajes rendilhados de trapos sórdidos de uma sujidade nauseante, em papados de sangue purulento de úlceras, que lhes corcomiam a pele, até descobrirem os ossos nas articulações deformadas [...] e o céu límpido, sereno [...] sem uma nuvem mensageira de esperança. (1997, p. 20)

Daí em diante estarão sujeitos ao desdém e à rejeição pela população da cidade, especialmente as elites e autoridades. Ademais, impera a violência em suas variadas formas, desde a simbólica (BOURDIEU, 1989b), expressa pelo (des)tratamento das autoridades e cidadãos em geral, até a mais explícita e instituída, representada por policiais em ação ou propostos do Estado encarregados da acintosa e abjeta forma de *assistência* aos flagelados, a qual consiste, geralmente, em punhados de farinha, em quantidades racionadas e ínfimas.

Dependentes de tais condições naturais e sociais, e em estado *famélico*, os retirantes liberariam seus instintos animais, a culminar no desmoronamento da *ordem* e na destruição dos ideais de uma sociabilidade fundada em valores morais como o respeito à propriedade privada e a preservação da família.

Diante disso, far-se-iam rearranjos muitas vezes “condenáveis” nas formas de sociabilidade, no intuito de garantir a mera reprodução biológica da própria vida ou a da família. Com a sociedade em processo de degeneração, não faltariam oportunidades para a germinação ou intensificação do banditismo ou do cangaço, conforme descrição de José do Patrocínio em *Os Retirantes*:

[...] Por que vivo assim? Por que sou malvado? Toda a gente diz; mas ninguém sabe que eu sou pai e que errei de casa em casa sofrendo quanto o diabo enjeita para um dia ver a mulher morrer a míngua na hora do parto.

– Está bom, você avexa-se com elas demais e eu quase desacoroço da vida.

– Fique certo, Virgulino, de que eu não fui convidá-los para virem comigo só para fazê-los bandidos dos Viriatos. Bandidos são todos os homens em certa hora da vida. Eu fui chamá-los para dar-lhes com que alimentar as suas famílias; tomando aos que têm e não querem dar aos que morrem à fome. Os juízes e os ricos podem nos condenar, os pobres chamarão ao que fazemos igualar as necessidades. (1972, p. 15, v. II)

Em *O Cabeleira*, primeiro romance do cangaço e obra inaugural do regionalismo, Franklin Távora desenvolve narrativa sobre a saga de um herói do mal que, apesar de ser exímio tocador de viola, passou a depender de matar para sobreviver. Fora treinado para isso, e disso vivia, como ilustra um trecho da narrativa, conforme a seguir:

Quando se divulgou que Joaquim tinha deixado a mulher [...] logo prognosticaram que ele ia estabelecer na mata virgem o seu novo domicílio. À vista de sua má índole [...] houve quem assegurasse que ele estava de mãos dadas com os facínoras de Pernambuco, de Paraíba e de Rio Grande do Norte, que ali se hominizavam. Muitos destes eram conhecidos por seus nomes e pessoas, e uma vez por outra faziam sortidas sobre os povoados, saqueavam as vendas, perpetravam desatinos, e escapavam sempre à ação da justiça, ineficaz naquele tempo [...]. A voz do povo não era senão o eco da verdade. (1988, p. 44)

Em face da impossibilidade de suprir a necessidade mais básica, a alimentação, o homem se igualaria ao animal, como percebemos na descrição de uma luta corporal pela obtenção de alimentos travada entre *retirantes* e comboieiros a serviço do Estado, responsáveis pela distribuição de farinha, onde se lê: “Travou-se uma luta tremenda, uma briga de feras esfomeadas sobre um minguaado repasto [...]. Havia ali uma multidão de homens em tudo semelhantes a uma manada de porcos esfomeados, a disputar o maior quinhão da ceva” (TEÓFILO, 1979, p. 44).

A luta do *sertanejo retirante* por alimento nem sempre ocorreria por meios violentos explícitos; podia também expressar-se como irracionalidade, ou violência a si próprio. Diante da situação de esgotamento dos alimentos costumeiramente consumidos, retirantes alimentavam-se de cardos, raízes intoxicantes causadoras da cegueira ou da morte, palmitos amargos, animais encontrados mortos em consequência da fome ou de doenças – disputados por cães e urubus – e até mesmo animais domésticos de estimação como cães e papagaios que *integravam* o grupo familiar. Encontra-se em *Vidas Secas*:

[...] Ainda na véspera eram seis viventes, contando com o papagaio. Coitado, morrera na areia do rio, onde haviam descansado, à beira de uma poça: a fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida. Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disto. [...] Sinhá Vitória queimando o assento no chão [...] pensava em acontecimentos antigos [...]. Despertara-a um grito áspero, vira de perto a realidade e o papagaio [...]. Resolvera de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. (RAMOS, 1983, p. 11-12)

Na fase de desespero em virtude da fome, ante a perspectiva de morte e total impossibilidade de adquirir alimento, os retirantes praticariam canibalismo. Atitude representada pelos ficcionistas, geralmente a partir de conotação moral ou em comparação à loucura ou animalidade. Lê-se em *Os Retirantes*:

[...] Ela fitou-o com a gula do tigre, e, gatinhando como ele, com movimentos largos, mas sem ruído, foi parar a pequena distância. Tornou-o a fitar e como se uma jibóia esfaimada se intumescesse dentro

de si, empregando toda a sua elasticidade para dar força e precisão ao bote, encolheu-se e de um salto agarrou pelos cabelos a mísera vítima, levantou-a até a altura dos lábios, cobriu-a pela última vez de beijos, como a jibóia cobre a presa de baba, e perdeu de todo a cabeça. Quando voltou aos sentidos regularmente, estava entre as mãos das pessoas que a amarravam e a conduziam à vila. (PATROCÍNIO, 1972, p. 121-122, v. II)

O limite da indignidade humana a que chegariam os *sertanejos-retirantes* expressa-se por meio da descrição da autofagia, processo característico de animais que se nutrem da própria carne, segundo pode-se ler em *A Fome*:

[...] O faminto leva a ferida à boca e, com uma avidez com que desarma e comove Freitas, suga o sangue que sai do ferimento, um sangue incolor como o dos insetos. A sucção era feita com gula infrene [...]. Nem uma gota mais vertendo do ferimento, começou a comer as próprias carnes. (TEÓFILO, 1979, p. 35)

A dissolução da família

A dissolução da família, esta concebida por alguns dos escritores *regionalistas* como célula-mãe da sociedade, estaria vinculada a várias causas imediatas: chefes de famílias originários do sertão as abandonariam, metendo-se na esbórnica da cidade; filhos desertariam do grupo familiar por não encontrarem neste qualquer perspectiva de futuro; perda da natureza maternal diante da fuga de filhos em busca de alguma possibilidade de uma sobrevivência; filhas *donzelas* seriam pressionadas pelos prepostos do Estado encarregados da distribuição de víveres a prostituir-se para ganhar a *ração* que manteria vivos, biologicamente, os membros da família.

Em síntese, a causa mais imediata é a miséria, conforme narrativa de *O Quinze* sobre uma trajetória de desagregação familiar. Chico Bento e Cordulina – o vaqueiro e sua mulher, moradores de uma fazenda abandonada pela proprietária, dona Maroca, em virtude da *seca* – perdem, paulatinamente, quase todos os filhos, à medida que a fome vai se tornando insuportável. Inicialmente é a cunhada (Mocinha) que, ainda no caminho do sertão para a cidade, se desgarra do grupo familiar para empregar-se com estranhos, caindo depois na prostituição e na mendicância. Josias, um dos filhos do casal, encontra a *paz da cova* à beira da estrada, após envenenar-se com raiz devorada para aliviar a fome também durante o trajeto da *retirada*. A ausência de compromisso do Poder Público com a vida dos retirantes pode ser percebida nas entrelinhas da descrição da morte do menino Josias antes de chegar a uma cidade que recebesse a família. Lê-se em *O Quinze*:

[...] Lá se tinha ficado o Josias, na sua cova à beira da estrada, com uma cruz de dois paus amarrados, feita pelo pai. Ficou em paz. Não tinha mais

que chorar de fome, estrada afora. Não tinha mais alguns anos de miséria à frente da vida, para depois cair no mesmo buraco, à sombra da mesma cruz. (QUEIROZ, 1997, p. 61)

Pedro, outro membro da família, desertou do grupo familiar enquanto os pais *variavam* de fome pela estrada. Nas buscas empreendidas, alguém teria visto o menino num rancho de comboieiros de cachaça. Mas a mãe, perdendo também a “natureza maternal, pensou: Talvez fosse até para a felicidade do menino. Onde poderia estar em maior desgraça do que ficando com o pai?” (QUEIROZ, 1997, p. 85).

Duquinha, também filho de Cordulina e Chico Bento, foi entregue à madrinha e protetora da família, sob forte comoção dos pais, mas mediante a racionalização de que *viraria gente*. O casal e os outros dois filhos teriam, no Sul do país, um futuro desconhecido, porém *esperançoso*: lá não veriam *seca* nem passariam fome.

[...] Iam para o desconhecido, para um barracão de emigrantes, para uma escravidão de colonos [...] Iam para o destino, que os chamara de tão longe, das terras secas e fulvas de Quixadá, e os trouxera entre a fome e mortes, e angústias infinitas, para os conduzir agora, por cima da água do mar, às terras longínquas onde sempre há farinha e sempre há inverno. (QUEIROZ, 1997, p. 114)

A insustentabilidade da propriedade privada

A perda do respeito à propriedade privada, apontada pelos escritores para mostrar a desagregação da *ordem social*, em face do grau de indignidade humana a que chegavam os sertanejos diante da fome e da sede, é recorrente no romance *regionalista*, conforme representado em *O Quinze*:

[...] Um homem de mescla azul vinha para eles em grandes passadas. Agitava os braços em fúria, aos berros. – Cachorro! Ladrão! Matar minha cabrinha! Desgraçado! Chico Bento, tonto, desnortado, deixou a faca cair e, ainda de cócoras, tartamudeava explicações confusas. O homem avançou, arrebatou-lhe a cabra e procurou enrolá-la no couro. Dentro da sua perturbação, Chico Bento compreendeu apenas que lhe tomavam aquela carne em que seus olhos famintos já se regalavam, da qual suas mãos febris já tinham sentido o calor confortante. E lhe veio agudamente à lembrança Cordulina exânime na pedra da estrada [...] O Duquinha tão morto que já nem chorava. (QUEIROZ, 1997, p. 65-66)

A luta pela sobrevivência, ao longo de todas as etapas de transmutação do sertanejo em retirante e um mundo em destruição pelos efeitos da seca, destituiria os sertanejos de sentimentos humanos a exemplo da solidariedade e da dignidade, como na descrição de Rachel de Queiroz sobre o episódio em que Chico Bento – vaqueiro forte antes de se

transformar em *retirante* – perde o respeito à propriedade alheia ao se ver diante do único meio de salvar sua família da morte por causa da fome:

[...] Caindo quase de joelhos, com os olhos vermelhos cheios de lágrimas que lhe corriam pela face áspera, [Chico Bento] suplicou, de mãos juntas: – Meu senhor, pelo amor de Deus! Me deixe um pedaço de carne, um taquinho ao menos, que dê um caldo para a mulher mais os meninos! Foi pra eles que eu matei! Já caíram com a fome!...

– Não dou nada! Ladrão! Sem-vergonha! Cabra sem-vergonha! A energia abatida do vaqueiro não se estimulou nem mesmo diante daquela palavra. (QUEIROZ, 1997, p. 66)

Cenas amedrontadoras, abjetas e repugnantes denunciam as condições miseráveis dos *retirantes* no dia a dia dos *abarracamentos* ou *campos de concentração*. Por meio delas, Rodolfo Teófilo alude a um passado de fartura e a um presente de miséria em virtude da *seca*, e assim descreve o estado de animalização a que chegam os sertanejos, mesmo aqueles sob a “proteção” do Estado.

[...] à entrada do quiosque assomou um vulto escuro, caminhando lentamente como um quadrúpede. [...]. Não era um bicho, mas um homem que a fome reduzira a bicho [...]. Os dentes completos, de branco esmalte, sem lábios mais que os cobrissem, num riso perene de ironia e mofa, brilhavam em lúgubres cintilações, mais horripilante tornavam-lhe a figura [...]. Aquela nudez obscena que o delírio famélico expunha sem rebuço, sem consciência, mas também sem sensualidade; à vista de um esqueleto, mas de um esqueleto com sexo o aterrava, porque ia violentar a castidade dos sentidos de Carolina [...]. As narinas dilatam-se-lhe mais, fareja, sorve o cheiro daquela carne sadia na qual tem ímpetos de saciar a fome, de rasgá-la a dentadas. (1979, p. 34)

Cenas com significados semelhantes, no entanto, explicitadoras de um submundo no qual vivem e morrem não somente os antigos trabalhadores das fazendas de gado, mas também os de outras condições econômicas que anteriormente ao flagelo da seca dispunham de um lugar social satisfatório. Descreve Rachel de Queiroz:

Mas, mesmo de fora, que mau cheiro se sentia! Através da cerca de arame, apareciam-lhe os ranchos disseminados ao acaso. Até a miséria tem fantasia e criara ali os gêneros de habitação mais bizarros. Uns, debaixo dum cajueiro, estirados no chão, quase nus, conversavam. Outros absolutamente ao tempo, apenas com a vaga proteção de uma parede de latas velhas, rodeavam um tocador de viola, um cego, que cantava numa melopéia cansada e triste [...]. E, além, uma família do Cariri velava um defunto, duro e seco, apenas recoberto por farrapos de cor indecisa. Conceição sabia quem ele era. Tinha morrido ao meio dia, e a sua gente teimava em não o misturar com os outros mortos. (1997, p. 57-58)

Fome, perda de honorabilidade, corrupção e violência instituída

A noção do perigo que os *sertanejos-retirantes* representavam para a população citadina, em razão de sua condição miserável e do rótulo de *retirante* que carregavam, seria uma justificativa do Estado para não os deixar no ócio.

Para efetivar o controle social dos imigrantes do sertão, o Estado imprimiria uma marca inaceitável à assistência pública atrelada à violência que, sequer, manifestava-se por meios sutis, como nessa descrição de *A Fome*:

Mais de mil infelizes, magros e esfarrapados, cercando à distância um comboio de víveres, pediam aos comboieiros punhados de farinha para matar a fome [...] uma retirante se aproxima destes e de joelhos apresenta o filho, uma criancinha a expirar de fome, e pede um pouco de farinha pelo amor de Deus. Uma bofetada tremenda, dada por um dos comboieiros, fá-la rolar no chão, por cima do filho [...].

– Não espanco ninguém, garanto e defendo os víveres que me foram entregues e pelos quais sou responsável. (TEÓFILO, 1979, p. 42-43)

A violência velada do Estado também é representada na literatura regionalista por meio da crítica de um personagem à obrigatoriedade dos retirantes de realizarem trabalhos extenuantes e degradantes, sob o pretexto de garantia da ordem e em troca de uma ração, cujo efeito seria apenas o prolongamento de uma vida desgraçada. O diálogo a seguir, entre personagens de *A Fome*, é ilustrativo a este respeito.

– Não acha o transporte de pedras uma medida vexatória e extravagante?

– O maior dos absurdos. Justificam-no como um meio de livrar o povo da ociosidade. A medida é desastrada [...]. Inanido, cansado da viagem, às vezes velho e doente, segue o infeliz. Alguns nem chegam, com a carga que o governo lhes pôs às costas, ao porto do destino; caem no caminho e morrem de fome, de fadiga! Os que vencem a distância são mais desgraçados ainda, porque continuam a viver uma vida de misérias, de humilhações. Duas vezes por semana dão-lhe um litro de farinha e meio quilo de carne do sul, para se alimentarem com uma família, termo médio, de seis pessoas. (TEÓFILO, 1979, p. 116)

Como expressão da face mais explícita da violência do Estado, o controle social dos *retirantes* efetivar-se-ia por meio de batidas policiais nos próprios abarracamentos, nos trajetos para o trabalho ou em outros aglomerados de miseráveis, para lhes *ensinar*. A violência policial sob a justificativa de manutenção *da ordem* é representada, emblematicamente, também em *A Fome*, conforme narrativa a seguir:

A soldadesca se aproximava mais e mais [...]. As palavras insultuosas já se ouviam perfeitamente. As mulheres tremiam de medo [...]. Os homens, envergonhados de sua fraqueza, cravavam o olhar no chão! [...]. As patas dos animais pisavam os infelizes, que a prancha do soldado lançava por

terra! Na areia rolavam, estorcendo-se, homens e mulheres, cuja epiderme, ainda coberta de cicatrizes, havia sido rasgada. Debandou-se em um instante o grupo. Os soldados continuavam a persegui-los, quando o comandante os chamou a postos:

– Basta por hoje de ensino, não faltará ocasião de surrar esta canalha. (TEÓFILO, 1979, p. 180-181)

Paralelamente a essas formas de controle social, a intervenção do Estado nos problemas ocasionados pela *seca* define-se nos romances em apreciação pela corrupção dos seus prepostos. Os *socorros públicos* destinados à calamidade seriam manipulados por agentes estatais que os administrariam de modo discriminatório, priorizando os protegidos das autoridades ou os apadrinhados de famílias bem relacionadas com as autoridades políticas ou religiosas, como descrito em *O Quinze*: “Armado com um cartãozinho do bispo e um bilhete particular de Conceição à senhora que administrava o serviço, Chico Bento conseguiu obter o ambicionado lugar no açude do Tauape” (QUEIROZ, 1997, p. 97-99).

A corrupção na forma de apropriação dos bens e serviços públicos pelos agentes estatais pode ser vista por meio do diálogo de personagens também em *O Quinze*, onde se lê:

[...]

– Ajudar, o governo ajuda. O preposto é que é um ratuíno... Anda vendendo as passagens a quem der mais...

Os olhos do vaqueiro luziram:

– Por isso é que ele me disse que tinha cedido cinquenta passagens ao Matias Paroara!...

– Boca de ceder! Cedeu, mas foi mão pra lá, mão pra cá... O Paroara me disse que pouco faltou pro custo da tarifa... Quase não deu interesse...

Chico Bento cuspiu com o ardor do mata-bicho:

– Cambada ladrona! [...].

– Que passagens! Tem de ir tudo é por terra, feito animal! Nesta desgraça quem é que arranja nada! Deus só nasceu pros ricos! (QUEIROZ, 1997, p. 30-31)

Sob as patas dos animais, o alimento seria disputado de modo selvagem, depois que Freitas – personagem de Rodolfo Teófilo, descendente de família tradicional e das mais importantes do alto sertão, detentor de fortuna modesta e influência eleitoral herdadas do pai, coronel da guarda nacional transformado em retirante pela ação da seca – decidindo-se pelos famintos, lhes acorda um resto de energia.

[...] Os mais esfomeados precipitavam-se sobre a farinha com uma gula e teimosia para as quais não havia oposição possível. Eram repelidos a empuxões, a murros: caíam, mas voltavam de gatinhas, gemendo ou praguejando. [...] As turmas de famintos aumentavam e a confusão crescia sempre[...]. Pelejavam corpo a corpo. Não se ouvia o tinir de um ferro, mas percebia-se que as carnes dos lutadores eram rasgadas a dentadas. Enquanto os contendores rolavam no chão enovelados num amplexo fratricida, o sítio foi invadido pela onda que avançava, sempre, e com uma gula difícil de descrever comiam a farinha a mãos cheias. (TEÓFILO, 1979, p.44)

A miséria dos flagelados, em si mesma, justificaria a ação violenta dos agentes estatais. Não importaria a esses a posição anterior dos que se achavam sob a condição de retirante. É o caso do coronel Manuel de Freitas, o qual, apesar de zelar pela sua honra e a da família, é destituído da honorabilidade conferida pela patente, em face do empobrecimento e da identificação com a canalha de miseráveis, como se lê no diálogo entre ele e um preposto do Estado. Escreve, o ficcionista:

[...] Sem receber?! Está mentindo, velho! [...]

– O coronel Manuel de Freitas, nunca mentiu.[...].

– Soldados, lancem na rua este miserável.

– Podem até me mandar assassinar, mas não podem duvidar de minha probidade.

– Fora, velho, nem mais um pio, disse-lhe um soldado, pondo-lhe a mão no ombro [...].

– Não me toquem, repito, não posso ser conduzido por inferiores; sou coronel da Guarda Nacional.

– Conduzam, que a farda que veste é de mendigo. (TEÓFILO, 1979, p. 187-189)

Mas as perdas econômicas, de lugar social e de honorabilidade atingiam também outros sertanejos que não se distinguiam pelo título honorífico, mas gozavam do prestígio social conseguido em decorrência da posse de terras e de rebanhos de gado. Porém, a seca consumira tudo, como demonstra a descrição a seguir:

É pessoa de consideração e procedente de boa família. Dizem que deixou moradas de casa e uma fazenda no Crateús; mas essa desgraça da seca acabou com tudo e o obrigou a andar trabalhando para arranjar um bocado para comer... Ah! também já tive muito de meu e agora vivo nesta miséria [...] traçava na areia úmida figuras cabalísticas, entremeada de letras que logo apagava como se simbolizassem importunas e saudosas recordações da felicidade, para sempre perdida. (OLÍMPIO, 1997, p. 26)

A despeito de representarem a condição degradante da região e da população nordestinas, os personagens dos romances regionalistas que enfocaram a seca, de modo geral, tomam posições ambíguas diante do Poder Público. Eles tecem críticas vigorosas aos poderes locais (provincial, estadual ou municipal) e aos agentes estatais que atuam entre os flagelados, mas nunca aos poderes centrais. Excetuam-se, nesse sentido, *O Cabeleira* e *Luzia-Homem*, cujas representações expressam, não raras vezes, um Estado-pai empenhado em minorar as calamidades sociais decorrentes da natureza, embora ao mesmo tempo descrevam enfaticamente as condições de flagelo dos *retirantes* e o socorro prestado por benfeitores e protetores, “pessoas bondosas” pertencentes ou relacionadas ao clero ou a camadas sociais abastadas.

Considerações finais

Ao focar cenários expressivos dos *tempos de seca* em diversas províncias e estados membros do país integrantes da região Nordeste, os escritores regionalistas, como mediadores simbólicos, sintetizam particularidades do *Nordeste das secas* e de seus habitantes. Cumprem, assim, papel denunciatório não obstante a inspiração no darwinismo social e em teorias deterministas, retornando-as para a sociedade. Desse modo, podemos concluir que embora cumprindo esse papel, os ficcionistas terminaram contribuindo na oferta de estigmas que se agregaram a outros elementos na construção de imagens da região como área de *flagelo* e dos nordestinos como seres bizarros.

Nem mesmo Graciliano Ramos, que assume perspectiva distinta da dos demais ficcionistas em relação ao seu personagem principal, Fabiano, construiu uma imagem não degradante para representar os *retirantes*. Nesta obra, Fabiano é um ser humano totalmente destituído de condições para enfrentar a seca no seu habitat. E, sobretudo, vive mergulhado em profundo conflito de identidade devido à posição social que ocupa e à luta voraz pela sobrevivência. Tem dúvida até da sua condição como ser humano: ora duvida ser homem e se identifica como bicho, ora duvida ser bicho e se identifica como homem.

A recorrência de elementos discursivos como a seca, a miséria, o flagelo, o misticismo, a ignorância, o fatalismo, a submissão, o banditismo e o cangaço, da parte dos *retirantes*; ou a violência, a omissão e a corrupção do Estado por meio de agentes do Poder Público irão contribuir, de modo semelhante, na constituição e permanência de uma identidade regional estigmatizada, embora relacional, à medida que tais elementos discursivos sintetizam anormalidade e inferioridade de seres humanos contingenciados

pela natureza ou pela sociedade, que lhes tiraria qualquer possibilidade de reação orientada à mudança.

Nos romances examinados para fins deste artigo, embora entre os elementos constitutivos da seca como fato social estejam também as pressões sociais, estas são esporádicas e não se mostram suficientes como contraponto à estigmatização dos *nordestinos* e da região. Em síntese, ao retratarem as condições do meio e a miséria de populações sertanejas afetadas pela *seca*, possibilitam uma denúncia social, mas ao mesmo tempo deixam quase ausentes as reações de sujeitos políticos.

Desse modo, contribuem na reprodução de imagens, às quais, à semelhança de símbolos, também impelem a ações políticas e simbólicas muito mais de permanência que de mudanças. Falamos de grupos dominantes que, ora dissimulando os estigmas, ora simulando uma homogeneidade de interesses, ainda capturam imagens da seca formuladas pela palavra escrita, as quais, continuam sendo evocadas pelo senso comum e por segmentos hegemônicos do país, ora como estigma, ora como emblema, não obstante as posições atuais de agentes políticos da região. Diria, finalmente, como Bourdieu (1989a), que interesses poderosos e até vitais entram nessa luta, expressando a força mobilizadora de tudo o que toca a identidade.

Referências bibliográficas

- ABREU, J. C. de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1930.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino de problema à solução (1877-1922)*. 1988. 416 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. 1994. 500 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994a. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280137>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 28, 1994b.
- ALENCAR, J. de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.
- ALMEIDA, J. A. de. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- AMADO, J. *Gabriela Cravo e Canela*. São Paulo: Livraria Martins, 1958.

- BOURDIEU, P. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989a.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989b.
- BOURDIEU, P. Os ritos de instituição. In: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CASTRO, J. de. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- CASTRO, J. de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- COSTA, L. F. A. da. *O sertão não virou mar: nordeste(s), globalização e imagem pública da nova elite cearense*. São Paulo: Annablume, 2005.
- CUNHA, E. da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- DOMINGOS NETO, M. *A fala do coronel: o poder no Nordeste dos vaqueiros*. Fortaleza: UFC, 1997.
- DOMINGOS NETO, M. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010.
- DOMINGOS NETO, M.; BORGES, G. A. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação Centro de Pesquisa Econômica e Social do Piauí, 1987.
- FREYRE, G. *Manifesto regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1926/1976.
- FREYRE, G. *O Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- FREYRE, G. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- GALVÃO, W. N. Euclides, elite modernizadora e enquadramento. In: GALVÃO, W. N. (Org.). *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, 1984.
- KOSTER, H. *Viagem pelo Nordeste do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941.
- LANDIM, T. *Seca: estação do inferno. Uma análise dos romances que tematizam a seca na perspectiva do narrador*. Fortaleza: UFC, 1992.
- LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Unesp, 2002.
- MENEZES, D. *O Outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "Civilização do Couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Fortaleza: UFC, 1995.
- MONTENEGRO, P. P. O romance de 30 no Nordeste. In: PORTELLA, E.; CRISTÓVÃO, F.; TELLES, G. M. et al. *O romance de 30 no Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1983.
- NEVES, F. C. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura, 2000.
- OLÍMPIO, D. *Luzia-Homem*. São Paulo: Ática, 1997.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PATROCÍNIO, J. do. *Os Retirantes, v. I e II*. São Paulo: Três, 1972.
- QUEIROZ, R. de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- RAMOS, G. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- ROUANET, P. S. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: 1993.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVEIRA, R. M. G. *O Regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil através dos sertões*. Belo Horizonte: Itataia/São Paulo: USP, 1981.

TÁVORA, F. *O Cabeleira*. São Paulo: Ática, 1988.

TEÓFILO, R. *A Fome*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

Como citar

COSTA, Liduina Farias Almeida da. Entre a denúncia e o fatalismo: natureza, sociedade e sertanejos-retirantes na literatura que evoca o Nordeste das secas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 571-593, out. 2020. DOI: <https://www.doi.org/10.36920/esa-v28n3-4>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Cornélio Pires e o mundo caipira relido e encenado por Soffredini

DOI: 10.36920/esa-v28n3-5

 Lígia Rodrigues Balista¹

Resumo: O artigo aborda a relação entre dois autores de tempos distintos que pensaram o mundo rural brasileiro: Cornélio Pires (1884-1954) e Carlos Alberto Soffredini (1939-2001). Para isso, analisa tanto a importância da figura de Cornélio Pires na difusão sobre o mundo rural na virada do século quanto algumas de suas criações no campo da música caipira e da literatura. Pires é um dos autores de referência ao trabalho de Soffredini, que revisita sua obra no espetáculo *A estrambótica aventura da música caipira*, de 1990 – analisado no intuito de compreender a representação de caipira produzida nessa peça, a releitura feita do trabalho de Pires e alguns impactos das escolhas dessa encenação no contexto do final do século XX no Brasil.

Palavras-chave: Cornélio Pires; Carlos Alberto Soffredini; cultura caipira; literatura brasileira; cultura popular.

Abstract: (*Cornélio Pires and the caipira world reread and staged by Soffredini*). This article recaptures the main aspects of the caipira culture in Cornélio Pires' production and Carlos Alberto Soffredini's theater – two authors in different times. In order to do this, it analyses the importance of the figure of Cornélio Pires in the diffusion about the rural world at the turn of the century, as well as some of his creations in the field of folk music and literature. Pires is one of the authors who references Soffredini's work, revisiting his trajectory in the show *A estrambótica aventura da música caipira*, in 1990 – analyzed here in order to comment on the representation of caipira and folk culture produced in this play, the re-interpretation of Pires' work and some impacts of the choices made in this production in the context of the end of the 20th century in Brazil.

Keywords: Cornélio Pires; Carlos Alberto Soffredini; folk culture; Brazilian literature; rural culture.

¹ Doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ligialbalista@gmail.com.

Introdução

Pesquisar as representações do caipira na dramaturgia de Carlos Alberto Soffredini (1939-2001) nos leva a reler e estudar diversas outras produções literárias sobre o mundo rural – tanto para entender em que tradição o escritor santista se inseria com suas obras sobre o caipira brasileiro na segunda metade do século XX quanto para entender de que maneira essas referências anteriores eram por ele aproveitadas (incorporadas, refutadas, criticadas e/ou reforçadas...). Soffredini foi convidado por um grupo teatral, no final da década de 1970, para escrever uma peça sobre o universo caipira: ele aceita e mergulha em pesquisas sobre a caracterização do homem rural do interior do estado de São Paulo – o que marcaria sua carreira e passariam a compor parte importante de suas produções teatrais a partir de 1979. O dramaturgo tinha já o trabalho com a pesquisa como uma das bases para seu processo de composição literária, bem como a incorporação de textos e objetos culturais anteriores (como canções) em suas obras, às vezes explicitando ao espectador esse aproveitamento, outras vezes deixando mais velado. Para escrever sua primeira peça sobre o mundo rural, *Na carrêra do divino*, que estreou em 1979 e teve grande sucesso de público e de crítica, ficando por longo tempo em cartaz, ele aproveitou diversas representações e interpretações sobre o caipira presentes na tradição cultural brasileira anteriores a ele (seja em obras literárias ou em outras artes, como cinema e pintura). Esse trabalho se seguiu também em pelo menos mais três peças posteriores, que abordavam o universo rural: *A estrambótica aventura da música caipira*, de 1990, *Auto de Natal caipira*, de 1992, e *A madrasta*, de 1995.

Há variações importantes no trabalho feito por Soffredini na construção sobre a figura rural do caipira entre a produção do final dos anos 1970 e as produções da década de 1990, bem como na escolha e no tipo de mobilização de elementos da cultura popular para cada peça teatral criada. Na primeira de suas peças sobre o mundo caipira, *Na carrêra do divino* (provavelmente a mais conhecida e única dentre as quatro dessa temática publicada em livro), destacam-se alterações significativas que Soffredini propõe em relação à figura paradigmática de Jeca Tatu criada por Monteiro Lobato, além de referências a diversas canções da música popular e a textos de Valdomiro Silveira e Amadeu Amaral, bem como o importante aproveitamento que o dramaturgo faz do estudo *Os parceiros do Rio Bonito* – obra fundamental para a sociologia sobre o mundo rural brasileiro, produzida por Antonio Candido e referência importante até hoje. As análises dessa peça e das relações construídas com esse arcabouço teórico e artístico preexistente mostrou que a figura do caipira não é uma construção homogênea nas produções culturais brasileiras – nem nas obras de Carlos Alberto Soffredini, o que

mostra alguma consciência do autor sobre as contradições envolvidas no debate sobre a cultura popular rural no Brasil.

Exploro neste artigo as relações do trabalho de Soffredini com as produções de Cornélio Pires, outro importante pilar na tradição sobre o mundo rural brasileiro. Para isso, comentarei essa figura da virada do século XIX ao XX tão ligada à história da música caipira e algumas de suas obras escritas; em seguida, analiso o espetáculo de Soffredini de 1990, *A estrambótica aventura da música caipira*, comentando criticamente a releitura que ele propõe sobre o trabalho de Pires e alguns impactos dessa encenação, já ao final do século XX, tendo em vista nossa produção cultural sobre o mundo rural desse outro momento. Apesar de visões distintas e intenções diferentes em cada um dos trabalhos, procuro apontar os elementos que Soffredini aproveita da obra de Pires, incorporando-os e reforçando seus sentidos, e quais ele critica, refuta e ressignifica.

Cornélio Pires e o empenho em divulgar e valorizar a cultura caipira: problematizações

Cornélio Pires (Tietê, 1884-1954) é um dos principais divulgadores da cultura caipira no Brasil. Além de escritor, teve importante atuação como produtor musical, dedicando-se ao estudo do dialeto caipira e à divulgação da música produzida fora dos centros urbanos. Em 1910, lançou *Musa caipira*, o primeiro de uma série de 26 livros que lançaria até 1945, dedicados aos costumes tradicionais do povo do interior do Brasil. Escrevendo em gêneros variados (poesias, contos, pesquisas sobre música, linguagem e anedotas caipiras), vendeu cerca de trezentos mil livros (LEITE, 1996, p. 141). A partir de 1914, Cornélio realizou palestras humorísticas (ou “educativo-humorísticas”, como denominam alguns), que tinham muito público e somaram mais de cinco mil apresentações. Alguns textos foram escritos por ele, outros colhidos em suas andanças pelo mundo rural do interior:

Montou caravanas de violeiros, cantadores e humoristas, e percorreu muitos cantos do país, especialmente o interior paulista, apresentando-se em palcos nobres ou nos picadeiros dos circos pobrezinhos dos vilarejos. Não lhes faltavam plateias. (NEPOMUCENO, 2005, p. 101)

Nessas performances, o caipira é um dos tipos representados com humor. Vale notar, como bem apontou Pérez González (2018), que o autor representava também diversos outros grupos, como sírios, italianos, espanhóis, alemães, passando a incluir, depois da viagem ao Nordeste, em 1923, referências à cultura nordestina em suas apresentações. De fato, nas gravações dos discos de 1929 e 1930, da Turma Caipira, há anedotas sobre vários outros tipos brasileiros e até diferentes nacionalidades. Todavia, não foi isso que

restou da produção de Cornélio Pires. Ele dividiu “o universo da música caipira em antes e depois de Cornélio, o Grande” (NEPOMUCENO, 2005, p. 101). O conteúdo das conferências realizadas por Cornélio Pires variou ao longo dos anos, mas elas ficaram famosas “por tratar da cultura e idiossincrasia do homem rural, nomeado, às vezes, como caboclo, sertanejo ou caipira, nas décadas de 10 e 20” (PERÉZ GONZÁLEZ, 2018, p. 236). Teria sido no final dos anos 1920 que Pires tornou “mais patente a ligação do caipira com o Estado de São Paulo e que seu discurso de paulistanismo ganhou maior notoriedade” (PERÉZ GONZÁLEZ, 2018, p. 236).

Pires era, portanto, essa figura tida como caipira, ao mesmo tempo prestigiada no mundo intelectual e artístico da capital. Primo de Amadeu Amaral, nasceu no interior, mas com 17 anos, em 1901, foi morar em São Paulo. Trabalhou como tipógrafo e jornalista, mais tarde como repórter e redator em diversos jornais na capital, onde também frequentava pontos de encontro de escritores e artistas (NEPOMUCENO, 2005, p. 102). Fez amizades com figuras como Monteiro Lobato, Godofredo Rangel e Martins Fontes. Em 1910, ele já era “um *capirólogo* formado e diplomado nas rodas de violeiros e declamadores” (NEPOMUCENO, 2005, p. 102). É neste mesmo ano que promove sua primeira apresentação pública, muito comentada posteriormente pela crítica: a encenação de um velório caipira num salão do Colégio Mackenzie, em São Paulo, que coloca no palco uma dupla de violeiros. Dois anos mais tarde, ele inicia uma série de espetáculos-solo em que contava causos, piadas e representava caipiras – mas sempre vestido com trajes formais e elegantes, como ternos e fraques. Nas apresentações em grupo, ainda se diferenciava de sua “trupe” (os músicos caipiras que o acompanhavam) pela vestimenta.² Ao se analisar algumas fotografias de Pires e seu grupo, ele “destoava dos ‘caipiras legítimos’ não só pela aparência e sotaque, como também pelo riso despreocupado e confortável diante da câmera fotográfica” (GONÇALVES, 2006, p. 152). Ainda sobre essa diferença, Pérez González ressalta a maneira como os músicos eram tratados pela imprensa: como “figuras exóticas ou pitorescas cuja humanidade parecia eclipsada pelo brilho de Pires” (2018, p. 255). No número 190 da revista *O pirralho*, de 1915, a visão sobre o mundo caipira pode ser compreendida pelo vocabulário utilizado. A revista convidava a essa “festa de arte interessantíssima”. O intelectual (“poeta”) teria conseguido a façanha de “arrancar” do interior alguns caipiras para mostrar a um público como o de leitores da revista, na capital paulista, “coisas” ao mesmo tempo originais e “tão nossas” (O PIRRALHO, 1915, p. 6). Esse pequeno fragmento fala muito da temática investigada: como a cultura

² A imagem do homem interessado nas figuras populares brasileiras, mas das quais se diferencia (mesmo visualmente, pelas próprias vestimentas) pode ser conferida nos filmes *Brasil pitoresco* e *Vamos passear*, resgatados em vídeo por Pedro Massa no DVD *Os filmes perdidos de Cornélio Pires*, de 2014.

caipira é representada em diferentes manifestações artísticas ao longo do século XX. Interessa-nos destacar essa maneira hierarquizada e com claro juízo de valor com que os caipiras são vistos pelos homens da cidade. Cabe a ressalva de que talvez esses anúncios fossem escritos pelo próprio Pires, que trabalhava na revista, na seção “Cartas de um caipira” (LEITE, 1996, p. 115). De toda forma, se destacou como os termos utilizados estão “coerentes com o lugar social adjudicado aos caipiras na época”, em uma espécie de escala que colocava os homens da roça em nível inferior aos homens da cidade (PÉREZ GONZÁLEZ, 2018, p. 255).

Seu primeiro livro, *Musa caipira*, publicado alguns anos antes dessas conferências na capital, é de poemas e inclui vários sonetos escritos no dialeto caipira, trazendo ao final um glossário com muitos dos termos do “dialeto sul-paulista” adotado. Sílvio Romero escreveu ao autor elogiando o trabalho com a linguagem: “são um ótimo documento para o estudo dos brasileirismos de nossa linguagem” (PIRES, 1985, p. 7). Já em seus livros de prosa, é possível perceber também um trabalho interessante com o dialeto, porém nota-se a distância em que o narrador citadino se coloca em relação aos caipiras – tanto na maneira como se aproxima daqueles contadores de causos quanto nas próprias escolhas de linguagem que distinguem a sua narração das do caipira Joaquim Bentinho, por exemplo. Como aponta Sylvia Leite (1996), a produção escrita posterior de Cornélio Pires certamente foi influenciada pelas experiências com os espetáculos, palestras e encenações nos teatros a partir de 1914. É aí que se encontra o livro *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho*, que foi comentado ao ser analisado o musical de Soffredini.

Por ora, basta que se comente um pouco essa hierarquia entre os narradores em sua prosa. Segundo Leite (1996), o narrador-personagem colado na figura de Cornélio Pires é um “observador privilegiado, estranho ao meio”, e este recurso acaba autorizando “o pitoresco, fortemente marcado na oposição entre a expressão linguística do citadino, simples, mas apoiada na norma culta, e a expressão dos caipiras, vincada por traços dialetais”. Há assim “dois níveis de expressão” também no interior do discurso do narrador, ao destacar, por exemplo, dentro de seu próprio discurso, com uso de aspas, expressões tipicamente caipiras – e explicando por vezes ao leitor o significado, presumindo que este o desconhece. Assim, este narrador-observador “legitima o exótico” nas digressões sobre as particularidades do interior e ao explicitar uma ideia de oposição entre os “malefícios da vida na cidade e o ritmo idílico da vida no campo” (LEITE, 1996, p. 124).

Sobre a recepção da produção de Pires, Nepomuceno observa como o clima “modernista e ufanista dos anos 20” fazia com que a produção literária, musical e

cênica que fosse inspirada no Brasil rural não tivesse resistência para ser recebida na capital do estado – que tinha, até então, a grande maioria da sua população vivendo nas áreas rurais. É nessa mesma década que o pesquisador Amadeu Amaral lança *O dialeto caipira*, sobre variantes linguísticas faladas fora dos centros urbanos, e Valdomiro Silveira publica seu livro de contos *Os caboclos*. Várias das canções sobre o mundo caipira que se tornaram célebres, como “Tristeza do Jeca”, de Angelino de Oliveira, são também desse período, as quais serão citadas novamente quando será feita a análise da peça de 1990.

É nesse ambiente de interesse por temáticas nacionais e abertura para inovações formais (década de 1920 paulista) que o agente cultural em que Pires se tornou investe em trazer a “autêntica música caipira” para os estúdios e casas de espetáculo da capital: diversos gêneros musicais caipiras (modas de viola, cantos de trabalho, cururus, modinhas, sambas caipiras, toadas) passam a ser cantados e tocados pelos próprios criadores (NEPOMUCENO, 2005, p. 109). Em 1929, começam as gravações de discos com músicas caipiras pelas gravadoras internacionais que estavam já em São Paulo. Este episódio será comentado – e as narrativas criadas em torno dele – na análise da peça de Soffredini na próxima parte do artigo.

Importante observar que Pires já tinha, nessa época, experiência acumulada com organização de espetáculos e encenações com representações acaipiradas, que incluíam muitas músicas. Mas é a partir da virada para a década de 1930 que ele amplia suas ações e se constitui um “agente de divulgação da cultura caipira”,³ empenhado em registrar seus elementos (MATOS; FERREIRA, 2015, p. 44). Nesse sentido, os recursos técnicos que surgem com a gravação elétrica permitem que as anedotas e canções cômicas sejam recriadas com uma maior precisão da fala acaipirada, “diferentemente da rusticidade quase grosseira das gravações mecânicas”, o que possibilitava mostrar o lado astuto e divertido do caipira paulista (GONÇALVES, 2006, p. 144).

Anos mais tarde, ainda nesse empenho de difusão dos seus trabalhos e da cultura caipira, Pires funda, em 1946, o Teatro Ambulante Gratuito “Cornélio Pires”, com intenção de oferecer espetáculos públicos gratuitos. Ele investiu também no cinema, com a produção de um documentário que resultou de sua viagem de estudos ao Nordeste, em 1923: *Brasil pitoresco: viagens de Cornélio Pires* (direção de Cornélio Pires e José Palácios, 1924) e *Vamos passear*, de 1935, no qual registra violeiros e cantadores do interior paulista. Nesse sentido, parece-nos adequado o que aponta Pérez González: “Considerado figura-chave do reconhecimento da cultura caipira paulista, Cornélio

³Antonio Candido destaca em Cornélio suas atividades de produtor cultural, na carta-prefácio para o livro de Macedo Dantas: “Cornélio Pires foi, mais do que escritor eminente que seria preciso defender, uma extraordinária personalidade de ativista cultural”, sendo que “sua maior obra foi a ação nos palcos, nas palestras, na literatura falada, que perde bastante quando é lida” (1976, p. 11).

Pires foi, basicamente, um homem de negócios que soube retomar a visão da elite letrada de fim do século XIX sobre o caipira e adequá-la à nascente indústria do entretenimento urbano” (2018, p. 227). Pires sinaliza, já no início do século XX, a ideia de um “processo quase inevitável de extinção da cultura caipira” e, diante disso, se coloca como um “agente de preservação desse patrimônio”, no esforço de registrar e divulgar seus valores (MATOS; FERREIRA, 2015, p. 52). A ideia de uma iminente extinção parece marcar praticamente todas as produções culturais em torno da figura do caipira.

Sobre os diferentes tipos de caipira que Pires escreve, no livro *Conversas ao pé do fogo*, reitera-se o que apontou Sylvia Leite: “Trata-se de um ‘estudinho’, que é o resultado de pura observação empírica, sem maior rigor científico” (1996, p. 122). Como na ausência de rigor nas observações sobre o branqueamento da população. O caipira de Pires nesses escritos “não discrepa muito da caricatura traçada por Lobato”, porém seu tom não é de sátira, e sim de solidariedade e condescendência ao homem rural (LEITE, 1996, p. 122-123). A busca de causas e soluções para a condição do homem rural, realizada por Cornélio, são “ingênuas” e “paternalistas”, motivadas pelo ideário do liberalismo forte na década de 1910 (LEITE, 1996, p. 123). De fato, nota-se um olhar hoje visto com bastante ressalva na tentativa do escritor em caracterizar o caipira como um “forte”⁴ (PIRES, 1924, p. 6), quando, por exemplo, no livro *Conversas ao pé do fogo*, Pires se propõe a apresentar “o caipira como elle é”, descrevendo quatro tipos de caipiras para se opor a escritores que teriam apresentado o “camponês brasileiro coberto de ridículo, inútil, vadio” (PIRES, 1924, p. 5). Tentando responder à pergunta “mas que são os caipiras?”, o escritor procura apontar características que explicariam a docilidade desses “filhos de nossos campos” que, “criados em plena natureza, infelizmente tolhidos pelo analfabetismo, agem mais pelo coração que pela cabeça” (PIRES, 1924, p. 7).

Ao falar da música e do canto caipira, o escritor os classifica como “tristes” e os descreve como uma mistura de elementos dos diferentes grupos sociais e raciais associados à origem do caipira: “da tristeza do africano escravizado, num martírio contínuo, do português exilado e sentimental, do bugre perseguido e capturado” (PIRES, 1924, p. 10). Já a dança dos caipiras seria em geral alegre, com versos que provocavam o riso. Se o autor não se aprofunda sobre este aspecto cultural, vale ressaltar, todavia, que aqui se reforça essa mitologia a respeito da origem do homem caipira, com um dado importante: não se ignora a presença do homem negro e da cultura negra na composição de traços da cultura caipira – o que nem sempre se manteve assim.

⁴ Referência a Euclides da Cunha, pela famosa formulação presente no livro *Os Sertões*, que aparecerá em outras partes do livro de Cornélio Pires, em que o cita nominalmente (1924, p. 8).

Pires faz uma hierarquização entre os tipos⁵ caipiras baseado em uma divisão a partir de cores/raças – que diz muito da ideologia dominante na época. Ao comentar sobre “o caipira branco”, o autor escreve que este seria o de “melhor estirpe”, descendente dos estrangeiros brancos (1924, p. 13). Segundo ele, seriam esses os caipiras “reclamadores de escolas”, “pouco dados à cachaça” e que teriam as casas bem limpas (1924, p. 14-16). Já os “caipiras caboclos” – tipo mais criticado pelo escritor – seriam os descendentes dos índios catequizados pelos “primeiros povoadores do sertão”⁶ (1924, p. 21). São fortes, têm a pele bronzeada cor de cobre e “às vezes têm um tiquinho de sangue portuquez ou hespanhol em mestiçagem com nossas bugras e bugres...” (1924, p. 22). Suas casas seriam imundas e seus trajes repelentes (1924, p. 25). Enquanto os outros tipos caipiras “se vão indireitando à custa do proprio esforço”, esse não: continua sujo e ruim, mas, segundo o escritor, “graças a Deus, parece que esse typo vae desaparecer” (1924, p. 28). Fica clara, portanto, a posição ideologicamente comprometida do autor, que associa a descrição dos caipiras a valores preconcebidos sobre determinados grupos sociais. Pires aponta que teria sido a partir de um desses indivíduos que Monteiro Lobato teria criado o Jeca Tatu – “erradamente dado como representante do caipira em geral” (1924, p. 28). Assim, ao tentar valorizar o homem rural, ele não discorda exatamente da imagem pejorativa do caipira criada pela representação lobatiana, mas procura mostrar como ela na verdade se restringia a um tipo isolado e que poderia (e ele assim o deseja) desaparecer.

Por fim, Pires descreve o “caipira preto” e o “caipira mulato”, que seriam descendentes dos africanos ou de brasileiros negros, no segundo caso “oriundos do cruzamento” com “portugueses e brasileiros brancos” (1924, p. 35). O caipira preto é descrito com muito afeto, cheio de elogios à sua benevolência (“almas caridosas e pacientes, generosas e humildes”). Eles que dariam o título dessa obra do autor, descritos como figuras que ficam sentados “conversando ao pé do fogo” ou na “soleira de uma porta se aquecendo ao sol” e, mesmo cheios de problemas de saúde, nos sorriem sempre, “contando histórias de outros tempos” (1924, p. 29-30). Interessante notar que, se Pires não reconhece o peso histórico da colonização sobre os índios ao descrever o caipira caboclo, no caso dos negros já há outra postura: ele aponta, mais de uma vez, como esse tipo caipira é vítima das “influencias da escravidão”, que os deixaram pobres, mas enriqueceram os “brasileiros patricios” donos das fazendas de cana, algodão e café, através de seu suor. Os “pobres negros velhos” estariam também nas grandes cidades,

⁵ Candido elogia o uso dos termos, no sentido de sugerirem a “incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo” (2010, p. 27).

⁶ Cabe lembrar que, ao final do século XIX e início do XX, os centros urbanos no Brasil eram muito menores e praticamente restritos às capitais dos estados; dessa forma, quase tudo fora da capital federal do Rio de Janeiro era chamado, muitas vezes, de “sertão”.

onde tentam viver de restos e lixo. Os filhos destes teriam felizmente conseguido reagir e seriam, para Pires, “o melhor braço da nossa lavoura” na época. O “caipira preto novo” é descrito como trabalhador, tem moradia “quase sempre limpa” (1924, p. 37) e segue ritos religiosos de santos católicos. Ele “não se deixa pisar pelos brancos” e os lembra de que o tempo de escravidão já terminou (PIRES, 1924). O autor menciona também algumas práticas musicais envolvendo batuques e desafios nos “bailes da roça” – que serão comentadas na análise da peça de 1990.

Especificamente sobre o “caipira mulato”, muito elogiado por Pires e descrito como “o mais vigoroso, altivo, o mais independente e o mais patriota dos brasileiros”, a descrição é de um tipo que ficou numa “situação especial” entre o branco e o negro (PIRES, 1924), sendo indivíduos “fiéis e bons empregados” (PIRES, 1924). Mais adiante, em um dos capítulos mais propriamente narrativos do livro, ele comenta – com certa leveza que hoje nos parece problemática, porque acrítica ou condescendente com violências e preconceitos – sobre o branqueamento da população, que ocorre ao ex-escravas negras parirem filhos dos homens brancos: “lá de vez em quando uma das crioulas aparece embarrigada, soltando um mulatinho. Vae clareando a raça...”. Esses escritos são importantes páginas de nossa tradição literária sobre a representação do caipira, que nos dizem muito sobre como a década de 1920 representava o homem rural, mesmo quando a tentativa de aproximação era positiva e empenhada, nisso que o próprio Pires chamou de “estudo”, mas que pouco tinha de investigação científica, sendo mais resultado da observação pessoal do autor (e, portanto, embutido de toda sua vivência, ideologia e crenças) do que de material com algum rigor de pesquisa.

A estrambótica aventura da música caipira: Cornélio Pires por Soffredini

“E o povo todo sendo Jeca com você era uma coisa muito linda de se vê...”
(Jean Garfunkel e Paulo Garfunkel)

A obra *A estrambótica aventura da música caipira* tem roteiro assinado por Soffredini, em parceria com o compositor Robinson Borba.⁷ Essa peça é uma das “intermediárias” dentre as produções de Carlos Alberto Soffredini sobre a temática rural. *A estrambótica aventura da música caipira*, de 1990, encontra-se temporalmente localizada entre as duas peças mais significativas na composição dramática de representação do caipira no trabalho de Soffredini: *Na carrêra do divino* (1979) e *A madrasta* (1995). Ressalta-se, porém, que há nesse espetáculo de 1990 diversos elementos que contribuem para lançar luz a pontos importantes do debate sobre a representação do homem rural na produção

⁷ Segundo matéria de 22 jun. 1990 do jornal *Folha de S. Paulo*, Soffredini escreveu o roteiro a partir do argumento do compositor e produtor Robinson Borba. No datiloscrito encontrado na pesquisa no acervo pessoal do dramaturgo, o texto vem assinado pelos dois artistas.

cultural brasileira do final do século XX. Um dos principais é entender como o dramaturgo aproveitou, neste trabalho, a referência cultural deixada por Cornélio Pires: de que maneira Soffredini relê a obra de Cornélio Pires e quais os impactos disso para nossa tradição cultural, ao final do século, considerando, portanto, as diferenças de época e contexto de cada produção.

É interessante entender o “fio condutor de enredo” que organiza as gagues e canções, como apontado em uma das críticas publicadas no jornal *Folha de S.Paulo* (junho/1990). É no sentido de se compreender como se construiu esse enredo condutor que a peça será analisada, procurando ver como a cultura caipira se inseriu definitivamente, e com importância, na representação cênica dos trabalhos de Soffredini. Aqui, destaca-se, dentre o aproveitamento de referências literárias diversas, o modo muito particular como Soffredini retoma, em 1990, a produção literária de Cornélio Pires, a começar pelo título – referência explícita à valorização que Cornélio Pires ganha nesse trabalho – extraído de um de seus livros mais conhecidos, *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho, o queima-campo*, de 1924. Se Soffredini já havia utilizado em 1979 o trabalho de Cornélio Pires na sua primeira peça sobre o mundo caipira, aqui é com outro *status* que o autor do início do século XX aparece na obra soffrediniana: o núcleo para a produção deste espetáculo de 1990 é o trabalho de Pires e isso é explícito já no título. Em *Na carreira do divino*, as alusões ao autor são muitos sutis; os causos e piadas que o dramaturgo aproveita são incorporados aos diálogos dos personagens e a fonte provavelmente só é reconhecida por um leitor atento que estude posteriormente o texto. Já em *A estrambótica aventura da música caipira*, é outro lugar que essa referência ganha no palco: o tributo prestado a Pires é escancarado ao espectador, desde o título, como foi apontado, mas durante todo o desenvolvimento do espetáculo.

Estrambótica leva ao palco sessenta anos de trajetória da música rural do interior do sudeste e centro do Brasil, homenageando Cornélio Pires e também colocando em cena, por exemplo, poemas de Oswald de Andrade, uma música de Mário de Andrade e outra de Heitor Villa-Lobos e de Ferreira Gullar – referências de grande relevância para a tradição cultural brasileira (e para o debate sobre o modernismo e a busca de uma identidade nacional). Com concepção de Arrigo Barnabé e patrocínio da Secretaria Estadual de Cultura de SP, o espetáculo fazia parte do Projeto Cornélio Pires, concebido e idealizado em 1989 por Arrigo Barnabé: a peça estreou no Teatro Sérgio Cardoso, em São Paulo, em 22 de junho de 1990, tendo direção do próprio Soffredini; circulou nos meses seguintes por algumas cidades do interior paulista, incluindo Salto, Tatuí, Ribeirão Preto e Campinas.

Duas notícias de jornal de junho de 1990 tratam do espetáculo: uma, no jornal *Folha de S. Paulo*, destaca o percurso pelo repertório musical que faz o espetáculo, indo da primeira gravação de uma moda caipira, em 1929, até um hit de 1986; a outra, no jornal *O Estado de S. Paulo*, é uma matéria longa, de página inteira, que classifica o espetáculo como um “teatro de revista”, porém sem ser todo “um espetáculo de humor” – afirmação que nos parece ser acertada. Segundo essa matéria, o espetáculo, musicalmente, procura contar “de forma didática ao público a trajetória caipira” nos 60 anos até então, enquanto cenicamente o que predomina é a ficção. Destaca-se ainda a performance de Adilson Barros (ator que fez o Jeca em 1979 na peça *Na carreira do divino* e também o protagonista do filme *Marvada carne*), observando como aqui ele encarna um “Jeca Tatu já um tanto urbanizado” (1990, p. 12).

Dividida em três partes (com subdivisões internas chamadas “fases” – como é característico do trabalho de Soffredini), a peça se inicia com “Origens”, tem como segunda parte “O circo” e se encerra com “O rádio”. É seguindo, portanto, essa trajetória que a obra se estrutura: da viola inicial (que remete a um mito de origem da brasilidade caipira, entre portugueses e índios, como será comentado adiante) às referências urbanas, com músicas temporalmente mais próximas ao momento de criação do espetáculo, se desenha no palco a chamada “aventura” da música caipira. Na cena inicial, a primeira imagem iluminada é a de uma viola, como indica a rubrica⁸ – o que já traça o aspecto central da obra que ali se apresenta. Segundo Ikeda, quando se busca alguma identidade do interior, chega-se certamente à música popular de tradição oral, “que tem na viola caipira o seu símbolo maior” (2004b, p. 142). O instrumento solaria a canção “Tristeza do Jeca”, de Angelino de Oliveira; só então se ilumina o segundo elemento sobre o palco: o personagem Jeca, descrito pela rubrica na mesma posição em que se inicia a peça *Na carreira do divino*: “de cócoras” (SOFFREDINI, 1990, p. 1). Aqui já se reitera a referência às obras de Almeida Júnior e de Monteiro Lobato, nessa insistência em uma iconografia específica ao retratar o caipira no palco (em especial, na abertura das peças de Soffredini). Jeca então se levanta, lentamente, e abre o espetáculo com falas retiradas de um texto de Cornélio Pires: versos dessa figura do começo do século são declamados diretamente ao público. Os autores tiveram o cuidado de deixar registrado, no texto da peça (SOFFREDINI, 1990, p. 1),⁹ as fontes da poesia utilizada – o que não se deu com a peça soffrediniana de 1979.

⁸ Marcação que se manteve na montagem do espetáculo, como se pode verificar pelo vídeo de gravação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SwHZJD4Ss3w>. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁹ Fazem o mesmo com a maioria dos textos: na mesma página, ainda no início da peça, indicam a referência, em um diálogo, ao livro *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho, o queima-campo*, de Cornélio Pires; mais adiante, na página 25, indicam também a fonte de outro texto utilizado para narrar a história da primeira gravação de músicas caipiras em discos – “Som em conserva”, que estaria registrado no livro de J. L. Ferrete, *Capitão Furtado – viola caipira ou sertaneja?*; e assim com a maioria das fontes.

No caso aqui da abertura de *Estrambótica*, trata-se do poema “Ideal do caboclo”, que está em *Musa caipira* (livro de estreia de Pires, editado em 1910 e dedicado a Amadeu Amaral). Dessa forma abre-se o espetáculo, que vai juntar diversos outros autores nessa composição feita a partir de fragmentos de múltiplas referências, sempre com a preocupação de apresentar uma espécie de mapeamento (histórico, talvez, mas sobretudo artístico) de nossa tradição cultural sobre o homem da terra no Brasil. Uma espécie de sistematização, mais celebratória do que crítica, de diversas representações culturais que há no país sobre o caipira. Há algumas críticas sociais que se dirigem mais a questões gerais do contexto da época e à questão da influência estrangeira histórica em nossas produções culturais do que propriamente à representação do caipira.

O texto de *Estrambótica* utilizada mais de trinta canções e diversos poemas ou textos literários. O plano do espetáculo, que acompanha ao final o texto datiloscrito a que se teve acesso, lista a maioria desses títulos (algumas das canções e de obras literárias escolhidas foram, contudo, alteradas para a versão da montagem). Vejamos o primeiro poema de Cornélio Pires utilizado na abertura da peça. Ele traz, pela boca do personagem, algumas das imagens recorrentes nas representações do mundo caipira:

JECA – Ai, seu moço, eu quiria,
p’ra minha felicidade,
um bão fandango por dia,
e um pala de colidade.

Pórva, espingarda e cutia,
um facão fala-verdade
e ua viola de harmonia
p’rachorá minha sodade.

Um rancho na bêra d’agua,
vara-de-anzó, pôcamágua,
pinga boa e bão café...

Fumo forte de sobejo...
pra compretá meu desejo,
cavalo bão – e muié...
(SOFREDINI, 1990, p. 1)¹⁰

O facão, a viola, a pinga e o fumo são elementos que marcam, em diversas obras, a caracterização do homem caipira. O último elemento que traz o poema (“muié”) reforça como se trata aqui da apresentação do universo caipira a partir do olhar masculino – o

¹⁰ A grafia e a pontuação foram mantidas como aparecem no texto *A estrambótica aventura da música caipira*.

que vem comentado, na sequência, através da reprodução de uma anedota tirada de textos do mesmo autor do poema; no original, de 1924, com o título de “A opinião do Bentinho sobre o matrimônio” (PIRES, 1985, p. 135). O diálogo, reproduzido na peça, entre Jeca e o outro personagem trata exatamente do casamento – e das dúvidas se vale a pena ou não casar: “sogeito que pensa num casa e sogeito que casa num pensa” (SOFFREDINI, 1990, p. 1), comparando a escolha da parceira com a escolha de rolo de fumo para comprar. Nas palavras de Jeca, conforme grafado no texto da peça: “Vancê escóie, escóie, escóie... Daí antonce vancê compra um rolo de fumo, né verdade?... A premera vorta é muito bão. Mai o resto vancê pita pra num perdê” (SOFFREDINI, 1990, p. 2). Como será visto, esse Jeca do espetáculo musical se apresentará não particularizado, mas como tipo: como “o caipira”. É possível, portanto, ler essa anedota trazida da obra de Pires, e outras inseridas na peça, como uma representação generalizante do universo caipira, já que a maneira como se constrói esse personagem propicia isso. Pretende-se mostrar como neste espetáculo não há, diferente do que se construiu em *Na carrêra do divino*, uma elaboração de personagens que possam conter contradições e fugir de um estereótipo. A voz de Jeca (suas opiniões) fica, portanto, aqui, como a voz “do” caipira. Esse tema será abordado adiante.

Assim como no caso da anedota comentada anteriormente, em outras passagens muito do humor das cenas é tirado do próprio Cornélio Pires; várias das anedotas de *As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho, o queima-campo* são transpostas para o texto teatral. O Jeca que abre essa obra de Soffredini, de 1990, é, portanto, um caipira construído com falas muito coladas ao texto da década de 1920, de Pires.

Alguns aspectos do trabalho de Cornélio Pires serão retomados para que se possa comentar criticamente os efeitos produzidos nesse aproveitamento feito por Soffredini, ao final do século XX, de uma obra de divulgação do mundo caipira composta em outro momento histórico. Segundo Leite, a criação do personagem de Joaquim Bentinho por Cornélio Pires reporta a diversas fontes, sendo uma espécie de “síntese de muitos brasileiros” nessa caricatura que foi delineada “com poucos, mas intensos caracteres, tendente ao exagero e à deformação”. O personagem é cômico, mas “sua apresentação não é depreciativa” (1996, p. 130-131). Pelo contrário, visa a despertar a simpatia do leitor. Importante ressaltar, entretanto, que, se há inovação no início do século XX por parte do escritor de Tietê em colocar a figura do caipira como protagonista de seus escritos, fazendo uso da variante linguística regional correspondente a seu grupo social nessas narrações – o que cria em Pires uma representação do caipira muito diversa de referências anteriores, nas quais o caipira era representado com desdém e tinha sua fala suprimida –, ao mesmo tempo o autor

não critica a situação social e econômica em que vivem esses indivíduos, e acentua neles o traço cômico: o caipira é o contador de causos.¹¹ De acordo com Pires, se eles não são mais retratados como vadios, são agora, todavia, colocados na posição estereotipada do “contador de mentiras”:

Com isso, ao invés de destacar a espoliação econômica a que estava submetido o homem do campo, Cornélio Pires limitou-se à descrição quase romântica do seu universo e com isso confirmaria a opinião conservadora de que o homem do campo “vive feliz em seu mundo simples”. (...) Apesar de ser retratado como um “grande contador de mentiras”, o personagem Joaquim Bentinho apresentou-se como uma figura totalmente dócil e conformada. No entanto, essa docilidade e conformismo não se constituem em traços característicos da personalidade do homem do campo como apontou Cornélio Pires, mas se revelam como fruto de uma situação histórica e sociológica permeada de opressão. (2009, p. 306-307)

Portanto, apesar de Cornélio Pires avançar na aproximação em direção ao homem do campo do interior do estado de São Paulo, é ainda permeado pela ideologia elitista que o escritor retrata este outro – estereotipado na associação com a mentira e a docilidade conformada. Segundo Santini, essa construção do personagem como o contador de causos diz bastante sobre o tipo de relação do caipira com o outro: “Bentinho encontra, nos exageros mentirosos de suas aventuras, material para criar a ilusão de sua supremacia em relação ao estrangeiro e ao cidadão” (2001). O uso das mentiras acaba sendo também uma espécie de “exercício de afirmação da sua imagem sobre os agentes promotores do progresso e das transformações no campo” (SANTINI, 2001). É, portanto, nessa tensão dicotômica entre cidade e campo que se constrói a figura de Joaquim Bentinho. Apesar da interação entre narradores (o cidadão que vai ao campo ouvir os causos e o próprio caipira Bentinho) e da intercalação das narrações, que revelam certa simpatia do narrador não nomeado em relação ao narrador caipira, mantém-se a postura de superioridade do narrador urbano, que permeia vários dos capítulos do livro.¹² Constrói-se assim “uma teia em que se sobrepoem a fala culta do narrador cidadão e a linguagem dialetal do caipira paulista, de forma que a articulação entre os dois discursos acentua a diferença existente entre os registros de fala” (SANTINI, 2001). Com a oscilação entre anedota e idealização, Pires tende “a camuflar e a encobrir” a realidade trágica da vida no interior (LEITE, 1996, p. 143-144).

¹¹ Causos bem-humorados, por mais que muitas vezes seja um humor, atualmente, passível de severa crítica.

¹² O capítulo XI de *As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o queima-campo)* talvez seja um bom exemplo desse olhar de quem se aproxima do caipira, interessado, mas querendo lhe dizer como deve fazer as coisas: “Destruam as pragas, limpem suas casas, barreiem-nas de novo, façam latrinas (...). Aproveitem o que o sítio póde dar. Olhem aquella baixada barrenta e aquelle espigão de terra boa. Plantem milho, mandioca, abobora, batata doce, criem porcos... plantem algodão” (PIRES, 1985 – grafia mantida como no original).

Portanto, parece relevante apontar como as obras desse autor são incorporadas, no espetáculo de Soffredini e de Borba, de forma a exaltá-las, sem essas ponderações críticas. O contador de causos anedóticos, criado por Pires, parece ser colocado no centro do palco como essa figura dócil e bem-humorada, que vive feliz mesmo diante de dificuldades, e que inclusive reproduz acriticamente um tipo de humor de muitos anos antes, como visto no caso da piada que compara mulher e fumo. No desenvolvimento do espetáculo, após o primeiro poema do autor e a anedota mencionada, a peça – que será repleta de canções – traz a primeira delas: a canção que abriu a “aventura da música caipira”, apenas dedilhada na viola, é então tocada e cantada pelo artista Passoca Vilalba. “Tristeza do Jeca” traz versos de apresentação do caipira na chave do sofrimento: ali se anuncia que vai ser contado (cantado) o seu “sofrê” e a sua “dô” (SOFFREDINI, 1990, p. 2). O caipira se compara com o sabiá, que “quando canta é só tristeza”, e segue em suas “toadas” de “saudades” descrevendo onde nasceu e onde mora, sempre em proximidade com a natureza (“o mato”), onde “tudo é triste”, desde seu “jeito de fala”. A canção – uma referência já clássica do repertório popular sobre o mundo interiorano – segue com uma reflexão interessante para pensarmos a representação do caipira: se todos são assim tristes (“Num tem um que cante alegre”), a música é sua forma de aliviar essa condição de sofrimento. E esse choro que cai, como canto, junto da viola, vai se dissipando ao fim da canção (que vai ralentando) ou se juntando ao dos outros, “cumo as águas vão pro mar” (SOFFREDINI, 1990, p. 2).

O personagem Jeca se apresenta então, explicitamente; diz seu nome e fala diretamente com o público:

(vendo que a plateia não reage:)

Nhor Jeca, num sá lembra? (...) Antonce. Ieu sô Nho Jeca, mai si vancês quisé pode me chama de CAIPIRA mermo, qu’eu num s’amurfino (SOFFREDINI, 1990, p. 3)

Esse personagem que começa identificado com o Jeca da canção – e talvez com todos os Jecas precedentes, incluídos aí o de Monteiro Lobato e o do próprio Jeca criado por Soffredini, na peça de 1979 – passa, aqui, a assumir essa identidade mais vasta: é agora como identidade ampla de “caipira” sem nome que será visto pelo público. Talvez quase como um Severino que, no texto teatral de João Cabral de Melo Neto, fica adjetivado na condição social/regional/cultural em que se encontra. É o ser caipira que importa ali, e não traços específicos desse ou daquele Jeca. Esse trabalho de Soffredini é o mais explícito nesse sentido – na construção de um tipo¹³ mais que de uma personagem com

¹³ O personagem não é individualizado e tem características conhecidas de antemão pelo público: suas características individuais são sacrificadas em benefício de uma generalização (PAVIS, 2011, p. 410).

personalidade específica. Por mais que nas outras obras deste autor seja possível, como público e crítica, buscar esse traço generalizante do caipira como grupo social (como apontou Lisboa, o Jeca de *Na carrêra é também “todos os caipiras”*), nesta peça isso se explicita pela boca do personagem, ao falar diretamente ao público – e autorizá-lo (induzi-lo, talvez) a vê-lo dessa forma. É uma espécie de personagem-tipo, portanto, que se assume e segue por toda a peça.

Os dois textos inseridos na sequência do espetáculo tratam justamente das origens dos caipiras: os poemas “A origem do homem”, de Cornélio Pires, e “Erro de português”, de Oswald de Andrade. O texto de Pires menciona a ligação com os índios – a descendência dos “bugres que moravam por aqui” (SOFFREDINI, 1990, p. 3), ao que Jeca responde que nunca viu “essa gente inté hoje”. Já o chamado “Bernardo diz-que entende” teria explicado sobre a origem do “moradô antigo do Brasi”, gerado dos macacos – no que Jeca não acredita. Ainda segundo conta a lenda dos caiçaras, a origem seria a partir do gomo da taquara – opção que também não satisfaz o caipira Jeca. Assim, o homem caipira (do poema de Pires e da cena do espetáculo) não reforça as aproximações com os portugueses nem com os índios, e conclui direcionado à plateia: “Semo fio de Deu cumovanceis” (SOFFREDINI, 1990, p. 3). Interessante observar que o comentário poderia ter sido inserido com viés crítico sobre este aspecto violento de nossa colonização, mas nos parece que a apropriação do verso de Pires (o que a atuação de Adilson Barros, conforme vídeo disponível, parece confirmar) é feita em uma chave de exaltação: o caipira tenta, com alegria/euforia, se afirmar pela aproximação a partir do elemento religioso da cultura desse outro que o vê da plateia.

O texto seguinte, de Oswald de Andrade, poema de 1925 já muito conhecido na tradição literária brasileira, comenta “o erro” da colonização – o português ter vestido (colonizado) o índio, e não o contrário. A escolha de um texto clássico do modernismo brasileiro funciona, na cena, como espécie de comentário para a dita relação entre português e índios que estaria na origem dos caipiras. Aqui sim parece haver algum olhar de crítica para a forma como se deu esse processo. Todavia, é apenas com o caráter de citação crítica (de junção de referências diversas) que este texto compõe a obra, já que não há maiores menções dos personagens a ele, e a cena segue, sob palmas e riso festivo dos atores, para a próxima música. Entram então os artistas Pena Branca e Xavantinho, que seguirão em cena por várias músicas, e mais alguns atores que engrossam o canto e se mantêm no palco para a cena seguinte. Depois de duas canções (“Bate na viola” e “Cálix Bento”), Jeca é convidado a contar um caso – já dançaram, já cantaram, já beberam; faltaria somente, “pru mor desta festança ingrossá fama” e “ganhá ‘sse mundo aberto sem portera”, o caipira “contá um caso” (SOFFREDINI, 1990,

p. 6). É então que Jeca escolhe contar “um causo bunito a conta inteira” – e começa a narrar o causo da música caipira, rodeado dos outros atores que o cercam de perto nesse momento, encenando no palco uma plateia atenta a ouvir a narrativa.

Segundo o causo, os homens da cidade grande (“esses home palaciano, pegado nessa tar de instrução”) dizem que a música caipira nasceu do cururu.¹⁴ Um dos violeiros no palco começaria a tocar na viola (“só apontado”) um cururu – na linha didática que o espetáculo tenta desenvolver. Jeca brinca com a estranheza do nome “cururu” e conta mais um causo que explicaria a origem dessa palavra: uma confusão linguística entre os padres portugueses que chegaram e os índios que aqui viviam, quando estes tentaram pronunciar a palavra portuguesa “cruz” – em referência é muito sutil e acrítica ao processo de evangelização feito pelos jesuítas. Toca-se então um cururu, em forma de desafio entre o violeiro, que começa cantando, e Jeca. Os outros, ao redor, ouvem, reagem a cada verso e aplaudem. O cantor Passoca então volta à cena e canta mais uma moda, enquanto os artistas dançam ao seu redor (com palmas e sapateado, e depois Jeca comenta:

JECA – Ansim foi que cururu era ua dança munto triste, cheínha da malincolia do bugre que era escravo. Que adespois se musturôc’a viola do purtugueis, viola cheia de sodade da pátria dele, lá longe, pra lá de despois do mar... Num sei dizê se sim nem se não... (SOFFREDINI, 1990, p. 7)

Reforça-se no espetáculo essa ideia de origem cultural híbrida – mais uma vez, porém, em uma visão conciliadora, alheia à realidade histórica: como se tivesse havido uma junção não violenta nem opressora, por meio de um elemento cultural (ou subjetivo) em comum (a tristeza na dança ou no instrumento musical). Mesmo que se reafirme esse hibridismo – na composição da música caipira entre, inicialmente, práticas musicais dos portugueses, incorporando com o tempo alguns traços de musicalidades indígenas e, mais tarde, a influência da música de africanos e seus descendentes (IKEDA, 2004b, p. 142) –, é preciso problematizar a ideia de uma aproximação tranquila entre essas culturas.

Não se imagine, porém, que essa formação cultural tenha ocorrido de maneira simples e sempre harmoniosa, por meio das “contribuições dos povos”. Claro, os contatos dos portugueses com os índios e, posteriormente, com os escravos africanos se deram muitas vezes de forma traumática, com lutas e processos de dominação pela força. Mesmo nos momentos pacíficos os processos culturais são comumente frutos de trocas e disputas sociais, de tentativas de prevailecimento de interesses diversos, de pessoas, grupos e classes sociais, por suas formas

¹⁴ Alberto Ikeda, em um artigo publicado no mesmo ano do espetáculo de Soffredini, revê e debate algumas definições de épocas diferentes do que seria o cururu, discutindo as transformações ocorridas nessa prática cultural em face da modernização e da influência dos meios de comunicação de massa (IKEDA, 1990, p. 48).

de “ver o mundo” e conduzir a partir delas a realidade social (IKEDA, 2004b, p. 142).

Estariam incluídas aí as práticas musicais do cururu e da catira, como resultado do processo de dominação religiosa e cultural dos jesuítas em relação aos indígenas desde o século XVI, que implicou o desaparecimento de diversos elementos do modo de vida desses grupos. Nesse sentido, acredita-se que cabe destacar esses importantes apagamentos que esse tipo de representação da origem da cultura caipira estabelece.

Importante observar, então, como a peça *A estrambótica aventura da música caipira* segue uma linha de escolhas feitas décadas antes pelo discurso de branqueamento do paulistanismo. Se na obra citada de Pires, de 1924, se apontava o elemento afro como parte integrante do surgimento da cultura caipira, seja nos instrumentos musicais relacionados ao cururu (1985, na definição do que é o cururu, o primeiro instrumento mencionado é a “puyta”, com a seguinte observação: “instrumento africano trazido pelos escravos”) ou na referência aos homens que compunham a cena em que se contavam muitos dos causos caipiras (os velhos caboclos e pretos, “restos da escravidão”, que se reúnem ao pé do fogo na fazenda onde este narrador teria ouvido as histórias do Joaquim Bentinho, 1985); algumas das obras que passaram a circular nos espaços da elite intelectual paulista buscam a criação de uma identidade paulista caipira branca, ou seja, sem a marca do elemento negro (racial ou culturalmente) presente.¹⁵ Nota-se, diante das tensões entre grupos diversos que marcaram São Paulo nos anos 1920, um empenho dos paulistas em torno do objetivo de “criar uma identidade cultural que pudesse aglutinar e minimizar os conflitos sociais do Estado”. O discurso hegemônico apontava, nostalgicamente, ecos do caipirismo e da cultura indígena, lembrados como folclore (PÉREZ GONZÁLEZ, 2018, p. 279). Nesse sentido, como aponta Pérez González, o discurso de Cornélio Pires em suas apresentações (que incluíam imitações cômicas de imigrantes variados – sírios, espanhóis, italianos, alemães – e do homem caipira, intercalados de músicas acompanhadas de viola caipira) se alinhava com a busca de identidade para o Estado paulista em que estrangeiros e caipiras eram contemplados.

Ao que parece, a busca por uma identidade cultural para o Estado viu na música caipira uma oportunidade de frear duas influências consideradas prejudiciais para seus anseios de unidade: a cultura irradiada por Rio de Janeiro e o influxo das modas internacionais. Nessa perspectiva, as apresentações da Turma Caipira Cornélio Pires serviram para qualificar a música carioca como alheia e outorgar legitimidade paulista à música caipira. (...) Por outro lado, a presença da música dos grupos de imigrantes parecia também minar a identidade paulista almejada. O

¹⁵ O próprio Pires escreve sobre o clareamento da raça nos vários tipos de caipira descritos (1924, p. 44).

notável gosto da cidade pelo tango, por exemplo, foi contraposto às expressões musicais paulistas dos discos caipiras. (2018, p. 279)

Assim, Pires defenderia a importância de valorizar a gravação das músicas caipiras em comparação ao tango, que seria de origem negra (PÉREZ GONZÁLEZ, 2018, p. 279). Dessa forma, há, na construção da figura do caipira paulista, um silenciamento de traços das culturas afrodescendentes presentes no território: “A ausência dessa parte da população paulista nas narrativas sobre a cultura caipira levou a que, aos poucos, o caipira fosse sendo delineado com um homem majoritariamente branco e com antecedentes indígenas” (PÉREZ GONZÁLEZ, 2018, p. 201).

Retomando a sequência do espetáculo *A estrambótica aventura da música caipira*, ainda dentro da temática do sentimentalismo nostálgico, Pena Branca e Xavantinho (ironicamente uma dupla de artistas negros) cantam uma das músicas já clássicas do cancionário popular brasileiro sobre o tema da saudade (“Cuitelinho”), e Jeca comenta como aprendeu a cantar na relação com a natureza: escutando, de noite, os grilos cantando para a lua; apreciando o pássaro macuco que cantava sozinho no “capoeirão”; colocando melancolia no canto como fazia o pássaro Nhambu Xitã, que cantava para sua companheira “lá nos pé de jacatirão imfrô”. A dupla de cantores entoia então uma canção (“Xitãozinho e Xororó”) que tanto fala da proximidade do canto caipira com o canto dos pássaros. Jeca comenta a saudade (a falta que sente de sá Marica), o que introduz a próxima música do espetáculo: “Viola Quebrada”, de Mário de Andrade. A canção de Mário, provavelmente de 1926,¹⁶ conhecida também como “Maroca” e gravada posteriormente por diversos artistas, como Rolando Boldrin e Inezita Barroso, fala do abandono pela amada e da dor que é cantada na viola, com marcas do dialeto caipira no vocabulário e na pronúncia das palavras. Seu refrão reforça essa imagem da viola como instrumento sensível às tristezas de quem junto dela canta: “Minha viola gemeu, / meu coração estremeceu. / Minha viola quebrô, / meu coração me dexô”. No espetáculo, a canção marca outra vez a inserção do nome de um grande intelectual brasileiro, no caso ligado ao Modernismo,¹⁷ ao lado de compositores populares. Todavia, novamente nada mais da canção é comentado ou aproveitado em cena.

Duas cantoras (que vieram compor a cena com a canção “Viola Quebrada”) ficam no palco e cantam “Luar do Sertão”, de Catulo da Paixão Cearense – canção de 1914 que se tornou uma das mais regravadas da história da música popular brasileira. Nessa linha

¹⁶ Data incerta, presumida por conta de uma carta de setembro desse ano que Mário de Andrade envia ao poeta Manuel Bandeira, na qual o autor comenta parte do processo de composição dessa canção, em que ele aproveitou para o ritmo melódico uma obra de Catulo da Paixão Cearense.

¹⁷ Mário de Andrade teve interesse pela cultura caipira como parte da sua aproximação mais ampla com a cultura popular. Essa canção seria mais um importante exemplo disso – e que ajuda a problematizar o lugar-comum que aponta o Modernismo como apenas urbano e cosmopolita.

sentimental, tematizando a solidão e a saudade do mundo rural se encerra o que o dramaturgo indica como a primeira fase da primeira parte da peça. A segunda fase abre com músicas mais alegres e de ritmo mais animado. Como se encerrasse a parte da melancolia do canto na viola, com os temas de relações amorosas, e começasse a fase sobre os trabalhos no campo, com uso do berrante, do chicote e do laço (por artistas circenses que também integram o espetáculo). Entre uma canção e outra dessa fase, mais uma anedota tirada de Cornélio Pires é incorporada aos diálogos do espetáculo – uma mesma já usada em *Na carrêra do divino*. Um tropeiro pergunta ao Jeca sobre as produções que a terra deve dar ali, sendo que a tudo o caipira responde negativamente: “Argodão num dá, nhor não”, “Café tomén num dá”... O humor se dá quando o tropeiro pergunta se ele já havia tentado plantar, ao que Jeca responde: “Uai! Puis prantano... dá”. A anedota brinca com a imagem de preguiçoso do caipira, ao mesmo tempo que é um recurso cômico produzido pela linguagem (BERGSON, 1983, p. 57): a “terra dá” interpretado de duas maneiras, o que só se evidencia depois do uso da palavra “plantar” no diálogo.

Dentre as canções que se seguem nessa fase está “Calango”, de Alvarenga, Ranchinho e Capitão Furtado, que, segundo matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada na época da estreia da peça, seria um dos pontos altos do espetáculo. Por fim, a música “Trenzinho caipira”, de Villa-Lobos, com letra de Ferreira Gullar, encerra a primeira parte do espetáculo – primeiro somente tocada, com a melodia apenas entoada pelos artistas, e depois com os seus versos cantados:

Lá vai o trem com o menino
 Lá vai a vida a rodar
 Lá vai ciranda e destino
 Cidade e noite a girar
 Lá vai o trem sem destino
 Pro dia novo encontrar
 Correndo vai pela terra, vai pela serra, vai pelo mar
 Cantando pela serra do luar
 Correndo entre as estrelas a voar
 No ar, no ar, no ar...
 (SOFFREDINI, 1990, p. 18)

Assim encerra-se essa apresentação do caipira e de suas origens, e o som do trem (e do destino), como marca da urbanização crescente, o leva para a cidade, da mesma maneira como o trem sinaliza a mudança de terra ao final da peça *Na carrêra do divino*. Como se referências que Soffredini incorporou em 1979 fossem reafirmadas aqui: falar do caipira é falar do encontro dessa cultura com a urbanização. É como se houvesse três tempos de representação nessa cena: a música de Villa-Lobos, de 1930, que integra a

obra *Bachianas brasileiras*, e modernamente imita, com os instrumentos da orquestra, os sons de uma locomotiva; a referência ao final da peça soffrediniana de 1979; e a própria representação do caipira de 1990. Essa sobreposição de referências é um dos pilares de construção desse espetáculo.

Na segunda parte da peça, intitulada “O circo”, enfatiza-se esse contato do caipira com a cidade grande. A abertura é uma fala de Jeca – mais uma vez baseada em um texto de Cornélio Pires sobre a primeira gravação da música “Bonde Camarão” – sobre as “boniteza” e as estranhezas da cidade de São Paulo, como o bonde que chacoalha muito: “é pior que carro de boi” (SOFFREDINI, 1990, p. 19). E então se canta essa canção que caçoa de situações no bonde. Há, nesse segundo ato da peça, números de circo, como uma cena de mímica que, junto a mais um causo tirado de Cornélio Pires, faz humor com situações que o homem caipira enfrenta na cidade grande (como na cena do Café-bilhar, tirada de mais uma anedota do livro de Pires (1945, p. 21). Há ainda números circenses como perna de pau, malabares, monociclo e referências clássicas a esquetes de palhaços (como o “Hoje tem marmelada?”). Uma fala de Jeca procura resumir essa referência ao elemento da cultura popular circense:¹⁸ “Eita boniteza! É como se diz: o Brasi tudo-tudinho cabe debaixo da lona de um circo” (SOFFREDINI, 1990, p. 25). As canções dessa parte são em geral na chave do cômico (como “Marvada pinga”, que ficou conhecida na voz de Inezita Barroso e é aqui cantada por uma dupla de mulheres).

Jeca menciona pela primeira vez abertamente no espetáculo o nome de Cornélio Pires: explica ao público um pouco sobre quem era ele, como divulgou (“saiu espaiando”) a música e os causos sobre a vida na roça, com músicos de viola, e narra o causo (supostamente real,¹⁹ como bem são os “causos”) das primeiras gravações elétricas das músicas caipiras, feitas por Pires em 1929. A partir daí, o Jeca passa a encenar o próprio Pires: “Nói bamo mostrá aqui proceis mai o meno cumo é que foi. Ah, quaje que me esquece de dizê: cumo isso daqui é treato, e treato é um fai-de-conta sem tê fim nem acabamento mermo, ieu vô fazê de conta que sô o cumpade Cornélio Pires, tá certo?” (SOFFREDINI, 1990, p. 25). Ele contracena com o dono da gravadora, que vem marcado no texto como “o Estrangeiro” e entra no palco ao som de *Singing in the Rain*, falando em inglês e vestindo um enorme chapéu estilo cartola – em referência à clássica

¹⁸ Nessa época, Soffredini já tinha consolidado suas pesquisas sobre a cultura popular do circo, iniciadas em meados da década de 1970.

¹⁹ Há diversas narrações sobre o que teria “realmente” acontecido, inclusive com detalhes nos números envolvidos na negociação. Porém, há que se ponderar que esse é o tipo de narrativa que talvez tenha sido incorporada (inclusive pela crítica) sem necessariamente corresponder precisamente aos eventos que de fato ocorreram – como bem aponta Pérez González (2018, p. 273) ao comentar que uma narrativa muito semelhante, com vários elementos similares, é contada na historiografia da música *hillbilly* (gênero de música popular estadunidense que foi gravada comercialmente na década de 1920 e, pouco depois, ganhou o nome de música *country*) sobre a primeira gravação de música rural nos Estados Unidos, anos antes.

imagem do Tio Sam. O diálogo, cheio de comicidade de linguagem, entre o caipirês de Jeca/Pires e o inglês-“português arrastado” do estrangeiro, e de recursos típicos das farsas – como na tópica do “enganador-enganado” (GUINSBURG; FARIA; LIMA, 2009, p. 155), representa no palco o que ficou para a história da música brasileira como o episódio do acordo feito por Pires para as primeiras gravações em disco de música caipira, ao final de 1928. O dono da gravadora teria se recusado a investir no pedido do poeta do Tietê, criando inúmeros obstáculos para sua concretização, como ele próprio ter que comprar os mil discos pedidos e o pagamento ser adiantado em dinheiro. Pires teria insistido e arrumado o dinheiro necessário – porém, encomenda muito mais do que a ideia inicial de 5 mil cópias de cada disco, ou seja, 25 mil discos; e exige, inclusive, um selo próprio. O empresário tenta convencê-lo de que aquilo era loucura, já que naquele tempo não se faziam prensagens iniciais em tais quantidades nem para os artistas já famosos. Porém, Pires insiste no investimento e o que se segue é o total sucesso de suas vendas. Antes mesmo do planejado, ele vende, pelas suas apresentações no interior de São Paulo, todos os discos e pede à gravadora nova prensagem. Cornélio Pires fica conhecido como o primeiro produtor independente de discos no Brasil.

Essa seria a história de como um elemento cultural popular foi registrado e difundido como objeto de comunicação de massa – e o papel decisivo desse gestor cultural que tanto se empenhou em promover e divulgar a cultura caipira, inclusive com montagens de espetáculos, como procurou-se mostrar na parte inicial do artigo. Vale ainda se observar como essa narrativa é colocada em cena pelo espetáculo de Soffredini. Um detalhe desse episódio é significativo, nesse sentido: na cena nomeada “Esquete – Som em conserva” (expressão que seria usada por Menotti del Picchia (FERRETE, 1985) e repetida com humor mais de uma vez pelo caipira em cena, em referência a como o objeto do disco conserva a música), há algumas escolhas importantes na representação do personagem estrangeiro. Segundo o autor do livro *Capitão Furtado – viola caipira ou sertaneja?*, de fato na gravadora Columbia, da Byington & Company, o diretor era americano e “por incrível que pareça (...) ninguém falava português inteligível” na companhia (FERRETE, 1985, p. 39). Esse dado é aproveitado para compor o diálogo da cena – e para criar comicidade, como já apontado. Entretanto, há ainda outro aspecto interessante. No livro de Ferrete se enfatiza uma preocupação plausível dos empresários da gravadora, já que não haveria mercado para aquele tipo de música:²⁰ segundo o autor, o sobrinho de Pires, que

²⁰ A pesquisa de Juliana Pérez González (2018) aponta aspectos diversos dessa narrativa anedótica entre Pires e a Columbia, já que em 1929 as gravadoras internacionais que abriram estúdios no Brasil já teriam experiências anteriores (de aproximadamente 30 anos) na venda de música rural e de personagens rurais, com sucesso de comércio dessas gravações no mercado cultural estadunidense – um bom sinal de que “a proposta do ‘especialista em assuntos caipiras’ não estava fadada ao fracasso”. Ela comenta: “a fonografia internacional chegou ao Brasil num momento em que o crescimento econômico paulista era marcante, assim

ajudou na intermediação da negociação, “jamais pressentiu nessa atitude de Byington Jr. qualquer intenção malevolente. Ao contrário: ‘Byington gostava muito do meu tio – esclarecia ele – e só queria evitar-lhe prejuízos na certeza de um empreendimento (ou investimento) malsucedido. Essa foi, na verdade, a intenção’” (FERRETE, 1985, p. 39). Todavia, o que vemos no espetáculo criado em 1990 é uma cena em que o empresário estrangeiro é uma caricatura grotesca que sintetiza as enormes críticas de Soffredini ao olhar estrangeiro e à apropriação mercadológica que se fazia da cultura brasileira. Na boca do personagem estrangeiro estão frases como:

O seu musiquinho ser artístico, understand? Ser muito chechelentopras meus discos, understand? (...) Ser veryverybad, no interessar a público, no ter mercado, understand? (...) (*para a plateia*) mas este caipira ser uma porre mesma, hein? Mas wheitaminute que eu já vai dar uma jeito nele já-já. (1990, p. 26)

Talvez mais do que contar em si a narrativa de como se deu esse processo das primeiras gravações, a cena – que tudo indica é uma das mais interessantes do espetáculo – serve para mostrar uma espécie de vitória da astúcia²¹ e persistência do caipira (do homem rural, ou até mesmo do brasileiro em geral, talvez) contra a postura de superioridade e desprezo que o estrangeiro mantém pela cultura brasileira popular. Os traços do caipira passam a ser relevantes para a constituição de uma identidade nacional que o dramaturgo quer valorizar. Em mais um momento de escolha pelo teatro não realista (em cena que começa com o personagem lembrando ao público esse “faz de conta” do teatro e inclui diversas falas diretamente ao público, sendo algumas delas – de Jeca – narrativas com caráter didático), há nessa cena a possibilidade de vários níveis de encenação e de crítica: o personagem Jeca, que encarna, de forma ampla, o tipo caipira (como anunciado desde o início da peça), vai aqui representar outro caipira, que é caipira “de origem” (local de nascimento) mas morou na cidade grande, tornou-se letrado, escritor e folclorista, em episódio de enfrentamento de uma lógica do mercado cultural. A luta para poder entrar no circuito comercial e circular como mercadoria ao alcance das massas foi um passo decisivo para o estabelecimento da música caipira em um lugar de reconhecimento²² na cultura brasileira.

Interessante ainda se pensar que, se já em 1968 um componente diverso de nossa cultura, a MPB (nossa reconhecida e já então consagrada Música Popular Brasileira),

como a preocupação das elites cafeiras em manter o poder político, econômico e cultural do país, e seu interesse em consolidar uma unidade cultural para o Estado de São Paulo. Com tais circunstâncias e as experiências prévias, a fonografia internacional foi cuidadosa ao introduzir no mercado brasileiro a música rural paulista em 1929”. Feita essa ressalva histórica importante, relembramos que o é preciso lembrar que o interesse é entender de que maneira o espetáculo escolheu pôr em cena esse episódio.

²¹ Próximo do que se aponta nas criações de Mazaropi, no cinema.

²² Sobre esse processo de olhar para a cultura rural brasileira, ao longo do século XX, vale conferir o artigo de Lucia Lippi Oliveira (2003).

estava nos palcos questionando a apropriação pela indústria cultural de parte da produção musical brasileira, com o espetáculo *Roda Viva*,²³ a tradição cultural caipira ainda precisou narrar (na última década do século XX) sua história de entrada no mercado como afirmação de existência e reconhecimento como contribuição cultural relevante. *Estrambótica aventura da música caipira* parece, assim, cumprir mais o papel de divulgar um tipo de música popular rural, de tradição oral (como foi uma das atribuições importantes na trajetória do teatro de revista no Brasil), do que necessariamente trazer críticas inovadoras à forma como se deu esse processo. Na terceira parte da peça, quando trata da música caipira já como objeto de mercado nas rádios, o espetáculo comenta mais especificamente as influências estrangeiras sobre esse gênero musical.

Seguindo o propósito dessa narração (que se pretende histórica e cronológica), apresenta-se então a música que é considerada a primeira moda de viola caipira gravada: “Jorginho do Sertão” é cantada no espetáculo por Pena Branca e Xavantinho, acompanhada de um número de mímica, “numa referência a antigos números circenses, em que as letras das músicas cantadas eram ‘mimadas’ por atores” (SOFFREDINI, 1990, p. 29), como esclarece o próprio texto da peça, em rubrica. Conforme se pode notar pelo vídeo do espetáculo, a comicidade desta cena fica exatamente por conta da encenação da letra feita pelo mímico. A canção seguinte, cômica pela letra exagerada e longa (em quatro atos) sobre a morte de uma mulher, Angélica, e totalmente composta seguindo a rítmica de palavras proparoxítonas, é emendada no espetáculo com outra canção conhecida do repertório popular, interpretada com homenagens no gestual a Alvarenga e Ranchinho: “Romance de uma caveira” – uma espécie de novela *post-mortem*, lançada originalmente em 1940, sobre duas caveiras que se amam no cemitério. A última canção dessa série, “Chico Mineiro”, é antecedida e finalizada com um número de palhaços e mímico, que encerram a segunda parte do espetáculo, conforme a estrutura de circo sai do palco.

A terceira parte, “O rádio”, segue ainda aproveitando diversos textos de Pires: se inicia com as canções “Sonora garoa” e “Vida de operário”, apresentando o tema que será o começo dessa parte final do espetáculo – os trabalhadores rurais na cidade. Destacam-se aqui alguns versos da segunda canção, que é acompanhada novamente por alguns atores que a representam com uso da técnica da mímica: “Eu nasci no mundo, não sou milionário / vou cumprindo a sina de ser operário (...) / Eu moro distante de onde trabalho / sou muito esforçado, nenhum dia faio” (SOFFREDINI, 1990, p. 40). Essas canções introduzem o tema da dificuldade da vida dos operários na

²³ Peça escrita por Chico Buarque e dirigida por José Celso Martinez Corrêa.

cidade. Jeca volta à cena e há um diálogo sobre o que seria o socialismo – também tirado de um conto de Cornélio Pires, a anedota leva o título de “Boa definição” (PIRES, 1945, p. 52). Jeca explica o que seria essa “moda nova de vivê que tão inventano”, o “suçalismo”, com uma anedota que critica a maneira como ocorreria a divisão dos bens no socialismo.

Mais um número de mímica insere no palco o tema do rádio: as modas caipiras já estariam, dentre outros gêneros musicais de sucesso, presentes nas rádios. Há outra homenagem a Alvarenga e Ranchinho – “os reis da paródia e da sátira” (NEPOMUCENO, 2005) – com duas canções deles: “História de um soldado” (que satiriza e critica a burocracia de estado em nosso país num encadeamento longo de ações que acaba no arquivamento de uma reclamação)²⁴ e a “Pinga com limão” (apresentada como uma homenagem aos Beatles). Depois das canções, a dupla Laert e Wandí conta mais de uma anedota para o público, incluindo referências ao contexto da época, como jogos que a seleção brasileira de futebol teria perdido (“nóis num temo nada e ainda vai perdendo aos pouco...”) e críticas ao presidente Fernando Collor de Melo – primeiro em referências indiretas sobre o confisco das poupanças, realizado no Plano Collor, cerca de três meses antes (com verbos que a plateia rapidamente associa ao feito do presidente: “arquivou, congelou, bloqueou, confiscou... surrupiou!”) e depois com uma referência direta ao nome dele (“Tecnicolor – perdão da má palavra. Tecnicolor, mas é com um L só, viu!”).

Se o espetáculo aqui analisado parece ser pouco crítico em seu principal objetivo (a criação da narrativa sobre a história da música caipira) e até mesmo sobre aspectos importantes da formação da cultura caipira no Brasil, como se procurou indicar, todavia, por conta de elementos como este apontado anteriormente, o conjunto não pode ser entendido como um mero musical para divertimento ou uma peça acrítica. Tem-se a impressão que é pela chave do humor e a partir do repertório de técnicas de arte popular que os comentários de crítica social são construídos nessa peça. Nesse sentido, ela parece ser um exemplo bem realizado de teatro de revista, que une diversão e crítica à atualidade, com quadros variados que utilizam muito da música e da intenção cômico-satírica²⁵.

²⁴ Essa canção seria uma paródia de “O soldado que perdeu a parada” (1907), de Eduardo das Neves. Alvarenga e Ranchinho gravaram sua versão mais de uma vez. A primeira gravação se deu no tempo do governo de Getúlio Vargas, e citava nos últimos versos o do presidente da época – os dois tiveram problemas com a censura e foram até detidos pela polícia, mas a gravação foi depois liberada pelo próprio presidente (NEPOMUCENO, 2005). A segunda gravação teria sido feita nos tempos do governo de Juscelino Kubitschek – os artistas passam a cantar seu nome então nos últimos versos. A última gravação feita pela dupla foi durante a ditadura militar, mas os artistas escolhem não citar o nome do presidente da época. Aqui no espetáculo, a música é cantada com o nome de Juscelino e a referência ao presidente da época (Fernando Collor de Melo) ocorre apenas após a canção.

²⁵ A peça pertenceria, assim, ao mesmo tempo, à categoria de teatro popular e de teatro musicado, seguindo, inclusive, os modelos de realização em três atos e o papel, que se tornou importante na *Revista Brasileira*, de divulgação da música popular, como aponta Neyde Veneziano (GUINSBURG; FARIA; LIMA, 2009, p. 297).

A homenagem à dupla Alvarenga e Ranchinho prossegue, apontando as influências estrangeiras na música caipira: interpretam a música “Bom dia, Mister Eco” (versão de *Good morning, mister Echo*, de Bill e Belinda Putman), com uma alteração importante ao inserir um verso a mais ao final da letra. A última frase, em português, cria uma comicidade que não havia na original, por meio da possível rima com “moribunda”.²⁶

Jeca volta ao palco usando sombreiro e com um rádio grande no ombro. Explica que andou tanto que chegou a um lugar em que todos usavam aquilo e para “num sê chamado de caipira” passou a usar também. É a terceira fase dessa parte do espetáculo, sobre a influência hispano-americana, na qual são cantadas músicas como “Índia”, guarânia de José Assunción Flores e Manuel Ortiz Guerrero, e “Meu primeiro amor”, de Hermínio Giménez, José Fortuna e Pinheirinho Júnior. Na quarta fase (sobre como a cidade incorporou a temática caipira também em suas produções culturais), canta-se “Rancho Fundo”, de Ary Barroso e Lamartine Babo – e Jeca comenta essa apropriação: “mais só que essa daí num foi nós que feiz não. Mai tomem fala de lua, de rancho, de sereno... dessas boniteza que tem por lá, e que esse povinho fremoso da cidade achô de ponhá nas suas moda” (SOFFREDINI, 1990, p. 49). É o reconhecimento dessa prática, que vinha na verdade desde o início do século XX, do interesse de artistas do meio urbano (e por vezes com formação mais intelectualizada) por aspectos das composições das músicas regionais rurais. Cantam também, ainda nessa parte do espetáculo, as músicas “Fio de cabelo” e “Majestade o sabiá”. Na última fase (denominada “Sertão”), referências ao vestuário nordestino e a uma viola com aquele “sotaque” entram em cena, e é apresentada a canção “Vide vida marvada”, de Rolando Boldrin.

As falas do caipira Jeca se encerram num epílogo, em que ele comenta no que a música caipira se transformou (andou e desandou, “virô e desvirô!”, p. 52) e volta ao tema da saudade, enquanto, assim como no início da peça, uma viola sola a canção “Tristeza do Jeca”. Pena Branca e Xavantinho cantam a canção “Mazzaropi” (de Jean e Paulo Garfunkel), gravada pela dupla no mesmo ano do espetáculo, da qual se destacam dois versos que talvez sintetizem a valorização da representação do caipira nesse espetáculo: “e o povo todo sendo Jeca com você / era uma coisa muito linda de se vê”. Quando a letra da música menciona, no refrão, o termo “palhaço”, os artistas circenses voltam ao palco – aliás, novamente em aproximação a uma tópica cara ao modernismo brasileiro: a canção menciona “carlito”, aproximando essas três referências (palhaço/carlito/caipira) em uma chave dialética interessante: para ser essas figuras “tem que ser louco e não ser”. O espetáculo encerra com todos os artistas do elenco

²⁶ “Mister Eco quando viu - viu, viu, viu, viu/ Sentiu uma dor profunda - funda, funda, funda, funda/ Ao vê-la ali na lousa - lousa, lousa, lousa, lousa/ Tua bela moribunda. Ah, Ah, Ah (risos)/ Eh, sumiu i eco, hein, cumpadre”.

presentes no palco, cantando (primeiro alternadamente e depois todos juntos) a canção “Saudade da minha terra”, que apresenta um eu-cancional deslocado de seu local rural de origem e que encerra com os versos: “foi lá que eu nasci / lá quero morrer”. É mais uma vez o motivo do caipira na cidade, onde vive “arrepentido por ter deixado” seu lugar, do qual sente falta (“saudade imensa do campo e do mato”) e para o qual deseja ainda voltar.

A matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* reforça a ideia de que o espetáculo mantém uma relação com o universo urbano:

Mais que uma homenagem a Cornélio Pires, *A estrambótica aventura da música caipira* é o resgate de uma cultura, a caipira, que, para não sufocar, integrou-se à parafernália urbana, num desenho histórico que reproduz a realidade social do país, onde se tem, a partir de sua industrialização, o próprio homem do campo migrando para os grandes centros. Assim, a integração da cultura rural urbana seria mesmo inevitável. (1990, p. 12)

Apesar de não se concordar quanto à simplificação da última frase, é interessante a síntese do espetáculo como um “desenho histórico” que representa as relações sociais e culturais sobre o tema tratado. De fato, na passagem entre os atos – “Origens” (em que predominariam, como bem aponta a crítica do jornal *Folha de S. Paulo*, os números folclóricos), “O circo” (primeiros contatos com a cidade) e “O rádio” (questão do trabalhador urbano, tanto do operário quanto do músico nas rádios) – parece haver um processo de resgate de uma história e de aproximação com a cultura urbana. A matéria afirma ainda que o que o público vê no espetáculo são “os truques de uma cultura que hoje se propaga musicalmente com a ajuda da televisão e do play back, sem, no entanto, perder seu viço”. A questão da televisão é realmente um ponto relevante para a construção dessa matéria, que menciona ainda duas vezes a telenovela *Pantanal* – grande sucesso da época, escrita por Benedito Ruy Barbosa e dirigida por Jayme Monjardim, que foi depois reprisada na televisão brasileira. Dessa forma, é interessante notar que esse espetáculo musical aparece em um momento em que a cultura rural brasileira estava, de certa forma, em alta em outro veículo de cultura de massa. Os indícios que a matéria de jornal dá, nesse sentido, nos ajudam a situar a criação deste espetáculo em um contexto específico do fim do século XX, que envolve uma retomada, a partir de 1980, do interesse pela cultura rural brasileira – que passa, a partir de 1970, pela expansão da música de origem rural e pela relevante presença da televisão (IKEDA, 2004b, p. 143).

Assim, o espetáculo *A estrambótica aventura da música caipira* foi produzido em um momento em que a cultura rural volta a ganhar destaque nas produções artísticas brasileiras populares – e, conseqüentemente, recebe algum interesse do pensamento

crítico. Com o “boom sertanejo da década de 1980” (OLIVEIRA, 2003, p. 255), há uma retomada do interesse pela cultura caipira – no âmbito acadêmico, pelo viés de crítica ao gênero musical sertanejo e consequente retorno à tradição, na tentativa de buscar uma origem diversa (não mercadológica) na música caipira.²⁷ Na passagem para a década de 1990, esse processo (nomeado, a partir de Rosa Nepomuceno, como “da roça ao rodeio”) teria sido coroado pelas telenovelas, incluída aí a *Pantanal* – “quando a música caipira deixou de ser ouvida e tocada no quintal e chegou à sala” (OLIVEIRA, 2003, p. 256). É dentro desse processo que, portanto, foi lido o espetáculo de Soffredini.

A trajetória vista na peça – o fio condutor do enredo – mostra como surgiu o gênero da música caipira, sua transformação em produto sertanejo por intermédio desse Jeca que “muda-se do campo para a periferia da cidade, vira operário e sente saudades do sertão”, conforme a crítica da *Folha de S.Paulo* (1990, p. E8). Esse encadeamento feito pelo crítico parece muito rápido e um tanto simplificado. O melhor do espetáculo parece estar em como o processo de transformação da música caipira nos apresenta críticas a outros elementos de nossa história ligados a essa trajetória.

Referências bibliográficas

- BALISTA, L. R. *Sojeitos da terra: a representação do caipira na dramaturgia de Carlos Alberto Soffredini*. 2018. 327 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-19032019-112625/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- BERGSON, H. *O riso. Ensaio sobre a significação do cômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CANDIDO, A. Carta-prefácio. In: DANTAS, M. *Cornélio Pires: criação e riso*. São Paulo: Duas Cidades, 1976. p. 11-12.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CORNÉLIO Pires. *O pirralho*. São Paulo, n. 190, p. 6, jun. 1915.
- FERRETE, J. L. *Capitão Furtado – viola caipira ou sertaneja?*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Música, 1985.
- GIRON, L. A. Peça caipira une fuscão preto e boi barnabé. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno E, p. 8, 22 jun. 1990.

²⁷ Seria a chamada então “música de raiz”, como comenta Ikeda: o segmento que se dinamizou a partir das décadas de 1980/1990 (mesmo período de ascensão e massificação da música sertaneja comercial) e passou a constituir uma vertente da MPB, em padrões considerados “autênticos” (2004b, p. 158).

- GONÇALVES, C. K. *Música em 78 rotações: “discos a todos os preços” na São Paulo dos anos 30*. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-111701/publico/TESE_CAMILA_KOSHIBA_GONCALVES.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.
- GUINSBURG, J.; FARIA, J. R. G. de; LIMA, M. A. (Coords.). *Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- IKEDA, A. T. Celebrações populares paulistas: do sagrado ao profano. In: SETUBAL, M. A. (Ed.). *Terra paulista: história, arte e costumes – manifestações artísticas e celebrações populares no estado de São Paulo*. São Paulo: Cenpec Imprensa Oficial, 2004a. p. 169-209.
- IKEDA, A. T. Cururu: resistência e adaptação de uma modalidade musical da cultura tradicional paulista. *Arteunesp*, p. 47-59, 1990.
- IKEDA, A. T. Música na terra paulista: da viola caipira à guitarra elétrica. In: SETUBAL, M. A. (Ed.). *Terra paulista: história, arte e costumes – manifestações artísticas e celebrações populares no estado de São Paulo*. São Paulo: Cenpec Imprensa Oficial, 2004b. p. 141-167.
- LEITE, S. H. T. A. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Unesp, 1996.
- LISBOA, E. T. *A teatralidade na dramaturgia lírico-épica de Carlos Alberto Soffredini*. 2001. 338 f. Tese (Doutorado em Letras na área de Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270207>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- MATOS, M. I. S. de; FERREIRA, E. B. Entre causos e canções: Cornélio Pires e a cultura caipira (São Paulo, 1920-1950). *Historia Crítica*, n. 57, p. 37-54, 2015. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/histcrit57.2015.03>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- NEPOMUCENO, R. *Música caipira: da roça ao rodeio*. São Paulo: 34, 2005.
- OLIVEIRA, L. L. Do caipira picando fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roça ao rodeio. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 232-257, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13291>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- O SOM que o dândi do sertão entregou à indústria. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Caderno 2, 22 jun. 1990.
- PAVIS, P. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- PÉREZ GONZÁLEZ, J. *A indústria fonográfica e a música caipira gravada. Uma experiência paulista (1878-1930)*. 2018. 451 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06092018-125317/pt-br.php>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- PIRES, C. *A Turma Caipira de Cornélio Pires*. Série de discos gravados de mai. 1929 a nov. 1930. São Paulo: Proac, 2012. PIRES, C. *Enciclopédia de Anedotas e Curiosidades*. 1. ed. São Paulo: Cornélio Pires, 1945.
- PIRES, C. *Conversas ao pé do fogo*. 2. ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.
- PIRES, C. *Meu samburá: anedotas e caipiradas*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1931.
- PIRES, C. *Musa Caipira. As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o Queima-Campo)*. Edição comemorativa do Centenário do nascimento do autor (1884-1984). São Paulo: Rumo Gráfica, 1985.
- PIRES, C. R. S. O retrato do caipira tietense em “As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o Queima-Campo)”, de Cornélio Pires. *Baleia na Rede estudos em arte e sociedade*, v. 1, n. 6, 2009.

Disponível em: <https://www2.marilia.unesp.br/index.php/baleianarede/article/view/1457>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SANTINI, J. *Prodígios ao redor do fogo: as aventuras de Joaquim Bentinho e o caminho da desmistificação*. 2001. Disponível em: <http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/acomunic.htm?/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/acomunic.htm>. Acesso em: 12 mai. 2018.

SOFFREDINI, C. A. *A estrambótica aventura da música caipira*. São Paulo, 1990. Datiloscrito.

SOFFREDINI, C. A. *Na Carrêra do Divino – Coleção Soffredini Obras Principais*. SOFFREDINI, R.; BALISTA, L. (Orgs.). São Paulo: Giostri, 2017.

Como citar

BALISTA, Lígia Rodrigues. Cornélio Pires e o mundo caipira relido e encenado por Soffredini. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 594-623, out. 2020.

DOI: <https://www.doi.org/10.36920/esa-v28n3-5>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Os (re)significados do sertão em 'Outros Cantos' de Maria Valéria Rezende

DOI: 10.36920/esa-v28n3-6

 Renata Cristina Sant'Ana¹

Resumo: Partindo de uma discussão sobre as origens do regionalismo na historiografia literária brasileira (CANDIDO, 1975, 2000, 2014), este estudo analisa a representação do espaço rural do sertão no romance *Outros Cantos*, da escritora Maria Valéria Rezende (2016). Sob a perspectiva antropológica de Darcy Ribeiro (2006) e das contribuições de Moreira (2016), discute-se os conflitos sociais oriundos de relações assimétricas de poder envolvendo as categorias hierárquicas de classe, a fim de compreender os novos contornos que delineiam o sertão nordestino no mundo globalizado e como esse espaço aparece ressignificado na literatura brasileira contemporânea (SANTINI, 2009, 2011, 2012, 2014).

Palavras-chave: literatura brasileira contemporânea; Maria Valéria Rezende; sertão.

Abstract: (*The (re)signification of sertão in Outros Cantos by Maria Valéria Rezende*). Based on a discussion about the origins of regionalism in the Brazilian literary historiography (CANDIDO, 1975, 2000, 2015), this study analyses the representation of *sertão* rural space in the novel *Outros Cantos*, by the writer Maria Valéria Rezende (2016). Based on the anthropological perspective of Darcy Ribeiro (2006) and the contributions by Moreira (2016), this paper debates the social conflicts arising from asymmetric power relations involving hierarchical categories of class to comprehend the new outlines that trace the northeastern *sertão* within the globalized world and how this space turns up ressignified in Brazilian contemporary literature (SANTINI, 2009, 2011, 2012, 2014).

Keywords: Brazilian contemporary literature; Maria Valéria Rezende; sertão.

¹ Doutoranda em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: recsantana2013@gmail.com.

Introdução

O sertão, terra ignota, expressão clássica cunhada por Euclides da Cunha (2016), para se referir aos lugares desconhecidos, tidos como perigosos ou simplesmente como território do vazio, espaço que ainda não havia sido preenchido pela colonização devido à distância do litoral, por isso, considerado terra sem lei e lugar da desordem. Sertão construído no imaginário cultural nacional, a partir de obras clássicas da literatura brasileira, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha (2016), *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (2018), *O quinze*, de Rachel de Queiroz (2000), *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1994). Para além das agruras naturais implicadas pela seca, o sertão também se compreende como lugar de esquecimento, abandonado em seus limites, diante das transformações advindas dos processos de produção e da hegemonia econômica das regiões centrais em relação aos interiores do país.

Passados os séculos, entremeados pelos muitos processos de transformação rumo ao que se compreende como sendo o desenvolvimento e o progresso, chega-se a um século XXI globalizado, porém marcado por rastros de um processo histórico ocorrido de maneira desigual nas diferentes partes do globo. De um lado, áreas centrais e urbanas tomadas pela modernidade, de outro, os recônditos interioranos de países periféricos onde ainda coexistem o velho e o novo. Perante esta condição, temos o Brasil como país que não teve sua diversidade – geográfica, cultural, social – totalmente suprimida pela globalização, e que possui, ainda, muito de particular a ser representado na literatura. Assim, inserido nestes recônditos tem-se o sertão calcado na aridez de seu solo, na cultura e nas tradições de sua gente que resiste ao impedir o apagamento dos traços característicos de um lugar e de um modo de ser e de viver, que é o modo do sertanejo.

Em sua mirada para o sertão, a escritora Maria Valéria Rezende parece não ter perdido de vista esse lugar e essa gente, e, ao retornar ao povoado de Olho d'Água, por intermédio da personagem Maria, no romance *Outros Cantos* (REZENDE, 2016), conduz os leitores para dentro desse universo rico em imagens, histórias e símbolos ainda pouco difundidos para outras regiões do país, principalmente as mais centrais. A obra narra o retorno de Maria ao povoado (fictício) localizado no sertão do Nordeste brasileiro, para realizar uma palestra em um sindicato rural. Ao longo de sua viagem, a personagem vai revisitando as memórias de um tempo longínquo e difícil, vivido naquela região para onde havia sido enviada para trabalhar como professora do Mobral,² o programa de alfabetização de adultos, implantado pelo governo em meio ao período da ditadura militar no Brasil. Porém, na verdade, a ida da personagem Maria para o povoado de Olho d'Água fazia parte de um plano de ações de conscientização

² Movimento Brasileiro de Alfabetização, oficializado pela lei Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Documento Básico – MOBREAL (1973). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002467.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

política, articulado com as organizações revolucionárias e os movimentos de resistência ao regime de ditadura.

Naquele tempo, Maria era uma jovem militante que se utilizou desta oportunidade de trabalho como pretexto para ajudar a organizar e a preparar os trabalhadores sertanejos para a chegada de militantes que, como ela, acreditavam que a revolução só seria possível a partir da conscientização e da organização popular, em um movimento que partisse do interior do país e das classes historicamente esquecidas e subalternizadas, para daí poder se fortalecer e se expandir para os espaços centrais e de maior poder no país. Mergulhada no interior sertanejo, em um lugarejo sobre o qual nada sabia, Maria foi se deparando com as dificuldades existentes no cotidiano de uma gente pobre, habitante de um lugar esquecido e abandonado, vivendo, à sua maneira, costumes arcaicos e tradições locais, tão necessários à sobrevivência naquele local.

A respeito da palestra, que a levou a retornar à região, passados quarenta anos, a protagonista de *Outros Cantos*, Maria, relata:

Um sindicato de trabalhadores rurais, aliados a outras das muitas organizações populares hoje espalhadas sertão a fora, como sonhávamos há quarenta anos, convocou-me a ajudá-los numa reflexão crítica sobre o pensamento dominante e a influência da mídia televisiva desde a chegada da eletricidade. Querem aprofundar as principais questões, a partir de sua experiência, para elaborar e lutar por uma proposta educacional adequada à realidade sertaneja. Alegram-me, fazem-me reviver, esses convites, provas da germinação das sementes tão custosamente metidas nas covas do passado. (REZENDE, 2016, p. 73)

Em virtude do processo histórico de ocupação das regiões interioranas do Nordeste brasileiro, que resultou na concentração das terras nas mãos de pequenos grupos, relegando parte da população à dependência e à submissão e aos desmandos daqueles que se tornaram os proprietários, o sertão tornou-se um lugar de muitas dificuldades envolvendo, além da escassez de água e de trabalho, relações de exploração e conflitos. Por estas razões, o sertão tornou-se um lugar de partidas, como narra Maria:

Dei-me conta, então, de que, talvez havia muitas gerações, não chegava um estranho para viver ali, naquele lugar escondidinho por onde ninguém passava, onde se acabava o caminho e era na direção contrária que corria o rio da vida migrante. Lá não se costumava chegar, de lá só se ia embora. (REZENDE, 2016, p. 16)

No contexto da migração interna no Brasil, é do sertão, compreendido como espaço interiorano, distante das regiões litorâneas, que, historicamente, parte muita gente com histórias semelhantes às das personagens presentes nos romances de Rezende, como foi

o caso de Tião, o marido de Fátima, da diarista Alzira, de Luizinho, o filho da falecida dona Dasdores, e do Manoel de seu Tito, personagens de *Outros Cantos* (REZENDE, 2016).

Refletir sobre os modos como determinados espaços aparecem representados na literatura brasileira significa ter que se considerar os tipos de conflitos que neles se instalam, e a forma como vão sendo construídas as relações entre os indivíduos que neles se situam, bem como os elementos que integram as formas de ser e de viver em determinado meio. Sob este enfoque, compreende-se o espaço como local que abriga, nos limites de cada território, não apenas o solo que sustenta a vegetação característica do lugar, suas peculiaridades climáticas e paisagísticas, mas também os conflitos e os choques hierárquicos que se circunscrevem nas diferenciações entre os indivíduos e os grupos que nele se situam.

Como objeto representativo literário, o espaço é compreendido para além da concretude física que forma os cenários narrativos por onde se deslocam personagens e se desenvolvem suas ações. Assim, o espaço é também simbólico na medida em que valores culturais distintos são atribuídos àqueles que com a natureza física o compõem socialmente. Mais do que espaço físico, o espaço literário funciona como um tipo de metáfora que ilustra em seu chão os movimentos da história e as tensões estabelecidas pelos entrecosques políticos, econômicos e culturais que definem a vida social em tempos distintos.

Ao analisar o espaço rural como palco da produção literária contemporânea, pode-se constatar sua baixa relevância comparada ao fato de que a grande maioria das narrativas atuais utiliza o meio urbano como espaço de desenvolvimento para suas tramas. Assim, tem-se o dado apresentado por Dalcastagnè (2012, p. 163) de que apenas 14,3% das obras literárias produzidas a partir da década de 1990 se passam no meio rural, o que aponta para a depreciação desse espaço no universo literário como reflexo do seu desprestígio também no universo social real. Este dado coloca em questão a divisão do Brasil agrário e urbano no tempo presente, de tal modo que esta ausência é percebida por Dalcastagnè (2012) como um dos grandes diferenciais entre a literatura produzida a partir dos anos 1970 e aquela que veio antes.

O projeto de modernização do início do século XX, que impulsionou o surto de urbanização nas regiões centrais do Brasil, pode ajudar a compreender esta configuração espacial da narrativa de nossos dias. Conforme observa Dalcastagnè (2012), o país se urbanizou e a literatura acompanhou a migração para as grandes cidades, de modo que o espaço da narrativa brasileira atual é essencialmente urbano, e quando acontece de a literatura incorporar o meio rural, isso se dá em uma perspectiva do sujeito da metrópole que retorna ao interior, reavivando as suas memórias, como é o

caso do romance *Outros Cantos* (REZENDE, 2016). A fim de melhor compreender a representação deste espaço na literatura brasileira contemporânea, farei um breve retorno às origens do regionalismo, analisando seus contornos adquiridos na história da literatura brasileira, para então identificar o modo como o sertão aparece (re)significado no romance de Rezende (2016).

As origens do regionalismo

As paisagens, os tipos humanos, os costumes e as tradições sertanejas começaram a surgir na literatura brasileira durante o romantismo do século XIX, como parte do projeto nacionalista de buscar elementos delineadores de uma identidade nacional ainda em processo inicial de construção. A crença de que nas paisagens dos espaços desconhecidos nas regiões interioranas do país se poderia buscar as raízes de nossa cultura, assim como se deu nas selvas com o indígena, levou à mitificação do sertanejo, de modo semelhante ao que aconteceu com o culto ao selvagem materializado na figura do índio. Assim, a tradição regionalista na literatura brasileira tem início com as preocupações românticas e suas miradas nacionalistas que inspiraram o indianismo, e, na medida em que o potencial mítico-heroico da figura indígena começa a dar sinais de esgotamento, o sertanejo entra em cena como tipo humano representante das regiões pouco afetadas pelas influências estrangeiras, visto que os centros urbanos já haviam sido contaminados pelo cosmopolitismo que caracterizou o século XIX.

De modo geral, a ficção regionalista surge de maneira a contribuir para a emancipação de modelos europeus e para a construção da nacionalidade em termos de representação identitária e cultural. Segundo Santini (2011), na historiografia literária o regionalismo aparece relacionado ao princípio do romance brasileiro, situado por Antonio Candido no interior do romantismo que toma a literatura como instrumento de construção nacional. De acordo com a autora, Antonio Candido (1975) cria um modelo de interpretação para o regionalismo, que é resgatado pela crítica para análise da prosa literária brasileira contemporânea. Esse modelo, Antonio Candido desenvolve no conjunto de sua obra, de modo mais específico no seu ensaio *Literatura e subdesenvolvimento* (CANDIDO, 2000), em que apresenta a ideia de que a produção regionalista se elabora a partir de dois momentos de definição da nacionalidade – o primeiro como sendo o da tomada da “consciência de um país novo” ainda que em vias de atraso, e o segundo como o da “consciência de subdesenvolvimento”, que é quando surge o romance social de 1930.

Mesmo tendo suas origens no romance romântico do século XIX, e sofrendo influências do realismo que desembocou nas produções pré-modernistas,

principalmente com a publicação, em 1902, da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, é com o modernismo da década de 1930 e seu complexo quadro social, pintado em meio ao processo de industrialização e urbanização crescente, que o regionalismo se consolida na história da literatura brasileira. Com Euclides da Cunha, o sertão apareceu aos olhos do mundo e, posteriormente, com a geração de 1930, surgiram as narrativas mais preocupadas em denunciar as condições sociais, com tudo o que havia de marginal e de desumano nos interiores esquecidos do país. Nesse momento, a produção regionalista atinge seu estágio de plena maturação e, sob uma perspectiva ideológica, aliada a um projeto estético e a um olhar crítico de resistência, torna-se “difícil aceitar a teoria de que o mundo da ficção mantém vagos compromissos com a realidade do contexto, do ambiente sociogeográfico” (SANTINI, 2014, p. 119). Afinal, o que a historiografia literária nos apresenta é uma produção que sempre se manteve e, até hoje, como temos observado, permanece alinhada com as questões que envolvem a época de sua criação.

Já em 1945, com a suposta superação do elemento local, devido à busca de uma universalidade que parte do regional, tem-se uma nova guinada na literatura brasileira que traz o centro da atenção para o formato estético das produções, porém, sem ignorar a preocupação com as temáticas, percebe-se certa cisão entre a preocupação social e a elaboração estética. Esta mudança é compreendida por Antonio Candido (2014, p. 138) como passagem de “literatura de incorporação” para a “literatura de depuração”, que tem em Guimarães Rosa o expoente maior do chamado *super-regionalismo*, que significou não apenas a superação do regional, mas também “o paradigma de interpretação crítica do elemento regional na prosa brasileira” (SANTINI, 2011, p. 74).

Sobre as publicações contemporâneas de feições regionalistas, vê-se, segundo Santini (2009), uma recusa do termo *regionalismo* por parte dos escritores que, embora publiquem textos de natureza regionalista, não querem ser vistos sob uma ótica aparentemente passadista. Autores como Milton Hatoum, Ronaldo Correia de Brito, Maria Valéria Rezende, dentre outros, costumam se posicionar negativamente em relação ao regionalismo e à possibilidade da inserção de suas obras em um paradigma regionalista de representação. Porém, há que se discutir sobre a noção de que os traços regionalistas que surgem nas produções literárias contemporâneas, em especial, aqueles relacionados ao espaço e à gente do sertão, sejam pensados, de acordo com Santini (2014), a partir de uma perspectiva que compreende essa manifestação como uma atualização do romance regionalista na ficção brasileira. Santini (2014) defende a necessidade de se refletir sobre a existência de um novo romance regionalista, ou uma

prosa regionalista erigida a partir de outros modos de representação como o que vemos em *Outros Cantos* (REZENDE, 2016).

A permanência da noção de regionalismo, em parte, ainda que minoritária, nas narrativas atuais, demonstra que a força dessa manifestação literária persiste na medida em que se mantém a influência e o vigor da expressão marginalizada que vai contra a corrente da cultura urbana dominante. Tem-se assim uma representação, ainda que simbólica, das dimensões socioculturais de um espaço, no caso, o sertão, que mantém peculiaridades nos níveis geográficos e econômicos que os colocam em posição de marginalidade em relação aos lugares centrais do poder econômico, portanto, lugares hegemônicos. Desta maneira, a representação do espaço desigual que se apresenta nas narrativas produzidas neste nosso tempo reflete as fraturas de um modelo de desenvolvimento que não funcionou de maneira uniforme, deixando exposta a desarmonia espaço-temporal que ressoa na articulação fragmentada entre o moderno e os resquícios do arcaico.

A respeito da produção literária contemporânea, Santini (2011) considera que, como forma tributária do subdesenvolvimento econômico, as obras de cunho regionalista sustentam-se na incorporação estética de regiões em que a globalização não se realizou de modo homogêneo. Assim, elementos da cultura popular e do cotidiano dos habitantes destes espaços, onde a modernidade não se cumpriu, são incorporados pelas narrativas deixando à mostra as falhas e contradições de um projeto globalizante incompleto que se apresenta na literatura atual, segundo Santini (2011), como rasuras das culturas de massa e erudita.

Agora o tempo é outro

No romance contemporâneo *Outros Cantos* (REZENDE, 2016), mesmo com os muitos anos que distanciam os fatos que direcionam a personagem Maria ao sertão pela primeira vez, há uma aproximação com o motivo que a leva de volta à região, pois trata-se de atuações e encontros que, ainda hoje, buscam promover a mudança a partir da reflexão e da conscientização, como, outrora, a personagem se propusera a fazer. Assim, percebe-se que o trabalho ligado à educação é uma constante nos dois tempos que decorrem de modo paralelo no romance. Do povoado de Olho d'Água Maria guardou lembranças que se reavivaram em sua memória e que vão sendo contadas ao leitor como uma história de chegada a um lugar de tantas partidas:

Há mais de quarenta anos carrego esse canto em algum socavão da alma que agora se ilumina. Os faróis deste carro velho são tão fracos que não mostram nada do caminho, nada me distrai das imagens que voltam da minha primeira tarde naquele *outro sertão*[...] Eu fazia trinta anos no dia

em que me meti pela primeira vez nessa aridez. [...] Vejo-me outra vez jovem ainda, sentada sobre o tronco de um coqueiro decepado e deitado em frente à casa que me cabia, naquele povoado cujo nome explicava a razão de sua existência, tão longe de tudo: Olho d'Água, como tantos outros mínimos *oásis* espalhados pela vastidão das terras secas. (REZENDE, 2016, p. 10 – grifos nossos)

Como uma alusão à lágrima, ou aos raros fiapos de água que jorravam de algum buraco milagroso no meio da terra seca, tem-se o nome do povoado – Olho d'Água –, lugar de sofrimento, mas também lugar de vida e de salvação, se não do corpo, ao menos da alma, um *oásis* em meio à escassez daquele outro e velho sertão. Rezende (2016) se utiliza de uma escrita com traços memorialísticos, que remete a tempos difíceis vividos no país, elaborada a partir de uma perspectiva contemporânea, atenta aos movimentos da história e seus desdobramentos nos modos de viver e nas formas de representar.

Por meio do elo que conecta o presente ao passado, o que se observa é uma atitude, por parte da escritora, de introjetar em seu texto prenúncios de que os modos de representação na literatura mudaram. Ao revisitar a história através dos espaços e dos personagens sertanejos, atentando para os traços que os definem como elementos constitutivos da narrativa e como categorias de análise, Rezende (2016) atualiza e possibilita a permanência do sertão e dos seus significados na literatura brasileira contemporânea.

No romance *Outros Cantos*, a protagonista Maria segue sua viagem observando o caminho, e já próxima ao antigo povoado de Olho d'Água se põe a pensar em como estariam aquele lugar e as pessoas com quem ela conviveu e aprendeu tantas coisas. Ela se questiona sobre a permanência destas pessoas no povoado, se teriam suas vidas melhorado, se, quem sabe, hoje, viveriam com mais dignidade e liberdade. Maria fica pensando também nas crianças daquele tempo, que já tendo se tornado adultas hoje, talvez, não estivessem mais vivendo por lá:

A estrada por onde vou hoje passará a menos de uma légua daquele lugar que talvez ainda se chame Olho d'Água e abrigue um povo mais livre, junto a cada casa uma cisterna, como as que vi espalhadas ao longo deste trajeto antes de escurecer, novinhas, brancas, na forma de um peito materno, recebendo a água das biqueiras do telhado, no inverno, dando de beber aos filhos, no verão. Talvez. Mas esta mesma estrada pode ter sido a rota de fuga para todos eles e, quem sabe, já não estão lá os homens que, ainda meninos, me saudavam risonhos e me chamavam Maria. (REZENDE, 2016, p. 15)

Nas paradas feitas pelo ônibus, Maria se punha a observar as pessoas que embarcavam e confirmava suas impressões, fazendo referências aos problemas que as acometiam no passado e que não demonstram mais suas marcas nos corpos sertanejos,

como as verminoses, as queimaduras na pele, causadas pelo trabalho expostos ao sol, e arranhões provocados pela vegetação espinhosa ou pelo trabalho nos canaviais:

Sua cara não engana, são sertanejos como eram aqueles, mas já não tem a barriga inchada, a pele encardida e arranhada como os de quarenta anos atrás. Minha razão me diz que estes de agora vivem melhor e devo alegrar-me por isso. (REZENDE, 2016, p. 17)

Do ponto de vista geográfico, regiões interioranas como o sertão, com suas características físicas marcadas, principalmente, pela adversidade climática, aparecem acopladas a um quadro político determinante das condições econômicas e definidoras da circulação desigual dos bens materiais e simbólicos, tidos como necessários ao desenvolvimento e ao que se compreende como sendo a modernização. Devido à tomada de consciência da complexidade do problema implicado na desigualdade das condições de vida entre regiões centrais e periféricas, e como forma de reação a tal condição, os traços regionalistas se apresentam na prosa contemporânea retomando o passado através de uma lógica que o contrapõe ao presente, em um movimento compensatório em relação ao mercado e suas imposições de comportamento e de consumo. Nesse sentido, a narrativa de *Outros Cantos* (REZENDE, 2016) oferece ao leitor o sertão em duas perspectivas temporais – ora rememorando o velho sertão, ora apresentando as transformações ocorridas com o passar dos anos. Assim, o sertão antigo, onde ainda nem a luz elétrica havia chegado, surge rememorado por Maria:

Naquele antigo canto de mundo, sem fios e lâmpadas elétricas, o escuro da noite apagava quase tudo cá embaixo, mas acendia uma multidão de estrelas como só se veem nos desertos ou em alto-mar. [...] Em cada boca de noite, confortados pela macaxeira e aquele café matuto, mistura de sei lá quais grãos, os candeeiros já apagados por *necessária economia* de combustível, sentávamos, quase todos os adultos, sob a mais ampla das algarobas. *Havia histórias que se contavam e recontavam em prosa e verso* [...] À nossa volta mais ouvíamos do que víamos a criança entretida em correria e *brincadeira*, seu chilrear, às vezes miados, latidos ou mugidos, uma que outro grito, uma que outra *cantiga* nos envolviam numa manta de segurança: estava tudo em paz. (REZENDE, 2016, p. 29 – grifos nossos)

O velho sertão, lugar de muitas privações e, portanto, de uma *necessária economia*, era também o sertão das histórias, das brincadeiras e das cantigas a preencher as ausências e os vazios, que, tomados pela alegria noturna, reanimava os moradores e renovava a esperança em cada amanhecer.

Diante das transformações ocorridas, é possível perceber o processo de hibridismo cultural que hoje se faz presente nesse espaço, na medida em que se tem uma tradição de costumes que se manifesta, em geral, através da fé e das festas populares, mas também nas práticas do cotidiano, que, paralelamente, convivem com elementos novos

introduzidos na vida sertaneja por intermédio da cultura de massa. Nesse sentido, os fragmentos a seguir ilustram o sertão contemporâneo, onde os efeitos da globalização já se mostram incorporados aos costumes do povo sertanejo, pois, do ônibus em que viaja, Maria observa os meninos sertanejos que embarcam com a mãe trajando o estilo urbano marcado por caracteres internacionais:

Numa das paradas deste ônibus vi entrar uma mulher com dois meninos vestidos em suas calças jeans, seus tênis e camisetas com uma besteira qualquer escrita em inglês e figuras de desenhos animados japoneses. (REZENDE, 2016, p. 17)

Mais adiante, no percurso de sua viagem, Maria mais uma vez observa outros jovens que também entram no ônibus, desta vez portando acessórios e objetos modernos, habituais também nas regiões centrais:

Sob as fracas e desfalcadas lâmpadas do teto vejo avançarem três adolescentes, um garoto e duas meninas, os três sob bonés enfiados até a sobancelhas, com pares de fios descendo das orelhas até os bolsos das jaquetas ou das mochilas às suas costas, os três com os mesmos olhos mortíços, os beijos moles pendentes, as cabeças balançando, cada uma em seu ritmo próprio, como se estivessem prestes a ter uma convulsão. Os meninos, mudos, passam por mim e desaparecem lá no fundo escuro do carro. Reconheço logo os sintomas do autismo digital e me entristeço: não, essa síndrome não se restringe mais aos meios urbanos. Invadiu este sertão. (REZENDE, 2016, p. 78-79)

De dentro do ônibus, Maria, com estranheza, ainda observa as “antenas e torres fazendo parecer miniaturas as casas, já não apenas brancas ou cor de terra” (REZENDE, 2016, p. 18) como eram as de outrora. As casas agora eram “amplamente iluminadas, possuíam luz elétrica em abundância” (REZENDE, 2016, p. 21), o progresso havia alcançado também o sertão. Da janela Maria não perdia sequer um detalhe do que lhe era possível avistar, inclusive no interior das casas:

Posso ver quase tudo lá dentro, mais coisas, muito mais coisas do que gente: sofás e poltronas forrados de plástico, imitando o mau gosto exibido pela televisão a despejar sua luz azulada e sons estridentes em alto volume, competindo com o ronco do ônibus velho, a geladeira encimada por um pano de crochê e um *ajuntamento heteroclítico de bibelôs e garrafas com rótulos novos e brilhantes*, a porta forrada de bugingangas imantadas, nas paredes, três ou quatro quadros grandes com paisagens de neve, do *Arco do Triunfo*, de uma *choupana nórdica* à beira de um riacho com roda d'água, daqueles que se vendem de porta em porta em nome de uma beleza melhor e mais rica, estrangeiras, os famigerados racks com aparelho de som, uma porta, cortina de náilon rosa-neón arrepanhado de lado, que revela parte do quarto onde pende acesa uma forte lâmpada, deixando-me ver um ângulo da cama coberta com colcha de babados, almofadas de falso cetim, um bicho de pelúcia e duas enormes bonecas

louras, metade de um armário de aglomerado, novo em folha, revestido de fórmica branca e espelhos, tudo como se vê nos panfletos anunciando as eternas promoções de pacotilha a infestar qualquer cidade. (REZENDE, 2016, p. 22 – grifos nossos)

A casa, observada detalhadamente por Maria, apresenta um conjunto de elementos decorativos que se misturam, compondo um ambiente que se assemelha à estética *Kitsch*,³ caracterizando um novo modo de viver no sertão globalizado. Ao contrário do minimalismo característico das antigas “casas apenas brancas ou cor de terra” (REZENDE, 2016, p. 18), o que se vê no interior das moradias deste sertão novo é o exagero e o acúmulo de objetos e adornos de toda ordem, formando uma única composição.

Por estética *Kitsch* (MOISÉS, 2013) entende-se as produções artísticas surgidas da imitação e da cópia, tidas como possuidoras de uma qualidade inferior e associadas ao mau gosto. De acordo com Adorno (2002) e Benjamin (1987), a estética *Kitsch* surge no contexto da indústria cultural e da cultura de massa trazendo elementos que contrariam a autenticidade das formas artísticas e o valor da obra de arte, por apresentarem o caráter da artificialidade contida na reprodução. Essa relação mantida com a indústria cultural e com a produção de massa faz com que o *Kitsch*, na perspectiva de Humberto Eco (1976), seja compreendido como produto típico da modernidade criado para fins de consumo.

Decorada com quadros que reproduzem imagens internacionais, como o Arco do Triunfo e as choupanas nórdicas a enfeitar as paredes, acrescida do “ajuntamento heteroclítico de bibelôs e garrafas com rótulos novos e brilhantes” (REZENDE, 2016, p. 22), a casa sertaneja observada por Maria sinaliza que as coisas mudaram e o tempo já é outro. Ademais, equipada com TV e aparelho de som, haveria ainda tempo para os serões noturnos em que os adultos se reuniam sob as algarobas, à luz das estrelas, para contar e ouvir histórias? Teriam sido os miados, latidos e mugidos abafados pelo alto volume dos aparelhos eletrônicos? Quanto às redes de dormir, estas parecem também já terem sido substituídas por camas, hoje forradas com colchas de babados e almofadas. E as crianças, que antes se entretinham em correrias, podem agora também brincar com as famosas bonecas louras, como outras crianças de quase o mundo inteiro.

De acordo com Santini (2014), a mudança operada no sertão nas últimas décadas

possui traços suficientes para alterar os contornos do reconhecimento e da identificação. Incorporando elementos de modernização e, no limite, definidores da urbanidade e dos grandes centros, o sertão vê televisão e não tem mais seus vaqueiros. A rodovia substitui a velha estrada e

³ Sobre a estética *Kitsch*, ver: MOLES, Abraham. *O Kitsch: a arte da felicidade*. 3. ed. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva, 1986; BROCH, Hermann. *Espírito e espírito de época: ensaios sobre a cultura da modernidade*. São Paulo: Benvirá, 2014.

transforma em velocidade o caminho percorrido pelos antepassados da família. (SANTINI, 2014, p. 124)

Trata-se de um sertão que integra o contemporâneo dos objetos oferecidos pela cultura de massa às tradições tidas como costumes arcaicos. É nessa junção que se instala a marca do sertão compreendido hoje como espaço contemporâneo, tanto na literatura como na sociedade. Em relação a essa junção de culturas que se observa na configuração do sertão atualmente e sua representação na literatura, Santini (2012) observa que o romance contemporâneo não demonstra indiferença ante o mundo em transformação, mas, ao contrário, expõe em sua estrutura uma relação de permeabilidade com a realidade. Nesse sentido, “a retomada de traços regionalistas na prosa contemporânea surgiria menos do exotismo do que como interação de culturas” (SANTINI, 2009, p. 260), visto que a representação híbrida do espaço regional demonstra uma superação da dualidade centro/margem e também da dualidade temporal passado/presente. Afinal, o misto de culturas que hoje se apresenta nas regiões interioranas já não permite mais a sustentação da tese da existência da dualidade em que a cidade é tida como centro moderno e o regional como margem arcaica para onde os ares da civilização ainda não sopraram.

O que se percebe na narrativa contemporânea, que traz em sua estrutura elementos regionais, é a representação de espaços reais apresentados em tempos fragmentados em que se mesclam memória e tradição, retratando contextos e identidades específicos de uma dada localidade. No tocante à tradição que se apresenta nos textos, Santini (2009) a percebe mais “como fragmento discursivo a que se atribuem significados arraigados ao imaginário do sertão, tomado agora como espaço simbólico e não apenas como cenário de onde derivam substantivos locais” (SANTINI, 2009, p. 261).

De acordo com a percepção apresentada pela autora, tem-se na literatura produzida hoje, no tocante ao regionalismo, uma construção narrativa em que as ações que se desenvolvem ocorrem de maneira a retratar situações, identidades e espaços marcados pelo processo histórico, sobre o qual o tom ou olhar de estranhamento atestam o interesse dos escritores e das escritoras pelo modo como o sertão se apresenta na atualidade. Contemporaneamente, segundo Santini (2009), “existem menos fronteiras do que regiões ambíguas, de trânsito, em que se esfumaça parte desse dualismo que marcou a interpretação do regionalismo como ‘tábula rasa’ de uma oposição litoral/interior e suas projeções binárias” (SANTINI, 2009, p. 259). Trata-se de uma nova manifestação do regionalismo como uma “tendência transfronteiriça”, visto que já se permite imbuir-se dos vestígios do mundo moderno, dos lastros vindos do exterior.

Relações de poder no sertão arcaico

Ainda nos primórdios de sua história, foi na atividade do pastoreio que a população sertaneja encontrou uma possibilidade de sustento, de tal modo que se pode compreender a atividade pecuária como sendo responsável pela constituição do que, posteriormente, viria a se tornar os maiores latifúndios brasileiros. Estes, que tiveram sua origem ainda no período da colônia, a partir da concessão de terra e da criação de gado, que, segundo Darcy Ribeiro (2006), era trazido pelos portugueses das ilhas de Cabo Verde e deveria ser comprado pelos fazendeiros da colônia, “mas as terras, pertencendo nominalmente à Coroa, eram concedidas gratuitamente em sesmarias aos que se fizessem merecedores do favor real” (RIBEIRO, 2006, p. 308). Deu-se início ao regime de propriedade em que o “dono/senhor” passava a ter autoridade sobre os bens e, por vezes, até sobre as vidas, que, em desvantagem, por força das circunstâncias socioeconômicas, eram capturadas pelo poder senhorial que, mesmo mantendo o convívio direto com seus serviçais, cuidava de fazer prevalecer o distanciamento hierárquico, não raro, envolto em atitudes arbitrarias.

Assim, o coronelismo instalou-se como uma prática constante na estrutura social e política das regiões interioranas do Brasil. Além de proprietários das terras e do gado, os coronéis possuíam também o poder de controlar a vida do povo, que, desprovido de qualquer posse, tinha que viver dos recursos concedidos pelos senhores. Estes, por sua vez, estavam sempre muito mais preocupados com seus próprios ganhos do que com a condição miserável a que ficava submetida a vida do trabalhador sertanejo. Como elemento determinante das relações de poder estabelecidas no espaço do sertão, a figura do coronel, o Dono das terras, das águas e da vida do povo sertanejo, se faz presente no romance de Rezende:

Aquele fim de mundo, que eu tinha buscado imaginando-o escondido e ignorado por todos, tinha dono, o Dono, do morro que continha a milagrosa mina d'água perene, dono mesmo, “de papel passado”, disseram, dono da vida e da morte naquele território que eu ousava invadir sem saber o que fazia. (REZENDE, 2016, p. 33).

Com o olhar de distanciamento, próprio de quem vem de fora, Maria foi capaz de enxergar a situação de controle a que o povo de Olho d'Água vivia submetido. Em virtude da relação de dependência direta do dono do poder econômico do vilarejo, aos habitantes só restava a obediência e a servidão, instaurando um sistema de benefícios para poucos, a partir da exploração e do sofrimento de muitos.

Segundo Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2016), o coronelismo institucional teve início com a formação da guarda nacional, criada em 1831 como resultado da deposição de D. Pedro I. O coronel passou a ser assim chamado pelas forças do Exército como uma

forma de tratamento que lhe outorgava autoridade, para que, em troca, com suas posses de latifundiário, se dispusesse a arcar com a milícia civil a fim de que essa viesse a trabalhar em nome da segurança nas ruas, nas estradas e nas propriedades, ameaçadas pelo banditismo que rondava essas regiões e que já havia derrubado as forças militares tradicionais. De acordo com Moreira (2016), os ataques cometidos pelos bandos revoltosos do cangaço eram formas de manifestação contrária ao poder regional nacional, controlador da vida sertaneja e instaurador do medo, da submissão, da obediência e da humilhação, e que, nas palavras da autora, “ainda hoje controla, com os devidos mascaramentos, diferenças e modificação que o contexto atual impõe” (MOREIRA, 2016, p. 158).

Circunscritos nos limites desenhados pelo poder senhorial dos coronéis, estavam inseridos os eleitores dos governantes locais e nacionais, a arraia miúda guiada como bois pelos donos do dinheiro e do poder, estes últimos, capazes de manipular as autoridades (políticas) sempre dispostas a atendê-los em troca de eleitores. Por meio do popularmente chamado *voto de cabresto* tiveram origem os *currais eleitorais*, e, tal como gado, os eleitores eram comandados pelos interesses escusos dos coronéis. A esse respeito, a passagem do romance em que Maria discorre sobre o motivo que a levou a ir parar em Olho d'Água ilustra o condicionamento ao poder local a que era submetido o povo sertanejo:

Da razão oficial, mas nada convincente, pela qual eu tinha vindo parar ali, eles estavam inconformados pelo vereador que distribuía favores e dons naquele distrito, eternamente reeleito com o respaldo do Dono e suposto doador de tudo. (REZENDE, 2016, p. 31)

Posto que a razão oficial de Maria estar ali era o trabalho de alfabetização de adultos, sua função de todo não convencia os moradores. Afinal, a população local, acostumada a viver na condição de subalternos, teleguiada pelo poder dos coronéis, adquiriu um comportamento resignado diante da realidade de miséria e atraso em que vivia, desacreditada de qualquer possibilidade de mudança da realidade a que foi condicionada a aceitar. Tal impressão de conformidade se revela na fala dos moradores de Olho d'Água, que, com a chegada da professora Maria, teriam então a oportunidade de aprender a ler:

“pra ler o quê aqui? Só se for marca de ferro em lombo de boi’. Novena, ou Ofício de Nossa Senhora? ‘carece de ler não, toda velha sabe de cabeça e toda menina aprende que nem aprende a cozinhar e a parir...’”. (REZENDE, 2016, p. 31)

Toda a relação de poder estabelecida no sertão, representada no romance pelo povoado de Olho d'Água, ilustra o condicionamento responsável por gerar uma teia de

dependências que capturava a vida do trabalhador destes lugarejos, pois, ao Dono tudo pertencia, portanto, ao povo, caberia apenas obedecê-lo, a fim de garantir somente o mais elementar para continuar sobrevivendo. Deste modo, a vida só era possível resumida ao mínimo, visto que, de permanente, só se tinham as ameaças e o medo de perder o quase nada disponível, pois:

Só ele (o Dono) tivera meios para trazer a máquina, os blocos e o cimento, mandar cavar aquela cacimba estreita e funda onde não faltava a água salobra essencial para a sua tinturaria, tivera recursos para comprar a nora e as correntes que baixavam e levantavam os alcatruzes, dinheiro e poder para pagar e acobertar os jagunços e as armas que o representavam. E cobrava caro. Cada pote d'água doce, cada lata d'água salgada custava dinheiro. (REZENDE, 2016, p. 33)

No trecho anterior, temos expressos elementos representativos do poder do coronel de Olho d'Água, que se traduz na posse da cisterna onde era possível obter a água, que mesmo escassa e salobra, permitia o trabalho de tingir os fios para produzir as redes a serem comercializadas pelo Dono nos centros urbanos. O único posto de trabalho disponível no local, que era a tinturaria dos fios para produção das redes, pertencia também ao Dono:

Era o Homem, o mesmo dono do caminhão e do fio, sem o qual os preciosos teares nada valiam. Mandava o algodão cru e as anilinas e levava as redes deixando apenas alguns centavos pelo trabalho, quantia ínfima que voltaria quase toda aos seus cofres em troca de potes e latas d'água. Era preciso a labuta de uma família inteira, a vida inteira, era preciso a herança familiar de um tear próprio, só para pagar a ração mínima de líquido durante os longos meses de estio. (REZENDE, 2016, p. 33)

Aproveitando-se das carências da população que dependia das posses dos coronéis praticamente para tudo, já que a eles pertenciam os meios de produção para o trabalho, terra para o plantio e a água para matar a sede, só restava mesmo à população, obedecê-lo. Através das situações apresentadas ao longo do romance *Outros Cantos*, o que se vê é uma população sertaneja acuada, capturada pelas malhas do poder senhorial, desnordeada e aprisionada no latifúndio, e, por isso, impossibilitada de se organizar politicamente para reivindicar direitos e melhorias das condições de trabalho e de vida. De acordo com Darcy Ribeiro (2006), essas populações de nordestinos

nascem, vivem e morrem confinadas em terras alheias, cuidando do gado, de casas, de cercados e de lavouras que têm donos ciosos. O próprio rancho miserável em que vivem com suas famílias, construído por eles próprios com barros e palhas do campo, não lhes pertence. Nada os estimula a melhorá-lo e o proprietário não os autoriza a enriquecê-lo com o plantio de fruteiras ou com a criação de animais de terreiro, para que

não faça jus à indenização no momento em que devam ser despedidos. [...] Por mais anos ou gerações que permaneça numa terra, o sertanejo é sempre um agregado transitório, sujeito a ser desalojado a qualquer hora, sem explicações ou direitos. Por isso sua casa é o rancho em que está apenas arranchado; sua lavoura é uma roça precária, só capaz de assegurar-lhe um mínimo vital para não morrer de fome, e sua atitude é a de reserva e desconfiança, que corresponde a quem vive num mundo alheio, pedindo desculpas por existir. (RIBEIRO, 2006, p. 326)

Como uma marca latente, essa forma de dominação e controle, presente no sertão, estabelece no imaginário social de toda uma coletividade subalternizada que alguns nasceram para mandar e outros para obedecer e aceitar resignadamente os desmandos da autoridade suprema, materializada na figura do coronel. Assim, por questões culturais, “o sertanejo afirma saber seu lugar, mesmo que esse lugar seja a falta de espaço, a invisibilidade no meio social vigente” (SOARES, 2017, p. 68). Trata-se de um poder simbólico que se traduz na autoridade daquele que exerce o poder sobre o sertanejo, de modo que é possível visualizar a maneira como opera um tipo de violência simbólica que perpetua e submete o sujeito a um discurso social dominante. Por essa razão, a personagem Maria, em suas tentativas de conscientizar os habitantes de Olho d'Água para a condição de injustiça em que viviam, narra que esbarrava sempre nos ensinamentos que lhes haviam sido repassados desde sempre: “A vida é assim mesmo, o que Deus fez a gente tem de aceitar, Ele sabe por que a gente nasceu pobre para viver pobre até chegar no céu” (REZENDE, 2016, p. 143). Desta maneira, todas as iniquidades que recaíam sobre a vida do povo sertanejo acabavam sendo naturalizadas e aceitas, fazendo perpetuar o sofrimento de indivíduos e grupos marcados pela desigualdade e exclusão social.

Na tentativa de compreender os mecanismos produtores e propagadores da desigualdade social, chamados de “poder simbólico”, Bourdieu (1989) busca desvelar o modo como as formas de dominação, em geral, se apresentam travestidas de normalidade justa. Em sua teoria sociológica, o autor procura compreender e interpretar o jogo de poder das distinções econômicas e culturais presentes em uma sociedade hierarquizada, em que os indivíduos incorporam práticas materiais e culturais reguladoras, que são reproduzidas pelo corpo social. Esta incorporação acaba produzindo individualidades forjadas nas e pelas relações sociais, fazendo com que a própria individualização seja produzida através da socialização. Para Bourdieu (1989), as relações simbólicas de poder são atos de submissão ou obediência que foram aprendidos e incorporados mediante a utilização de estratégias sutis e invisíveis que estão implicadas na formação do *habitus*. Conforme Bauer (2017) esclarece, o *habitus* deve ser compreendido como:

produto da internalização dos princípios da arbitrariedade cultural. É a expressão daquele senso de disposição que estrutura o agir individual conforme o princípio do “indicativo-imperativo”, aquele princípio do “isso não serve para nós” ou, de modo complementar, “isso não nos pertence. (BAUER, 2017, p. 175)

Em seu contato com a população de Olho d’Água, por meio das conversas do dia a dia, Maria percebe a eficácia do condicionamento exercido sobre os moradores no sentido de torná-los alienados dos interesses e da atuação política, como ela relata no trecho a seguir:

Já se falava em eleição, e tentei fazê-los refletir e questionar as práticas políticas, conforme minha cartilha de educadora revolucionária. Quem é o candidato a prefeito? Já o conhecem? Claro que sim, filho e neto de prefeitos, era o candidato pela segunda vez. “Lembram quem foi que ele nomeou, da primeira vez, para os cargos importantes da prefeitura?” Claro, como eu previa, a mulher, o sogro, a filha, o cunhado, o afilhado... “E vocês acham que isso está certo?” Certíssimo, achavam todos, as cabeças assentindo convictas, pois, “se ele não ajudar nem a família dele, a quem mais é que vai ajudar?”. Eu esmorecia, levava uns dias abanando afanosamente minhas esperanças para reavivar-lhes as brasas e continuar”. (REZENDE, 2016, p. 143)

O fragmento retrata a naturalização do nepotismo, que consiste na prática ilícita de favorecimento de pessoas da mesma família, por intermédio da influência política dos cidadãos. Através dessa prática, muitos políticos oferecem vantagens aos próprios parentes, se beneficiando da função pública para muitas das vezes satisfazer interesses particulares, o que contraria a lógica da vida pública e da política em si. Ao narrar a ocorrência desta prática no povoado de Olho d’Água, o romance promove também a sua denúncia. Em relação às práticas vis dos coronéis, que transformavam até as secas em negócios particulares, Ribeiro estabelece uma comparação com a ordem oligárquica, que monopolizara a terra pela outorga oficial das sesmarias durante a época colonial, demonstrando o modo como se perpetuaram as relações entre o interesse particular e o poder público nestas plagas brasileiras. Segundo o antropólogo,

a simples ameaça de uma estiagem transforma-se numa operação política que, em nome do socorro aos flagelados, carrega vultosas verbas para a abertura de estradas e, sobretudo, a construção de açudes nos criatórios. Nas últimas décadas, enormes somas federais concedidas para o atendimento das populações nordestinas atingidas pelas secas custearam a construção de milhares de açudes, grandes e pequenos, enriquecendo ainda mais os latifundiários, assegurando a seu gado a água salvadora nas quadras de estiagem e amplas estradas para movimentar os rebanhos em busca de pastos frescos. (2006, p. 315)

Assim, utilizando-se dos infortúnios da seca, os políticos encontravam modos de atender à sua clientela, “os negociantes e empreiteiros de obras que passam a viver e a enriquecer da aplicação de fundos públicos de socorro e os grandes criadores pleiteantes de novos açudes, valorizadores de suas terras e que nada lhes custam (RIBEIRO, 2006, p. 315). Todas essas passagens escritas por Darcy Ribeiro em seu grande ensaio sobre o povo brasileiro ecoam das páginas de seu livro como denúncia das condições de domínio despótico que envolviam as relações entre o sertanejo e os donos das terras, do descalabro moral associado às forças políticas poderosas, cujos interesses particulares se opunham aos da população sertaneja em geral. De acordo com o antropólogo, todos os recursos governamentais destinados à assistência dos flagelados acabavam sendo desviados em benefícios para o latifúndio visando garantias para o gado, e “mantendo o sertanejo nas mesmas condições precárias, cada vez mais indefeso em face de uma exploração econômica mais danosa do que as secas” (RIBEIRO, 2006, p. 315).

Passados os séculos, as concessões das terras que, outrora, se realizavam através do sistema das sesmarias, passaram a depender do arbítrio de autoridades políticas regionais ou nacionais, conforme explica o antropólogo:

[...] milhões de hectares de terras virgens foram concedidos, nas últimas décadas a “donos” que nunca as viram, mas um dia se apresentam para desalojar os pioneiros sertanejos como invasores que, tangidos por um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores, as alcançaram, almejando nelas se instalarem permanentemente. (RIBEIRO, 2006, p. 317)

Aproximando-se dos fatos apontados por Ribeiro, a narrativa de *Outros Cantos*, ironicamente, ilustra o caráter fantasmagórico do Dono, que nunca aparece de fato, e, tanto no romance como no ensaio antropológico de Ribeiro, é um ser invisível e inacessível, portanto, uma figura perversamente controversa, pois, ao mesmo tempo que se apresentava como única saída para sobrevivência daquela gente, representava também a ameaça, o perigo e o medo:

[...] e só o Dono os podia salvar. Eram-lhe gratos, deviam sempre, sem jamais o ter visto em carne e osso. Como se fosse deus. Era mais temível e forte porque invisível. Quem quis viver sem ele, quem não se submeteu, quem vendeu o tear em troca de viagem para o vasto mundo, perdeu-se por lá e já não encontraria mais caminho nem lugar se a saudade apertasse. O que poderia eu dizer contra um poder invisível? Se até mesmo seus homens de armas permaneciam encafuados em seus esconderijos, para surgir de repente nas raras ocasiões em que o medo já estabelecido não bastava para manter tudo funcionando segundo os desígnios do Homem. (REZENDE, 2016, p. 34)

A figura do Dono se faz presente no romance como a expressão da tirania e das opressões praticadas pelos líderes locais, em geral, representantes da força econômica, sobre uma população passiva, “tangida como gado numa marcha de desgraçados” (MELO JÚNIOR, 2016).

De acordo com Melo Júnior (2016), *Outros Cantos* é uma reflexão sobre nosso tempo. Um tempo de injustiças e medo que teima em não se renovar, que insiste em cultivar o atraso. Ao que se percebe, *Outros Cantos* remete a este tempo de lutas e de incertezas, e, embora não se trate de um romance histórico nem tenha a pretensão de dar conta do contexto da época, é uma maneira de oferecer aos leitores uma oportunidade para se repensar um momento da história, olhar para lacunas em branco, questionar o passado, se intrigar, se espantar e também se encantar com a vida, os lugares, os tempos, as pessoas. Diante das estas questões abarcadas pela narrativa, faz-se o entrelaçamento histórico, político e cultural que, através do imaginário e da linguagem, adquire a forma literária.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. *Indústria cultural e sociedade*. Tradução de Juba Elisabeth Levy. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BAUER, U. Socialização e reprodução da desigualdade social. In: SOUZA, J.; BITTLNGMAYER, U. (Orgs.). *A sociologia de Pierre Bourdieu e pesquisa em socialização*. Dossiê: Pierre Bourdieu. Belo Horizonte: UFMG, 2017. p. 165-203.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, v. 1 e 2. 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.
- CUNHA, E. da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- DALCASTAGNÈ, R. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- MELO JÚNIOR, M. O irrevogável sonho da revolução. *Rascunho*, n. 199, 2016. Disponível em: <http://rascunho.com.br/o-irrevogavel-sonho-da-revolucao/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

- MELO NETO, J. C. de. *Morte e vida severina e outros poemas para vozes*. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- MOREIRA, J. S. P. *Sob a luz de Lampião: Maria Bonita e o movimento de subjetividade de mulheres sertanejas*. Salvador: Eduneb, 2016.
- QUEIROZ, R. de. *O quinze*. 77. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- RAMOS, G. *Vidas Secas*. 136. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- REZENDE, M. V. *Outros Cantos*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SANTINI, J. A Formação da Literatura Brasileira e o regionalismo. *O eixo e a roda: revista de literatura brasileira*, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3364. Acesso em: 13. jun. 2020.
- SANTINI, J. Entre a memória e a invenção: a tradição na narrativa brasileira contemporânea. *Cerrados, Brasília*. v. 18, n. 27, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/13766>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- SANTINI, J. Realidade e representação no romance regionalista brasileiro: tradição e atualidade. *O eixo e a roda: revista de literatura brasileira*, v. 23, n. 1, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/5908. Acesso em: 18 jul. 2020.
- SANTINI, J. Romance e realidade na ficção brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 39, 2012, p. 95-106. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9791>. Acesso em: 17. jul. 2020.
- SOARES, G. M. *Da relação entre palavra e imagem: uma leitura da união entre a obra Vidas Secas de Graciliano Ramos e as fotografias de Evandro Teixeira*. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários). Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4033>. Acesso em: 4 jul. 2020.

Como citar

SANT'ANA, Renata Cristina. Os (re)significados do sertão em 'Outros Cantos' de Maria Valéria Rezende. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 624-643, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-6>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Políticas públicas de saúde do homem do campo no semiárido nordestino

DOI: 10.36920/esa-v28n3-7

 André Luiz Abrantes Oliveira¹ |  Bertulino José de Souza²

Resumo: O estudo buscou desvelar os fatores impeditivos à realização do exame de toque, analisando e discutindo aspectos como identidade, subjetividade e gênero, na perspectiva de compreender como se dava o mecanismo de interdição ou comprometimento da Política de Atenção Integral à saúde do homem. Objetivou analisar a natureza complexa e conflitiva do exame de toque e suas implicações para os estudos de gênero. A metodologia de natureza qualitativa e com um viés interpretativo foi apoiada na abordagem fenomenológica, cujo percurso versou pela: análise e interpretação teórica de estudos e documentos relacionados ao objeto de estudos; elaboração e aplicação de roteiro de entrevistas (foram gravadas, transcritas e analisadas) com 31 voluntários – todos homens, maiores de 45 anos e moradores da comunidade rural de Alexandria – RN, nos sítios Maniçoba e Cacimba de Cima; interpretação dos resultados e considerações. Os resultados evidenciaram que os homens procuravam os postos de saúde com pouca frequência, justificando a ausência de necessidade. Contrariamente, notaram-se posturas e afirmações de masculinidade/virilidade que sobrepujam qualquer demanda no campo da saúde, sobretudo quando versavam sobre doenças graves, como o câncer de próstata. Percebeu-se que a subjetividade do exame, onde o corpo do homem é tocado, parece ser mais significativa que o cuidado de si. Evidenciou-se nas comunidades rurais estudadas, a necessidade de criação e fortalecimento de quadros profissionais para atuarem no combate ao preconceito e na elaboração de sólido planejamento no campo da saúde do homem.

Palavras-chave: identidade; subjetividade; políticas públicas de saúde; semiárido.

Abstract: (*Public health policies for rural men in the Northeastern semi-arid region*). The study sought to unveil the factors that hinder the touch exam, analyzing and discussing aspects such as identity, subjectivity and gender, with a view to understanding how the Integral Care Policy's interdiction or compromise mechanism occurred. It aimed to analyze the complex and conflicting nature of the touch exam and its implications for gender studies. The methodology of a qualitative nature and with an interpretive bias was supported by the phenomenological approach, whose path was: analysis and theoretical interpretation of studies and documents related to the object of studies; elaboration and

¹ Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: andreabran2010@hotmail.com.

² Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutorado e Pós-doutorado em Antropologia Social e Cultural no Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, Portugal. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (Plandites/UERN). E-mail: bertulinosouza@uern.br.

application of an interview script (recorded, transcribed and analyzed) with 31 volunteers – all men, over 45 years old and residents of the rural community of Alexandria / RN, at the Maniçoba and Cacimba de Cima sites; interpretation of results and considerations. The results showed that men sought health posts infrequently, justifying the absence of need. In contrast, attitudes and affirmations of masculinity / virility were noted that overlapped any demand in the health field, especially when dealing with serious diseases, such as prostate cancer. It was noticed that the subjectivity of the exam, where the man's body is touched, seems to be more significant than the self-care. It was evident in the rural communities studied, the need to create and strengthen professional staff to act in the fight against prejudice and in the elaboration of solid planning in the field of men's health.

Keywords identity; subjectivity; public health policies; semiarid.

Introdução

Nos últimos anos, as pesquisas sobre saúde/doença têm ganhado notoriedade no Brasil, concedendo um olhar especial e uma contribuição significativa ao campo dos Estudos Culturais. Tais investigações tecem, com isso, um importante contraponto aos estudos epidemiológicos cuja tendência está fletida nos fatores determinantes da saúde em populações específicas. Nessa perspectiva, dada à profundidade que recrutam, adquirem também notoriedade nas Ciências Humanas – em particular na antropologia, pois oportunizam estudos que versam, entre outros aspectos, sobre as políticas públicas de saúde, na medida em que permitem conhecer e desvendar os sujeitos e suas realidades sociais.

Esse ímpeto desbravador, muito afeito às reflexões de caráter multitransdisciplinar, como nos ensina Morin (2007) ao defender que diferentes campos do saber, transitam e dialogam entre si, favorecem o florescimento de discussões até então tidas como marginais, mesmo em ambiente acadêmico. Assim sendo, esse é o cenário em que se instala o presente estudo ao indagar em sua essência sobre a saúde do homem do campo. Portanto, ele objetiva discutir como se dão as Políticas Públicas de Saúde do Homem (Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem – PNAISH), sobretudo, tentando compreender como ela ocorre na população rural.

Sabe-se, porém, que esta política intitulada de PNAISH é recente no Brasil. Criada em 2009, com o intuito de reduzir o número de morbidade e mortalidade da população masculina, ela vem sendo alvo de discussões sobre a precariedade da implementação, pelo fato de boa parte dos gestores não ter um claro entendimento sobre esta, bem como pelo fato de que as questões de gênero que lhe são afeitas serem pouco debatidas na própria política. Este trabalho investiga a subjetividade da existência e o impacto do exame de toque no homem do campo. Buscou-se, com a demarcação do aspecto subjetivo, compreender elementos importantes que balizassem a informação, o

diagnóstico e o tratamento para a população masculina, com base neste exame, especialmente quando considerada a necessidade de planejamento de políticas públicas para o segmento masculino, vivendo na zona rural.

A despeito do exposto, objetivado pelo processo saúde/doença, considerou-se fundamental neste estudo discutir, sobre o viés antropológico, sociológico e filosófico, conceitos como subjetividade, identidade e gênero masculino. Teve-se, como pressuposto, a necessidade de uma discussão da essência do fenômeno – o toque retal. Com isso, investigou-se como acontece a política de prevenção e assistência ao câncer de próstata; e, por último, analisou-se a natureza complexa e conflitiva do exame de toque e suas implicações para estudos de gênero.

O ponto de partida neste artigo situa-se no aporte teórico da fenomenologia, lugar no qual encontramos respaldo para analisar os elementos relativos às percepções sobre o exame de toque – sobretudo pelas contribuições teóricas de Merleau-Ponty (2011) e, ainda, no existencialismo de Sartre (2015), mas também no diálogo com outros campos do saber, como os estudos da ontologia do homem nordestino e sua construção identitária. Nesta escrita, evidenciaram-se as percepções e subjetividades do homem do campo quanto à sua saúde, particularmente no que tange ao câncer de próstata, descrevendo e demonstrando a seriedade do que isso implica.

Estudos culturais, identidade e subjetividade

Nos últimos anos vem ocorrendo uma verdadeira avalanche discursiva sobre o conceito de identidade, tanto no campo da linguística, como no da antropologia e das ciências humanas, com especial destaque para os estudos que abordam as questões de gênero. Na literatura, autores como Giddens (1991) e Hall (2006) abordam a identidade como um construto social, fruto de transformações da modernidade tardia, em especial das mudanças que ocorreram com a chamada globalização e seus impactos na compreensão das variações culturais ou mesmo dos papéis sociais de cada indivíduo.

Com isso, o processo de identificação, a princípio, gera um segundo movimento intimamente indissociável do termo identidade e o que constitui a diferença. Quando nos identificamos com algo, há inevitavelmente uma recusa ou separação entre o eu e o outro. Ao nos identificarmos como brasileiros, por exemplo, significa que não somos bolivianos ou argentinos, nossa identificação com a pátria brasileira nos traz outro sentido de vida, outro pertencimento que, por sua vez, produz um processo reverso – a exclusão. Ou seja, aquilo com o qual os outros se identificam e os torna o que são, representando as suas identidades, não me dizem respeito. Operando deste modo, classificamos os sujeitos à maneira como nos afirma Kathryn Woodward: “a

conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas” (WOODWARD, 2009).

Nessa perspectiva da linguística, podemos afirmar que as identidades são fruto de construções discursivas, no qual ambas não podem ser compreendidas fora de sistemas classificatórios, e essas características são de suma importância para compreendermos a identidade cultural, existindo, com isso, uma relação de força marcada pela definição e afirmação do que se é, não apenas por diferenciação linguística, mas cultural, em que definir e distinguir relaciona-se objetivamente com questões de poder.

Discurso, poder e subjetividade são categorias muito recorrentes nos trabalhos de Foucault (1999, 2006, 2007, 2008), por exemplo. Em *A ordem do discurso*, ele afirma que o discurso “não é simplesmente aquilo que o desejo é manifestado, mas, aquilo que é o objeto do desejo” (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Essa concepção quanto à dimensão que o poder envolto no discurso possui é corroborada mais adiante, quando afirma:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante dos seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade atenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 2006, p. 49)

Para Foucault (2006), o discurso é uma construção da verdade do mundo, bem como a sua realidade, desse modo, e não pode ser analisado fora das relações de poder. Verdade e poder são produções discursivas de uma comunidade ou sociedade específica que estabelecem suas formas.

É interessante observar que as práticas discursivas propagam tudo que é produzido pelo discurso. Nessa perspectiva, cada sociedade controla e produz sentidos sobre si, organizando e selecionando o que está fora e, ao mesmo tempo, o que está dentro. E é nesse aspecto que é possível afirmar que em cada sociedade há um conjunto de procedimentos que são externos ao discurso – a interdição, a separação e a vontade de verdade. A interdição, por exemplo, está relacionada ao “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 2006, p. 9). Ou seja, as palavras são plenas de poder e determinam as condições da comunicação, não se pode dizer tudo em qualquer circunstância ou sobre qualquer coisa. Falar sobre sexualidade do homem em determinados contextos, bem como falar sobre câncer prostático e seus mecanismos de detecção como o exame de toque, por exemplo, rompe os limites do corpo, cuja propriedade é, teoricamente, do sujeito. Pois “o corpo humano é o autor principal de todas as utopias” (FOUCAULT, 2013, p. 12).

A produção dos modos de subjetivação e das identidades está intimamente relacionada com as práticas discursivas que os constituem. A partir de uma análise foucaultiana, a constituição do sujeito moderno é descrita pelos processos de objetivação e subjetivação. O primeiro relaciona-se com os discursos produzidos e com as relações de poder. “Trata-se aqui do sujeito preso a uma verdade produzida pelo poder e as práticas que o transformam em objeto” (SILVA, 2008, p. 30). A subjetivação está relacionada à construção de uma identidade que é própria do sujeito, ao afirmar-se: “Sou homem! Nem a pau eu permito que me toque!”. Há nesse caso uma relação do sujeito com o poder. A objetivação relaciona-se com uma identidade estabelecida e consolidada, já a subjetivação, aos processos de resistência. É nesse jogo que as identidades são edificadas.

Assim, são diversos os modos pelos quais os sujeitos concebem a identidade ou como ela é conceitualizada na modernidade tardia; paradoxalmente, são um movimento de descoberta, como nos orienta Zygmunt Bauman ao alertar que sempre emergem quando há uma crise, pois a identidade

não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastantes negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age... são cruciais... (2005, p. 17)

Esta afirmação pode ser corroborada pelos estudos culturais de Hall (2006), quando este distingue três concepções da identidade: a do iluminismo, a do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. Esta última identidade, mais em sintonia com a atualidade e posição que nos situamos, pressupõe um conjunto de atributos impossíveis de serem plenamente afirmados, pois sua característica central é a mobilidade – algo escorregadio, o que difere de outros modos de interpretação ligados a vínculos culturais como a nação e os estados nacionais, bem como os elos de identificação cultural do sujeito com esta nação e os atributos culturais impostos por ela para reforçar laços.

Tais laços representam a cultura do sujeito e, muitas vezes, são um produto traduzido. O termo tradução aqui se refere ao hibridismo ou à ação que a força cultural detém para manipular ou impor sua vontade – de forma imperceptível até, quando, por exemplo, se manifesta na incorporação de valores ao nos deslocarmos para outra região dentro do mesmo país, quer seja para residir ou trabalhar por determinado tempo e absorvemos os pertencimentos da cultura local, uma expressão potente da força simbólica exercida pelo contato e experiência com o outro.

Importa afirmar, portanto, que o termo “hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da tradução” (HALL, 2003 p. 71). Todas as categorias como identidade, sexualidade, pós-

colonialismo e os estudos de gênero, por exemplo, são partes de um processo de interação política, social e cultural, em que os vários sistemas teóricos se unem para conceder uma resposta significativa às problemáticas atuais, sobretudo para a compreensão da sociedade através de estudos das políticas públicas, especialmente com o enfoque na subjetividade.

Tendo em conta a transitoriedade da identidade, sobretudo quando anotados os valores culturais em que ela se inscreve, cremos ser importante destacar a perspectiva da subjetividade como o epicentro de um conflito, na medida em que ela implica um processo duplo, como nos orientam Megale e Teixeira (1998 *apud* ROLNIK, 1997), ou seja, ela representa “o enrijecimento de identidades locais e a ameaça de pulverização total de toda e qualquer identidade”. E é neste processo, conturbado, ebulitivo e de certa forma marginal, que se instala a preocupação com a saúde do homem.

Políticas públicas e estudos voltados para a saúde do homem

Falar de estrutura de relações de gênero significa enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres. Significa enfatizar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos “papéis de sexo” ou a biologia reprodutiva sugeririam. (CONNELL, 1995, p. 189)

Cremos que Connell (1995) já prenuncia um dos elementos mais estimulantes do presente estudo – a interface gênero/saúde. Não por acaso, destacamos a necessidade de ponderar acerca de conceitos como identidade e seu componente subjetivo. Salientar essas questões nos foi relevante para que pudéssemos situá-las no conjunto de informações que discutem a existência e a atenção à saúde do homem, prioritariamente abordadas pelas Políticas Públicas de Saúde. Diante disso, resta-nos conhecer e debater o que tais Políticas expressam e qual sua dimensão.

As políticas públicas se configuram como o campo das ciências humanas que estuda as ações governamentais em contextos específicos, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal. Apesar do termo “público” – emanado de uma ação do governo –, se constitui de outras nomenclaturas como o termo “público-privado”, ou até mesmo cunhado como “políticas”, desde que essa se refira a determinada ação dirigida por uma sociedade governamental. A princípio, não há uma definição específica para identificar o termo em questão, pois este já foi pensado e analisado no seio de contextos objetivos e em âmbitos diversos. Tendo surgido nos Estados Unidos e na Europa, apresenta análises pontuais para cada origem, como aponta Celina Souza.

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo –, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (2006, p. 22)

Entende-se com isso que as ações são todas analisadas e efetivadas pela tutela do Estado, porém, em contextos e especificações diversas, cada país ou governo formula suas ações de acordo com os seus problemas e suas particularidades.

No cenário contemporâneo, essa área do conhecimento tem ganhado força na academia e em vários campos do saber: na Economia; na Ciência Política; na Sociologia; nos estudos urbanos; na Saúde; enfim, em todos os campos nas quais as ações práticas das instituições conseguem alcançar. Para Souza (2006), essa visibilidade se dá por três fatores preponderantes: um deles está interligado com os países que estão em desenvolvimento; o segundo, relacionado à substituição das restrições de gastos pelas políticas implementadas após a Primeira Guerra Mundial, que foram elaboradas e levadas a termo pelo keynesianismo; e outro fator, se relaciona ao surgimento de novas nações, especialmente as da América Latina, que, em virtude de as suas democracias serem recentes, não conseguiram de fato “impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte da população” (SOUZA, 2006, p. 66).

Sob essa ótica, se faz necessário entender sobre a competência de quem deve implementar tais políticas. Muito se discute sobre a interferência e a influência de atores externos como as grandes corporações, que se beneficiam dessas ações, porém sabe-se que elas têm uma influência significativa nessa conjuntura. Existe uma

interação entre o público e o privado, ajuste mútuo de coordenação horizontal e arranjos institucionais muitas vezes informais, que são suas características fundamentais. Em poucas palavras, redes de políticas públicas levam à descentralização dos processos de políticas públicas. (SCHNEIDER, 2016, p. 51)

Sobre isso, consideramos também a definição de política pública mais conhecida e aquela que busca responder “quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 68). De maneira sintética, Souza concede uma definição sobre o que são as políticas públicas, vejamos:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos

traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (2006, p. 26)

Diante disso, na conjuntura da política pública contemporânea, a capacidade do Estado de formular as políticas está inscrita no pensamento liberal. Não que ela tenha perdido a sua força nem tenha deixado de ser a principal agente, mas que “a globalização apresenta uma dimensão de economia política que teve influência imperativa na formação de políticas” (PIERRE, 2016, p. 41). Portanto, a capacidade do Estado de formular tais ações está diminuindo. Uma das justificativas, segundo o autor, se concentra no fato de que, em boa parte dos países do Ocidente, os políticos vislumbram no modelo liberal uma das exigências ao funcionamento do capitalismo.

Nesse caso, devemos entender que a política pública de cunho neoliberal

ênfatisa o mercado; nela, o governo deve intervir na sociedade apenas para remover obstáculos ao crescimento. Então, parte da crença de que a maioria desses obstáculos reside no setor público ou em estruturas regulatórias implementadas pelo governo. (PIERRE, 2016, p. 43)

Assim, Pierre defende mais adiante que, para que haja uma melhor formulação das políticas de governo, deve haver um acordo entre agências especializadas na elaboração de políticas públicas, no seguinte formato:

Uma estratégia final para recriar a capacidade de formulação de políticas do governo seria talvez a mais óbvia: recrutar expertise para departamentos governamentais e melhorar os canais para que os departamentos explorassem o conhecimento especializado detido por agências, e talvez também, por regiões e cidades. Por certo, isso expandiria o governo por expandir o setor público, mas de fazer justiça, deve-se dizer que mesmo um recrutamento bastante limitado de expertise teria um efeito importante sobre a capacidade de formulação de políticas, ao passo que seus custos seriam desprezíveis. Nessas estratégias alternativas para se aumentar a capacidade de formulação de políticas de governo na contemporaneidade, o reforço da liderança em sentido amplo parece ser o requisito fundamental para se melhorar a qualidade das políticas e dos resultados. (2016, p. 45)

Nesse seguimento, as configurações das políticas públicas seriam desierarquizadas, com um intuito de melhorar as suas estratégias e ações. Nessa perspectiva, as ações seriam compartilhadas por ambas com um objetivo específico comum. As complexidades das políticas públicas não se encontram apenas no seio dos estudos de sua teoria específica – pois estas como subárea das Ciências Políticas tem cada vez mais tido enfoque da Antropologia, da Sociologia e de outros campos teóricos, principalmente com o movimento institucionalista e o neoinstitucionalismo –, como aponta Souza (2006).

Ainda no campo da política pública, é comum que sejam empregados termos como implementação, fases, momento de execução de uma proposta. Também, dentro de

uma análise sobre a temática, a literatura recorrente trata-a como estágios ou fases. Desse modo, há vários modelos e análises, como: o tipo da política pública; o processo de incrementação; o ciclo das políticas públicas; o modelo *Garbage Can*; o modelo de coalisão e defesa; as arenas sociais do equilíbrio interrompido e do gerencialismo público. Das várias teorias explicativas, cada uma delas tem um enfoque específico. Isto posto, vejamos como ocorre a síntese abaixo para tais modelos:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 80)

Síntese perfeita de uma política pública. Nota-se que ela passa sempre por uma ação intencional, em que se pensa sobre os sujeitos ou grupos que serão beneficiados, a partir da qual se define uma agenda. Há o processo de avaliação das propostas que serão efetivadas, depois a implementação definitiva dessas políticas e, por último, o processo de avaliação das ações que foram tomadas. Com isso, cumpre-nos ponderar sobre o papel das políticas públicas no combate ao câncer de próstata.

Políticas públicas: o câncer prostático em questão

Na atualidade, as pesquisas sobre as políticas públicas de atenção à saúde do homem vêm sendo abordadas com grande frequência na literatura sobre saúde e sociedade. Há inúmeros estudos epidemiológicos na área de autores como Gomes (2003), Longhi (2008) e Scott (2011), por exemplo, que, sob os mais diferenciados enfoques como violência, perspectiva relacional de gênero, entre outros, tentam dar conta da temática e seus problemas.

Contudo, Couto e Dantas (2016), em análise sobre a produção bibliográfica a respeito da temática gênero, masculinidade e saúde, apontam que as investigações relativas à saúde da população masculina ainda são incipientes no Brasil, e um dos seus questionamentos prende-se ao fato de haver apenas três estudos sobre avaliação de políticas e planejamento em saúde – um dado preocupante, pois:

A pouca presença de estudos relativos à saúde do homem leva-nos a questionar a presença e a consolidação desse novo campo de produção do conhecimento em saúde: essa abordagem ainda caminha em processo de

avanço ou se trata de demanda não reconhecida. (COUTO; DANTAS, 2016, p. 864)

Esse dado nos revela a importância de se ter políticas afirmativas, em que o princípio da integralidade deva estar presente nas discussões e práticas na área da saúde, bem como dentro de uma perspectiva relacional de gênero. É interessante observar que a PNAISH foi pensada no sentido de promover ações em saúde em contextos sociais e culturais, sendo de cunho significativo para que possamos compreender as diferentes realidades.

Tendo isso em conta, no ano de 2004, um projeto intitulado Homens nos Serviços Públicos de Saúde: rompendo barreiras culturais, institucionais e individuais, realizado em três capitais brasileiras – Recife, Florianópolis e São Paulo –, teve o objetivo de promover a interação de homens nos sistemas de saúde destas cidades. Esse projeto, concluído dois anos depois, em 2006, teve como resultado

que o sistema de saúde progressivamente vem pensando os homens como uma população com necessidades específicas, reconhece que a masculinidade é uma “construção social”, porém ainda não adota o referencial de gênero em suas análises ou propostas. (MEDRADO; LYRA; AZEVEDO, 2011, p. 46)

Resta afirmar que estes pesquisadores entendem que esta categoria não pode ser esquecida em estudos que discorrem sobre masculinidades e seus problemas. Os estudos sobre as políticas públicas da saúde do homem vão além de uma análise da compreensão sobre os diversos significados a respeito da masculinidade, como apontam Medrado, Lyra e Azevedo (2011). Estes autores defendem que sejam discutidas questões relativas aos estereótipos que se institucionalizam sobre o homem e sua saúde, sendo necessário “repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos”.

Com isso, no que tange às estatísticas relativas a mortes de homens e mulheres, as pesquisas apontam que os homens são, lamentavelmente, os campeões de óbitos, seja por doenças relativas a fatores externos como agressões e acidentes, por exemplo, ou por doenças cardíacas, do aparelho digestivo e respiratório, como afirmam Medrado, Lyra e Azevedo (2011). Esses dados não devem considerar uma análise reducionista, no sentido de que homens morrem mais que as mulheres em tais contextos, mas deve-se compreendê-los, como aponta Barata, dentro de uma relação de gênero, permeada pela:

Divisão sexual do trabalho, da construção social e cultural do masculino e do feminino em nossa sociedade, bem como dos distintos modos de vida determinados pela inserção social dos indivíduos, mas modulados pela posição e pelas relações de gênero. (2009, p. 80)

Desta forma, a compreensão dessa terminologia apontada por Barata (2009), sobretudo quanto à construção social e cultural do gênero, é essencial para que se

entenda as relações que a população masculina tem com os serviços de saúde, não apenas quanto ao acesso a esses estabelecimentos, mas pelos infundáveis exemplos de agravos à saúde provocados pela baixa procura – não só para tratar de enfermidades, mas, principalmente, para buscar a prevenção.

Gomes (2008b) também é tributário dessa perspectiva relacional do gênero com a saúde do homem, mostrando que em hipótese alguma o perfil epidemiológico da morbimortalidade masculina deve ser circunscrito por dados quantitativos, mas devendo também enfatizar os aspectos culturais que podem comprometer a saúde de segmentos populacionais masculinos. Porém os dados quantitativos são relevantes e ainda são o instrumento de maior poder para se pensar a construção de uma política pública, pois “o uso da quantificação (argumentos numéricos) em debates científicos e/ou no desenho e implementação de políticas públicas destaca, frequentemente, a precisão e objetividade dos números em detrimento do ‘achismo’ e imprecisão dos argumentos verbais” (MEDRADO; LYRA; AZEVEDO, 2011, p. 57).

Diante do exposto, indaga-se, como é possível compreender a formulação de uma política pública para a saúde do homem? Preliminarmente, há inúmeras teorias explicativas que abordam o processo de uma ação como esta – a ideia de ciclo, o modelo *Garbage Can*, as arenas sociais ou o modelo *Multiple Streams*, elaborado por Kingdon, que tornou-se uma grande referência, pois foi “inicialmente formulado para analisar as políticas públicas nas áreas de saúde e transportes do governo federal norte-americano” (CAPELLA, 2007, p. 88).

Assim, para analisar esse processo de construção de uma política pública para a saúde do homem, buscou-se um modelo de análise que considerasse os elementos essenciais desta elaboração política e, neste sentido, Ana Cláudia Capella nos traz contribuições relevantes, veja-se:

Por que alguns problemas se tornam importantes para um governo? Como uma ideia se insere no conjunto de preocupações dos formuladores de políticas, transformando-se em uma política pública? Kingdon considera as políticas públicas como um conjunto formado por quatro processos: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas, com base nas quais as escolhas serão realizadas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e, finalmente, a implementação da decisão. Em seu modelo de *multiple streams*, o autor preocupa-se especificamente com os dois primeiros processos, chamados estágios pré-decisórios: a formação da agenda (*agenda-setting*) e as alternativas para a formulação das políticas (*policy formulation*). (CAPELLA, 2007, p. 87)

Nesse contexto de análise, pode-se depreender que o primeiro ponto a ser considerado é que a saúde masculina é um fator de preocupação à formulação de políticas públicas, tendo em conta a morbidade desses indivíduos no que tange ao câncer de próstata. Por

exemplo, dados estatísticos estimaram, segundo o Inca (2020), 65.840 novos casos de câncer de próstata no Brasil (Tabela 1). Esses dados são as estimativas mais recentes sobre o estudo em questão. Pode-se assim compreender que são números significativos, correspondentes a um risco estimado de novos casos a cada 100 mil homens. A tabela a seguir sintetiza o quadro de incidência de câncer de homens e mulheres no Brasil.

Tabela 1 – Estimativas para o ano de 2020 das taxas brutas e ajustadas de incidência por 100 mil habitantes e do número de novos casos de câncer, segundo o sexo masculino e localização primária *

Localização Primária Neoplasia Maligna	Estimativa dos Novos Casos					
	Homens					
	Estados			Capitais		
	Casos	Taxa bruta	Taxa Ajustada	Casos	Taxa bruta	Taxa Ajustada
Próstata	65.840	62,95	50,78	13.640	60,53	57,33
Traqueia, brônquio e pulmão	17.760	16,99	16,19	3.180	14,17	16,11
Cólon e reto	20.520	19,63	18,80	5.320	23,59	21,26
Estômago	13.360	12,81	11,37	2.430	10,85	11,23
Cavidade oral	11.180	10,69	9,25	2.040	9,03	9,19
Laringe	6.470	6,20	5,75	1.150	5,00	4,97
Bexiga	7.590	7,23	4,61	1.800	7,87	7,12
Esôfago	8.690	8,32	6,48	1.160	5,00	6,27
Linfoma de Hodgkin	1.590	1,52	1,33	450	1,71	1,93
Linfoma não Hodgkin	6.580	6,31	5,67	1.430	6,41	7,27
Glândula tireoide	1.830	1,72	1,52	1.090	4,52	1,81
Sistema nervoso central	5.870	5,61	5,22	1.150	5,07	6,27
Leucemias	5.920	5,67	5,55	1.210	5,43	5,93
Pele melanoma	4.200	4,03	2,01	790	3,36	3,40
Outras localizações	48.060	45,97	41,48	9.320	41,34	48,09
Todas as neoplasias, exceto pele não melanoma	225.460	215,65	215,86	46.160	204,92	238,47
Pele não melanoma	83.770	80,12	-	20.010	88,84	-
Todas as neoplasias malignas	309.230	295,78	-	66.170	293,75	-
Todas as neoplasias malignas, corrigidas para sub-registro	387.980	371,11	-	-	-	-

* Números arredondados para múltiplos de 10.

Fonte: Inca, 2020.

Os dados estatísticos são relevantes para que se entenda como são preocupantes os

índices de câncer masculino, sobretudo o câncer prostático, por apresentar um índice elevadíssimo, conforme comprova a Tabela 1. O contexto do aumento de número de casos é significativo para que se compreenda que, em que pese uma melhoria nos serviços de atendimento e na qualidade das informações sobre a ocorrência, o câncer de próstata ainda acomete parte expressiva da população masculina.

Há que se destacar que as ações em saúde desenvolvidas pelas Secretarias de Saúde dos municípios, sobretudo pelo trabalho dos agentes comunitários de saúde, são importantes na promoção e informação para esse tipo de neoplasia (câncer), porém o exame para a detecção precoce encontra forte resistência pelos homens, em virtude, especialmente, das questões culturais que envolvem o universo masculino. Por ser considerado um tipo de câncer com bom prognóstico, se tratado em sua fase inicial, os casos de morbidade, que são muito acentuados no Brasil, podem ser alterados. Em 2013, por exemplo, ocorreram quase 14 mil mortes por câncer de próstata, segundo o Inca (2015). É um número muito elevado, mas não há um programa de rastreamento do câncer de próstata, por se acreditar que o caminho a uma diminuição do índice esteja na promoção em saúde, como afirma o Ministério da Saúde do Brasil e de outros países como o Reino Unido e Canadá. Veja-se:

Não recomenda a organização de programas de rastreamento de câncer de próstata. Tal prática não está indicada, pois ainda existe considerável incerteza sobre a existência de benefícios associados. Portanto, ações de controle da doença devem focar em outras estratégias, como a prevenção primária e o diagnóstico precoce. (INCA, 2015, p. 32)

Mesmo com ações preventivas, como já foi apontado, ainda se observa um incipiente reconhecimento dos homens como sujeitos das ações de saúde e invisibilidade desse público nos serviços de atenção. Em se tratando da incidência dos casos por faixas etárias, ocorre mais em homens entre os 65 a 69 anos. Esse tipo de neoplasia não apresenta incidência significativa em homens com idade inferior a 30 anos.

Sobre isso, ainda que a incidência deste tipo de câncer ocorra a partir dos 30 anos, se faz necessário que haja mais ações em saúde, alertando a população masculina sobre os benefícios de uma detecção precoce.

No que se refere às estimativas de novos casos por estado no Brasil, relativos aos principais tipos de câncer que acometem a população, há na Região Norte, no Amazonas, um número maior de câncer de colo de útero que supera o de próstata. Nos outros estados da mesma região, há mais casos de câncer de próstata. Nas Regiões Nordeste, Centro-oeste e Sul, o número de casos de próstata previstos supera os demais. Na Região Sudeste, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo estão em primeiro lugar, mas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo o câncer de mama supera o de próstata,

que fica em segundo lugar em projeções numéricas. No Rio Grande do Norte, que ocupa a décima segunda posição, as estimativas são de 1.570 novos casos de câncer para 2020, como mostra a tabela a seguir (Tabela 2).

Tabela 2 – Estimativas para o ano 2020 de número de novos casos de câncer por estado*

Estados	Próstata	Mama Feminina	Colón e Reto	Traqueia, Brônquio e Pulmão	Estômago	Colo do Útero
Acre	120	100	50	100	90	90
Amapá	100	70	20	50	80	90
Amazonas	480	450	210	320	380	580
Pará	930	780	470	560	860	780
Rondônia	310	220	130	180	120	130
Roraima	70	60	30	30	30	50
Tocantins	760	290	170	220	100	220
Alagoas	890	620	230	250	160	300
Bahia	6.130	3.460	1.480	1.170	1.150	1.090
Ceará	3.330	2.510	1.090	1.290	1.270	1.010
Maranhão	1.850	840	450	470	440	890
Paraíba	1.740	1.120	440	490	430	290
Pernambuco	2.630	2.390	960	1.120	830	730
Piauí	1.370	590	330	320	180	390
Rio Grande do Norte	1.570	1.130	470	420	450	310
Sergipe	1.060	530	310	230	180	240
Distrito Federal	840	730	490	420	240	260
Goiás	2.240	1.620	1.160	940	550	590
Mato Grosso	1.030	560	330	320	220	200
Mato Grosso do Sul	1.240	850	540	460	310	270
Espírito Santo	1.380	790	520	530	390	240
Minas Gerais	6.420	8.250	4.000	2.990	2.460	1.270
Rio de Janeiro	6.440	9.150	5.070	2.930	1.660	1.640
São Paulo	13.650	18.280	14.670	6.890	4.880	2.250
Paraná	3.560	3.470	2.480	1.990	1.390	990
Rio Grande do Sul	3.980	4.050	2.540	3.740	1.090	720
Santa Catarina	1.720	3.370	2.350	1.770	1.290	970
Brasil	65.840	66.280	40.990	30.200	21.230	16.590

* Números arredondados para múltiplos de 10.

Fonte: Inca, 2020.

A Tabela 3 nos traz dados de taxas brutas de incidência por 100 mil homens, estimadas para o ano de 2020, segundo a Unidade da Federação (neoplasia maligna da próstata).

Tabela 3 – Representação espacial das taxas brutas de incidência por 100 mil homens, estimadas para o ano de 2020, segundo Unidade da Federação (neoplasia maligna da próstata)

Taxas brutas de incidência por 100 mil homens (neoplasia maligna da próstata)	
Unidade da federação	Estimativa de casos
Acre	27,03
Amapá	23,82
Amazonas	22,23
Pará	21,23
Rondônia	32,40
Roraima	24,85
Tocantins	94,71
Alagoas	53,86
Bahia	80,40
Ceará	74,18
Maranhão	52,57
Paraíba	87,62
Pernambuco	56,38
Piauí	87,08
Rio Grande do Norte	88,46
Sergipe	92,36
Distrito Federal	55,40
Goias	63,92
Mato Grosso	58,19
Mato Grosso do Sul	88,37
Espírito Santo	66,78
Minas Gerais	60,26
Rio de Janeiro	78,42
São Paulo	60,17
Paraná	62,62
Rio Grande do Sul	71,07
Santa Catarina	47,08

Fonte: Inca (2020).

É importante destacar que, de acordo com os dados, mostrados na Tabela 3, de todas as regiões do Brasil, o Nordeste tem um dos maiores índices de taxas estimadas, e o Rio Grande do Norte se encontra na segunda posição no Nordeste e na terceira colocação no país, perdendo apenas para o estado do Tocantins, com o dado estimado de 94,71 casos a cada 100 mil homens.

São dados preocupantes que justificam e reforçam a necessidade de atuação da PNAISH em todos os entes da Federação, com maior intensidade nos estados nordestinos, onde estão os números mais elevados de casos.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)

No plano internacional, duas conferências internacionais foram o ponto de partida para se discutir as políticas públicas voltadas para a saúde do homem, as quais ocorreram no Cairo (Egito), em 1994, enfocando o desenvolvimento populacional, e em Pequim (China), em 1995, destacando estudos sobre a mulher, como afirma Leal, Figueiredo e Silva (2012). Em ambos os encontros, se discutiu a defesa da promoção da igualdade de gênero, reconhecendo-se as relações desiguais entre homens e mulheres. Esses encontros constituíram o prenúncio da necessidade de atenção e fomento para redução das desigualdades de gênero.

Localmente, no que tange à construção da PNAISH, ela se inicia com o interesse do então ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em março de 2007, de se criar programas voltados especialmente para o público masculino. Na XIII Conferência Nacional de Saúde, segundo Martins e Malamut (2013), foi aprovada pelos delegados a criação da referida política. Na sua construção, “percebe-se que ela surge a partir de uma decisão política e não de uma demanda reconhecida e compartilhada por toda a população, sobretudo, a masculina” (MARTINS; MALAMUT, 2013, p. 433).

Dessa maneira, reconhece-se ainda que, como em toda política, existem interesses externos à sua implantação. No caso da PNAISH, houve uma grande motivação por parte da Sociedade Brasileira de Urologia na criação de uma política de saúde para os homens, indo ao encontro dos interesses daquela entidade (MARTINS; MALAMUT, 2013).

Nesse sentido, as ações voltadas para o público masculino se encontram instituídas pela Portaria nº 1.994, de 2009 (BRASIL, 2009), tendo como um dos objetivos:

Promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade dessa população, através do enfrentamento racional dos fatores de risco e mediante a facilitação ao acesso, às ações e aos serviços de assistência integral à saúde. (BRASIL, 2009, p. 36)

Assim, na construção do texto-base, são apontados os números de elevados índices de morbidade da população masculina, com indicadores demográficos, bem como suas principais causas. Estes elementos pertencem à esfera constitucional, e são de responsabilidade da União, dos estados e municípios. Este último tem como finalidade, além de propor ações em saúde incentivando nos espaços educacionais a promoção da saúde do homem, implementar a política e acompanhar a sua implantação. Deve também:

Avaliar no âmbito do seu território, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, priorizando a atenção básica, com foco na Estratégia de Saúde da Família, como porta de entrada do sistema de saúde integral e hierarquizado e promovendo as adequações necessárias, tendo como base as diretrizes ora propostas, o perfil epidemiológico e as especificidades locais e regionais. (BRASIL, 2009, p. 60)

A partir disso, a própria política não faz diferenciações do homem que ocupa os espaços citadinos e rurais, pois entende que ele, de uma forma geral, é um sujeito que necessita de cuidados, compreendendo, portanto, que são as ações que têm que se adequar às especificidades locais e regionais, sobretudo quanto à peculiaridade do homem do campo e seu modo de vida. Dessa forma, a PNAISH visa:

Promover a atenção integral à saúde do homem nas populações indígenas, negras, quilombolas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trabalhadores rurais, homens com deficiência, em situação de risco, em situação carcerária, entre outros, desenvolvendo estratégias voltadas para a promoção da equidade para distintos grupos sociais [...]. Incluir o enfoque de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e condição étnico-racial nas ações educativas [...]. Estimular, implantar, implementar e qualificar pessoal para a atenção às disfunções sexuais masculinas. (BRASIL, 2009, p. 54)

Diante do exposto, percebe-se que tais objetivos se conectam com um campo de produção e de reflexões sobre as masculinidades. Contudo, alguns autores como Leal, Figueiredo e Silva (2012) mostram que a referida política não incorpora as relações de gênero nas discussões com grande ênfase, tornando o homem vítima de si mesmo e necessitado de proteção, “por representar mais um passo no processo de medicalização do corpo masculino e por estar demasiadamente focada na próstata” (LEAL; FIGUEIREDO; SILVA, 2012, p. 261). Esse processo discursivo põe esses sujeitos como culpados pelo seu próprio adoecimento, conforme apresentado nas páginas introdutórias da PNAISH.

Muitos agravos poderiam ser evitados caso os homens realizassem, com regularidade, as medidas de prevenção primária. A resistência masculina à atenção primária aumenta não somente a sobrecarga financeira da sociedade, mas também, e, sobretudo, o sofrimento físico e emocional do paciente e de sua família na luta pela conservação da saúde e por uma melhor qualidade de vida. (BRASIL, 2009, p. 13)

Grande parte da não adesão às medidas de atenção integral, por parte do homem, decorre das variáveis culturais. Os estereótipos de gênero, enraizados há séculos em nossa cultura patriarcal, potencializam práticas baseadas em crenças e valores do que é ser masculino. A doença é considerada como um sinal de fragilidade que os homens não reconhecem como inerente à sua própria condição biológica. O homem julga-se invulnerável, o que acaba por contribuir para que cuide menos de si mesmo. (BRASIL, 2009, p. 14)

Assim percebido, institucionaliza-se e tende-se a tornar homogêneo o pensamento da culpabilidade do homem pelo seu próprio adoecimento. A política pouco discute sobre a fragilidade dos atendimentos nos postos de saúde, que se configura como um dado e um ponto fraco da PNAISH. Contudo, deve-se considerar outros elementos frágeis no que tange ao processo de implementação e implantação da Atenção Básica, como o desconhecimento e despreparo dos profissionais da saúde –enfermeiros, agentes de saúde e os próprios gestores nesse processo. Estes últimos têm um papel vital na política, que é o de colocar em ação as estratégias voltadas ao público masculino. Verifica-se, desse modo, que “as concepções dos gestores em saúde ocupam um papel importante no delineamento de estratégias e ofertas de ações voltadas para o homem” (FARIA *et al.*, 2015, p. 7).

Entende-se, que o desconhecimento é fator significativo para uma não efetivação da política de atenção à saúde do homem, pondo em cheque esta política apenas como mais um documento, porém não a configurando como o único elemento, mas também nas “fragilidades envolvidas no percurso da implantação da PNAISH, desde a sua concepção nacional até a sua corporificação em ações de atenção para o público masculino” (FARIA *et al.*, 2015, p. 8).

Nota-se que há ainda um longo caminho a ser percorrido. A PNAISH e, sobretudo, as campanhas informativas e conscientizadoras, como o Novembro Azul, necessitam incorporar em seus discursos e suas práticas questionamentos que desmistifiquem o conflito que se estabelece no exame de toque – o principal dispositivo de detecção do câncer de próstata.

Materiais e métodos

A pesquisa fundamentou-se na abordagem fenomenológica tal como proposta por Merleau-Ponty (2011), ao buscar compreender as subjetividades do homem do campo a respeito da sua percepção quanto ao exame de toque. Um modelo de compreensão que constituiu um elemento ímpar ao se considerar a formulação de políticas públicas voltadas para a saúde do homem. A natureza fenomenológica do estudo, na sua definição, descreve os significados que são comuns a vários indivíduos, relatando as

suas experiências vividas. Eis que a “[...] fenomenologia fornece uma compreensão profunda de um fenômeno como ele é experimentado por vários indivíduos” (CRESWELL, 2014, p. 76). Esse autor concede uma definição mais clara do que é um estudo fenomenológico, alertando que o centro da discussão está focado “não na vida de um indivíduo, mas no conhecimento e nas experiências vividas pelos indivíduos em torno de um fenômeno” (CRESWELL, 2014, p. 105). Utilizamos, portanto, a concepção fenomenológica para compreender as representações do exame de toque.

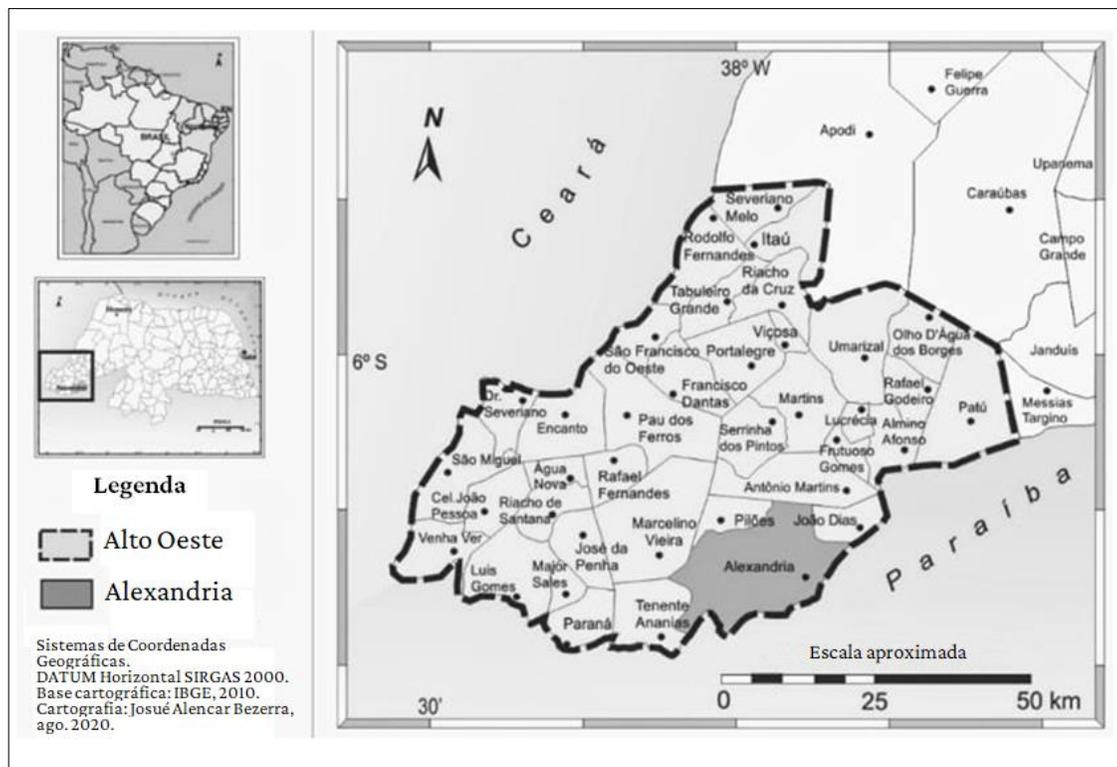
Buscou-se utilizar entrevistas como uma ferramenta necessária para se compreender as impressões que os indivíduos possuem acerca de si mesmos e as demandas em torno do universo masculino, sobretudo aquelas que, em tese, lhes são adversas. Foram realizadas 31 entrevistas semiestruturadas com homens nas comunidades rurais Maniçoba e Cacimba de Cima, ambas no município de Alexandria – RN, no período de agosto a setembro de 2017. Tendo como critério de inclusão, morar na zona rural da referida comunidade e idade mínima de 45 anos; e de exclusão, já ter realizado o exame de toque. A pesquisa que deu origem ao presente artigo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sob o Parecer nº 2.367.980.

Alexandria – RN, o município pesquisado, tem uma população de 13.852 habitantes e faz limites territoriais com as cidades João Dias, Antônio Martins, Pilões, Marcelino Vieira e Tenente Ananias, todas no Rio Grande do Norte. Com o estado da Paraíba faz limites fronteiriços com Catolé do Rocha, Brejo Dos Santos, Bom Sucesso e Santa Cruz (IBGE, 2011). O município está localizado no Alto Oeste potiguar, região que faz parte do Semiárido brasileiro e conta com 30 municípios na sua composição: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Lucrecia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tabuleiro Grande, Tenente Ananias, Venha-Ver e Viçosa (Figura 1).

Tendo essa percepção espacial, adotou-se com isso a natureza da pesquisa como de foro qualitativo, apoiando-se no que afirma Minayo (2014) – como método voltado ao estudo das representações sociais, das percepções, das histórias de vida, sobre aquilo que os sujeitos falam e opinam. Ponderando desta forma, toda a análise foi permeada pelas Ciências Humanas e Sociais, sobretudo a Antropologia Social, nos moldes estabelecidos pelo inglês Evans-Pritchard (1972), especialmente quanto à conceituação de tradução por ele defendida, mas considerando à crescente preocupação com o

homem rural nordestino e suas condições de vida e existência, admitindo que o objeto de estudo em questão é “essencialmente qualitativo” (MINAYO, 2014, p. 42).

Figura 1 – Localização geográfica do Alto Oeste potiguar, formada pelos 30 municípios que a compõem



Fonte: IBGE, 2006 – elaborada pelos autores.

Assim, ficou evidente que a investigação se concentrou em compreender: como se dão as políticas públicas de atenção à saúde do homem do campo, no município de Alexandria – RN, e interpretar quais os elementos discursivos e culturais que fazem com que os homens cuidem de maneira precária da sua saúde. Considerou-se que o homem age de acordo com um constructo cultural alimentado pelas experiências do cotidiano, e são desses modos e relações que se pode depreender que a subjetividade não é dada ao indivíduo, mas permeada e construída numa cadeia de significados e de relações sociais. Tanto o homem da cidade quanto o do campo são sujeitos envolvidos por vivências individuais e coletivas dentro de relações sociais. O modo de ser do indivíduo se dá conforme as relações das quais faz parte e o ambiente no qual ele interage, com sua forma de ser, pensar e agir, o que determina a sua subjetividade, ou seja:

Compreender o indivíduo é compreender, ao mesmo tempo, a relação indivíduo e sociedade (superar a dicotomia). Não há uma sociedade externa e independente dos indivíduos; não há indivíduos a priori ou independentes da sociedade. (BOCK; GONÇALVES, 2009, p. 144)

Desse modo, a subjetividade do sujeito não se atrela a uma individualidade, mas é cunhada numa construção coletiva, como afirmam Berger e Luckmann (2008) ao demonstrar que o processo de socialização ocorre a partir da condição de compreender o mundo que o rodeia. Contudo, o homem do campo e sua cultura estão ainda impregnados por relações paternalistas e regionalistas.

Diante disso, este estudo considerou nos componentes citados o diálogo entre aspectos teóricos e as manifestações emitidas pelos depoentes no trabalho de campo. Nesta senda, configurou-se um espaço de descoberta que apontou indícios importantes para estudos do território e, conseqüentemente, para a busca de suportes que perspectivassem a ideia de planejamento para a saúde do homem.

Resultados e discussões

Falar no exame de toque – o dedo indicador penetrando o ânus – retém a imagem do exame como se o discurso fosse o próprio tocar, configurando-se, assim, uma invasão da intimidade corporal. David Le Breton traduz com precisão o ato ao afirmar sê-lo um “desrespeito a estas fronteiras simbólicas, e inconscientes enquanto não transgredidas, e é imediatamente vivido como uma agressão por parte da vítima” (LE BRETON, 2016, p. 272).

Dessa forma, o exame de toque assemelha-se, preliminarmente, à parte da invasão da sexualidade do homem, que é, por sua vez, a fundadora da sua identidade. Contudo, a experiência de campo deste estudo foi reveladora e, a título de ilustração, trouxe determinadas falas dos depoentes. Algumas delas, marcadas pelo riso, brincadeiras ou humor. Estas marcas adquirem um significado particular quando o assunto é uma doença como o câncer de próstata, em que:

As percepções sensoriais fazem sentido, cobrem o mundo de referências familiares [...]. Elas se alinham as categorias de raciocínio próprias à forma com o qual o indivíduo singular se adequa ao que ele aprendeu de seus pares, de suas competências particulares como cozinheiro, pintor, perfumista, tecelão etc. (LE BRETON, 2016, p. 28)

Entende-se que a percepção do sujeito sobre si ocorre por meio de uma expressão cultural – sua forma de pensar é tributária de uma modelação. O rir sobre si mesmo ou sobre algo que de certa maneira seja desviante da normalidade é comum em sociedades tradicionais, pois o riso marca um festejo e uma ruptura com o habitual. E o câncer de

próstata está associado a esse desvio da norma. A risada ora é alegre, ora contida, como se a primeira estivesse relacionada com a situação e, a outra, consigo mesmo. Assim, o sabor cômico é expresso no repente de um dos entrevistados, que após e durante a entrevista teve o riso tomado como algo próprio de si, como se já anteviesse as perguntas e já fosse sabedor das respostas que iria emitir. A forma de se expressar sobre a imagem que tinha sobre o exame de toque é revelada da seguinte maneira:

Há três coisas que não gosto! Um é potó no pescoço; dois é namorar mulher magra, pra tá apertando o osso; e três é fazer exame de próstata com doutor do dedo grosso. (Entrevistado 11)

Com inegável espirituosidade, o entrevistado 11 tenta transmitir sua percepção sobre o momento usando o humor. A característica do humor é marcante nesse tipo de literatura/repente, como afirmam Marinho e Pinheiro (2012), em que o dedo grosso do doutor é fator de risada e de imagética sobre o exame, expresso na subjetividade dos indivíduos que a entendem como elemento rompedor da sua masculinidade. Amplificada localmente, a poesia expressa uma mentalidade fortemente centrada na cultura e na identidade do nordestino. Desse modo, para Amaral,

a poesia da roça não pode ser convenientemente compreendida se não se observam os “actos” a que se acha entrelaçada, e a que explicam. Apanhar os seus produtos, como de ordinário se faz, e amontoa-los nas páginas das coletâneas, sem explicações e, o que é pior, de mistura com toda uma quantidade de coisas colhidas em vários meios, lugares e tempos, é tirar-lhes a melhor parte de interesses que possam oferecer ao estudioso da psicologia popular. (1976, p. 125)

Nota-se, então, que os repentes como parte da cultura nordestina são marcas cujo teor “vai se revelar como uma das culturas regionais mais ricas e resistentes, diante do processo de generalização dos bens culturais produzidos pela sociedade capitalista” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 179).

Com isso, a identidade não se apresenta constitutiva, na atualidade, como homem rústico, eugênico e telúrico. Tal tipologia é apresentada por Albuquerque Júnior (2011) como discursos que se constituíram e se perpetuaram – como característicos do homem nordestino, sobretudo aquele que habita o campo – como sujeitos de um saber próprio, em que sua cultura se materializa pelas formas de suas relações de produção. E, assim, deve-se considerar, ainda, que com a expansão dos meios de comunicação, em consequência da globalização do local, as informações chegam com mais facilidade às comunidades até então distantes. Saberes e informações que antes demoravam a chegar aos sujeitos são atualmente mais acessíveis e compreensíveis.

O caipira de hoje, sabe das coisas, ele não é desinformado não! A gente vê na televisão que depois dos 40 a pessoa tem que se cuidar, não é verdade?!. (Entrevistado 3)

Nota-se, que a posição do entrevistado 3 coaduna com um saber pontual e partilhado. Com sua afirmação, ele demonstra ser conhecedor dos problemas relativos à sua saúde. Contudo, essa informação relatada pelo entrevistado 3 não é partilhada pelos entrevistados 7 e 8, que afirmam que não sabem o que é o exame de toque, ou pelo menos sabem de maneira superficial: “Não sei o que é o exame de toque não!” (Entrevistado 7); “Já ouvi falar que é para fazer, mas não sei não como faz não!” (Entrevistado 8)

Observe-se que esse desconhecimento se dá pela nomenclatura utilizada, pois o exame de toque não é conhecido por ambos, mas sim o “exame do dedo”. Quando este é pronunciado, o riso toma conta do ambiente, como se uma anedota tivesse sido contada, e vem o termo expresso através do gesto, mostrando com qual dedo seria feito o exame. Já o entrevistado 11 brinca com a possibilidade de fazer o exame. Em certos momentos, balançava a cabeça com o riso estampado, afirmando: “Danado é se o dedo do doutor for grosso! Aí lasca tudo!” (Entrevistado 11).

Percebe-se, na posição do entrevistado, que a subjetividade com o exame de toque está relacionada com a questão do tocar, bem como com todas as formas que estão inter-relacionadas a ele, seja com o tamanho ou com a densidade do dedo. Os entrevistados 17, 18 e 20 compartilham dessa mesma posição ao se referir à prevenção do tocar como algo que irrompe o sujeito. Ao serem questionados sobre o toque do médico na busca de informações sobre a detecção da doença, a risada de ambos se assemelhou a dos outros entrevistados, mas sempre se manifestando com um sinal de reprovação, veja-se:

Rapaz! Esse negócio aí de botar a mão em mim dá certo isso?! Não, não sinto nada! Mesmo se sentisse deixava também não. (Entrevistado 17)

Nem se fosse uma mulher eu deixava! Faço nada, só se for à força mesmo! (Entrevistado 18)

Faço nada! (Entrevistado 20)

Em uma relação médica com o paciente, existe sempre um diálogo inicial, em que são explicadas pelo médico as causas de uma enfermidade e de procedimentos de tratamento ou cura. Nesse sentido, o diagnóstico, que é o motivo de reprovação quando se remete ao toque, tal como descrito na fala do entrevistado 17, promove essa recusa, pois a mão/dedo, o apalpar do médico rompe as fronteiras do corpo, ou seja, “apalpar é uma espécie de penetração tátil, uma busca de profundidade que o contato superficial

não consegue oferecer” (LE BRETON, 2016, p. 219). Sobre essa perspectiva, o trato medicamentoso seria aceito pelo indivíduo como mera informação. A fala emblemática do sujeito 17 remete a uma sensação subjetiva que é característica do depoente ao afirmar que mesmo estando enfermo ou apresentando sintomas relativos ao câncer de próstata, não se submeteria ao procedimento do exame de toque, ainda que seja o procedimento médico de mais fidelidade na detecção. Essa mesma posição é acompanhada pelo entrevistado 18, que corporifica essa mesma ideia.

Sobre essa resistência, Sartre (2015) entende a subjetividade como uma projeção constante, em que determinado termo ao ser pronunciado a direciona para outros contextos, com a mesma conexão. O referido autor cita o termo *grabuge*, utilizado no século XVIII, e que alude à anarquia – a tudo que causa desordem e violência na elaboração de uma revista. Sartre conta que o pensamento da revista era de esquerda e que estava reunido com os amigos para definir o nome dela, até que um deles cita este termo, logo a subjetividade é evidenciada. “Por exemplo, se em um bar as pessoas começam a gritar e a se insultar, pode imaginar que os burgueses dirão: ‘vamos dar o fora! Vai haver *grabuge*’” (SARTRE, 2015, p. 48). Essa analogia parece ser substancial para compreendermos que o dedo grosso do doutor (médico), conforme disse o entrevistado 11, remete à vergonha e à exposição do corpo, visto que o tocar do outro numa região característica (ânus/reto), em que a subjetividade está destacada, é reveladora.

A subjetividade, ou seja, que ela é perpétua projeção. Do quê? Na medida em que é uma mediação, só pode tratar-se da projeção do ser de alguém sobre o ser de além. O que nos dá então a possibilidade de compreender em que a subjetividade é indispensável para o conhecimento dialético social. (SARTRE, 2015, p. 55)

Percebida assim, entende-se que a subjetividade é projetada como parte de um pensamento social que não pode ser dissociado do meio em que o sujeito está, as percepções sobre o corpo são fundadas em uma orientação cultural, como afirma Le Breton (2016).

É importante destacar que a questão conceitual da subjetividade defendida por Sartre (2015) converge para os depoimentos dos sujeitos 7 e 8, que afirmam ser desconhecedores dos procedimentos de detecção do câncer de próstata, portanto, se não há o conhecimento de tais medidas, não se pode falar em subjetividade, pois, segundo o autor, é preciso que haja uma realidade objetiva para que essa aconteça. As falas dos sujeitos 21 e 24 evidenciam o aspecto relacional do não saber.

Rapaz tem tanta doença no mundo que a gente nem sabe de tudo, o câncer está matando muita gente hoje, todo tipo de doença aparece, esse

negócio de toque na bunda, não sabendo disso não, sabendo agora!
(Entrevistado 21)

Não sei não! Eu quase nunca fui ao médico para dizer que não fui, eu me consultei em 94, quando Macinho nasceu, estava com uma inflamação no braço que não tinha jeito, passei umas duas semanas sem trabalhar.
(Entrevistado 24)

Adesões às medidas de prevenção por parte dos homens são mínimas. A busca pelo cuidado muitas vezes se dá em função das atividades laborais que estes exercem ou de extrema necessidade, é o que fica patente na fala do entrevistado 24, pois além de não saber sobre o procedimento de toque como ferramenta de detecção do câncer, ele raramente usa o posto de saúde, o que permite inferir que a baixa procura se relaciona com processos socioculturais. Desse modo:

O afastamento dos homens das práticas de autocuidado e as dificuldades de mobilização e vinculação desses sujeitos não se restringem à falta de informações e/ou conhecimentos específicos de saúde. Antes, trata-se de uma questão complexa que também se encontra relacionada às dimensões políticas e socioculturais nas quais os sujeitos se constituem. Portanto, constata-se a necessidade de maior atenção para os diferentes modos que, ainda hoje, os homens são socializados, e para o processo de construção de suas identidades. Nesse sentido, é preciso romper com as propostas informativas e de transmissão de conhecimentos e fomentar espaços e estratégias educativas nos quais a temática de gênero e das masculinidades possam ser discutidas, problematizadas e, talvez assim, ressignificadas. (MODENA *et al.*, 2013, p. 652)

Importante perspectiva apontada por Modena *et al.* (2013), essa investigação perseguiu exatamente esta possibilidade: a ressignificação. Entendemos que as políticas públicas se atentam para o cuidado com a saúde, considerando a dimensão cultural e o imaginário relacionado ao corpo, entretanto, nenhum aspecto pode ser visto como barreira. A fala do entrevistado 24 sinaliza para a pesquisa de Gomes sobre a saúde do homem e a adesão aos serviços, quando destaca:

A reduzida procura por serviços de saúde por parte dos homens estaria relacionada a questões de trabalho. Suas falas repisam o lugar – comum, segundo o qual, o horário de funcionamento dos serviços de saúde não atende as demandas dos homens, por coincidir a carga horária de trabalho. (2008b, p. 54)

Cabe ressaltar que os horários e compatibilidades podem também ser um artifício para evitar a atenção com a saúde. Parte desta percepção é representada pela fala dos entrevistados 25 e 28.

Eu só vou ao médico se for o jeito mesmo, mas é difícil, porque resolvo tudo com remédio do mato, só se sofrer um corte que impeça de trabalhar fora isso! Besteira! (Entrevistado 25)

... Quando eu terminar de tirar o leite e ir deixar na rua (cidade), já tem dado a hora do almoço e o doutor já tem ido embora, mas também é difícil, difícil mesmo. (Entrevistado 28)

A grande questão preocupante e que diz respeito ao autocuidado na especificidade do câncer prostático está ligada a modelos de masculinidade que, segundo Gomes (2008a), podem trazer comprometimentos sérios, não só para o homem que necessita do procedimento de detecção, mas também para a saúde de sua família, em especial dos filhos do sexo masculino, pois estes poderão absorver padrões de comportamento e aceitabilidade incompatíveis com as demandas no campo da saúde. Tais modelos masculinos, muitas vezes balizados por questões sexuais, remetem ao processo saúde x doença, proporcionando a manutenção de uma mentalidade que pouco ou nada contribui para a alteração de formas de ver e se posicionar no mundo. Exemplo disso é o sentimento de vergonha aliado à falaciosa perda da virilidade que um eventual exame de toque pode causar. Isso é um fator de impedimento até mesmo para sujeitos que têm a consciência das causas do câncer prostático e são sabedores da importância do cuidado. As falas dos entrevistados 2, 4 e 27 remetem a isso:

Além de levar a dedada como se diz e ainda não poder levantar mais!
(Entrevistado 4)

João fez! Não era mais homem para nada! Eu brincava com ele direto.
(Entrevistado 27)

Eu fiz o de sangue, agora o de toque nem pensando! (Entrevistado 2)

A questão do conhecer sobre os malefícios e benefícios do exame de toque como procedimento de saúde não implica necessariamente o cuidado de si. Provavelmente, ancorada na cultura falocêntrica e machista presentes mesmo em sujeitos com conhecimento de mundo, subsiste uma divisão sobre a atitude dos sujeitos diante dessa demanda: de um lado, o procedimento médico que possibilita a detecção precoce que pode levar à cura do câncer, quando o médico, durante o exame, descobre alterações na próstata; do outro, o sentimento de vergonha que acompanha o sujeito que se submete ao exame. Nesse contexto, a fala do sujeito 4 alude a esse sentimento, ampliado pela ideia de que o acometimento da doença causa impotência. O sentimento de perda, assim como o de dor, é muito peculiar, ele responde a estímulos nocivos em que a percepção seja significativa entre o grupo social:

A sensação de dor, os comportamentos que a envolvem, quer verbais ou não, até as atitudes que visam remover ou não a sua fonte, dizem respeito às expectativas do sujeito, suas experiências passadas e principalmente a toda a sua bagagem cultural. (FERREIRA, 1994, p. 105)

Defende-se, então, que o corpo, como também a sexualidade, é mais do que uma unidade biológica. Ele é carregado de sentidos e significados que expressam uma unidade indivisível do homem, ele é o próprio homem. “Portanto, se dizemos que cada momento o corpo exprime a existência, é no sentido em que a fala exprime o pensamento” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 229). Deste modo, o corpo é a marca e a carga de experiências, porque, para este autor, o corpo é o espelho da existência do indivíduo.

As percepções das falas dos sujeitos 4 e 27 são experiências que refletem diretamente na comunidade e no grupo social, resignificando um sentido e uma experiência partilhada. O corpo é uma construção cultural “é um olhar lançado sobre a pessoa pelas sociedades humanas que lhe balizam os contornos sem distinguir, na maior parte do tempo, do homem que ele encarna” (LE BRETON, 2016, p. 33).

O corpo também é uma natureza individualizada, ao passo que ele pertence ao sujeito, ele é uma imagem de si, não compartilhada nem negociada; assim é a sexualidade, segundo Merleau-Ponty:

A sexualidade, diz-se, é dramática porque engajamos nela toda a nossa vida pessoal. Mas justamente por que nós o fazemos? Porque nosso corpo é para nós o espelho de nosso ser, se não porque ele é um eu natural, uma corrente de existência dada, de forma que nunca sabemos se as forças que nos dirigem são as suas ou as nossas – ou antes elas nunca são inteiramente nem suas e nem nossas. (2011, p. 236)

Falar sobre sexualidade e a intimidade dos corpos masculinos em alguns contextos, como no mundo rural, ainda parece um obstáculo difícil de ser superado para o campo da saúde, especialmente a saúde do homem. É uma abordagem que requer atenção e sensibilidade, especialmente quando se conhece relatos de indivíduos em que vida e sexualidade adquirem contorno conservadores, como os revelados pelos depoentes 1 e 33.

Não quero saber disso não, conversa besta essa! (Entrevistado 1)

Você não é médico!?! (Entrevistado 1)

Rapaz quando tiver sentindo algo, eu mesmo procuro o médico. (Entrevistado 33)

As falas no contexto da entrevista com os investigados 1 e 33 tiveram características finalistas com a emissão clara de um recado: a conversa acabou, ponto final! Naquele momento da experiência de campo, dadas as respostas, nada mais natural que um

pesquisador se sentisse frustrado e até decepcionado, mas foi precisamente os não que motivaram a continuidade da pesquisa e reforçaram a necessidade de partilhar os achados. Acentuou, também, a preocupação com os sujeitos e o questionamento da importância e insistência de políticas de saúde que os atendam. O questionamento dos entrevistados 1 e 33 sobre o fato de o pesquisador não ser médico e as questões postas serem do domínio da medicina revela o caráter privado de um problema público: o câncer de próstata e sua letalidade. Dentro de uma concepção foucaultiana, o discurso é um espaço em que saber e poder estão intimamente articulados, pois quem fala, fala de um lugar específico, reconhecido institucionalmente. Entende-se que o discurso deve ser analisado como jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e de resposta de dominação e de esQUIVA e também como luta (FOUCAULT, 1974).

Deste modo, para que as políticas públicas cheguem a diferentes sujeitos – especialmente nas comunidades rurais –, deve-se entender que “a compreensão das barreiras socioculturais e institucionais são importantes para a proposição estratégica de medidas que venham a promover o acesso dos homens aos serviços de atenção primária” (BRASIL, 2009, p. 15). A própria PNAISH orienta que se desenvolvam ações educativas para a população masculina, tanto na esfera estadual como no âmbito municipal, devendo ser as ações articuladas “junto à rede educacional municipal, ações educativas que visem à promoção e atenção da saúde do homem” (BRASIL, 2009, p. 60).

Considerações finais

As discussões trazidas neste trabalho contribuem para uma melhor compreensão das políticas públicas de saúde do homem. As entrevistas realizadas com os homens do campo nas comunidades Maniçoba e Cacimba de Cima, do município de Alexandria – RN tiveram como objetivo compreender as subjetividades destes com relação ao exame de toque. O recorte feito pela escolha em analisar os discursos do homem do campo, se deu também pelo interesse de compreender como ocorrem as políticas públicas voltadas à saúde do homem e analisar com estas quem chegam a estes sujeitos.

Assim, foi por esse ponto de vista que foi estabelecido o foco deste trabalho, que consistiu na escolha do trajeto da investigação da população masculina com idade mínima de 45 anos, que não tivesse realizado exame de toque, abordando nesse sentido e à guisa de compreensão, questões relativas à identidade e ao gênero. Pode-se, assim, depreender que o homem é permeado por um aspecto cultural e característico de um determinado grupo social, estando a cultura falocêntrica presente nesta construção social. Desse modo, essa percepção faz com que o homem entenda equivocadamente que ele é inatingível pela doença, colocando-o em um patamar de pseudovulnerabilidade.

Notou-se, pelas falas dos sujeitos, que eles não se afirmam doentes e que não procuram os postos de saúde porque não necessitam. Portanto, a identidade do homem do campo, ao menos dos indivíduos estudados, parece estar centrada numa conjuntura cultural, permeada pelo papel de macho que é, por excelência, o provedor, e isso se constitui um dos fatores do seu pouco cuidado.

Institucionalmente, a PNAISH – que é a política pública que trata da saúde do homem –, como toda e qualquer política, tem fragilidades como desconhecimento e despreparo dos profissionais da saúde e dos gestores – uma vez que estes têm um papel vital na política, que é o de colocar em prática as estratégias voltadas ao público em questão, bem como os agentes comunitários de saúde, que entram em contato direto com os sujeitos, de realizarem o enfrentamento do problema. A referida política congrega um debate muito frágil sobre as questões de gênero, e notou-se que isto é comprometedor para que se pondere uma estratégia relevante na área da saúde, sobretudo para a população masculina.

Desse modo, entende-se que a saúde de homens deve ser abordada no cenário que congregue uma perspectiva de gênero, com uma abordagem interdisciplinar, se fazendo necessário que o planejamento e as ações de prevenção e promoção da saúde considerem as suas especificidades culturais, principalmente no entendimento como os homens lidam com o processo saúde e doença. Pelas falas dos indivíduos, percebeu-se que existe um distanciamento entre esses sujeitos e as referidas políticas, em virtude, sobretudo, das ações informativas que não chegam até eles. Isso se constituiu um fator preponderante à imperiosa visão subjetiva que tais indivíduos têm do exame de toque, ou seja, uma visão parcial e limitada sobre a questão. O conhecimento sobre a importância desse exame se torna um dispositivo fundamental para que haja uma desmitificação sobre ele. Compreender as suas subjetividades – saber quem são esses homens, entender que eles não se configuram como sujeitos homogêneos, que o sujeito de uma determinada localidade se difere de outra, entender suas práticas e convívios sociais – se torna um veículo essencial para o planejamento e a formulação das políticas públicas voltadas à saúde do homem, principalmente do homem do campo.

Sobre a natureza complexa e conflitiva do exame de toque, o estudo possibilitou também compreender os significados do tocar e do imaginário da experiência que envolve o exame de toque – de prevenção. Desse modo, o trabalho se constituiu um elemento importante para se pensar e implementar as políticas públicas, tornando-se um instrumento relevante para interpretar como os sujeitos pesquisados são representados por elas.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMARAL, A. *A poesia da viola*. In: AMARAL, A. *Ensaios e conferências*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem*: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. (Orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade*: uma leitura histórica. São Paulo: Cortez, 2009.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G. (Org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- CONNELL, R. W. Políticas das masculinidades. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 11 out. 2019.
- COUTO, M. T.; DANTAS, S. M. V. Gênero, masculinidades e saúde em revista: a produção da área na revista Saúde e Sociedade. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 857-868, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902016172308>. Acesso em: 19 set. 2019.
- CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70, 1972.
- FARIA, M. A.; PAULA, D. M. P.; MARTINS, A. M.; MIRANDA, J. J.; NEVES-SILVA, P.; RODRIGUES, T.; MODENA, C. M. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: percepções de gestores de unidades básicas de saúde de Belo Horizonte-MG. *Espaço para Saúde*, Londrina, v. 16, n. 3, p. 5-13, 2015. Disponível em: <http://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/391>. Acesso em: 19 out. 2019.
- FERREIRA, J. O corpo sígnico. In: ALVES, P. C.; MINAYO, C. de S. (Orgs.). *Saúde e doença*: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos PUC, 1974.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. *O corpo utópico*: as heterotopias. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOMES, R. As arranhaduras da masculinidade: uma discussão sobre o toque retal como medida de prevenção do câncer prostático. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 6, p. 1975-1984, 2008a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000600033>. Acesso em: 7 nov. 2019.

- GOMES, R. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 3, p. 825-829, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000300017>. Acesso em: 25 out. 2019.
- GOMES, R. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008b.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte. UFMG, 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Bases cartográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demo_grafico_2010/mapas_municipais_estatisticos/rn/. Acesso em: 21 out. 2019.
- INCA – Instituto Nacional de Câncer. *Estimativa 2016: incidência de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2015.
- INCA – Instituto Nacional de Câncer. *Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2019.
- INCA – Instituto Nacional do Câncer. *Neoplasia maligna da próstata*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/estimativa/taxas-brutas/neoplasia-maligna-da-prostata>. Acesso em: 3 ago. 2020.
- LEAL, A. F.; FIGUEIREDO, W. S.; SILVA, G. S. N. O percurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (PNAISH), desde a sua formulação até sua implementação nos serviços públicos locais de atenção à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2607-2616, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000010>. Acesso em: 11 out. 2019.
- LE BRETON, D. *Antropologia do corpo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LONGHI, M. R. *Viajando em seu Cenário: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife*. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/402>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- MARINHO, A. C.; PINHEIRO, H. *O cordel no cotidiano escolar*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARTINS, A. M.; MALAMUT, B. S. Análise do discurso da política nacional de atenção integral à saúde do homem. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 429-440, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200014>. Acesso em: 3 set. 2019.
- MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M. ‘Eu Não Sou Só Próstata, Eu Sou um Homem!’: por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero. In: GOMES, R. (Org.). *Saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 39-74.
- MEGALE, F. C. S.; TEIXEIRA, J. Notas sobre a subjetividade em nossos tempos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 18, n. 3, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931998000300008>. Acesso em: 28 set. 2019.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MODENA, C. M.; MARTINS, A. M.; RIBEIRO, R. B. N.; ALMEIDA, S. S. L. de. Os homens e o adoecimento por câncer: um olhar sobre a produção científica brasileira. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 37, n. 3, p. 644-660, 2013. Disponível em: <http://rbps.sesab.ba.gov.br/index.php/rbps/article/view/443>. Acesso em: 20 out. 2019.
- MORIN, E. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Orgs.). *Inovação e interdisciplinariedade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SARTRE, J. P. O que é a subjetividade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

PIERRE, J. Reafirmando a capacidade de governar: o papel esquecido da liderança. In: MENICUCCI, T. (Org.). *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

ROLNIK, S. *Subjetividade: questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHNEIDER, V. Pós-democracia ou complexa partilha de poder? Redes de políticas públicas na Alemanha. In: MENICUCCI, T. M. G.; GONTIJO, J. G. L. (Orgs.). *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

SCOTT, R. P. Vulnerabilidade masculina, curso de vida e moradia urbana: um dilema para homens adultos de bairros populares. In: GOMES, R. (Org.). *Saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SILVA, F. P. Quem és tu para querer manchar meu nome? A produção identitária das mulheres profissionais do sexo como trabalhadoras. In: FREITAS, A. C.; RODRIGUES, L. O.; SAMPAIO, M. L. P (Orgs.). *Linguagem, discurso e cultura: múltiplos objetos e abordagens*. Pau dos Ferros: Queima-Bucha, 2008.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 19 out. 2019.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Como citar

OLIVEIRA, André Luiz Abrantes; SOUZA, Bertulino José de. Políticas públicas de saúde do homem do campo no semiárido nordestino. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 644-675, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-7>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Antagonismo e reciprocidade na (re)afirmação identitária dos geraizeiros: luta por território e água no norte de Minas Gerais

DOI: 10.36920/esa-v28n3-8

 Jonielson Ribeiro de Souza¹ |  Sérgio Sauer²

Resumo: Este artigo, elaborado com base em pesquisa de campo realizada entre 2015 e 2017, tem como foco o estudo de conflitos socioambientais e territoriais, vivenciados por três comunidades geraizeiras do norte do estado de Minas Gerais. O texto parte da premissa de que a resistência e as lutas pela retomada territorial dos geraizeiros, iniciada por volta dos anos 2000, teve como estopim o agravamento da escassez hídrica. A tomada de consciência de que a diminuição da água, em suas fontes naturais, foi ocasionada pela presença dos extensos monocultivos de eucalipto nas chapadas e outras formas de degradações ambientais, levou às comunidades a se reorganizar e reafirmar sua identidade na luta por direitos. A construção identitária geraizeira é reafirmada no conflito, manifestado explicitamente a partir de antagonismos com grupos que usurparam seus territórios tradicionais. A forte coesão coletiva – mantenedora e intensificadora dos laços de reciprocidade, observada entre os comunitários na busca pela restauração hídrica e conservação da biodiversidade do Cerrado – tem levado ao entendimento de que a luta pela água passa a fazer parte desse constructo identitário.

Palavras-chave: comunidades geraizeiras; identidade; territórios tradicionais; água.

Abstract: (*Antagonism and reciprocity in the (re) statement of geraizeiros' identity: fight for territory and water in northern Minas Gerais*). This article focuses on the study of socioenvironmental and territorial conflicts, experienced by three Geraizeiras communities in the north of Minas Gerais State. The text starts from the premise that the resistance and struggles for the territorial recovery of the Geraizeiros, which began around the 2000s, were triggered by worsening water scarcity. The realization that the decrease in water from its natural sources was caused by the presence of extensive eucalyptus monocultures in the plateaus and other forms of environmental degradation, led communities to reorganize and reaffirm their identity in the struggle for rights. The Geraizeira identity construction is reaffirmed in the conflict, manifested explicitly from an antagonism with groups that usurped their traditional territories. The strong collective cohesion – maintaining and intensifying reciprocal ties observed among community members in the search for water restoration and conservation of Cerrado biodiversity – has led to the understanding that the struggle for water is now part of this identity construct.

Keywords: Geraizeiras communities; identity; traditional territories; water.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás (PPGIPC/UFG). E-mail: jonielsondesouza@gmail.com.

² Professor na Faculdade UnB de Planaltina (FUP), no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), da Universidade de Brasília (UnB). Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: sauer.sergio@gmail.com.

Introdução

Este artigo apresenta reflexões sobre processos de resistência e lutas para a permanência ou retomada de territórios em comunidades tradicionais geraizeiras, especialmente resistências das comunidades Sobrado, Moreira e Raiz, localizadas no município de Rio Pardo de Minas (MG). É resultado de uma “participação observante” realizada entre 2015 e 2017 (SOUZA, 2017), sendo que o trabalho de campo foi conduzido com práticas etnográficas e participativas, como roda de conversa, entrevistas e caminhadas pelos territórios das comunidades, com itinerários e liderança dos próprios moradores.

Como a origem familiar (filho da comunidade Sobrado) e a militância geraizeira precederam à pesquisa acadêmica, a metodologia de “participação observante” expressa não só a inserção do pesquisador nos processos comunitários, como também a motivação dos estudos, advinda do autorreconhecimento identitário de geraizeiro. Esta observação sistemática é diferente da “observação participante”, que é um olhar acadêmico ativo e comprometido, mas externo. Nas trilhas de uma “etnografia ativista” (ALBERT, 2002, 2015), a participação observante dá à pesquisa empírica um olhar sistemático sobre a realidade observada, a partir dos objetivos acadêmicos, mantendo a centralidade metodológica da autodeterminação dos povos. Portanto, este olhar permitiu um estudo empírico sistematizado e coleta de dados, aprofundando conhecimentos em momentos reflexivos e organizativos, como reuniões das associações, ações diretas, conferências, cultos religiosos e festividades, cujas observações foram registradas em caderno de campo.

As caminhadas de estudo ou itinerários geográficos de pesquisa possibilitaram vivenciar *in loco* as áreas em conflito, promovendo mais interação com os interlocutores da pesquisa, que construíram os itinerários e lideraram as travessias pelo território. A presença física nas áreas em disputa fez emergir lembranças, memórias, informações, “causos” e histórias (registrados em vídeos, fotografias e depoimentos *in loco*). As caminhadas permitiram a formulação de questões e temas que não foram suscitados nas situações mais formais, como em reuniões, ou mesmo na roda de conversa e entrevistas. Memórias e histórias como enfrentamentos, nomes e/ou condição de cursos d’água (extinção de córregos, escassez hídrica), nomes de plantas, animais, antigas áreas de cultivos, rastros, condições dos solos, aromas, sonoridades foram sendo desveladas ou reveladas, com mais detalhes e de modo espontâneo, em travessias sem pressa pelo território (SOUZA, 2017).

É importante destacar ainda que esta “participação observante” atende com mais facilidade a algumas demandas e expectativas das comunidades geraizeiras. Estas, por

exemplo, muitas vezes apontam temas ou reivindicam acompanhamentos. Entre os motivos para pesquisar as três comunidades, estava o fato de serem pouco conhecidas (as comunidades Raiz e Moreira se fazem pouco presentes nas pesquisas científicas). Este conhecimento é elemento fundante da identidade, tanto no autorreconhecimento como no (re)conhecimento pelo outro (estado, universidades, outras comunidades). Conseqüentemente, a produção acadêmica deve ser em prol do fortalecimento das lutas comunitárias. Para tanto, o compromisso ético e político com as lutas geraizeiras deve ser acompanhado de retorno (devolução) às comunidades no pós-coleta de dados e sistematização do conhecimento (ou finalização dos trabalhos), uma das demandas das comunidades e do movimento geraizeiro.

O ponto de partida são as reconfigurações identitárias e territoriais dessas comunidades, as quais são parte das resistências, lutas e buscas por direitos. As três se autodeclararam como comunidades tradicionais geraizeiras e reivindicam parte de seus territórios, notadamente áreas de antigo uso comum das famílias. Após quase 20 anos de luta, as reivindicações assumem, de forma mais enfática, a urgência de ações que possibilitem a recuperação da água, através de articulações intracomunitárias e institucionais (OLIVEIRA, 2017; SOUZA, 2017).

A comunidade Sobrado, após intensos conflitos contra a degradação ambiental promovida por um empresário em áreas de suas principais nascentes, conquistou uma Lei Municipal de reconhecimento e proteção de seu território em 2015. A comunidade Raiz vem criando estratégias que permitam retomar o território, denunciando grilagem de terras e degradação da natureza por empresas monocultoras de eucalipto. A comunidade Moreira está em um processo mais recente de explicitação dos conflitos, denunciando a ocupação por monocultivos sobre áreas comuns de chapada.

A resistência dessas três comunidades vem se dando com a união de forças de dezenas de outras que vivenciam conflitos semelhantes, e são apoiadas por instituições, formando uma grande rede de reciprocidade. A resistência e a busca por reconhecimento identitário e de novas territorialidades, segundo Almeida (2008) e Porto-Gonçalves (2006), fazem parte de perspectivas decoloniais, que caracterizam esses movimentos socioterritoriais.

A primeira parte do artigo faz um apanhado dos principais impactos socioambientais dos monocultivos de eucalipto nos territórios geraizeiros. Caracterizado como encurralamento geográfico, espacial e cultural, reflete como esses empreendimentos devastaram a sociobiodiversidade do Cerrado e suas fontes de água, interferindo nos modos de vida e de produção dos Geraizeiros. A segunda parte discute a importância

das questões simbólicas, culturais e identitárias em relação às terras e territórios, nos processos de reorganização comunitária e de enfrentamento ao encerramento. A terceira parte traça um panorama sobre encerramentos e processos de luta, vivenciados por cada uma das três comunidades estudadas. A conclusão faz uma interligação de como os mecanismos e as estratégias acessados pelas comunidades, na busca por direitos, articulam sentidos relacionados à territorialidade, identidade e luta pela água.

O milagre brasileiro nas covas de eucalipto: monocultura, degradação e encerramento nos Gerais

O crescimento econômico vivido pelo Brasil, a partir de meados século XX, teve como base um modelo de desenvolvimento subordinado aos ditames dos países desenvolvidos. Tal modelo se fundamentou em um racionalismo que privilegia “[...] o crescimento, a acumulação e o aumento de produtividade, como fatores principais do desenvolvimento, secundarizando questões como equidade social, pobreza e manutenção dos recursos naturais com vistas a sustentabilidade” (BRITO, 2006, p. 44). O chamado desenvolvimentismo alcançou o apogeu no início da década de 1970, com o codinome de “milagre brasileiro”. O Estado então ditatorial foi um agente fundamental, com incentivos e investimentos públicos, perpetuando a lógica de um país destinado a ser produtor e exportador de matéria-prima (*commodities*), internalizando custos sociais e ambientais de produção (BRITO, 2006).

Sob essa ótica, no norte de Minas Gerais, foram implantados programas agropecuários e de silvicultura, a partir das demandas das indústrias siderúrgicas e de papel e celulose por matéria-prima como carvão vegetal e madeira. Empresas passaram a receber incentivos financeiros e fiscais, além de aportes legais e crédito para aquisição de terras, com o fim de implantar extensos plantios de eucalipto e *pinus*,³ avançando sobre terras tradicionalmente ocupadas. As elites políticas e empresariais consideraram a região um “bolsão de miséria”, comprometido pelos efeitos da seca, portanto, sem capacidade de investir e “tornar produtiva” as “terras ociosas” das chapadas. Esta visão desconsiderou completamente as populações tradicionais – que utilizam as terras para produção (uso comum) e reprodução de modos de vida – e a biodiversidade do bioma Cerrado (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009).

A noção de “milagre econômico” chegou às comunidades geraizeiras do norte de Minas com o nome de eucalipto, disseminando a ideia de um “pacote de progresso”

³ Em Minas Gerais, o governo federal implantou dois programas de empreendimentos florestais: o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal e o Programa Nacional de Papel e Celulose. Também criou, em meados dos anos 1970, o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), com a finalidade de subsidiar atividades reflorestadoras e outros ramos (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009; BRITO, 2013).

com mais benefícios que o uso tradicional e comum das chapadas. O discurso de “milagre” e “progresso” daqueles empreendimentos foi imposto, evitando conflitos resultantes do choque de formas diferentes de uso territorial (uso voltado à acumulação de capital em contraposição ao acesso, uso e cuidado para a subsistência), resultando no encurralamento das comunidades geraizeiras (OLIVEIRA, 2017; SOUZA, 2017).

O norte de Minas reproduziu, em termos fundiários, uma mesma lógica imposta no âmbito do Brasil, ou seja, a ocupação e expansão da fronteira agrícola, baseadas na expropriação territorial das populações tradicionais, reproduzindo a lógica de colonização e a colonialidade.⁴ Se deu com a formação e ampliação de imensos latifúndios, que utilizaram mão de obra escrava ou semiescrava, promovendo a concentração da terra e da renda, a exclusão, o empobrecimento da maioria da população e a desigualdade (SAUER, 2010), aprofundando a lógica colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Povos e comunidades tradicionais, como os geraizeiros, foram, e ainda são impactados por esses processos de expansão da fronteira agrícola, fundamentados em esquemas de poder, racionalidade e colonialidade.⁵ A narrativa do progresso é a pretensa solução para a falta de desenvolvimento. Imposto de cima para baixo, imprime modos de pensar em diversos setores e camadas sociais, naturalizando determinado tipo de desenvolvimento ou noções vindas “de fora”, que desvalorizam e deslegitimam práticas (acesso e uso comum da terra e da natureza) e vivências históricas de populações tradicionais (NOGUEIRA, 2009).

Ainda no período da colonização, na região norte mineira, havia grandes extensões de terras sem “dono”, ou sem ocupação, tidas como *terras livres*, que foram sendo ocupadas com a dispersão de agregados de grandes fazendas e mineiros, já no fim do ciclo do ouro (BRITO, 2013). Misturas entre europeus, negros e indígenas, essas gentes ocuparam as veredas, planaltos, topos de morros, encostas, tabuleiros – *os Gerais* –, com base no princípio do trabalho e não na compra formal das terras. Prevaleceu a posse familiar, como espaços de morada e pequenos cultivos nas partes baixas (veredas), e o uso comum de grandes áreas de chapada para a criação de animais e práticas extrativas (NOGUEIRA, 2009).

⁴ Colonialismo “[...] se entende típicamente como relación política y económica que involucra la soberanía de un pueblo o nación sobre otro en cualquier parte del mundo” (WALSH, 2012, p. 66), mas colonialidade é o padrão de poder, exercido a partir da colonização europeia sobre outros países. A colonialidade é a permanência das relações e estruturas de poder, em uma subalternização pela racialização, que se mantém na contemporaneidade (WALSH, 2012).

⁵ O poder colonial, ligado ao capitalismo mundial, tem como base o controle e domínio de povos vistos como inferiores (evocando, inclusive, noções de raça e racismo), com a naturalização das relações de subordinação (WALSH, 2012). Portanto, projeto decolonial é aquele que “[...] pretende visibilizar y enfrentar la matriz colonial de poder [...]”, ou seja, a própria “colonialidad de poder” (WALSH, 2012, p. 66).

Os geraizeiros vivenciaram um “processo de territorialização” (ALMEIDA, 2008), similar aos diversos povos e comunidades tradicionais, cujas relações com o lugar em que vivem extrapolam o âmbito material e econômico. Em relação ao espaço e à natureza, desenvolveram historicamente a articulação sustentável entre ecologia, produção, relações simbólicas e códigos de vida próprios, tornando o ambiente habitado familiar (NOGUEIRA, 2009). No entanto, as narrativas de progresso possibilitaram que os *Gerais* fossem totalmente ignorados nesses processos ditos modernizantes (SOUZA, 2017).

Faz parte das ideologias modernizantes desconsiderar, desvalorizar ou negar saberes, sistemas e formas de organização, de vivência e convivência de populações tradicionais. É a base para justificar por que os geraizeiros, por exemplo, perderam (e continuam perdendo) suas terras para a monocultura do eucalipto. O não reconhecimento das comunidades rurais e de suas dinâmicas sociais, inclusive por órgãos de governo, resulta em isolamento e invisibilidade histórica, levando-as a uma situação de marginalidade social, econômica e política, negando-as como sujeitos de direitos (BRITO, 2013).

Os monocultivos de eucalipto foram plantados sobre áreas com vegetação nativa do bioma Cerrado, primordialmente nas áreas de chapada, em áreas tradicionalmente utilizadas de forma comum pelas comunidades. O plantio extensivo do eucalipto, e outras atividades predatórias, não só privou o uso comum como comprometeu os recursos hídricos, a flora e a fauna. Isto impactou diretamente nas possibilidades de permanência dos moradores nesses locais, pois alterou suas fontes de subsistência, modos de vida, relações de trabalho, contribuindo para a limitação dos espaços produtivos e de vivência (DAYRELL, 1998; BRITO, 2013). Isto resultou em processos de encurralamento (SOUZA, 2017), reduzindo o território de vida dessas comunidades.

A dinâmica desses empreendimentos levou à situação, concreta e simbólica, de encurralamento das comunidades geraizeiras, tanto espacial-geográfico quanto do modo de vida (SOUZA, 2017). A imagem de um “curral” está presente, pois os moradores percebem a perda da liberdade de “campear pelos gerais” e a desestruturação dos modos de produção, convivência e expressão cultural. Segundo Nogueira (2009, p. 151), o encurralamento dos geraizeiros é o seu “[...] confinamento nas veredas e grotas, compreendendo normalmente o chão de morada, a chácara e as roças de beira d’água, mesmo que mantidas as áreas de plantio dos *mantimentos*”. Os sistemas tradicionais de produção perderam as chapadas, ou as “largas dos gerais”,⁶ espaços que utilizavam para

⁶ “Largas dos gerais” é outra expressão usada pelos geraizeiros em referências às áreas de chapada.

criação à solta de gado⁷ e para extrativismo (DAYRELL, 1998), práticas produtivas que mantinham a vegetação nativa.

Os relatos coletados durante a pesquisa de campo,⁸ inclusive vivenciados em caminhadas pelo território, destacam diversas situações típicas de encurralamento, com destaque para a escassez de água (SOUZA, 2017). As áreas do Cerrado, onde preponderam os monocultivos, são as chapadas, que são também espaços de recarga hídrica, pois recebem água das chuvas. A mata nativa nessas áreas permite a adequada infiltração da água nos solos, alimentando lençóis freáticos, nascentes e córregos, que surgem nas encostas. A substituição dessa vegetação por monocultivos exóticos, como é o caso do eucalipto, provoca desequilíbrios no balanço hídrico (SILVA, 2009).

Silva (2009) demonstra como a monocultura do eucalipto resulta nesses desequilíbrios hídricos, apresentando um cálculo com base na produção da biomassa. O Cerrado é considerado um bioma com baixa produção de biomassa, produzindo entre 10 e 40 toneladas por hectare, já a da monocultura do eucalipto produz mais de 300 toneladas. Como 2/3 da composição da biomassa é constituído por água, o eucalipto necessita de muito mais água para se desenvolver, retendo parte significativa da água que iria alimentar os lençóis freáticos (SILVA, 2009). Outra consequência dos monocultivos é o soterramento de nascentes, como relata Dona Clemência, da comunidade Raiz:

[...] foi na devoração deles é que as água cabou, porque eles pegô e desmatô, e gradeô terra, e aí veio a chuva, e as enxurrada desceu as barrancada de terra tudo pra dentro das nascente, que nunca mais nós vimo água, acabou com os pequizeiro, cabou com as fruta natural que tinha, cabô tudo. (Entrevista realizada em 16 de outubro de 2016)

Dona Clemência se refere ao fato de que o desmate das plantas nativas e os cortes das madeiras expõem os solos, os deixando sem cobertura vegetal. Assim, quando caem as chuvas, a água, ao invés de infiltrar no solo, provoca enxurradas e voçorocas, devido ao escoamento superficial, levando a terra solta para as encostas, justamente onde estão as nascentes (DAYRELL; DAYRELL, 2014). Nas três comunidades estudadas, foi constatada a

⁷ O gado era criado “à solta” nas chapadas, área comum usada pelos moradores, principalmente na época das chuvas, sem uso de currais ou cercados. Portanto, o modo de produção está baseado no controle dos animais e não no controle da terra (NOGUEIRA, 2009).

⁸ Conforme mencionado na Introdução, o levantamento sistemático de informações foi realizado por meio de seis (6) entrevistas, uma roda de conversa na comunidade Moreira e cinco (5) caminhadas em Sobrado e Moreira. A roda de conversa possibilitou trocas e complementos entre as/os participantes, sendo que temas e narrativas foram conduzidos pelos próprios. Trocas e interações trouxeram nuances, revelações e interesses, além de participações com a intercalação de vozes, acréscimo de detalhes, corroboração, reforços de pontos considerados importantes entre os próprios interlocutores. As entrevistas individuais seguiram um roteiro semiestruturado e possibilitaram realçar narrativas e informações relevantes, sendo que os informantes detinham saber acumulado, tanto sobre processos de luta (como no caso de lideranças), quanto sobre conhecimentos tradicionais (como no caso de anciões e anciãs), reconhecidos pelos comunitários.

extinção de dezenas de nascentes em seus territórios, fenômeno observado depois da expansão dos monocultivos (SOUZA, 2017). Durante caminhadas na comunidade Moreira, foi visualizada a intensa presença de voçorocas e grande quantidade de nascentes soterradas ou extintas. Em Sobrado e Raiz foram mostrados diversos leitos de córregos totalmente secos, os quais eram perenes antes da chegada dos empreendimentos. A extinção de nascentes – combinada com a diminuição do volume e a contaminação de cursos d’água – é um elemento fundante do encurralamento. A restrição espacial é aprofundada com a escassez hídrica, impedindo a reprodução social das comunidades e famílias (SILVA, 2007).

Uma consequência do encurralamento é a migração (êxodo rural), com especial gravidade na comunidade Raiz, em virtude da falta de condições e espaço para produzir ou acesso a outras fontes de renda, aliada à perda da liberdade. Alegam os comunitários que a proibição de pegar um feixe de lenha, mesmo que seco, na área de eucalipto – já que não tinham mais acesso ao Cerrado – está entre as “memórias mais doídas”. Isto está refletido nas falas, como a do senhor José:

[...] se a gente fosse panharuns pau de lenha pra poder ponhar no fogão, oh meu Deus do céu! Quantas pessoa lá que não teve que evinha com um feixe de lenha nas costa e teve que jogar no chão. E o cara [funcionário da empresa] falava assim: “agora cê pega e leva e joga lá dentro do eucalipto que é pra apodrecer lá e pra virar adubo na terra, porque não era pra tirar de lá de dentro”. (Entrevista realizada em 27 de abril de 2016)

Outras dimensões do encurralamento afetam diretamente o pastoreio e o trato com os animais de criação, como contou o senhor José:

Dentro dessa opressão que a gente sentia na firma lá tinha de todo tipo, tinha um homem (apelidado de “Ravengar” pelos comunitários), por exemplo, de Taiobeiras; que morava dentro da sede da empresa; que criava uns gado na sede da Replasa. E como a comunidade tinha o costume de criar as criação na solta, aí quando um gado da gente chegava lá, ele pegava e fechava no curral, sabe? Inclusive meu tio, por exemplo, aconteceu duas ou foi três vezes; a vaca pariu lá no mato, na chapada, desceu pra beber água. E aí ele pegou e prendeu a vaca; aí o bezerro morreu de fome na chapada, porque a vaca ficou presa no curral; não conseguiu ir lá dá de mamá ao bezerro né? Três dia, o suficiente pro bezerro morrer. (Entrevista realizada em 27 de abril de 2016)

Em Moreira, é destacada a perda da diversidade produtiva. A falta de água tornou impossível produzir em quantidade e variedade como há algumas décadas. Na comunidade Sobrado, tem destaque a contaminação da água até das torneiras das casas, em razão da criação de suínos nas proximidades das principais nascentes (SOUZA, 2017).

Há ainda encurralamento no âmbito cultural, pois foram identificados problemas e dificuldades nas práticas de sociabilidade e festejos tradicionais nas comunidades. O senhor Antônio, liderança da comunidade Água Boa II, relatou que a monocultura de eucalipto interferiu drasticamente na vivência familiar. O trabalho nas “firmas”⁹ retirou jovens, pais e, em vários casos, também mães do convívio cotidiano do lar (êxodo para trabalhar; separação entre espaço de vida e de trabalho; migração; dificuldades de sucessão nas atividades tradicionais da família etc.).¹⁰ Por outro lado, a presença de trabalhadores (pessoas de fora) nos espaços comunitários também vem gerando conflitos (SOARES, 2011).¹¹

O encurralamento dos geraizeiros se tornou possível a partir de uma lógica histórica de invisibilidade das comunidades e modos de vida (OLIVEIRA, 2017), ou seja, a lógica colonial (negação do outro) permitiu desconhecer ou negar a existência (PORTO-GONÇALVES, 2006) e as práticas produtivas, afirmando que as chapadas estariam desocupadas ou com baixo aproveitamento. Essa invisibilidade favoreceu a invasão dos territórios tradicionais por empreendimentos monocultores, causador do encurralamento.

Conseqüentemente, invisibilidade, isolamento e encurralamento são causas e conseqüências, que se retroalimentam e negam direitos das comunidades geraizeiras (SOUZA, 2017). Invisibilidade e isolamento permitiram o desenvolvimento dos laços ancestrais, mas causaram o encurralamento. Este, por sua vez, tem sido também a motivação para as lutas e a busca por direitos tradicionais, especialmente o direito territorial. A invisibilidade histórica, algo comum entre diversos povos e comunidades tradicionais no Brasil, tem sido reforçada pelo mutismo jurídico em relação a esses grupos (SOUZA, 2017) e seus modos de relação com a natureza e territorialidade (SILVA, 2007).

Alteridade, antagonismo e reciprocidade na reconstrução identitária geraizeira

A Constituição de 1988 abriu possibilidades para o reconhecimento da diversidade sociocultural brasileira, de forma a incluir grupos com categorias identitárias e territoriais específicas, diferenciadas das formas convencionais respaldadas pela lei até então (SHIRAIISHI NETO, 2009).¹² Como resultado de lutas sociais, surgiram instrumentos

⁹ “Firma” é o nome comumente dado pelos moradores locais às empresas monoculturas de eucalipto.

¹⁰ Este registro foi realizado durante o Seminário da Agricultura Familiar (STTR/RPM) com depoimento coletado no dia 22 de julho de 2016.

¹¹ Soares (2011) analisa como “forasteiros”, a maioria vinda de outros estados, provocaram o surgimento de confusões e brigas durante os reisados da comunidade Vereda Funda, também município de Rio Pardo de Minas, causando a interrupção do evento em diversos momentos.

¹² Segundo Shiraishi Neto (2009, p. 14), “[...] a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, uma vez que reconheceu de forma explícita a existência social dos povos indígenas e quilombolas (arts. 231 e 68 do ADCT da CF), retirando-os da ‘invisibilidade

legais que fortalecem aspectos jurídicos relativos às populações tradicionais. Dentre os instrumentos legais, destacam-se o Decreto nº 6.040, de 2007¹³ e a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. No estado de Minas, a Lei nº 21.147, de 2014, instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.¹⁴ Na esfera municipal, em 2015, foi aprovada a Lei nº 1.629 – denominada Lei João Tolentino –, elaborada pela comunidade Sobrado, de Rio Pardo de Minas.

Tais dispositivos jurídicos são acionados pelas comunidades geraizeiras em seus processos de resistência e lutas contra o encerramento, reivindicando direitos territoriais, nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 6.040, de 2007. Este decreto, que instituiu a Política dos Povos e Comunidades Tradicionais também definiu os territórios tradicionais como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas [...]”. Porém o fosso existente entre os aparatos legais e sua implementação faz surgir contestações a morosidade, lentidão, burocracias e ineficiência do Estado no reconhecimento e demarcação de terras e territórios (OLIVEIRA, 2017).

Essa morosidade reforça o aparelhamento estatal hegemônico que, historicamente, dicotomizou interesses públicos e privados, em uma “razão instrumental” (LITTLE, 2003) contra o reconhecimento de territórios e de direitos de comunidades tradicionais. Em contraposição, a “razão histórica” (LITTLE, 2003) dos movimentos emancipatórios de grupos tradicionais dá sentido às resistências e lutas identitárias e políticas (ALMEIDA, 2008). Nos termos do autor, formas associativas desses coletivos,

[...] agrupam e estabelecem uma solidariedade ativa entre os sujeitos, delineando uma “política de identidades” e consolidando uma modalidade de existência coletiva [...], correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e asseguram sua reprodução física e social. Em outras palavras pode-se dizer que cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também numa

jurídica’ e diferenciando-os dos demais trabalhadores rurais. Extensivamente, esse processo permitiu que outros grupos sociais, também, pudessem ser reconhecidos pelo Estado”.

¹³ O Decreto nº 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e estabeleceu as definições legais, os definindo como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

¹⁴ A Lei nº 21.147 foi regulamentada pelo Decreto nº 47.289, de 20 de novembro de 2017, que permitiu ao Estado o reconhecimento oficial da identidade geraizeira das comunidades como Sobrado, Moreira, Água Boa, Raiz e Vereda Funda, todas do município de Rio Pardo de Minas, através da Certificação de Autodefinição Identitária, em 11 de julho de 2018.

relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais. Tal relação, de certa maneira, está refletida na diversidade de figuras jurídicas verificadas nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos. (ALMEIDA, 2008, p. 72)

Segundo Almeida (2008), a (re)construção identitária, em processos de autorreconhecimento (ou autoidentificação), tem como base e resulta em territorialidades específicas, ou seja, jeitos de ser, viver e produzir no território. Esta construção social do território é parte fundante do que Porto-Gonçalves (2006) define como territorialidades emancipatórias, incluindo ações autodemarcatórias de espaços e lugares, ou seja, criação de território (SILVA, 2007).

Os atos de autodemarcação territorial – estratégia inaugurada pelos indígenas, que vem sendo acionada por outros povos e comunidades tradicionais – são realizados como mecanismo para garantir direitos, compondo processos de autorreconhecimento e construção identitária (OLIVEIRA, 2017). Com princípios metodológicos horizontalizados, baseados na participação protagônica de comunitários, e com o apoio de equipes técnicas, é realizado um trabalho de mapeamento do território, relacionando história e identidade do grupo, para sua posterior demarcação e georreferenciamento (ROCHA *et al.*, 2016).¹⁵ No caso dos geraizeiros, é um processo em que a comunidade reafirma sua identidade, expressando a reivindicação do território usurpado. Manifesta abertamente o conflito, expressando choques de interesses da comunidade e os de uma grande empresa monocultora, manifestando relações de antagonismo ostensivo (DAYRELL; DAYRELL, 2014; SOUZA, 2017).

Historicamente, os habitantes dos Gerais estabeleceram uma identidade territorial apoiada na paisagem (na relação com a natureza) em que viviam, e na contrastividade com outros territórios e identidades, como os povos da Caatinga. Segundo Nogueira,

[...] consistindo em agrupamentos de algumas ou muitas famílias mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, bem como pela convivência proporcionada por práticas de auxílio mútuo e atividades lúdico religiosas, para esses agrupamentos a questão da identidade geraizeira, enquanto tal, não estava colocada senão quando confrontados a grupos culturalmente distintos. Historicamente, a alteridade para os geraizeiros se fazia representar nos Catingueiros – para quem trabalhavam na lavoura de algodão ou vendiam seus produtos nas feiras locais. (2009, p. 129)

Nessa alteridade, a alcunha “Geraizeiro Cacunda di librina” seria um chiste dado pelos catingueiros aos geraizeiros, os quais vinham das serras dos Gerais. Frequentemente cobertas pela neblina, umidade era gerada nas costas dos viajantes,

¹⁵ Mais detalhes sobre princípios metodológicos e formativos e direitos reivindicados nas autodemarcações territoriais, ver Rocha *et al.* (2016), Oliveira (2017) e Souza (2017).

também chamados de tropeiros (DAYRELL; DAYRELL, 2012). Como explicou Adeilson, liderança da comunidade Moreira, esse apelido era uma forma respeitosa de tratar quem vinha dos Gerais. Afirmou que “[...] a única coisa que eles [os catingueiros] caçoavam é que nos Gerais não se abria a roça para criação de gado; na Caatinga deixam o campo limpo; cada lugar tem um sistema, né? [...] Mas um precisa do outro” (entrevista em 16 de abril de 2016). O senhor Antônio, também da comunidade Moreira, lembra o tempo em que fora tropeiro: “Nós era bem recebido, moço! [...] Os geraizeiros lá tinha vez [...]. As mercadoria que nós levava sempre nós trabaiô enriba da consciência também; as mercadoria de nós era boa; podia levar o tanto que fosse, que uma pessoa sozinha topava tudo [...]” (entrevista em 6 de novembro de 2016).¹⁶

As relações de sociabilidade entre geraizeiros e caatingueiros, inclusive com trocas mercantis (SABOURIN, 2011), marcam a alteridade histórica nos modos de vida nos Gerais. Além de contribuir para a construção identitária, baseada no encontro entre povos em contraste, as relações tinham como fundamento laços de reciprocidade entre os grupos e comunidades, inclusive que marcam a memória dos mais antigos (NOGUEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2017).

Diferente das relações de sociabilidade, o encurralamento é expressão de antagonismos, conflito suscitado pela expansão dos monocultivos. Para entender os processos de autodenominações dos geraizeiros na contemporaneidade, é necessário compreender os “[...] mecanismos em ação na luta simbólica pela imposição dos critérios de reconhecimento coletivo da(s) identidade(s)” (NOGUEIRA, 2009, p. 119). Tomando a noção de Simmel de conflito como uma “interação vívida” e “força integradora”, este age como energia centrípeta entre comunidades afetadas, gerando coesão social e possibilidades concretas de autoidentificação, (re)construção identitária e sentido de pertencimento (SAUER, 2008, p. 253). O ajuntamento de forças coletivas em conflito, composto por dezenas de comunidades, imprime ao reconhecimento identitário sua força política na luta por direitos, fazendo da autodenominação do geraizeiro uma identidade política (SILVEIRA, 2014; SOUZA, 2017).

Esse processo de (re)construção identitária por meio do movimento sociopolítico promove a eficácia performativa da identidade, o que se traduz pela saída dos geraizeiros do anonimato político. Em um paralelo com os trabalhadores rurais da Paraíba, estudados por Novaes (1997), as mobilizações e lutas retiraram o campesinato¹⁷

¹⁶ De acordo com o entrevistado, os geraizeiros levavam para a caatinga produtos como farinha, polvilho, óleo de pequi, rapadura, dentre outros.

¹⁷ Para uma discussão conceitual sobre campesinato e povos e comunidades tradicionais, apropriação da natureza e ressignificações identitárias, ver Silva (2007), mas também Shantin (1973) sobre a natureza e a lógica da economia camponesa.

do isolamento e do anonimato político. A reafirmação da identidade se dá, portanto, a partir do antagonismo e contraposição, manifesta por um conflito com o latifúndio (explícito no caso das lutas dos trabalhadores na Paraíba) e com monocultivos de eucalipto, servindo de mola definidora da identidade, combinando ou reforçando valores comuns partilhados anteriormente (SAUER, 2008; SOUZA, 2017).

A assunção política da identidade geraizeira ocorre a partir de enfrentamentos com as grandes empresas silvicultoras ou empresários locais, perfazendo uma relação de antagonismo em uma relação conflituosa de disputa e oposição manifesta politicamente (OLIVEIRA, 2017). É como consequência dessa relação antagonica que surge a necessidade ou a consciência da retomada territorial e luta por direitos, com base no autorreconhecimento e reafirmação da identidade geraizeira (SOUZA, 2017).

Alteridade e antagonismo se mostram como mecanismos de contraste reconstrutores da identidade geraizeira. O primeiro se refere à demarcação dos limites e sentidos territoriais e culturais construídos historicamente. O segundo gera, nos processos de disputas e resistências, coesão social e ressignificações, inclusive a descoberta de direitos (SAUER, 2008).

Aliada à identidade, a reciprocidade¹⁸ seria outro mecanismo definidor da territorialidade acessado pelas comunidades geraizeiras. Contribui como aglutinador e animador dos laços coletivos, além de colaborar para o enfrentamento de adversidades. A reciprocidade, em regimes de uso comum,¹⁹ é elemento importante na defesa dos direitos coletivos, perante os antagonismos externos (ALMEIDA, 2008). Ajuda na manutenção de domínios e usos comuns, diante da constante pressão capitalista para incluir os territórios no progresso (ou seja, no mercado de terras), gerando concentração fundiária, frequentemente por meios ilícitos, ou seja, grilagem de terras (SILVA, 2009).

A reciprocidade permeia o modo de vida geraizeiro em suas relações de parentesco, nas práticas produtivas, comerciais, religiosidade, manifestações culturais e organizacionais. As práticas produtivas e utilitárias são fundamentadas em regras tradicionais de uso compartilhado de bens comuns, como as chapadas na pecuária. Para a solta do gado, por exemplo, os moradores precisam uns dos outros nos cuidados com as criações, fomentando a reciprocidade (BRITO, 2013).

Na vida cotidiana, há o compartilhamento de bens, por meio de campanhas, leilões ou festas para arrecadação e doação para alguém mais necessitado, de bens

¹⁸ Segundo Sabourin (2011, p. 21), “[...] do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde [...] a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos”.

¹⁹ No caso dos geraizeiros, o regime de uso comum é manifestado de forma mais explícita no uso das chapadas, onde não há apropriação privada do território nem dos recursos naturais, mas práticas produtivas com a utilização comunitária da natureza (pastagens, extrativismo etc.) (SOUZA, 2017).

alimentícios, vestuários, ou recursos financeiros para tratamento de doenças, trocas e compartilhamento como parte da reciprocidade (SABOURIN, 2009). Na comunidade Sobrado, os mutirões fazem parte da agenda mensal dos moradores, que se organizam geralmente para construção ou reforma de casas, limpeza ou reforma de estradas e desentupimento de canais de captação de água (OLIVEIRA, 2017; SOUZA, 2017), fomentando a reciprocidade que não se reduz a relações e simples troca de bens (SABOURIN, 2011).

A religiosidade também fornece um forte senso de partilha. À luz de uma religiosidade apregoada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as resistências das comunidades geraizeiras vivenciam uma espiritualidade que sintetiza a fé com a luta por direitos (BRITO, 2013). Na união entre fé e política, doar e partilhar se tornam parte de uma moral cristã, na ideia de que não se pode ter uma sociedade justa na qual se opera o egoísmo. Festividades religiosas como as festas de São João, da Bandeira Roumada, Folia de Reis e do Divino são eventos de pura dádiva mútua que, mesmo sendo guardados momentos espirituais e ritualizados, são dedicados à alegria, regados a cantorias, danças e descontrações, fartura de alimentos e doações por parte dos organizadores (NOGUEIRA, 2009; SOUZA, 2017).

Com as investidas dos empreendimentos econômicos predatórios e a expansão da fronteira agrícola (SAUER, 2010), as comunidades geraizeiras vivenciam processos de expropriação territorial e impactos socioambientais (BRITO, 2013). Estes interferem em todos os aspectos da vida, inclusive nos laços tradicionais de reciprocidade, pois a perda de território reduz a autonomia e a liberdade, além de diminuir a capacidade produtiva, em quantidade e diversidade. Como consequência, há diminuição da capacidade de comercialização e de partilha, fragilizando a reciprocidade (SOUZA, 2017).

Os movimentos de resistência fazem surgir outros níveis de reciprocidade, relacionados à organização política e de coletivos. A união de diversas comunidades geraizeiras, que viviam e vivem em situações de expropriação de seus modos de vida, formou o chamado Movimento Geraizeiro – Guardiã do Cerrado. Este conta com a adesão e apoio de diversas instituições, incluindo articulações com outros povos e comunidades tradicionais,²⁰ que contribuem nas reflexões e discussão de estratégias, oferecendo ainda assessoria técnica e jurídica, além de colaborarem com as ciências da

²⁰ No Norte de Minas, formou-se a Articulação Rosalino, que reúne indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, catíngueiros, ribeirinhos, apanhadeiras de flor, dentre outros, na articulação de frentes de luta e resistência para proteção, reconhecimento de seus modos de vida e retomada territorial. O nome é referência ao Cacique Xacriabá, Rosalino Gomes de Oliveira, assassinado a mando de fazendeiros durante processos de retomada territorial, no município de São João das Missões, em 1987 (SOUZA, 2017).

natureza, economia solidária etc.²¹ Com a formação desse movimento, as comunidades geraizeiras transformaram a resistência em frentes de ação e lutas políticas, com manifestações reivindicatórias, ocupações, autodemarcações, denúncias etc. (OLIVEIRA, 2017; SOUZA, 2017).

O movimento luta por políticas públicas e por novos ordenamentos jurídicos, inclusive na esfera municipal, que atendam as especificidades, mas também luta pelo reconhecimento e proteção dos modos de vida (OLIVEIRA, 2017) e das relações de reciprocidade (SOUZA, 2017). As ações resultaram na recriação de territórios de uso comum, implicando compartilhamento de bens e gestão comuns. Mesmo que de modo parcial, a recriação identitária em territórios conquistados é realidade, como no caso da Vereda Funda, que implantou um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE Veredas Vivas) em área antes destinada aos monocultivos (BRITO, 2013). A comunidade Água Boa II – juntamente com outras de municípios vizinhos – conquistou, em 2014, a decretação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável “Nascentes Geraizeiras”, protegendo mais de 47 mil hectares de remanescentes de Cerrado, que estavam ameaçados por empreendimentos e pelo avanço da fronteira agrícola (SOUZA, 2017).

As comunidades Raiz, Moreira e Sobrado: conflitos e estratégias por território e água

As comunidades Raiz, Moreira e Sobrado lutam, com base em processos de autorreconhecimento, como população tradicional geraizeira, em virtude de ameaças à manutenção física e cultural de seus territórios, resultante de empreendimentos econômicos que se instalaram em espaços de reprodução social e produtivos. O caráter pragmático desses autorreconhecimentos se manifesta como fundamento utilizado na luta por direitos ou na construção de projetos de leis, como alternativa para resolver seus conflitos socioambientais (SOUZA, 2016). Nesses processos, os elementos simbólicos e subjetivos de caráter tradicional – como modos de vida, religiosidade, relação histórica com o território, por exemplo – são mesclados com a realidade material – espaço produtivo, produção, água, áreas de uso comum etc. – e com os elementos de antagonismo, na manifestação de sua identidade e sentidos de territorialidade (BRITO, 2013). Esses elementos emergem e se materializam em lutas e resistências buscando realidades objetivas que favoreçam a permanência em seus territórios e manutenção de modos de vida (NOGUEIRA, 2009). Dona Clemência destaca

²¹ Dentre as instituições parceiras estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Embrapa Cerrados, várias universidades, dentre outras entidades e organizações da sociedade civil (SOUZA, 2017).

a importância da água como elemento de ligação com o território, mas também como elemento essencial na deflagração do conflito:

Antes dessa empresa chegar, a gente tinha muita coisa; a gente tinha muita fruta, pequizeiro, mangabeira, rufãozeiro, muita fruta nativa da chapada. Depois que essa firma chegou, cabô tudo! Hoje existe algum pé n'algum lugar. E sobretudo é a água. O que mais me deixa triste com a chegada dessa firma é a água; porque no tempo que não tinha essa firma aqui, todo lado que nós oiasse tinha nascentezinha de água; inclusive aonde que eu moro era um lugar tão rico de água, tão rico, e hoje a gente óia [...] não tem nada de água. O lugar que era o rio pode plantar. (Entrevista realizada em 16 de outubro de 2016)

No caso de Raiz, é emblemática a incidência do eucaliptal sobre o território da comunidade, cujos limites chegaram até o quintal dos moradores. A área total apropriada pela empresa foi tão grande que quando os moradores se deram conta descobriram que até os espaços de moradia estariam em área irregular, segundo a empresa, pois estariam situados em sua área de reserva legal (SOUZA, 2017). A empresa alega que a comunidade seria, portanto, a invasora, sendo que declarou reservas ambientais²² sem nenhuma consulta ou consideração aos moradores que estão ali há gerações. Além disso, a área restante de Cerrado é insuficiente para suprir a comunidade em suas necessidades, pois perderam espaço para criação, coleta de frutos e de lenha (SOUZA, 2016).

A documentação da área, em posse da empresa, é um dos aspectos contestados pela comunidade. As suas lideranças, como o senhor José (entrevista em 27 de abril de 2016), consideram no mínimo duvidosas as várias retificações de área realizadas em favor do empreendimento, contestação que também é feita por moradores durante reuniões (SOUZA, 2017). Tamanha extensão²³ da área expropriada só foi possível com o auxílio de mecanismos duvidosos de legitimação de posse, que até hoje recebe protesto dos moradores. Os indícios de grilagens – tendo por base os documentos cartoriais acessados, nos quais não se justificam as retificações ocorridas – demonstram como os meios jurídicos também são usados de forma ilícita para concentrar terras nas mãos de elites empresariais, contra camadas sociais em situação de invisibilidade (SOUZA, 2017).

Uma das estratégias adotadas no início das mobilizações, ocorridas por volta do ano de 2008, além de “parar máquina”,²⁴ foram ocupações em áreas cercadas pela empresa.

²² Com a flexibilização das normas e restrições do Código Florestal, alteradas em 2012, o estabelecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) tem sido usado, via averbação de reservas ambientais, como um mecanismo para expropriar terras e legalizar a grilagem (SAUER; FRANÇA, 2012).

²³ De acordo as Certidões de inteiro teor e registros cartoriais das áreas, foi comprado inicialmente um total de 289 hectares, tendo sido retificado para 11.845 hectares, ou seja, um aumento de quarenta vezes, aproximadamente (SOUZA, 2017).

²⁴ “Parar máquina”, como explicou o senhor José, da comunidade Raiz, é uma tática usada, com a presença de muitas pessoas, com o fim de barrar, mesmo que temporariamente, o funcionamento de máquinas e veículos das empresas que estão no cultivo do eucalipto, em atividades como desmate, destocamento, transporte, corte etc.

Segundo explicou o senhor José, as comunidades montaram acampamento e realizaram plantios coletivos (entrevista em 27 de abril de 2016). As ações de resistência contribuíram para chamar a atenção das autoridades, explicitando o conflito, mas também alcançando determinados resultados práticos, como frear certas ações da empresa. Alguns desses atos, principalmente “paradas de máquinas” e “ocupações”, geraram processos judiciais e criminalização de moradores (SOUZA, 2017). O encurralamento espacial ou territorial se estendeu para o campo jurídico, inclusive as liminares judiciais afetaram até as crianças da comunidade.

A comunidade Moreira, além do monocultivo de eucalipto, foi afetada pela extração de manganês, entre 1970 e 1980, por empresas mineradoras. Essa atividade gerou grande exposição dos solos, provocando processos erosivos e assoreamento nos cursos d’água. Enormes quantidades de terra e pedra desceram as encostas, soterrando córregos e nascentes, intensificando a degradação causada pelo eucalipto. O resultado foi a escassez de água, impondo sérias restrições à diversidade produtiva da comunidade (DAYRELL; DAYRELL, 2014). Como afirmou Adeilson,

As coisas vêm mudando muito rápido. Há uns quinze anos atrás, essa comunidade era muito diferente do que é hoje; se for observar o modo de produção e comercialização, mudou assim; fez assim oh (gestos de estralar os dedos) duma vez, né? Aqui [...] as famílias viviam basicamente da chácara. Cícero é prova viva; Lia é. Cícero tinha sua chácara aqui imensa; o pai dele ali tinha, todos tinha. Aí essa chácara produzia; todo sábado, o ônibus tinha que pegar o povo aqui e levar pra feira; a renda do povo era garantida. (Roda de conversa em 24 de abril de 2016, em Moreira)²⁵

A abundância anterior propiciava a presença de chácaras em todas as casas da comunidade, onde se produzia uma diversidade de frutos e leguminosas. A restrição dos espaços para cultivos – visto que restaram poucas áreas com alguma umidade – fez com que a produção se concentrasse na mandioca, planta mais resistente à estiagem. Isso causou impactos sobre a renda dos moradores, pois esse cultivo possui uma única safra anual. A renda principal da comunidade também passou a ser anual, pois já não possui diversidade e quantidade de produtos para enfrentar a sazonalidade agrícola (SOUZA, 2017). Esse processo levou os moradores a denominar o cultivo da mandioca como “outra monocultura” (afirmação na roda de conversa em 24 de abril de 2016, em Moreira).

Os relatos demonstram como a falta de água afeta tanto a questão produtiva como a comercialização, impactando também nos laços de sociabilidade e reciprocidade, presentes nas relações com a feira local. Com a restrição produtiva, os moradores da

²⁵ Cícero e Lia, lideranças comunitárias, também participaram da roda de conversa, realizada na comunidade Moreira no dia 24 de abril de 2016.

cidade perderam parte de suas referências na obtenção de produtos vindos dos geraizeiros de Moreira, que conheciam e por quem já tinham estabelecidos laços de confiança mútua (SABOURIN, 2011; SOUZA, 2017).

Como resistência a essa situação, a primeira ação coletiva direta ocorreu em 2013, quando certa empresária, de posse de um registro de uma área de quase 160 hectares (conforme registros nos arquivos da Associação da Comunidade Tradicional Geraizeira do Moreira), começou a cercar uma área de eucalipto. Lia, complementada por outras lideranças presentes na roda de conversa, relatou:

Lia: Aí quando foi um dia, sem mais nem menos, chegaram assim; acho que foi até Dai [...] que tava passando na estrada aqui: “Oh, tá fechando estrada lá; [...] chegou uns lá que diz que é dono da chapada e tá fechando a estrada, já tá abrindo buraco [...]” Aí o povo [...] falou assim: “Ué, nós têm que fazer alguma coisa, porque nós num pode deixar cercar as estrada nossa. [...] Ué será que alguém que é dono do eucalipto?” Aí lembrou do que tinha sido conversado antes; porque a terra aí é nossa. E nós que tinha que lutar por ela e chega outro dizendo que é dono [...]

Cícero: Foi até uma agulhada que deu, também! Aquela cerca lá foi uma agulhada que deu pra, pro povo [...]

Adeilson: Acordar né, Cícero? [...]

Lia: Decidimos fazer uma reunião pra ver o que o povo achava [...] Só que nós não sabia como; o que nós precisava fazer [...]. Aí fomos buscar apoio no Sindicato [STTR/RPM], que tem experiência nisso [...] Aí orientou: “Cês vai lá e tenta barrar a cerca; a partir daí nós vamo apoiar no que precisar [...]”. Aí foi quando nós reunimos aqui e convidamos Vereda da Onça e São Camilo [duas comunidades vizinhas de Moreira], que todo mundo dependia da estrada. No outro dia, cinco e meia da manhã, nós já tava aqui; nós juntamo aqui mais de cinquenta pessoa [...]. (Roda de conversa em 24 de abril de 2016)

De acordo com os relatos, esse momento é considerado o início da resistência organizada, com vários embates com os invasores e tentativas de enfrentar o encerramento. O cercamento de terras fechou estradas utilizadas pelos moradores, tanto de Moreira, como de comunidades vizinhas (SOUZA, 2016). Pelas informações dos moradores, essa área estava de posse da empresa Gerdau, o que gerou desconfiança sobre a legitimidade dos documentos utilizados para o cercamento (roda de conversa em 24 de abril de 2016).

Os buracos, abertos para fixar as estacas da cerca, passavam pelos carregadores, portanto, a cerca iria fechar as estradas, comprometendo a passagem dos moradores de diversas comunidades. Os moradores entendem que essa intromissão de uma terceira pessoa, reivindicando a área, foi um estopim – ou uma “agulhada” – para que a

comunidade passasse a agir mais concretamente para retomada do território. Portanto, a partir de 2013, a comunidade segue em processos organizativos e articulações na busca por alternativas, realizando, inclusive, a autodemarcação territorial e projetos de restauração ambiental e hídrica (SOUZA, 2016, 2017).

A comunidade reivindica 230 hectares de Chapada, que está plantada com eucalipto, em posse da Gerdau à época da pesquisa. O objetivo da retomada dessa parte do território, como enfatizam as lideranças, é torná-la uma área de reserva, recuperando a vegetação nativa e para uso comum com o extrativismo, conforme faziam tradicionalmente (SOUZA, 2016).

Em Sobrado, a degradação foi intensificada com a devastação causada por um empresário urbano, após aquisição de uma área no local em meados dos anos 1990 (OLIVEIRA, 2017). Como alegam os moradores, ele teria comprado uma área de aproximadamente 30 hectares, porém passou a explorar aproximadamente mil hectares, em áreas próximas a nascentes de um dos principais córregos, o Caiçara, que abastecem a comunidade. Essa era uma área de uso comum dos moradores, principalmente para extrativismo e coleta de água para as residências (SOUZA, 2016; OLIVEIRA, 2017).

Com a drástica diminuição no fluxo hídrico nos córregos e nascentes, em 2002, os moradores detectaram que a causa vinha de diversas atividades do dito “posseiro” (OLIVEIRA, 2017). Esse realizou desmate de extensa área nativa próxima a córregos para a produção de carvão, abertura de pastos e criação de porcos, inclusive próximo à nascente do córrego Caiçara. O desmatamento e a criação geraram contaminação e assoreamento dos cursos hídricos, que eram utilizados pelas famílias, inclusive de comunidades vizinhas. Após infrutíferas tentativas em dialogar ou negociar com o empresário, os moradores partiram para denúncias por crime ambiental e protestos, o que infelizmente não impediu a continuidade das atividades predatórias (SOUZA, 2017). No entanto, após quase 10 anos desses embates, resultado de audiências judiciais e negociações, inclusive envolvendo a Prefeitura local, ficou acordada uma permuta de área, ocorrendo a saída do dito posseiro (OLIVEIRA, 2017). Contudo, como a negociação não foi finalizada com uma definição formal, as ameaças e processos judiciais pela reintegração de posse voltaram a perturbar a comunidade (SOUZA, 2017).

O longo processo de organização e resistência levou os moradores de Sobrado à decisão de propor um Projeto de Lei Municipal de Iniciativa Popular.²⁶ O objetivo era garantir a proteção e o reconhecimento (formal e legal) de seu território geraizeiro,

²⁶A iniciativa popular consiste na apresentação de um projeto de lei à Câmara de Vereadores, subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do município. Esses projetos são regidos pela Lei nº 9.709/1998. Após várias negociações, inclusive com o Poder Executivo municipal, vetos de vereadores na tramitação na Câmara, o projeto foi aprovado como Lei Municipal.

desenvolvendo um processo de autorreconhecimento identitário como população tradicional (SILVEIRA, 2014).²⁷ Propostas e possibilidades de criar uma unidade de conservação (como as legalmente reconhecidas como parques ou reserva extrativista) foram discutidas, mas não foram aceitas, pois não preveem controle autônomo por parte da comunidade (SOUZA, 2017).

A proposta original do projeto de lei abrangia todo o município, abarcando todas as comunidades geraizeiras (SILVEIRA, 2014). Porém isso foi vetado pelos poderes públicos durante os trâmites na Câmara Municipal, ficando restrita à comunidade Sobrado. Conseqüentemente, o movimento geraizeiro estuda formas e propostas para ampliar a abrangência dessa medida para outras comunidades (OLIVEIRA, 2017).

A Lei Municipal nº 1.629, de 10 de abril de 2015 (denominada Lei João Tolentino), busca valorizar e reconhecer Sobrado como comunidade tradicional geraizeira. Isto inclui a proteção de seu território de ações predatórias, que comprometam a biodiversidade e as fontes hídricas, além de prever a posse efetiva do território ao coletivo. Para isso, seus costumes e tradições deverão ser valorizados, devendo ser assegurada a permanência da comunidade em seu território e a proteção diante de conflitos e de empreendimentos na comunidade (SILVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2017).

O diferencial da Lei João Tolentino, em relação a outros mecanismos jurídicos, é que aprofunda a especificidade da situação geraizeira, em suas relações territoriais e modos de vida, no âmbito legal. Aspectos contraditórios, explícitos nos vetos ou na inclusão de condicionantes, acabaram fragilizando ou mesmo não preservando todos os interesses reais e originários da comunidade (SOUZA, 2017; OLIVEIRA, 2017). No entanto, é fundamental ressaltar que a proposta de um projeto de lei municipal é um mecanismo inovador criado pela comunidade. Esta luta e experiência podem abrir caminhos para avançar na autonomia comunitária, na reconstrução identitária, nas retomadas territoriais, não só para a comunidade Sobrado, mas para outras comunidades em Minas Gerais (OLIVEIRA, 2017; SOUZA, 2017).

Conclusão

Nos caminhos percorridos pelas comunidades geraizeiras Raiz, Moreira e Sobrado, fica explícita a pressão fundiária exercida sobre os territórios pelas grandes propriedades e cultivos de eucalipto, portanto, está claro também a resistência ao encurralamento e buscas pela retomada territorial. Nessas lutas e resistências, acessam a ancestralidade, como forma de expressar sua identidade tradicional na luta pelos direitos a um modo de vida sustentável em seus locais de origem. Para atingir tal

²⁷ Para mais detalhes, ver Silveira (2014), que faz um minucioso registro desse processo, relatando as reuniões, discussões, negociações até a decisão e elaboração do projeto de lei.

objetivo, no entendimento dos geraizeiros é essencial recuperar a gestão autônoma e comunitária do território, o que permitirá o uso adequado de forma a evitar degradações que vão contra a existência desses povos.

Os elementos identitários destacados são de fundamental importância para a aglutinação coletiva a favor da luta. Elementos comumente entendidos como subjetivos, como religiosidade, relação cosmológica com o território, manifestações culturais etc., se mostram essenciais nos processos de conscientização e identificação dos moradores com as propostas de ações a favor das retomadas, se tornando realidades palpáveis. No entanto, a reconfiguração identitária e territorial é reafirmada também a partir da relação antagônica com os que usurparam parte de seu território: Raiz e Moreira, empresas monocultoras; Sobrado, empresário local.

A água é o elemento essencial a ser protegido e recuperado, para que se alcancem esses objetivos. Em todas as comunidades estudadas, é a sua falta que pulula nas falas dos moradores quando se referem à invasão e à permanência dos grandes empreendimentos em seus territórios. O direito a permanecer na terra onde nasceram, a manter e reproduzir seus modos de vida depende intrínseca e primordialmente do acesso a ela. Medidas paliativas, como cisternas, poços artesianos e caminhões-pipas, se contribuem para tal acesso, têm clara limitação nesse sentido, pois são de alto custo social e econômico e não oferecem nem a qualidade necessária nem segurança futura no abastecimento.

As comunidades reivindicam seus territórios com o intuito, como os próprios geraizeiros dizem, de “plantar água”. A recuperação de nascentes, córregos e rios é que dará segurança hídrica para consumo humano e cultivos em escala sustentável. Tal recuperação será possível com a regeneração da vegetação nativa em áreas críticas, como na borda de chapadas e próximas a nascentes, o que cria possibilidades de realimentação hídrica dos lençóis freáticos. Há, portanto, um imbricamento entre a questão territorial – que em uma visão mais imediatista se restringiria a beneficiar as comunidades em luta – e a questão da água, que deve ser entendida como algo que beneficia a todos, para além das comunidades. Suas resistências engrossam o chamado “novos movimentos sociais” que vêm trilhando caminhos reveladores da necessidade de uma “outra reforma agrária”, ou outras políticas fundiárias que reconheçam a diversidade das territorialidades e dos direitos, no estado de Minas e no país, e considerem também a questão hídrica.

A luta dos povos e das comunidades tradicionais tem tido resultados, como nos meios legais, que têm auxiliado na sua saída da invisibilidade. Das normas jurídicas à realidade prática ainda há muitos passos a serem dados, no que concerne à retomada e

ao reconhecimento territorial. Mas as comunidades, através da formação de redes de apoio mútuo, criam e recriam estratégias de reapropriação de seus territórios, como a autodemarcação, criação de leis, e relatórios antropológicos e ambientais. E, no mínimo, fazem transparecer os impactos sobre o meio ambiente e sobre suas vidas por meio de conflitos que, por sua vez, pressionam os poderes públicos a formularem mecanismos de reconhecimentos de outras identidades e territorialidades tradicionais.

Referências bibliográficas

- ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 239-274.
- ALBERT, B. Situação etnográfica e movimentos étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. *Biblioteca Geral de Periódicos*, v. 15, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42993>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- ALMEIDA, A. W. B. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.
- BRITO, I. C. B. de. *Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de Vereda Funda, norte de Minas Gerais*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006. Disponível em: https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/11_2006_-Isabel-Cristina-Barbosa-de-Brito.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.
- BRITO, I. C. B. de. *Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no norte de Minas Gerais*. 2013. 268 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14176>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- DAYRELL, C. A. *Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. 1998. 192 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Rural) – Universidade Internacional de Andaluzia, Huelva, 1998.
- DAYRELL, C. A.; DAYRELL, L. Vídeo documentário *Romaria do areião: luta pela sobrevivência étnica no Norte de Minas*. Rio Pardo de Minas: AFTRAJ, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wjBIC84zG9s>. Acesso em: 10 out. 2019.
- DAYRELL, L.; DAYRELL, C. A. *Águas e terras na comunidade tradicional do Moreira: demanda de regularização territorial e proteção ambiental*. Relatório. Rio Pardo de Minas, 2014 (documento em posse da Associação da Comunidade Tradicional Geraizeira do Moreira).
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 28, n. 1, 2003. Disponível em:

- <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- NOGUEIRA, M. C. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do norte de Minas Gerais*. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4614>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- NOVAES, R. R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, M. D. de. *Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do norte de Minas Gerais: o caso da comunidade Sobrado*. 2017. 216 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31322>. Acesso em: 10 set. 2019.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- ROCHA, D. F. B.; CÉSAR, F. C.; FONSECA, G. L.; DAYRELL, C. A. Estratégias modernas de reapropriação de territórios tradicionais: o caso de Vale das Cancelas. In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, V., 2016, Montes Claros. *Anais...* Montes Claros: Unimontes, 2016. p. 5-14.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SABOURIN, E. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- SAUER, S. Conflitos agrários no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. (Coord.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008. p. 231-266.
- SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 285-307, 2012. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000200007>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- SHANIN, T. The nature and logic of the peasant economy I: a generalisation. *Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n. 1, p. 63-80, 1973.
- SHIRAIISHI NETO, J. Redefinições em torno da propriedade privada na Amazônia: ecologismo e produtivismo no tempo do mercado. *Agrária*, São Paulo, n. 10/11, p. 3-19, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/151>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- SILVA, C. E. M. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e resignificando o conceito de campesinato. *Geografias*, v. 3, n. 1, p. 46-63, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13217>. Acesso em: 19 out. 2019.
- SILVA, C. E. M. *O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: Confea, 2009.
- SILVEIRA, D. M. *Comunidades tradicionais do norte de Minas: estratégias de luta e acesso a direitos territoriais*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2014. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/Dayana-Martins-Silveira.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.
- SOARES, R. C. *A influência da Folia de Reis na resistência dos povos geraizeiros da comunidade Vereda Funda*. 2011. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, J. R. de. Comunidades tradicionais geraizeiras e seus processos de resistência e retomada territorial frente à expropriação de terras. In: ENCONTRO DA ANDHEP, 9., Vitória, 2016. *Anais...* São Paulo: ANDHEP, 2016. Disponível em: http://andhep.org.br/anais/arquivos/9encontro/GT17/GT17_povos_tradicionais.pdf. Disponível em: 23 nov. 2019.

SOUZA, J. R. de. *Terras geraizeiras em disputa: os processos de autoafirmação identitária e retomada territorial de comunidades tradicionais de Rio Pardo de Minas frente à concentração fundiária*. 2017. 228 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31194>. Acesso em: 9 set. 2019.

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>. Acesso em: 14 out. 2019.

Como citar

SOUZA, Jonielson Ribeiro de; SAUER, Sérgio. Antagonismo e reciprocidade na (re)afirmação identitária dos geraizeiros: luta por território e água no norte de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 676-699, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-8>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

A seca no cotidiano: agricultura familiar e estiagem em comunidades rurais do gerais de Januária, MG

DOI: 10.36920/esa-v28n3-9

 Gildarly Costa da Cruz¹ |  Eduardo Magalhães Ribeiro²
 Vanessa Marzano Araújo³ |  Thiago Rodrigo de Paula Assis⁴

Resumo: O Semiárido de Minas Gerais conviveu com forte seca entre 2011 e 2018. Nessa área de mananciais já degradados, precipitações escassas e concentradas contribuíram para reduzir a água para uso doméstico e produtivo. Tomando a grande seca como cenário, este artigo busca compreender a dinâmica cotidiana de abastecimento das famílias rurais e analisar os arranjos feitos para assegurar provisão de água em duas comunidades de agricultores familiares do gerais, os vastos chapadões do Alto-Médio rio São Francisco. Investigou o tema usando técnicas de pesquisa social (entrevistas e grupos focais) e ambiental (dimensionamento de oferta e consumo de água) durante as estações de estiagem e de chuvas ao longo de um ano. Este artigo revela que, nessa “quadra de seca”, a existência de programas públicos para provimento de água e renda assegurou abastecimento suficiente para a população rural. No entanto, os agricultores precisaram introduzir ajustes e inovações na gestão da água, no consumo e, principalmente, na agricultura, para conservar, mesmo que em novas bases, os sistemas de produção e a organização comunitária.

Palavras-chave: agricultura familiar; Semiárido; águas; estiagem; Minas Gerais.

Abstract: (*Drought in daily life: family farming and drought in rural communities in the “gerais” of Januária, MG*). The Semi-arid region of Minas Gerais experienced a severe drought between 2011 and 2018. In this area of already degraded water sources, scarce and concentrated precipitation contributed to reducing water for domestic and productive use. Considering the great drought as a scenario, this article seeks to understand the daily supply dynamics of rural families and analyze the arrangements made to ensure water supply in two communities of family farmers in the gerais region, vast plateaus of the Upper Middle São Francisco River. It investigated the topic using social research techniques (interviews and focus groups) and environmental research (analysis of sources and consumption) during the dry and rainy seasons over a year. The article reveals that in this

¹ Pesquisador no Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (Núcleo PPJ/ICA/UFMG). Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais em associação com a Universidade Estadual de Montes Claros (PPGSAT/UFMG/Unimontes). E-mail: gc.cruz@hotmail.com.

² Professor Titular do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG). Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: eduardomr@pq.cnpq.br.

³ Professora Adjunta do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais em associação com a Universidade Estadual de Montes Claros (PPGSAT/UFMG/Unimontes). Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: vanessamarzano@gmail.com.

⁴ Professor Associado do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Coordenador do Núcleo de Estudos Multidisciplinares em Agroecologia e Agricultura Familiar (NEMA AF). Pesquisador no Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (Núcleo PPJ/ICA/UFMG). E-mail: thiagoassis@ufla.br.

"drought season", the existence of public programs to provide water and income ensured sufficient supply for the rural population. However, farmers needed to introduce adjustments and innovations in water management, consumption, and especially agriculture, in order to conserve, even on new bases, production systems and community organization.

Keywords: family farming; semi-arid; water; drought; Minas Gerais.

Introdução

Entre 2011 e, pelo menos, 2018, o Semiárido do Norte de Minas Gerais atravessou um período severo de seca. Dados da estação de Januária do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), referência para parte dessa área, mostraram que a precipitação anual no período caiu da média histórica de 909,48 mm para 749,05 mm; déficit médio anual de 160 mm. Mas não apenas faltou chuva: nesses anos as precipitações se concentraram em poucos dias de poucos meses do ano, entremeados por “veranicos” – períodos secos no “tempo das águas”, que vai de novembro a abril – que afetaram as lavouras e o abastecimento de água. Então, agricultores passaram a identificar dois períodos de estiagem no ano: o costumeiro “tempo da seca”, de maio a outubro, e o veranico, de janeiro/fevereiro que dividia em dois o “tempo das águas”.

Dependendo de condições naturais, sociais e econômicas, os efeitos da seca podem ser distribuídos de forma muito desigual na sociedade, e suas consequências afetarão mais duramente os grupos que detêm menos recursos, poder e renda. Pode prejudicar as estratégias de reprodução de agricultores familiares, abalar sua condição de vida e patrimônio, empobrecê-los, acentuar diferenças econômicas. Por isso, é importante compreender os contextos, a história e as consequências das estiagens do Semiárido.

Na margem esquerda do Alto-Médio rio São Francisco fica o “gerais”: o “gerais de Januária”, a denominação local dada à área de chapadões cobertos por vegetação de porte baixo e cortados por veredas, situada entre os rios São Francisco, Carinhonha e Urucuia. Ao longo do tempo ações humanas degradaram as veredas e anos seguidos de secas levaram comunidades rurais e agências, estatais e da sociedade civil, a criar programas de abastecimento de água que exigem investimentos elevados, contínuos e, às vezes, baseados em técnicas complexas.

Este artigo analisa o cenário da seca no gerais, com demanda crescente por água e presença ativa de programas públicos, para compreender a dinâmica do consumo doméstico, a organização do abastecimento da população rural, dos sistemas de produção e da gestão da água. Investiga as inovações técnicas, produtivas e organizativas adotadas na “quadra da grande seca”, como dizem os agricultores, quando águas mediadas por programas públicos substituíram as águas de veredas – consideradas puras e sadias,

apreciadas e governadas pelos costumes. Partindo da “lida” de famílias rurais, o artigo expõe os arranjos feitos para manter a produção e a vida cotidiana.

A pesquisa

Num estudo que se tornou clássico, Manuel Correia de Andrade (1964) observou que a distribuição desigual de águas, solos e regimes agrários transformava o Semiárido brasileiro numa região de grande diversidade; para compreendê-lo, seria preciso conhecer essas singularidades. Considerando isso, neste artigo foi preciso conectar as condições ecológicas, socioeconômicas e históricas do Semiárido (estiagens, programas públicos, clientelismo) com as singularidades do gerais: diversidade natural, agricultura familiar e, até fins do século XX, fronteira agrícola com abundância de corpos d’água. No gerais existe uma peculiar classificação das unidades ambientais (GALIZONI, 2005), a comunidade rural é a principal referência territorial e social para agricultores e agências de desenvolvimento rural (RIBEIRO, 2010), há presença expressiva de programas públicos (ARAÚJO; RIBEIRO; REIS, 2010), e havia muitas fontes de água, principalmente veredas e nascentes, geridas por comunidades (GALIZONI, 2005; GALIZONI *et al.*, 2010).

Assim, para compreender a dinâmica cotidiana de abastecimento e produção foi necessário focar em duas comunidades rurais situadas em unidades ambientais diversas, que dispunham de dotações naturais consideradas diferentes, que ao longo da história usaram técnicas adaptadas ao meio, foram atingidas por transformações sociais e ambientais, estabeleceram relações contínuas com agências públicas e adotaram várias técnicas de abastecimento de água. A comunidade de Araçá, na unidade ambiental denominada pela classificação local como “mata”, tem vegetação arbórea e solo considerado fértil e produtivo. A comunidade de Onça, na unidade ambiental conhecida como “gerais”, é coberta por campos e arbustos, de solo considerado fraco, porém resiliente. Ambas ficam no vale do rio Peruaçu, município de Januária, Norte de Minas Gerais e juntas reúnem características da diversidade ambiental e apresentam um quadro amplo e, ao mesmo tempo, específico das relações dos agricultores do gerais com a água, pois começaram a ser privadas das fontes naturais de abastecimento nos anos 1990 e foram, gradativamente, supridas por programas governamentais e da sociedade civil.⁵

A pesquisa compreendeu entrevistas com lideranças rurais, agricultores e agências públicas. Lideranças comunitárias, dotadas de grande conhecimento sobre o lugar, atuaram como os “especialistas” descritos na literatura técnica de pesquisa (BRANDÃO,

⁵ A indicação das comunidades pesquisadas foi feita pela Cáritas Diocesana de Januária, entidade de assistência social vinculada à Diocese de Januária e à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, gestora dos programas da Articulação do Semiárido – ASA, que atua com tecnologias sociais de convívio com o Semiárido na Diocese.

1986; POSEY, 2001) e informaram sobre história, produção, efeitos da “modernização agrária” e, por fim, sobre programas públicos de abastecimento nas comunidades. Em seguida, 20% dos domicílios das comunidades foram pesquisados na estação da seca e da chuva, amostrados por perfis determinados por tamanho da família, idade do casal e volume de produção, abordando família, lavoura, criação, água e programas públicos (LAVILLE; DIONNE, 1999). Finalmente, foram entrevistados gestores de programas de abastecimento de água, que informaram sobre programas, capacidade de abastecimento, parcerias e custos. Elementos culturais do trato com a água – hábitos, costumes e técnicas – foram investigados para compreender as estratégias de condução da pecuária, agricultura e armazenamento, usando técnicas recomendadas por Brandão (2007), Galizoni *et al.* (2010) e Galizoni (2013).

Às entrevistas foram agregados dados recolhidos com técnicas de pesquisa agrônômica e ambiental: informações durante a estação chuvosa de 2017/2018 foram coletadas para compreender variações sazonais de abastecimento, pois no “tempo das águas” é menor o consumo doméstico e dos animais, que contam com oferta difusa de água de fontes naturais e “caldeirões” (poços formados no leito seco da vereda), além da alimentação, fornecida pelos frutos nativos do gerais. Áreas de lavouras, sua produtividade e sistemas de abastecimento de água foram dimensionados usando técnicas sugeridas por Bertoni e Tucci (2009), Lima (2013) e Aleixo *et al.* (2016).

As informações reunidas permitiram compreender as mudanças na vida cotidiana, a produção, os programas públicos, sua inserção nas comunidades e os modos como as famílias rurais de Onça e de Araçá lidavam com mediadores e programas públicos. O artigo, a seguir, analisa esse conjunto de informações.

Secas, gerais e agricultura familiar

O Semiárido do Norte de Minas Gerais sempre conviveu com irregularidade e concentração das chuvas. Mas, entre 2011 e 2018, a situação ficou mais crítica. Seca é um evento recorrente e previsível no Semiárido; no entanto, as desigualdades sociais e naturais, a descontinuidade de programas públicos e o mandonismo político tornam seus efeitos mais sensíveis para determinados grupos sociais (DURHAN, 1973; FACÓ, 1976; GOMES, 2001). No caso, principalmente para agricultores familiares, que acumulam bens numa sequência planejada para multiplicar o patrimônio: convertem ganhos agrícolas em animais de pequeno porte, estes em animais de grande porte, e estes finalmente em bens de maior vulto, como equipamentos, veículos ou terra. A seca rompe a sequência de patrimonialização, forçando venda ou consumo dos recursos acumulados (SCHRÖDER, 2004; GALIZONI, 2013).

No entanto, perder com a seca não é uma fatalidade. Agricultores criam técnicas adaptadas ao clima seco com chuvas escassas e concentradas, aos solos pobres e à evaporação elevada do Semiárido. Aprenderam a conviver com a acentuada variação espacial e temporal das chuvas e das águas, derivadas das peculiaridades de hidrografia, clima e vegetação dessa região que abriga a maioria dos agricultores familiares do Brasil. Assim, algumas porções do Semiárido têm clima quente e úmido, com precipitações anuais baixas, mas regulares; outras áreas têm cursos d'água perenes que fertilizam as margens nas cheias; outras, ainda, contam com profusão de fontes perenes de água. Por isso, falta de chuvas nem sempre implica escassez de água, e secas que atingem algumas áreas às vezes não afetam outras, vizinhas. A diversidade pode paliar ou diluir os efeitos das secas (ANDRADE, 1964; LUZ; DAYRELL, 2000; SILVA, 2006; MALVEZZI, 2007; ASSIS, 2012).

O estado de Minas Gerais tem 91 municípios no Semiárido legal; 26 deles no Norte de Minas. Neste, no encontro dos biomas Cerrado e Caatinga, fica a área que os moradores denominam de gerais. No gerais os solos são ácidos, profundos e bem drenados, formados por areias quartzosas, pobres em matéria orgânica e fertilidade natural. A areia, que vai além dos dois metros de profundidade, predispõe à baixa capacidade de armazenamento de água, à erosão e lixiviação dos nutrientes (SPERA *et al.*, 1999). Árvores de gerais, tortas e de casca grossa, rompem com raízes profundas a barreira da acidez para formar uma “floresta invertida”, que concentra a maior parte da biomassa nas raízes (SNIF, 2006).

O conhecimento dos agricultores do gerais sobre vegetação e solos foi essencial para o sucesso da lavoura, da criação e do agroextrativismo. Geralistas usavam o agroecossistema como bem comum e fluido, uma dádiva que foi base para sistemas de produção adaptados no correr de anos de aprendizado e convívio. Plantas, cor do solo e porte das árvores indicavam a fertilidade e determinavam as culturas que podiam ser plantadas. Empregavam classificação própria de ambientes, definindo “gerais” como conjunto específico de paisagem, solo, vegetação e regime agrário, composto por unidades ambientais consideradas diferentes do ponto de vista cultural, denominadas “vazante”, “mata” e “gerais”. Vazantes são áreas inundáveis usadas para plantio; matas, onde costumavam fazer lavouras na estação chuvosa, são formações florestais de grande porte que acompanham cursos dos rios; gerais, propriamente, é o termo que resume numa mesma denominação o conjunto do território e a unidade ambiental mais frequente, formada por chapadões arenosos cobertos por cerrados, usada para criar gado, coletar madeira, lenha e frutos (GALIZONI, 2005; SANTOS *et al.*, 2010; MEDEIROS, 2011).

Agricultores de gerais costumavam “botar brejo” – plantar nas áreas úmidas dos buritizais – utilizando “água de regra” para produzir em dois plantios anuais, no fim do “tempo das águas” e no fim do “tempo das secas”. Assim se abasteciam com arroz, “feijão de arranca” (feijão em cores, *Phaseolus vulgaris*) e cana-de-açúcar plantados nas partes argilosas das áreas úmidas; áreas arenosas eram destinadas a “feijão-catador” (feijão-caupi, *Vigna unguiculata*) e mandioca, culturas mais resistentes. Nas matas plantavam “roças-de-toco” ou “coivara”, derrubando a vegetação antes das primeiras chuvas; após a colheita, deixavam a terra “descansar”, para depois, recuperada a fertilidade e cultivada, render novamente boas colheitas. Chapadas de gerais eram usadas em comum, “soltas” onde o gado pastava a quilômetros do terreno de origem, se alimentando de capim nativo e frutos de cerrado. Gerais era manejado com fogo a cada dois ou três anos, antes das chuvas. O fogo, de acordo com os criadores, eliminava pragas e favorecia a rebrota do capim novo, muito apreciado pelo gado. Nas chapadas de gerais havia diversidade de frutos nativos comestíveis, como pequi, coquinho azedo, buriti, maracujá do mato, cabeça de nego (BERNARDES, 1995; COELHO, 2005; GALIZONI *et al.*, 2010; SANTOS *et al.*, 2010; MEDEIROS, 2011; BORGES *et al.*, 2016).

O sistema de uso de terras mudou a partir dos anos 1960, quando foram criados programas públicos para “modernizar” a agricultura, com o propósito de integrar agricultura e indústria, tecnificar a produção e conectá-la com os mercados (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1997). No gerais, a “modernização” foi conduzida em grande parte pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com: (a) reflorestamento de eucaliptos e pinhos em diversos municípios da região; (b) implantação de grandes projetos agropecuários; (c) instalação de indústrias em poucos municípios; e (d) implantação de perímetros de agricultura irrigada” (RODRIGUES, 2000, p. 107; ver também LUZ; DAYRELL, 2000; CARDOSO, 2000). Em Januária, as chapadas foram destinadas à criação de gado, ao reflorestamento e carvoejamento; parte da mata seca foi transformada em carvão e, posteriormente, empastada. O Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) financiou a sistematização de veredas e brejos para produzir grãos (CARDOSO, 2000; LUZ; DAYRELL, 2000; RIBEIRO, 2010; DEUS, 2010).

Esses projetos ocuparam terras comunais de agricultores, drenaram águas de brejos, veredas e rios e afetaram brutalmente o gerais, com resultados catastróficos. Agricultores perderam terras comuns e recursos naturais vitais para o sistema de produção, brejos e terras destinadas às soltas foram grillados e cercados, reflorestamento nas chapadas e sistematização de veredas assorearam nascentes, secaram lagoas e cursos de água. Ficaram limitadas as possibilidades de usos múltiplos e simultâneos das unidades ambientais do gerais e, restritos quase que só à beira da

vereda, agricultores tiveram que modificar o manejo do gado. Em nenhuma área drenada a produção se sustentou por mais que dois anos; em compensação, as condições para práticas costumeiras de convivência com o Semiárido se reduziram, e daí em diante as dificuldades gradativamente se agravariam nos períodos de estiagem. Então surgiram conflitos por recursos, seca se transformou num problema, e foram necessárias ações de agências mediadoras para assegurar o abastecimento de água.⁶

Araújo, Ribeiro e Reis (2010) registraram em 2007 no gerais de Januária que existiam dez iniciativas governamentais e não governamentais para combate ou convivência com a seca. Os autores observaram também que todas as iniciativas resultavam de parcerias entre instituições, e que eram crescentes os gastos, bancados por Prefeituras Municipais, órgãos estatais e organizações não governamentais. Mas notaram que parte da despesa se perdia pela falta de seguimento nas obras, por problemas de gestão ou, ainda, pelas dificuldades de adaptação da técnica às práticas costumeiras da agricultura familiar.

O desdobramento histórico dessa dinâmica de abastecimento de água para uma população rural que passou a viver em situação de escassez será analisado nas partes seguintes deste artigo.

Araçá e Onça

No curso Alto-Médio do São Francisco, a mata seca segue o rio, acompanha os leitos dos afluentes e se afunila quanto mais se aproxima das cabeceiras. É assim também no rio Peruaçu, tributário da margem esquerda do São Francisco.

A comunidade de Araçá fica na margem direita do Peruaçu e está no final da mata que segue o rio, ali já bem estreita. Limita com o território indígena Xakriabá na margem esquerda, com o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu a leste e rio abaixo, e com o gerais a oeste e sul, rio acima. Araçá, antes conhecida como “Fazenda Velha”, foi morada do lendário jagunço Andalécio, que assombrou o São Francisco nos combates com Antônio Dó nos anos 1910. O povoamento da comunidade data do começo do século XX, iniciado pelos avós dos moradores mais idosos entrevistados em 2017/2018, que saíram de áreas a leste e se fixaram às margens do Peruaçu na terra fértil de “cultura de mata”, de terra “morena” – como dizem – coberta por árvores altas e dotada de grande área de solta, a “Posseirama”, já em terra de gerais. O lugar, segundo contam, era bom:

O terreno era muito certo e chovia bem. Aqui, nós estamos na mata. A mata aqui não vai muito longe, não: tá só na deságua que cai no Peruaçu,

⁶ As tomadas de terras e conflitos no Norte de Minas Gerais foram descritas por Corrêa (1985, 2010), Santos *et al.* (2010) e Deus (2010); foram analisadas por Luz e Dayrell (2000) e Nogueira (2009); uma avaliação do fenômeno no cerrado mineiro foi feita por Ribeiro e Galizoni (2007). Análise da emergência das secas como problemas, conflitos e abastecimento de água foi feita por Galizoni (2005), Araújo, Ribeiro e Reis (2010). Sobre ação de agências mediadoras no Semiárido, ver Silva (2006), Assis (2012), Aleixo *et al.* (2016) e Silva *et al.* (2020).

que é mata. P'ra baixo a mata cresce, vai até na beira do rio São Francisco. Então, aqui, nós estamos quase que na última pontinha da mata, entrando no gerais. É uma área de transição, uma transição de mata p'ra gerais, p'ra tabuleiro. Aqui tem pau de mata, mas tem pau de gerais. Tem pau-ferro, mas tem gameleira, aroeira; tudo tem aqui. O gerais 'tá em volta, 'tá mais p'ra frente: se é gerais tem muito pequiizeiro, araticum, cabeça-de-nego, cagaita, cajuí. (Mosar Gonçalves, agricultor familiar de Araçá, entrevista de 2017)

As margens do Peruaçu foram povoadas porque era muita a fertilidade. Faziam lavouras nas terras de cultura, derrubando a mata, queimando e plantando por três anos; em seguida, a terra entrava em pousio. Ao mesmo tempo, alternavam lavouras de arroz, milho e feijão na várzea do rio, e criação solta de gado na terra comum. Lembrem-se desse passado com gosto:

Era tempo de fartura. Eu já cheguei a ponto de, quando o milho produzia, eu tinha doze, treze, porco gordo. De vez em quando matava um e comia. Não tinha gasto, não vendia. Matava, e não dava conta. Não tinha essa saída de comércio que tem hoje: hoje, nem engorda direito e já 'tá vendendo. Em-antes dava aos vizinhos; dava; emprestava a carne. Vender era muito difícil. É coisa que não dá p'ra acreditar. Quem não conheceu não acredita. (José Rodrigues, agricultor familiar da comunidade de Araçá, entrevista de 2017)

Dez quilômetros a oeste de Araçá, no gerais, fica a comunidade de Onça, que deve o nome a um certo Romão da Mota, homem “forte de recursos”, caçador de onça morto por uma delas justo na vereda da comunidade. De Araçá para lá a paisagem muda: em Onça as árvores são baixas, solo branco e arenoso, as moradias espaçadas, e quanto mais alta na paisagem mais rala a vegetação, indicando a escassa fertilidade natural. Até quando as águas secaram, as lavouras em Onça eram feitas nos embrejados que existiam na vereda da Olaria, ou em manchas de terras férteis dos “capões” de mata do meio do gerais. Agricultores viviam de criar gado nas chapadas e plantio de mandioca, fazendo farinha para trocar com moradores da mata por milho, usado para engordar porcos. Mas sempre se deslocavam para “botar brejos e “abrir lavouras”:

O quê que sai na terra do gerais? Mandioca, feijão catador, melancia, batata, amendoim, abóbora, dependendo da maneira de cultivar. São essas coisas que sai. A gente plantava a roça outubro, novembro e dezembro, no alto, no terreno de gerais. Batia capoeira um ano, plantava; outro ano, batia capoeira plantava; o terreno de gerais aguenta produção só de um ano a dois anos. Aí falava “– Vou derrubar uma roça ali, vou colocar uma roça nova.” Chegava na área e derrubava - naquele tempo usava fogo, queimava, e aí o mantimento vinha bom. Quando chegava de maio pra junho a gente ia p'r'o brejo. Data aí de maio, junho, que parava a chuva, ia recuando a água, e aquela beira de rio sempre ia secando, ia lá no Peruaçu. Aí a gente – naquele tempo eu mesmo fiz muito isso – ia lá e

limpava aquela vereda ali e plantava o arroz. Quando o brejo era alto, naquele tempo que podia derrubar e tinha água, a pessoa falava: “– Nós vamos derrubar o brejo hoje.” Fazia a roçada, queimava e aí plantava. A gente limpava ali aonde dava a área de plantar, e plantava arroz e feijão. Na beira às vezes plantava abóbora. A turma toda saía daqui, as famílias saíam daqui p’ra arrumar uma terra de arroz no Peruáçu com parente, amigo, compadre. Aí, às vezes, era na base de 4 para 1, era arrendatário. (Chico Mota, agricultor familiar da comunidade de Onça, entrevista de 2017)

Nas duas comunidades criavam gado bovino solto. Gado andava em pequenos grupos – “golpes de gado” – de um mesmo dono, que sempre tinha seu “logrador” preferido de pastar e não se misturava com outros rebanhos. A alimentação variada no gerais, dizem, criava melhor que na mata: gado sadio, com pouca despesa, quase nada de “costeio” – os cuidados de vaqueiro. Lugar de criar gado solto, e por oposição à mata próxima, o termo “gerais” era associado às noções de área não agrícola e terra livre: “Esses campos que era solto: gerais.” (José Rodrigues, de Araçá, entrevista de 2017).⁷

Mudanças

Com o tempo as coisas mudaram. Na década de 1980, chapadas próximas às duas comunidades foram tomadas por eucaliptais de firmas; nos anos 1990, parte das terras livres foi transformada em unidade de conservação. O povoamento cresceu, as terras foram muito partilhadas, a fronteira agrícola a oeste se fechou, as lavouras minguaram. Surgiu precisão de dinheiro para as despesas de casa, e os agricultores só tinham para vender gado, farinha de mandioca e arroz pilado – produtos de comércio considerado “fraco”. Assim, começaram a adequar a produção aos novos tempos, passaram a migrar para São Paulo, capital, e Ribeirão Preto, passando períodos sazonais de trabalho ou ficando por lá, em definitivo.

No ano de 2017 havia na comunidade de Araçá 84 domicílios, com média de 3,23 moradores e um filho residente; os homens tinham em média 64 anos, as mulheres em torno de 60 anos. Todos os moradores eram aparentados, por conta de ascendência comum ou casamentos. A maioria das famílias (72%) dispunha de menos de 20 hectares e nenhuma delas contava mais que 100 hectares; o módulo fiscal em Januária é de 65 hectares. Todas as residências de Araçá eram de alvenaria, e dispunham de energia elétrica e água encanada; 85% delas contavam com banheiro equipado com chuveiro dentro de casa. Havia em Araçá quatro mercearias, três igrejas, uma borracharia, duas escolas – uma estadual, outra municipal – que recebiam 150 estudantes pela manhã e à tarde, mais adultos no período noturno, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

⁷ Sobre criação na solta do gerais, consultar Macedo (1952), Bernardes (1995), Ribeiro (2010) e Andriolli (2011).

Na mesma época, em Onça, comunidade quilombola, viviam 27 famílias com média de quatro moradores por domicílio; homens adultos na faixa de 50 anos, mulheres adultas por volta dos 48, média de 2 filhos por casal. A Prefeitura fechou a escola de Onça e um ônibus levava os estudantes até a comunidade vizinha de Areião. Todas as casas recebiam energia elétrica e água encanada, 90% delas tinham banheiro interno com chuveiro, 80% dos terrenos contavam menos de 20 hectares e os demais 20% ficavam abaixo de 50 hectares.

Os homens adultos de Araçá e Onça se definiam como agricultores, a maioria “tocando serviço” por conta própria, mas alguns deles combinavam ocupação nas unidades familiares com trabalho de diarista para outros agricultores. Mulheres adultas dividiam o tempo entre tarefas da casa e da terra; do mesmo modo, se definiam como agricultoras. Filhos adultos, homens ou mulheres, também eram agricultores, faziam trabalhos como diaristas na comunidade, às vezes partiam para temporadas em São Paulo ou Sul de Minas na safra do café.

Toda família tinha seu quintal de frutas e criação de pequenos animais de “terreiro”. Vendiam galinhas, engordavam porcos para abater e vender as partes nas comunidades próximas. Negociavam gado bovino em pé ou abatido pelas redondezas, e em Araçá funcionava uma “fabriqueta” de farinha comunitária que abastecia famílias e às vezes produzia excedentes para comércio nas proximidades. Conforme resumiu o senhor Chico da Mota, em entrevista em 2017, “Muitos têm uma Bolsa Família, outros são aposentados. Uma fontinha de renda: um bezerro que sai, uma vaca, e vai tocando a vida...”.

Mas nos últimos tempos ficou mais complicado tocar a vida, porque desde os anos 1990 as duas comunidades têm dificuldades com abastecimento de água. Em Araçá, as águas do Peruaçu diminuíram, o rio foi secando até parar de correr. Em Onça, a vereda que drenava a comunidade secou; os moradores fizeram cacimbas que, por fim, na segunda década do século XXI, secaram de vez. Secas as fontes, acabou o cultivo nas várzeas; a criação de gado diminuiu, a água passou a ser mediada por agências públicas, estatais ou da sociedade civil.

Águas

Depois que acabou a “água natural” da estação seca, as comunidades passaram a contar somente com as “águas produzidas” – como definiam as águas fornecidas por programas públicos. No abastecimento atuavam pelo Governo Federal: (i) a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – que instalou poços artesianos nas comunidades atendendo emenda de deputado; (ii) o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social – que financiou cisternas de captação de águas

de chuvas; e (iii) o Programa Água Brasil, parceria público-privada financiada pela Fundação Banco do Brasil, conduzida pela ONG *World Wide Fund for Nature* (WWF) e pela Agência Nacional de Águas (ANA), que construíra cisternas e barraginhas de retenção de águas de chuvas. Atuava também a ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro, rede de organizações da sociedade civil que criou o PIMC (Programa Um Milhão de Cisternas Rurais) e o P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), representada em Januária pela Cáritas. E havia o Idene – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, agência do governo estadual que distribuiu cisternas e construiu barraginhas. Por fim, a Prefeitura Municipal de Januária fornecia o caminhão-pipa nas emergências e buscava parcerias para abrir poços artesianos.

Poço artesiano e cisterna de placa eram as técnicas mais difundidas, adotadas por muitas agências, mas cada uma usava metodologia própria de implantação. A opção da agência por uma ou outra técnica dependia do objetivo, do volume de recursos que dispunha, das parcerias e da premência da demanda por água. No abastecimento, sobressaía a ausência de coordenação entre as agências: cada qual zelava por “seu” programa ou técnica, e era notável a reduzida interação nas ações, principalmente entre órgãos estatais. Essa característica foi notada em outros estudos sobre o Semiárido (VIEIRA, 2003; ARAÚJO; RIBEIRO; REIS, 2010, por exemplo); na verdade, os ajustes e combinações entre programas eram efetivamente feitos pelas comunidades, na medida em que era possível fazê-los.

Desde os anos 1990, na estação da seca, quase toda a água para consumo de casa e dos animais em Araçá e Onça vinha dos poços artesianos comunitários. A partir dos anos 2010, 85,71% dos domicílios de Araçá e 87,50% dos domicílios de Onça receberam as cisternas de placas de 16.000 litros acopladas aos telhados para fornecer água de uso doméstico. Para abastecer horta, quintal e criações de terreiro havia cisternas calçadão e telhadão, de 75.000 litros, em 28,57% dos terrenos de Araçá e 62,50% de Onça. Nas emergências havia o caminhão-pipa. Duas famílias tinham cacimbas de uso restrito e uma família de Araçá dispunha de poço artesiano exclusivo, para animais e lavouras. Havia ainda barraginhas de contenção de águas de chuvas, que as comunidades consideravam serviços ambientais, mas não fontes de água.

Em Araçá foi possível estimar a oferta média de água por pessoa/dia: ficava em 73,11 litros do poço artesiano e 20,64 litros da cisterna de placa; desse modo, nos meses sem chuvas, na média, cada pessoa dispunha no mínimo de 93,75 litros de água para consumo doméstico, compreendendo usos humanos, de “quintal” (“molhação” de plantas frutíferas e ornamentais, ou “de terreiro”) e de pequenos animais domésticos. Por comparação, o consumo médio dos moradores de Araçá na estação seca ficava

próximo de 60% do consumo urbano médio brasileiro e de 80% do consumo urbano médio de Januária. No entanto, representava quase o dobro do consumo médio observado noutras áreas do Semiárido, e pouco mais do que o triplo do consumo médio de áreas críticas do gerais.⁸

Nas duas comunidades, em grande parte como resultado de programas públicos, a oferta de água obedecia à maioria dos preceitos do “Direito Humano à Água”, recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e analisados em Aleixo *et al.* (2016). Os programas ofereciam regularmente (sem interrupções) quantidades adequadas de água (bastante acima dos níveis mínimos necessários e equivalentes a áreas urbanas) de qualidade considerada culturalmente como boa, com acesso facilitado pela derivação da canalização para cada domicílio, eliminando o esforço de coleta. A água apresentava características socialmente aceitáveis de cor e sabor, e era ofertada a custo considerado razoável pela população, menos de 2% do salário mínimo por mês: cada família de Araçá pagava à Associação R\$ 15,00 pelo abastecimento do poço artesiano, mais R\$ 2,00 por animal de grande porte criado com essas águas; em Onça era cobrado R\$ 10,00 de todo associado e R\$ 15,00 daqueles que criavam gado.

No entanto, ponderando os investimentos públicos, essas águas produzidas efetivamente tinham outros custos, maiores. O custo médio total do poço artesiano por pessoa/mês era de R\$ 5,61 (Araçá) e R\$ 4,00 (Onça); para a cisterna de placa ficava em R\$ 2,96 (Araçá) e R\$ 2,32 (Onça). Assim, os custos públicos com abastecimento de água chegavam à média anual de R\$ 102,96 (Araçá) e R\$ 76,42 (Onça) por pessoa. Mas existiam ainda as cisternas calçadão, telhadão e da escola, e iniciativas de revitalização do rio e conservação ambiental – as barraginhas. Considerando todas essas iniciativas, os investimentos em águas nas comunidades, atualizados para 2017/2018 e computados ao longo de 20 anos, alcançavam R\$ 615.710,44 (Araçá) e R\$ 206.830,44 (Onça).

Adaptações

Nas comunidades de Araçá e Onça – como em outras do gerais – o conjunto de transformações fundiárias, ambientais, demográficas e econômicas modificou as relações costumeiras dos lavradores com terra e água. Em pouco mais de uma década a água passou de abundante a escassa; as secas prolongadas e repetidas entre 2011/2018 acentuaram esse quadro crítico. Foi necessária a ação continuada de agências públicas, novas atitudes no uso e gestão das fontes de abastecimento, adaptação nos sistemas de

⁸ O consumo diário médio *per capita* de água era de 154,10 litros no Brasil e 118,40 na área urbana de Januária, em 2013 (BRASIL, 2019). Em áreas do Semiárido, 69,40% dos domicílios recebiam menos de 50 litros *per capita*, mas 28,50% da população dispunham de menos de 20 litros/dia *per capita* (ALEIXO *et al.*, 2016). Silva *et al.* (2020) indicaram média máxima de 50 litros/dia *per capita* no rural do Médio Jequitinhonha. Em área crítica no rural de Januária, a média diária *per capita* na seca ficava em 31,20 litros/dia (GALIZONI *et al.*, 2010).

produção e uso de recursos naturais, e ganho de experiência no trato com agências públicas provedoras de águas.

Em 2017/2018 a principal fonte privada de água era a cisterna de placa de uso doméstico, que praticamente todos tinham; alguns possuíam cisternas calçadão e telhadão para irrigar plantios e, raramente, cacimbas. Cisterna dotava a família com um reservatório de 16 mil litros, ao mesmo tempo estático e dinâmico: armazenava água quando começava a chover, permitia reabastecimento contínuo da água no tempo chuvoso, e funcionava como reserva de emergência quando o poço artesiano apresentava problemas – quebra de bomba, falta de energia ou evento semelhante. As famílias tinham autonomia para decidir sobre o uso da água da cisterna. Mas as cisternas foram doadas por programas públicos que definiram normas de uso, que funcionavam como mecanismo comunitário de estímulos aos cuidados e constrangimento de abusos: condenava desperdícios, restringia destinação para outros usos e, no limite, romper a norma da agência provedora poderia implicar o fechamento da porta para novos apoios.

Os poços artesanais, principais fontes de abastecimento, se tornaram comunitários. Embora fossem originalmente dádivas concedidas por políticos e agências públicas, as duas comunidades criaram normas próprias de gestão e regras de usufruto controladas pelas Associações. Determinavam tarifas, formavam caixa para custeio e emergências, estabeleciam partilha minimamente igualitária, estimulavam o reuso e a solidariedade nas horas críticas, cobravam pelo consumo do gado e coíbiam usos indevidos – por exemplo, em hortas e irrigação. Enfim, geriam essas águas. A gestão rigorosa efetivava o domínio comunitário sobre o poço artesiano e convertia em bem e direito comunitário um recurso que surgira como concessão do político ou de órgão público – em troca de prestígio ou votos. Esse aspecto, certamente, é dos avanços mais notáveis na superação do clientelismo e mandonismo, sempre relacionados ao fornecimento de águas no Semiárido. No entanto, é preciso lembrar que poços artesanais são fontes de água duradouras, mas não perpétuas. Portanto, os cuidados das Associações eram úteis para assegurar oferta equitativa no horizonte duvidoso da duração do abastecimento.⁹

As famílias das comunidades também racionalizaram os usos das águas: reusavam águas utilizadas na cozinha, no banho e na lavagem de roupa, que destinavam às plantas, ao quintal e aos animais “de terreiro”. A água passou a receber cuidados coletivos e criteriosos que normatizaram e coibiram abusos de consumo. As Associações instituíram, com a participação da comunidade, normas, cobranças e, quando era o

⁹ Mandonismo e clientelismo foram (e continuam sendo) recorrentes no Semiárido, alimentando a “indústria da seca” e a troca de “obras” por votos. Para uma análise do tema em profundidade, consultar Andrade (1964), Gomes (2001) e Silva (2006). Sobre o esgotamento de poços artesanais no Semiárido, ver Cirilo (2008).

caso, cotas de consumo e formas de partilha. As normas de uso eram construídas pelo consenso na comunidade, que considerava razoável controlar o destino privado que todos e cada família davam a água, e isso era feito por meio de informações difusas, depois levadas ao debate coletivo para corrigir o procedimento de alguma família e adequá-lo ao novo costume. As Associações funcionavam como vetores da aprendizagem coletiva das novas regras, que se embasavam nas relações costumeiras de conhecimento e, principalmente, de parentesco, para reconstruir a gestão comunitária de recursos naturais. Os antigos costumes, que serviram para governar coletivamente soltas, várzeas e águas, foram relidos, transformados em mecanismos de busca de consensos sobre gestão da água, reutilizados pelas Associações para governar águas e dotações que chegavam com programas públicos.¹⁰

O rigor do sistema de abastecimento relaxava um pouco no “tempo das águas”. Então, ressurgiam fontes temporárias para desafogar o poço artesiano comunitário, as cisternas de placas podiam ser enchidas e consumidas várias vezes, as barraginhas, cacimbas e poços do rio e das veredas abasteciam os animais. Mas, contraditoriamente, era também na estação das chuvas que ressurgia nova dificuldade para os agricultores: a produção agrícola.

Diferenças

Antes dos anos 2000 a maioria do plantio era feito na estação seca, e os agricultores irrigantes tiravam o grosso da produção das várzeas da vereda da Olaria e do rio Peruaçu. Depois dos anos 2000, o tempo “das águas” se tornou a estação possível para produzir alimentos. Mas, com a grande carga de incertezas, as lavouras foram reduzidas.

Em 2017, as chuvas só chegaram no final de novembro. Nessa época as diferenças entre mata e gerais, entre Araçá e Onça ficam mais nítidas. Em Araçá reduziram muito a área de feijão de arranca, menos resistente à seca, e o milho foi o principal mantimento cultivado na mata. No gerais plantaram o feijão-catador. A mandioca, que era o principal cultivo do gerais, deixou de ser plantada por boa parte das famílias. Mas todas essas culturas foram plantadas mais de uma vez nas duas comunidades, para remediar os efeitos do veranico. Plantaram em dezembro, de novo plantaram em janeiro, novamente em fevereiro. O senhor José Rodrigues, da comunidade de Araçá, dizia em entrevista de 2018 que lavoura nesses tempos modernos estava igual loteria, precisava fazer vários plantios para salvar algo “nas águas”: “Todo ano prepara a terra e espera a

¹⁰ A adequação de normas costumeiras às circunstâncias impostas pelas transformações no mundo rural foi analisada, por exemplo, em Sabourin e Marinozzi (2001), Galizoni (2005, 2013), Ribeiro e Galizoni (2007) e Medeiros (2011). Ocorreria, como notaram Sabourin e Marinozzi (2001, p. 86), “modernização das formas de reciprocidade camponesa a partir de relações informais de proximidade”.

chuva. Se a chuva vem, planta. Se não vem, não planta. E, muitas vezes, quase sempre, planta e não colhe.”

No verão 2017/2018, na média, as famílias de Araçá plantavam 1 hectare de grãos; as famílias de Onça plantaram 0,5 hectare. Solos menos férteis, mais tratos culturais e riscos maiores explicam as lavouras menores de Onça. No entanto, a produtividade média das colheitas foi equivalente nas duas comunidades: 600 quilos de grãos por hectare. Considerando que o consumo médio anual de uma pessoa é 200 quilos de grãos, em Araçá a produção de grãos sustentava suas famílias de 3,23 membros por quase todo o ano; em Onça havia déficit: na média, sustentava de grãos as famílias por quatro meses e meio. Mas a dotação natural beneficiava Onça com outros alimentos, pois o abastecimento familiar podia ser completado com frutos nativos produzidos no gerais na estação das águas, coquinho azedo e pequi, principalmente. Em Araçá apenas metade das famílias coletava os frutos; em Onça a coleta era feita por quase todas as famílias, que vendiam frutos na comunidade e na cooperativa de agricultores familiares.

A complementação de renda para sustento das famílias vinha da criação de animais, que também sofrera restrições com a perda das soltas nas chapadas de gerais. “Hoje a pessoa tem que criar dentro do que é dele. Hoje, praticamente, tá sendo tudo cercado” (José Rodrigues, de Araçá, entrevista, 2018). Em Araçá, anos seguidos de secas liquidaram com os pastos formados, e isso obrigara os criadores a vender parte dos rebanhos de bovinos. Mas mesmo temporadas curtas e alternadas de chuvas no tempo das águas melhorava a criação dos animais no gerais, porque brotavam ramos e frutos para o gado. Também, perdas seguidas de lavouras de milho forçaram a redução do número de porcos e galinhas na mata.

Ocorriam perdas nas duas comunidades. No entanto, as perdas relativas na mata foram maiores. Em Onça, no gerais, havia menos terra para cultivo, plantavam menos: a vereda, um brejo e as terras de capão; em Araçá, na mata, havia vazantes e brejos para cultivo na seca, e toda a terra de mata, igualmente fértil, para cultivo de sequeiro, pois, conforme a prática: “Mata é um terreno [de um tipo] só, sozinho. A terra, nela, tem as veia, tem uns lugar que é mais fraco. Mas produz a mesma coisa” (Mosar Gonçalves, agricultor de Araçá, entrevista de 2017). Na mata, assim, havia mais área e mais opções de cultivo. Mas terra de mata aguenta menos as secas, e a falta de água provocou mais dificuldades que no gerais. Na mata, somente o feijão-catador foi produzido todos os anos entre 2012 e 2017.

O antigo sistema de produção resiliente, diversificado, baseado no acesso livre aos recursos, quase desapareceu com as tomadas de terras, que modificaram o regime agrário, acabaram com a abundância de água e tornaram os agricultores vulneráveis à

seca. Secas consumiram patrimônio em gado e reduziram as possibilidades de produzir com base nas lavouras, pomares e criações “de terreiro”. Afetaram, enfim, o autoconsumo e a renda não monetária nas duas comunidades, e as perdas na produção aumentaram as despesas em dinheiro com alimentos: “Antigamente comprava fósforo, café e querosene. Agora somos que nem moradores da cidade vivendo na roça. Até água, hoje, tem que pagar” (Valdetina Aparecida Rodrigues, agricultora familiar de Araçá, entrevista de 2018).

Ganhou, então, importância a contribuição dos programas de transferência de renda, principalmente aposentadorias e pensões, mas também o Programa Bolsa Família. Esses programas são considerados pelos agricultores retaguardas importantes para conviver com a seca porque asseguram o dinheiro para adquirir alimentos e, principalmente a aposentadoria, podendo ser usado nas emergências, compensando perdas de gado e lavouras.

Graças aos programas de abastecimento de água e transferência de rendas os agricultores podem passar, como dizem, por “secas gordas”: secas em que não faltam mantimentos nem água, embora sintam muita falta da produção das próprias lavouras. Mas seguro safra, distribuição de sementes – mesmo que sejam sementes híbridas – e bolsa-estiagem, com programas de transferência de rendas e abastecimento de água, permitem que a travessia da seca possa ser feita sem fome, sem sustos, sem vendas de ativos às pressas e, principalmente, sem carecer de buscar recurso com político, sem precisar da esmola da frente de trabalho. Com isso, a seca se tornou uma “quadra de tempo” mais previsível e mesmo mais cidadã, porque a população das comunidades rurais não fica tão fragilizada quanto nas secas descritas por autores clássicos como Euclides da Cunha, Ruy Facó ou Manuel Correia de Andrade. Na “seca gorda” o agricultor labuta do mesmo jeito com perdas de lavoura e animais, regula uso da água, mas passa “seca-e-s’água” abrigado, produzindo e comendo. A “seca gorda” é um passo adiante para a superação do histórico de perdas com a seca. No entanto, não repõe sequer uma fração da antiga abundância nem as perdas materiais e culturais dos antigos sistemas de produção do gerais destruídos pela modernização.

Considerações finais

Certamente o efeito mais importante de tantas mudanças – modernização, degradação do ambiente, intervenções de programas públicos e anos de secas agudas – foi fixar no espaço essa população rural, que era móvel em meio ao manancial de recursos do gerais. Ficaram reduzidas as terras livres e a criação na solta, se acabaram as roças móveis. A precisão de águas produzidas pelo poço artesiano e pela cisterna de

placas fixou o lavrador num espaço delimitado, restrito a limites que não admitem mais o antigo sistema de produção adaptado ao clima e ao lugar.

Apesar dessas perdas e, principalmente, cientes delas, todas as famílias das duas comunidades plantam e replantam suas lavouras na estação das águas, mesmo que no ano anterior não tenham colhido. Um agricultor resumiu: “Sou lavrador, minha obrigação é plantar. E colher, se Deus permitir.” A fala não revela somente fé e perseverança. Informa também a compreensão de que o cultivo do seu próprio mantimento é a maneira de afirmar autonomia e identidade de agricultor, de se contrapor à dependência de renda monetária vinda de programas públicos e do comércio urbano para abastecimento de alimentos.

Mas, contraditoriamente, esses agricultores também afirmam essa autonomia buscando por programas públicos. Sempre procuram novos programas de abastecimento de água que, oferecendo novas fontes, permitam captar em fluxo ou formar estoques. A principal estratégia, como já observaram vários autores, continuava a ser combinar fontes. Na negociação por novas fontes de abastecimento aceitam a inovação, experimentam e avaliam a novidade; qualquer liderança comunitária conhece todo o cardápio de convívio e combate à seca, com seus prós e contras, e tem plena condição de avaliar a introdução seletiva ou generalizada de novas iniciativas na comunidade rural.

Esse conjunto de circunstâncias revelava a grande importância da política para assegurar fontes de água e dinheiro para atravessar as secas. Os poços artesianos comunitários foram resultado de ação de políticos e órgãos públicos; entidades não governamentais também trafegam por relações que incluíam a política. Décadas depois de criado, o espírito da “indústria da seca” permanece vivo nas agências de abastecimento de água no Semiárido. Mas nessas comunidades se percebia um componente inteiramente novo: em consequência do estilo dos acordos adotados na política entre os anos 2003/2014, as rivalidades entre instâncias da Federação, partidos, grupos e mandatos políticos se transformavam em competição pela produção de programas públicos. A “república de coalizão”, afinal, abriu novos espaços de conflitos entre grupos políticos, e lavradores foram aprendendo a lidar com eles, pois sempre que podiam negociavam e “capturavam” programas para água, renda e ambiente. Todo esse conjunto – não uma ação apenas, mas um conjunto de programas, iniciativas e ações – assegurava a reprodução dessa população rural.

Tomando ciência disso, agricultores recriavam em novas bases o modo de vida costumeiro baseado em parentela, comunidade e no uso tradicional da terra, buscando a autonomia possível no redemoinho de desafios que vinha na esteira dos programas

públicos. Assim se explicam os esforços de plantio seguidos de perdas, modos de afirmar a condição de agricultores e, pelo menos, de destino justificado para recursos de programas públicos. Isso possibilitava também criar circuitos de serviços associados às transferências de rendas, que abriam novas oportunidades de trabalho nas comunidades rurais. Esses agricultores se aproveitavam da ambiguidade das políticas públicas, e assim criavam “secas gordas”, para reproduzir a unidade familiar e, sobretudo, para afirmar a identidade. Certo é que, quando surgiram novos desafios, geralistas souberam fazer novas adaptações.

Agradecimentos

A pesquisa que originou este artigo contou com o apoio da Cáritas Diocesana de Januária, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), aos quais os autores agradecem.

Referências bibliográficas

- ALEIXO, B.; REZENDE, S.; PENA, J. L.; ZAPATA, G.; HELLER, L. Direito humano em perspectiva: desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural do nordeste brasileiro. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. 19, n. 1, p. 63-82, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC150125R1V1912016>. Acesso em: 9 out. 2019.
- ANDRADE, M. C. de. *Terra e homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1964.
- ANDRIOLLI, C. S. *Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: 'Mexer com criação' no Sertão do IBAMA*. 2011. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280741>. Acesso em: 17 set. 2019.
- ARAÚJO, V. M.; RIBEIRO, E. M.; REIS, R. P. Águas no rural do semiárido mineiro: uma análise das iniciativas para regularizar o abastecimento em Januária. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 12, n. 2, p. 219-233, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/3715/aguas-no-rural-do-semiarido-mineiro--uma-analise-das-iniciativas-para-regularizar-o-abastecimento-em-januaria>. Acesso em: 21 set. 2019.
- ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 16, n. 1, p. 179-189, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1189>. Acesso em: 29 ago. 2019.

- BERNARDES, C. O gado e as larguezas dos Gerais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 33-58, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8846>. Acesso em: 28 out. 2019.
- BERTONI, J. C.; TUCCI, C. E. M. *Hidrologia: ciência e aplicação*. Porto Alegre: UFRGS/ABRH, 2009.
- BORGES, S. L.; ELOY, L.; SCHMIDT, I. B.; BARRADAS, A. C. S.; SANTOS, I. A. Manejo do fogo em veredas: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 275-300, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC2015002ORIV1932016>. Acesso em: 16 out. 2019.
- BRANDÃO, C. R. *O ardil da ordem*. Campinas: Papirus, 1986.
- BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS: diagnóstico dos serviços de água e esgotos 2017*. Brasília: SNS/MDR, 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>. Acesso em: 11 jan. 2020.
- CARDOSO, J. M. A. A região Norte de Minas: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Orgs.). *Formação econômica e social do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 173-346. Acesso em: 27 out. 2019.
- CÁRITAS. *Projeto Peruaçu*. Arquivo. Januária, 2013.
- CIRILO, J. A. Políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 61-82, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000200005>. Acesso em: 8 out. 2019.
- COELHO, M. A. T. *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. *Arquivo do poço artesiano perfurado na comunidade de Onça*. Arquivo. Montes Claros, 1996.
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. *Controle de processos de perfuração*. Arquivo. Montes Claros, [s.d.].
- CORRÊA, A. I. Januária. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 43-72.
- CORRÊA, A. I. *Um lavrador no reino do latifúndio*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CUNHA, E da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.
- DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.
- DEUS, G. M. Genelísio Marques de Deus, Gené. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 209-218.
- DURHAN, E. R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- FACÓ, R. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GALIZONI, F. M. *Águas da vida – população rural, cultura e água em Minas Gerais*. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279832/1/Galizoni_FlaviaMaria_D.pdf. Acesso em: 4 set. 2019.
- GALIZONI, F. M. *Lavradores, águas e lavouras*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; NORONHA, A. B.; SILVESTRE, L. H.; REIS, R. P. Águas dos gerais. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 235-260.

- GOMES, G. M. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.
- GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. *Série pluviométrica histórica de Januária*. Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa – BDMEP. 2018. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>. Acesso em: 6 jul. 2019.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LIMA, V. M. P. Secas e s'águas: alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. In: GALIZONI, F. M. *Lavradores, águas e lavouras*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- LUZ, C.; DAYRELL, C. *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA/Rede Cerrado, 2000.
- MACEDO, J. N. *Fazendas de gado no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: MDA/Serviço de Informação Agrícola, 1952.
- MALVEZZI, R. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.
- MEDEIROS, C. P. *No rastro de quem anda: comparações entre o tempo do Parque e o hoje em um assentamento no noroeste mineiro*. 2011. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/770234.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- NOGUEIRA, M. C. R. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4614>. Acesso em: 25 out. 2019.
- POSEY, D. A. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, A. C. S; MOREIRA, A. C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaub/USP, 2001. p. 279-292.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, p. 115-129, 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/185>. Acesso em: 9 out. 2019.
- RIBEIRO, E. M. (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- RODRIGUES, L. Formação econômica do norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 105-172.
- SABOURIN, E.; MARINOZZI, G. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no nordeste brasileiro. *Política & Trabalho*, v. 31, n. 4, p. 1008-1017, 2001. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6483>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- SANTOS, A. J.; SOUZA, J. B.; MATOS, J. G. R.; PACHECO, J. M.; VIANA, A. L. Terra, lavoura e criação no rio dos Cochos. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 157-190.
- SCHRÖDER, M. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: ABRAMOVAY, R. *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2004. p. 71-119.
- SILVA, J. L.; RIBEIRO, E. M.; LIMA, V. M. P; HELLER, L. As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no Semiárido de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e*

Regionais, v. 22, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202013>. Acesso em: 18 mai. 2020.

SILVA, R. M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido*: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais. *Serviço Florestal Brasileiro*. 2006. Disponível em: <http://snif.florestal.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SPERA, S. T.; REATTO, A.; MARTINS, E. S.; CORREIA, J. R.; CUNHA, T. J. F. Solos areno-quartzosos no Cerrado: características, problemas e limitações ao uso. *Embrapa Cerrados*, Planaltina, n. 7, p 1-48. 1999. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/555305/solos-areno-quartzosos-no-cerrado-caracteristicas-problemas-e-limitacoes-ao-uso>. Acesso em: 20 abr. 2019.

VIEIRA, V. P. P. B. Desafios da gestão integrada de recursos hídricos no Semiárido. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, Fortaleza, v. 8, n. 2, p 7-17, 2003. Disponível em: <https://www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=1&ID=36&SUMARIO=523>. Acesso em: 13 out. 2019.

Como citar

CRUZ, Gildarly Costa da; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; ARAÚJO, Vanessa Marzano; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. A seca no cotidiano: agricultura familiar e estiagem em comunidades rurais do gerais de Januária, MG. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 700-720, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-9>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia

DOI: 10.36920/esa-v28n3-10

 Diocélia Nascimento¹ |  Dalva Maria da Mota²

Resumo: A relação entre iniciativa econômica e conquista de autonomia pelas mulheres é consensual na literatura. Considerando essa constatação, o objetivo do artigo é analisar a relação entre iniciativa econômica e conquista de autonomia por mulheres titulares de contratos de integração para a produção de dendê no Nordeste Paraense, maior região produtora de dendê do Brasil. A pesquisa foi realizada como um estudo de caso com 30 mulheres (100% das mulheres titulares de contratos no município de São Domingos do Capim/PA) e por meio de observações e entrevistas. As principais conclusões mostram que: I) a participação de mulheres em iniciativas econômicas, por si só, não garantiu a autonomia, mas a incentiva; II) a autonomia tem relação direta entre a decisão própria para assinar o contrato e a gestão em diferentes etapas de produção no cultivo do dendê; III) a construção da autonomia ampara-se na obtenção de recursos financeiros, independência para tomar decisões, participação nas esferas públicas, acesso a diferentes informações, diálogo com técnicos da empresa dendeicultora e com representantes de instituições públicas; e IV) ter um contrato de produção representa para as mulheres uma estratégia de conquista de autonomia, embora essa autonomia nem sempre seja exercida da mesma forma.

Palavras-chave: agricultoras; integração; Nordeste Paraense.

Abstract: (*Women in oil palm cultivation in Pará: possibility of autonomy*). The relationship between economic initiative and women's autonomy is consensual in the literature. Considering this finding, the objective of the article is to analyze the relationship between economic initiative and the achievement of autonomy by women holding integration contracts for oil palm production in Northeast Para, Brazil's largest oil palm region. The research was carried out as a case study with 30 women (100% of women holding contracts in the municipality of São Domingos do Capim / PA) and through observations and interviews. The main conclusions show that: I) the participation of women in economic initiatives, by itself, did not guarantee autonomy, but encourages it; II) autonomy has a direct relationship between the decision to sign the contract and management at different stages of production in oil palm cultivation; III) the construction of autonomy is supported by obtaining financial resources, independence to make decisions, participation in public spheres, access to different information, dialogue with technicians from the oil palm company and with representatives of public institutions; and IV) having a production contract represents a strategy for women to achieve autonomy, although this autonomy is not always exercised in the same way.

Keywords: women farmers; integration; Northeastern Pará.

¹ Doutoranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: diocelianascimento@yahoo.com.br.

² Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Oriental (Embrapa Amazônia Oriental). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-doutorado na University of London, Inglaterra. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: dalva.mota@embrapa.br.

Introdução

O artigo trata da relação entre iniciativa econômica e autonomia de mulheres na produção de dendê no estado do Pará, na Amazônia Oriental. Trata, portanto, de um tema cujo debate tem múltiplos aportes na literatura, muito embora Gilbert de Terssac (2012) ressinta-se da menor importância do conceito na sociologia em comparação com a psicologia e a biologia. O autor ressalta que, mesmo quando tratado na sociologia, o conceito suscita muitas controvérsias. Para uns, é impróprio para conceber o social, dada a impossibilidade de autonomia do sujeito; para outros, a autonomia é uma característica essencial da ação humana nas relações que se dão no nível microssociológico – concepção à qual se filia o autor.

Segundo Terssac (2012, p. 47), a “autonomia é a capacidade de se conduzir segundo as suas próprias regras construídas à margem ou contra o sistema de regras oficiais”. A autonomia é, portanto, a capacidade estratégica de afirmação de suas escolhas. Para o autor, o conceito ocupa um lugar central nos estudos de Crozier porque envolve relações de poder, além de estar vinculado à autonomia do ator racional e estratégico e à recusa de qualquer determinismo, *a priori*, porque os atores não estão diluídos em uma vida social, mas enraizados em jogos de relação de poder que se constroem nas zonas de incerteza nas quais cada um tenta obter do outro aquilo que atende aos seus interesses (CROZIER, 1963 *apud* TERSSAC, 2012).

No meio rural, as relações de poder estão associadas imaginariamente à separação entre a esfera da “produção”, ligada à produção de mercadorias (valor de troca), e a da “reprodução”, atribuída às mulheres no interior da casa (valor de uso) como aponta Reigada (2014), o que repercute nas investigações sobre o exercício da autonomia. Em decorrência disso, ainda prevalecem as análises associadas às relações econômicas, provavelmente porque há consenso entre os estudiosos quanto à dificuldade de conquistar a autonomia sem qualquer forma de suporte financeiro.

Em estudos de caso no Brasil, Schefler (2013) analisa a autonomia como uma consequência do processo de empoderamento incentivado por políticas públicas para a agricultura familiar, ainda que afirme ser a autonomia constituída para além de um aumento da importância econômica da produção. Nessa mesma perspectiva, Martínez Dajui (2006) e Zorzi (2008) inter-relacionam a autonomia com determinados aspectos econômicos, nos quais atividades produtivas tendem a culminar com a geração de renda por meio do acesso a créditos agrícolas ou ainda com a ampliação das atividades produtivas valorizadas pelo mercado consumidor, antes voltadas somente para o autoconsumo (WEDIG, 2009). Adicionalmente, outros atributos têm sido considerados na literatura como sinônimos de autonomia, como os relacionados ao poder de decisão

quanto à organização do trabalho e ao uso dos recursos dele provenientes (FERNANDES; MOTA, 2014; VALE, 2015) e à autonomia física relativa às decisões sobre o próprio corpo, em relação à maternidade (SOARES, 2011). Os diferentes olhares têm em comum o reposicionamento econômico da mulher, que assume o papel de trabalhadora com reconhecimento social.

Neste artigo, abraçamos o desafio analítico de aliar a iniciativa econômica à capacidade de decisão para a conquista de autonomia por parte das mulheres. Para tal, focamos na autodeterminação das mulheres para organizar e desenvolver o trabalho, mas também na sua participação em outras esferas da vida social e política, definindo os próprios objetivos e agindo em consequência deles (FERNANDES; MOTA, 2014). Tomamos como referência empírica mulheres titulares de contratos de integração para a produção de dendê no município de São Domingos do Capim, Nordeste do Pará. O estado do Pará lidera a produção de dendê no Brasil sob forte apelo socioambiental e com o apoio de políticas públicas efetivadas a partir de 2003.

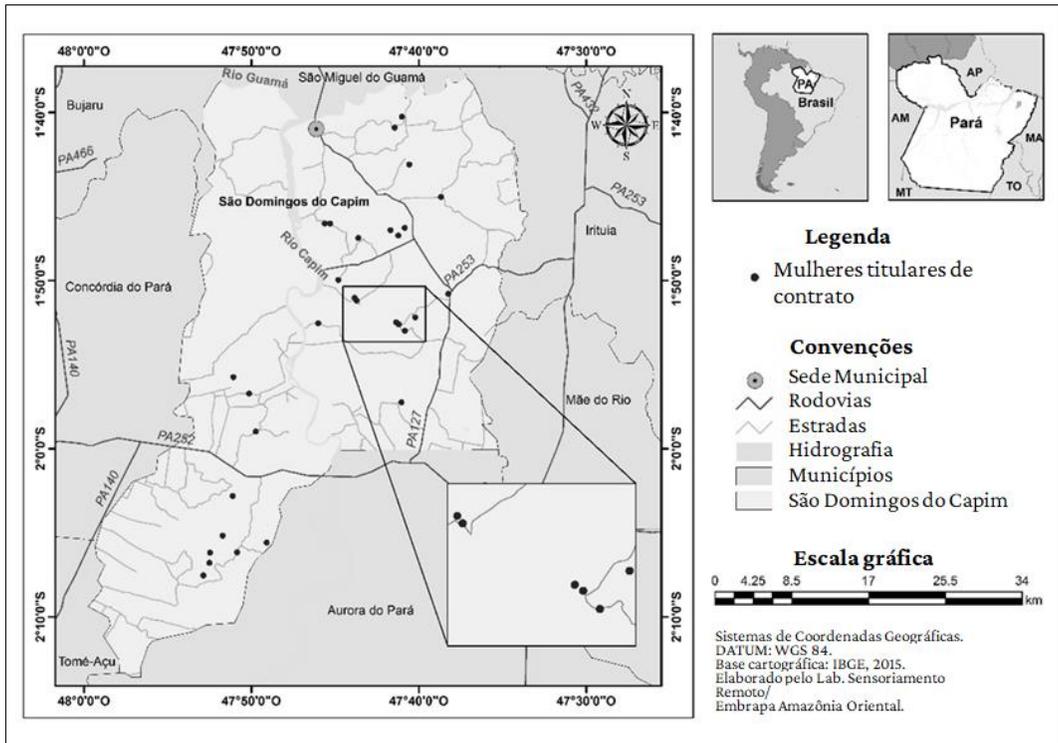
Partimos do pressuposto de que a conquista da autonomia depende da qualidade do engajamento e das predisposições individuais e coletivas, e buscamos responder a seguinte questão: como a participação de mulheres em uma iniciativa econômica formal – evidenciada pela titularidade de um contrato de produção – influi no exercício da sua autonomia?

Metodologia

O nosso campo de pesquisa foi o município de São Domingos do Capim. A economia do município gira em torno da produção de mandioca (*Manihot esculentum* Crantz), fonte de alimento e objeto de comercialização para as populações amazônicas (RIBEIRO *et al.*, 1999; SOUZA, 2006). O principal produto é a farinha de mandioca, que se destina tanto ao consumo como à venda. O extrativismo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e a produção de dendê passaram a constar mais recentemente na pauta das atividades em razão do apelo de mercados globais.

A instalação da dendeicultura no município remonta ao ano de 2010 (GOMES; MAGALHÃES, 2016) e teve repercussão considerável após o lançamento do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no município de Tomé-Açu (MONTEIRO, 2013; SAMPAIO, 2014; SOUSA, 2015; GOMES; MAGALHÃES, 2016).

Figura 1 – Localidades onde residem mulheres com contrato de integração na dendeicultura, São Domingos do Capim/PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Nos anos seguintes, a prefeitura de São Domingos do Capim assinou um acordo de cooperação com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) para estimular a efetivação dos procedimentos necessários à execução da assistência técnica destinada aos agricultores familiares interessados na produção de dendê, no sistema de integração com as agroindústrias (GOMES; MAGALHÃES, 2016).

Cabe ressaltar que nessas circunstâncias a empresa Archer Daniels Midland (ADM)³ pretendia construir uma usina de processamento de dendê na comunidade de Perseverança, em São Domingos do Capim, em parceria com diferentes atores sociais e representantes do estado (NAHUM; BASTOS, 2014; NAHUM; MURRAY, 2014). Ainda segundo Nahum e Bastos (2014), a promessa declarada pela ADM contava com a produção de 600 famílias com contratos de produção (cada agricultor poderia plantar até 10 ha em suas terras), o que responderia por 50% da produção, enquanto a outra

³ A empresa comprometeu-se a construir uma usina de processamento com capacidade de esmagar até 60 toneladas de cachos de frutos frescos (CFF) por hora. Caso fosse efetivado tal empreendimento, a ADM teria o monopólio local de uma área de 24 mil hectares, considerada a reserva legal (NAHUM; BASTOS, 2014).

metade seria produzida em terras próprias da empresa, totalizando 12.000 ha de plantio na região.⁴

Naquele contexto, os agricultores familiares de São Domingos do Capim assinaram contratos de produção com as agroindústrias atuantes na região. No total, 226 agricultores familiares assinaram o contrato, sendo 87% assinados pelos homens e 13%, pelas mulheres até o ano de 2015 (BANCO DA AMAZÔNIA, 2015). Hoje 30 mulheres têm contratos de integração em seus nomes em São Domingos do Capim e residem em 17 diferentes localidades do município (Figura 1). Os seus contratos são com as empresas ADM e Biopalma da Amazônia S.A. (Biopalma) a partir de 2010.

A pesquisa deu-se por meio da combinação das abordagens quantitativa e qualitativa no período de 2016 a 2017. Estudos de caso foram realizados com 30 mulheres (13% do total dos contratos no município) que se autodesignam como agricultoras ou lavradoras e que foram, neste artigo, identificadas por nomes fictícios, com denominações de flores, para garantir o anonimato. Como procedimentos, realizamos entrevistas semiestruturadas com uso de formulário combinando questões fechadas e abertas. Além disso, entrevistas abertas ocorreram com técnicos, lideranças, pesquisadores e sindicalistas. Foram realizadas observações *in loco*, anotações em diário de campo, gravações e fotografias. Os dados obtidos foram tratados meticulosamente após cada período em campo à luz do diálogo com a literatura sobre autonomia, trabalho e políticas públicas.

Perfil das mulheres titulares de contratos

As mulheres residem em 17 localidades,⁵ 73% vivem no próprio estabelecimento, localmente denominado “lote” por ter sido demarcado em uma ação de legalização da posse da terra. Desse total, 21 mulheres (70%) têm a titularidade da terra de acordo com a Instrução Normativa nº 38/2007 do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), que tornou obrigatória a inclusão delas como beneficiárias da reforma agrária no Brasil. As demais – 9 mulheres (30%) – tiveram acesso à terra por herança ou compra. Há diferença entre elas no que concerne às condições de habitação. As do primeiro grupo moram em casas de alvenaria construídas como parte das ações da reforma agrária; as demais vivem em casas de taipa ou madeira. Todas as residências têm quintais onde são criados pequenos animais sob a responsabilidade das mulheres, quer sejam para o trabalho, quer sejam para alimentação, condição também observada

⁴ Em janeiro de 2020, a ADM anunciou o encerramento de suas atividades na região. A venda de seus aditivos foi para o Grupo Marborges que também atua em toda a cadeia produtiva do dendê (REUTERS, 2020).

⁵ Nova Luz, Santa Maria Quatro, São Sebastião, Filadélfia, Nova Caminhada, Rancho Fundo, Baixo Palheta, Nova Betel, Nova Esperança do Bentil, São José do Itabocal, Novo Bom Jardim (km 17), Fé em Deus, São Benedito do Jaboticacá, Catita, Manteiga, Monte Sinai e Bom Jesus. Os nomes geralmente são associados a passagens bíblicas ou são nomes de antigas fazendas das quais a comunidade surgiu; há até nomes de santos, os mais comuns.

em outros contextos quanto à preocupação das mulheres com a produção e reprodução (FERRANTE *et al.*, 2013).

Conforme constatamos, 70% delas são oficialmente casadas, 13% são solteiras, 13% são viúvas e 4% divorciadas. É interessante observar como a posse da terra e o casamento são fatores quase inseparáveis para que as mulheres tenham acesso a terra, embora notemos que, para estas mulheres, tal acesso tenha ocorrido por diferentes caminhos. O mais frequente foi um dos cônjuges, ao se casar, receber uma parcela de terra, construir uma casa no lote dos pais e continuar trabalhando com eles até conseguir comprar sua própria terra. Conforme apontou Brumer (2004), a “parceria familiar” (os membros de uma mesma família trabalham em conjunto e, posteriormente, dividem os recursos obtidos com os filhos casados) consiste em uma estratégia que envolve os jovens após o casamento. Ou seja, a doação de uma área para produzir e usufruir dos benefícios do seu trabalho, mas de forma independente dos pais, que os auxiliam nos anos iniciais da formação de um novo núcleo familiar.

As mulheres que assinaram contrato para a produção de dendê estão na faixa etária de 23 a 81 anos. Dentre elas, 21 mulheres (71%) têm entre 30 e 49 anos, faixa etária apontada na literatura como a mais frequente para mulheres que participam de programas de microfinanciamento de atividades agropecuárias, agroindustriais e artesanais (MARTÍNEZ DAJUI, 2006). No estudo de Melo e Di Sabbato (2008), as mulheres de 30 a 49 anos representavam 56% das responsáveis pelos lotes oriundos da reforma agrária. Nessa fase da vida, há um número elevado de mulheres com filhos adolescentes ou já adultos que não dependem de cuidados exclusivos, o que permite mais dedicação ao trabalho fora do domicílio.

Em se tratando do número de filhos, 40% das entrevistadas têm entre sete e 12 filhos; 26%, entre quatro e seis filhos; 24% entre um e três filhos; e 10% não tiveram filhos. As entrevistadas mais jovens que possuem filhos ainda pequenos associam a idade dos filhos à menor ou maior disponibilidade para o trabalho fora de casa. Essa condição não é restrita ao meio rural, pois segundo o que relataram Bruschini (2007) e Soares (2011) a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil em atividades produtivas é menor quanto menor seja a idade dos filhos. Essa realidade também foi pontuada por Martinez (2010) em duas comunidades rurais do Uruguai, onde o tempo dedicado aos cuidados com os filhos pequenos impedem as mulheres de participar dos encontros comunitários.

As mulheres com maior idade e maior número de filhos (33%), principalmente as viúvas, sonham em trazer os filhos, que haviam migrado para trabalhar em outros

locais, de volta para a terra, pois acreditam que o dendê é uma atividade que lhes possibilitará trabalho em longo prazo, e também os mantendo próximos a elas.

O nível predominante de escolaridade das entrevistadas é o Ensino Fundamental incompleto – 20 mulheres (67%); e as demais (23%) não têm escolaridade formal.⁶ Nas suas falas, elas recordam a precariedade de acesso às escolas pela distância, pela falta de transporte e pela condição financeira dos pais, fatores que marcaram a vida das mulheres com mais de 60 anos. Apesar de a escolaridade formal ser baixa neste estudo, as mulheres mais jovens possuem mais anos de escolaridade, devendo esse fato ser considerado como uma possível fuga da situação vivenciada por suas mães e/ou exclusão de posse da terra futuramente (BRUMER, 2004), ou pela busca de alternativas para realização pessoal e empregos não agrícolas (ZORZI, 2008).

A assinatura do contrato para a produção de dendê: decisão de quem?

Estudos sobre a agricultura por contrato ou integrada demonstram que o modelo data do início do século XX, mas que no Brasil foi intensificado nos anos 1970 com a produção de fumo, frutas, madeiras e animais – suínos e aves – (PAULILO, 1990; AQUINO, 2013; MARIN; REDIN, COSTA, 2014), principalmente no Sudeste e Sul do Brasil.

Recentemente o sistema de agricultura por contrato foi viabilizado no Pará para a produção de dendê. A iniciativa é parte do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Lançado em 2004, o PNPB objetiva estimular a produção de agrocombustíveis no país e traz, entre os seus componentes, o Selo Combustível Social (SCS) que incentiva a integração⁷ por meio de contratos entre agricultores e as agroindústrias. Compete aos agricultores produzir e fornecer matéria-prima para as empresas. A estas, compete comprar a produção dos agricultores, além de proporcionar assistência técnica e capacitação condizentes com a garantia de segurança alimentar.

No Pará, segundo estudo recente (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018), o dendê alcança uma área de 207.000 ha com aproximadamente 80% no sistema de *plantation* e 20% em médios (181 produtores) e pequenos estabelecimentos (1.508 agricultoras familiares com contratos na condição de integração). A Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (2015) estima que os cultivos juntamente com as plantas de processamento do dendê gerem aproximadamente 20 mil empregos diretos.

Em São Domingos do Capim, a possibilidade de ter um contrato suscitou debates e controvérsias que persistiam até a realização da nossa pesquisa. Como tal, foram

⁶ Duas mulheres possuem o Ensino Médio completo (7%) e apenas uma tem o Ensino Médio incompleto (3%).

⁷ SCS – Selo a ser obtido por empresas (mediante a integração de agricultores familiares) para ter incentivos financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais instituições de crédito, direito à desobrigação de impostos e reserva na ordem de 80% do mercado de biodiesel. A condição era cumprir todas as obrigações previstas no PNPB com os agricultores integrados.

desencadeados debates intra e interfamiliares que culminaram com a aderência ou não. Dentre as principais justificativas para aderir está a crise enfrentada pela produção de mandioca e, para rejeitar, o medo da perda de autonomia no “lote” e dívida contraída para a obtenção do crédito rural.

No tocante às razões para a assinatura do contrato, a grande maioria das mulheres nos explicou os motivos (26 mulheres, 86% das entrevistadas). Não obstante, de uma minoria não conseguimos a explicação quanto ao tema (quatro mulheres ou 14%). No primeiro caso, as mulheres diferenciam-se em grupos porque algumas resolveram sozinhas (decisão própria). Outras, em conjunto com seus cônjuges (decisão familiar), e outras atenderam ao pedido de um dos homens da família (decisão de um homem). As evidências nos informam que diferentes arranjos podem ocorrer segundo a disponibilidade dos recursos, o sistema de posições dos diferentes membros da família e as relações de reciprocidade, dentre outras possíveis explicações, como veremos nos seus depoimentos.

As mulheres que decidiram por conta própria (10 mulheres, 33%) evidenciam que têm motivos diferenciados para a assinatura dos contratos:

Pensei em melhorar porque eu queria uma renda melhor, conforme o informado pela empresa. E mesmo assim, a roça não dava mais, estava morrendo tudo, e a gente precisa plantar outras coisas. (Margarida, 47 anos, divorciada, agricultora)

[...] em primeiro lugar nossa terra não presta para outra cultura, principalmente para a mandioca. A gente mexe com a mandioca, aí a nossa área não presta para mandioca. Esse projeto foi o único projeto que meu marido gostou, aí fizemos e, desde essa época que nós fizemos, ajudou muito. A gente estava sem a roça, aí ajudou a sair o dinheiro para a gente. (Iris, 36 anos, casada, agricultora)

Em comum, elas alegam a possibilidade de ter uma atividade capaz de gerar renda e de ampliar as iniciativas produtivas da família num contexto com raras oportunidades de emprego e renda no local onde vivem. Importante lembrar que em diferentes contextos, mulheres protagonizam experiências inovadoras, a exemplo da constatação recente de Siliprandi (2017), na produção agroecológica e orgânica.

As mulheres do grupo que decidiram juntamente com a família ter os contratos em seus nomes (10 mulheres, 33%) explicaram que os outros familiares estavam impedidos, quer por inadimplência, quer por terem outro financiamento. Em um único caso, a família cogitou que seria importante um novo aprendizado para a titular.

Um grupo de seis mulheres (20%) assinou para atender ao pedido do marido, dos filhos ou dos irmãos. Essas reconhecem que se tratou de um ato meramente formal, um empréstimo do nome, às vezes constrangidas porque não queriam dívidas bancárias. Há

casos em que só elas assinavam na família, condição que facilitou a burocracia. Diante disso, pode-se afirmar que o fato de a escolaridade entre as mulheres ser maior que entre os homens torna-se um elemento condicionante para que o contrato seja vinculado a elas, resolvendo assim as pendências formais que culminam com a aprovação do financiamento e liberação do crédito agrícola. No Rio Grande do Sul, Brumer (2004) mostrou como o nível de escolaridade para as mulheres se apresenta como novas possibilidades de inserção em atividades não agrícolas, desejo de saída de suas comunidades de origem e almejo por outra forma de viver ligada aos centros urbanos. Para a autora, isso ocorre porque elas são culturalmente excluídas do acesso a terra e possuem baixa inserção em empregos formais no meio rural (BRUMER, 2004). As mulheres que atenderam ao pedido de um homem da família são vistas como potenciais captadoras de recursos, capazes de assumir a responsabilidade de um empréstimo, porém, incapazes de negociar ou administrar os recursos financeiros entre os membros de sua própria família.

Apenas de quatro mulheres (14%) não conseguimos a explicação⁸ porque o contrato estava nos seus nomes em decorrência de problemas de saúde que as impossibilitaram de manifestar-se sobre o tema. Em todo caso, inferimos que os contratos de produção estão em seus nomes porque elas possuem todos os documentos exigidos (principalmente da propriedade da terra) e um dos membros da família possui uma procuração para representá-las nas agências financiadoras e na empresa.

Dentre as 30 mulheres entrevistadas, somente quatro (14%) já haviam adquirido pelo menos um financiamento em seu nome. Portanto, para 26 mulheres (87%), foi o primeiro contato com agentes financiadores e com a burocracia concernente.

Após a análise do conjunto das famílias das entrevistadas, constatamos que elas têm em comum dificuldades para garantir a reprodução do grupo doméstico. Os problemas que enfrentavam para cultivar a mandioca – em decorrência da podridão, da baixa fertilidade do solo e da crise do sistema de corte e queima – associados à carência de assistência técnica e ao reduzido financiamento influíram na decisão de aderir ao cultivo do dendê com crédito, assistência técnica, mercado e “promessa de lucro”. Ademais, há muita expectativa quanto à cultura permanente que, na experiência preexistente, traz recordações do extrativismo e de tempos de fatura.

Muito embora as dificuldades cotidianas no “lote” justifiquem a opção pela dendeicultura, as mulheres dividem-se, *grosso modo*, entre as que quiseram assinar e as que foram convencidas. Entretanto, diante das dificuldades de reprodução social, elas

⁸ As quatro mulheres que fazem parte desse grupo não foram incluídas nas análises porque não foi possível entrevistá-las.

concordaram, na expectativa de melhoria nas condições de vida da família. Na essência, essa posição não difere daquela identificada por Neves em Santarém no Pará:

[...] o objetivo fundamental do engajamento econômico das mulheres é se constituir como sujeito de ações para colaboração na melhoria das condições habitacionais e do grau de ensino para os filhos, especialmente se, acumulativos, eles puderem redundar em profissionalizações reconhecidas. (2014, p. 33)

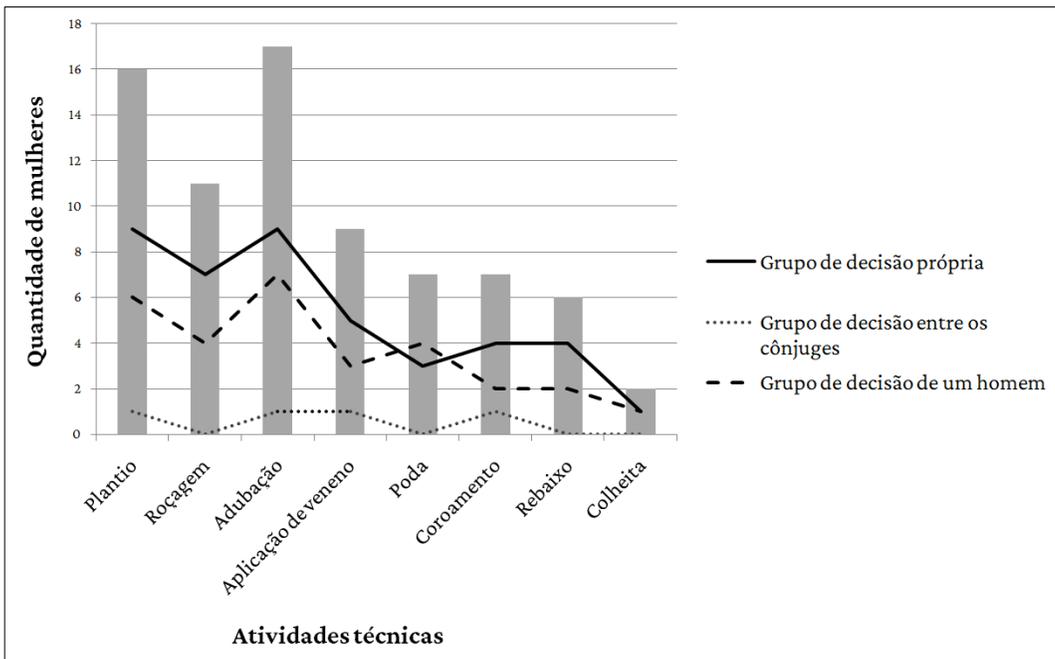
Mesmo que concordemos com a semelhança, há mulheres dentre as entrevistadas que questionam a dendeicultura como opção para a agricultura familiar porque não permite alternatividade e não oferece segurança alimentar.

A organização do trabalho na produção de dendê: relação entre querer e fazer

Estudos demonstram uma diferença importante entre o trabalho de homens e de mulheres na dendeicultura no mundo, quer seja nas áreas de *plantation*, quer seja nas áreas de produção familiar. Nas primeiras, a razão central para a predominância dos homens é sua maior mobilidade, pois migram e deixam sob o encargo das mulheres os filhos e atividades que porventura possuam nos seus lugares de origem (ARNDT; BENFICA; THURLOW, 2011; LI, 2014; SAMPAIO, 2014). Nas segundas, há privilégio dos homens como interlocutores em uma atividade considerada especializada e pesada para mulheres, não obstante o debate em torno das noções de leve e pesado realizado por Paulilo (1987). Sob tais condições, as mulheres atuam entre as esferas da produção e reprodução para garantir o provisionamento dos seus grupos domésticos, contrariando a visão que as associa, predominantemente, a esta última (REIGADA, 2014).

No Pará, estudos mostram que o trabalho na dendeicultura é preponderantemente masculino e que os discursos afirmam que as mulheres apenas “ajudam” (SAMPALIO, 2014; VIEIRA, 2015). Em diálogo com um pesquisador que estuda a temática da dendeicultura no Nordeste paraense, ele relatou que visitou mais de 900 estabelecimentos e entrevistou somente homens porque não viu mulheres trabalhando na dendeicultura. A constatação nos incentiva a questionar se as mulheres não trabalham ou não foram envolvidas na pesquisa. Nesse sentido, concordamos com Neves e Motta-Maués (2013) para quem os papéis desempenhados pelas mulheres rurais devem ser analisados não somente do ponto de vista das situações empíricas, mas, sobretudo, no próprio fazer intelectual nos processos de construção das unidades de análises e observações. Com essa orientação, confirmamos que as mulheres trabalham em diferentes etapas do itinerário técnico, com 50% delas participando diretamente da produção, conforme detalhamos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação das mulheres por atividade no itinerário técnico por grupo, São Domingos do Capim/PA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Conforme o gráfico, constatamos que o trabalho das mulheres predomina na adubação (17 mulheres ou 56%) e no plantio (16 mulheres ou 53%). Os cultivos ainda estão nos anos iniciais, isso explica o fato de apenas duas mulheres (6%) afirmarem já ter realizado a colheita. No entanto, quando comparado com outros cultivos, o trabalho na dendeicultura é considerado mais penoso para todos. Para as famílias que possuem o contrato de produção a área plantada aumentou, conseqüentemente, o volume de trabalho também. Já o peso é o argumento central para a visibilidade dada aos homens e para a minimização do trabalho das mulheres. De acordo com Paulilo (1987), a noção de “leve” ou “pesado” depende de quem realiza o trabalho, não da sua penosidade. De fato, não é a natureza do trabalho que determina que ele é de homem ou de mulher, mas o imaginário coletivo, intimamente relacionado à hierarquização que serve de alicerce para a divisão sexual do trabalho entre os membros da família. Assim, concordamos com Hirata e Kergoat que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à

esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) [...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (2007, p. 599)

Os princípios aludidos pelas autoras se expressam na fala de Narciso (57 anos, agricultor), representante da associação de uma das localidades onde realizamos a pesquisa. Quando nos referimos ao trabalho das mulheres na dendeicultura, ele afirmou categoricamente: “até agora elas [as mulheres] não fazem nada!”. Diferentemente, os depoimentos de mulheres integradas relativizam esse discurso. Margarida (47 anos, agricultora), por exemplo, afirma estar envolvida com as atividades agrícolas do dendê. Segundo seu depoimento, mesmo que não esteja no trabalho braçal, gosta de observar:

Olha, eu só não faço botar veneno. Mas tirar, eu aprendi tirar, limpar, eu aprendi limpar, só não posso mais colocar veneno [...] Eu passo mal, me dá alergia, me coço. Mesmo que estiver borrifando perto, eu não posso.

Chama a atenção a afirmação “eu aprendi” porque remonta a uma atividade que não era corriqueira e também se refere a uma das atividades mais citadas no processo de veiculação do discurso sobre os princípios hierárquicos. Ou seja, atividade muito valorizada nas falas porque é predominantemente realizada por homens. Como visto, a participação de Margarida ocorre em praticamente todas as fases do processo produtivo e contrapõe-se à noção de que o trabalho com o dendê é masculino por ser pesado:

[...] tem pessoas que dizem assim, égua, como é que tu consegues trabalhar? Eu vou de bota, vou de chapéu, vou de blusa mangas compridas, às vezes os meninos do dendê chegam até me confundir e dizer: ei, senhor, quando eu viro, pedem desculpa. Desse jeito, chegam me confundir. Aí os meninos riem de mim, porque eu digo assim, amanhã eu vou trabalhar, vou brocar, vou fazer o rodapé do dendê. O que tu pensas para fazer isso? Tu pensas que tu és homem? Quando é a noite, eu sei o que eu vou fazer pela manhã, eu digo assim: amanhã eu vou amanhecer com a força de macho, mas uma força mesmo, de um macho mesmo. Se eu não falar isso, talvez eu não dê conta, se eu falar, eu dou. Eles começam a rir de mim. Assim que eu venço. (Margarida, 47 anos, divorciada)

Por mais que ela tenha consciência de seu trabalho e esteja à frente das atividades agrícolas, Margarida atribui seu desempenho ao próprio mérito, mas acredita que “sua

força” é de “macho” por dar conta de trabalhos que se convencionou rotular de masculino no rol dos princípios de hierarquização.

Participação de mulheres na dendeicultura: autonomia?

Outras responsabilidades, interações e aprendizagens

Assumir a titularidade de um contrato de integração com uma agroindústria implica novas responsabilidades e contatos, independentemente dos motivos para assiná-lo e do grau de envolvimento das mulheres com as práticas agrícolas na dendeicultura. Como analisa Osório Hernández (2009), o fato de as mulheres entrevistadas possuírem contas bancárias e irem ao banco também as obriga a transitar em outros espaços públicos, socialmente atribuídos aos homens. Segundo a autora, isso permitiu igualmente às mulheres uma inserção em outras esferas da vida fora do ambiente doméstico, proporcionando-lhes reconhecimento social e contato com os agentes de mediação de diferentes instituições.

A participação em reuniões na empresa e a recepção da assistência técnica no estabelecimento são algumas das “obrigações”, cujo exercício faz as mulheres circularem em outros universos. Todas as mulheres participaram de cursos promovidos pela empresa contratante sobre práticas culturais, gestão do cultivo etc. Nesses eventos, elas afirmam conhecer outras mulheres e apreciar trocar ideias. Para Sempre-Viva (31 anos, agricultora), foram ocasiões em que puderam saber o que estava acontecendo, exigir o prometido pela empresa e, principalmente, conversar com outros produtores sobre as dificuldades impostas pela produção do dendê e também por problemas no roçado. No retorno as suas localidades, os aprendizados são socializados com a família e amigos, o que contribui para o seu reposicionamento. Relata Alfazema (71 anos, aposentada): “escutava o que era e o que não era para fazer ao conversar com os técnicos da empresa sobre as dificuldades”. Nigela (66 anos, aposentada) afirmou: “os meus filhos trabalham como eu oriento, pois foi a forma que os técnicos ensinaram”.

As mulheres demonstraram ter aprendido novas técnicas produtivas. Segundo uma agricultora, “aprendeu na prática como trabalhar no dendê”:

Aprendi a adubar, o itinerário técnico, o tempo de florescência, período de zelar e adubar, usar puerária. (Sempre-Viva, 31 anos, agricultora, casada)

Porque os cuidados que a gente não tinha e agora tem, as normas de segurança do trabalho, o adubo e o veneno. A gente vai aprendendo, foram tantas coisas novas. (Íris, 36 anos, agricultora, casada)

Porque eu aprendi muito sobre a segurança do trabalho, criação de peixes. Eu fui a quatro palestras, todas muito legais, e a gente aprende muito, por exemplo, como usar o veneno, tirar o cacho e organizar as

ferramentas. E quando a gente paga diária tem por obrigação dizer como tem que ser feito. (Margarida, 47 anos, solteira, agricultora)

Esses depoimentos têm em comum o reconhecimento do acesso a novos conhecimentos. Antes eram apenas os homens que participavam de formações sobre técnicas produtivas nos eventos nas localidades e nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), além de dialogarem com os técnicos da extensão em visita ao estabelecimento por serem considerados o “chefe de família”. Eles mantêm-se assim, mas condicionantes do contrato implicam redefinições, nem sempre tranquilas.

A participação das mulheres nas reuniões tanto amplia o contato com pessoas de mundos sociais diferentes como proporciona novas experiências e contribui para romper com o modelo hegemônico no qual as mulheres predominam nos cuidados com o grupo doméstico, enquanto os homens participam dos processos externos à família (NEVES; MOTTA-MAUÉS, 2013).

Segundo Zanini e Santos (2013), o reposicionamento das mulheres causa conflitos e, muitas vezes, vergonha e constrangimento devido ao contato reduzido nesses ambientes. Mesmo assim, as autoras concluem que a participação das mulheres na esfera pública é positiva. Isso também foi constatado entre as mulheres titulares dos contratos de produção nesta pesquisa.

Os resultados encontrados por Barbosa e Lerrer (2016) comparam-se aos depoimentos das mulheres com contratos de produção, pois se constata que o contrato, assim como o benefício do Bolsa Família, favorece a participação em outros espaços e o contato com outras pessoas.

Influência do engajamento econômico na autonomia ou na subordinação

Todas as mulheres que assinaram contrato têm acesso a recursos financeiros provenientes do crédito Pronaf Eco Dendê⁹ que se destinam ao financiamento do cultivo do dendê e foram depositados nas contas bancárias de 26 mulheres (86%) e de procuradores, no caso de quatro mulheres (14%).

As mulheres concordam que o financiamento foi condicionado ao contrato, mas isso não significa que os recursos ficaram à disposição delas, que são titulares, já que são os homens que predominantemente os monopolizam, tendendo a decidir sobre sua utilização. Nesse universo, apenas quatro mulheres (14%) afirmaram possuir autonomia para decidir sobre os recursos financeiros. Outras 30% afirmaram que o casal decidiu,

⁹ O Pronaf Eco é uma linha de crédito destinada a financiar especificamente projetos para a cultura do dendê ou seringueira. O investimento do crédito consiste em custear as despesas com a implantação e a manutenção da cultura até o quarto ano. Para a cultura do dendê, o prazo de pagamento é de 14 anos, incluindo até 6 (seis) anos de carência; para a seringueira, o prazo é de até 20 anos, com até 8 (oito) anos de carência. As taxas de juros são de 5,5% a.a., conforme o crédito solicitado. O limite do crédito para a cultura do dendê é de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) por hectare e, para a seringueira, R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) por hectare (CANAL RURAL, 2015).

enquanto para 17 mulheres (56%), foram os homens que decidiram sobre o uso dos recursos. Nem a titularidade da terra nem o contrato foram suficientes para que as mulheres assumissem o controle dos recursos e a tomada de decisão. Mas, assim como demonstrado por Barbosa e Lerrer (2016) no que tange às mulheres beneficiadas com lotes da reforma agrária, o fato de ser a titular é determinante para que haja possibilidades de negociação das mulheres com os demais familiares.

Quando analisamos a autonomia para usar e administrar os recursos financeiros por grupos de decisão, notamos que no grupo com decisão própria apenas três mulheres (30%) possuem liberdade para tal. Isso significa que ter um contrato no próprio nome por opção não garante autonomia a todas as mulheres desse grupo para gerir os recursos.

Nos casos em que a decisão para realizar o contrato foi de um homem da família, é ele que decide sobre o uso dos recursos financeiros, sem que nenhuma mulher questione.

No Rio Grande do Sul, Osório Hernández (2009) observou que as mulheres que buscavam obter o crédito não o fizeram somente para ter acesso a uma política pública de caráter econômico, mas, em algumas situações, para atender ao pedido de algum membro familiar que não conseguiria obter diretamente o crédito. Verificamos a semelhança que há nos casos do grupo de mulheres que apenas atendeu ao pedido de um homem da família para assinar um contrato para a produção de dendê, uma vez que, nesse grupo, elas não se envolveram em nenhuma decisão quanto aos gastos dos recursos.

Em relação ao grupo de mulheres em que a decisão pelo contrato foi tomada pela família, apenas quatro mulheres (40%) afirmaram decidir conjuntamente sobre os gastos dos recursos. Portanto, a gestão dos recursos financeiros não foi compartilhada em 60% dos casos. Nesse grupo, uma das mulheres tornou-se responsável pela gestão dos recursos após o marido recusar-se a administrar o dendê por não se identificar com o trabalho e ter medo de inadimplência. A mulher, por sua vez, para não ficar em dívida com o banco, responsabilizou-se pelas diferentes atividades do cultivo com muita dedicação.

Embora a grande maioria das mulheres, em todos os grupos, não administre os recursos financeiros, houve casos em que o acesso ao crédito proporcionou melhores condições de negociar com seus maridos. Um exemplo:

A mulher pode dar opinião, pode dizer o que fazer agora e tenho como opinar sobre o projeto que está em meu nome, e dizer como o dinheiro será investido. A mulher junto com o marido vai incentivando um ao outro para melhorar a condição da família, trabalhando juntos e fazer as coisas funcionarem. Aprender a trabalhar com um projeto ajuda a

mulher, a saber, a trabalhar com dinheiro, negociar, fazer as coisas com o marido, mas não esperar só por ele. (Sempre-Viva, 31 anos, agricultora, casada)

Independentemente do fato de administrarem ou não o dinheiro, as mulheres foram unânimes ao afirmar que o “dendê traz renda para a família” e que, de modo geral, essa renda é investida nos tratos necessários ao seu cultivo e na compra de alimentos. O crédito também foi utilizado para apoiar as atividades produtivas e até para alimentação em momentos em que o roçado não estava sendo suficiente para o sustento da família.

No conjunto de mulheres, sete são beneficiárias do Bolsa Família,¹⁰ outras sete recebem aposentadoria e quatro comercializam urucum e farinha. Constatamos, em consonância com a literatura, que esses recursos ficam nas mãos das mulheres e contribuem para equilibrar os gastos necessários ao grupo doméstico (OSÓRIO HERNÁNDEZ, 2009; CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011; BARBOSA, 2013; BARBOSA; LERRER, 2016). Particularmente, o Bolsa Família contribui para o processo de emancipação feminino, transcendendo o caráter monetário e, sobretudo, proporcionando maior visibilidade na sociedade e poder de decisão dentro e fora da família (REGO; PINZANI, 2013). Entretanto, 12 mulheres não possuem renda proveniente de atividades produtivas ou programas sociais.

O uso múltiplo dos recursos chama a atenção para a complexa rede de relações em que se apoia o trabalho familiar no mundo rural, diferente do universo urbano (PAULILO; BONI, 2009).

A visão da própria experiência

Na pesquisa de campo, notamos, de início, a reação de estranhamento e a timidez das mulheres quando lhes perguntamos sobre a titularidade do contrato de produção. O trabalho de Paulilo (2003) sobre herança da terra e a exclusão das mulheres desse processo mostrou que “espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina” (PAULILO, 2003, p. 15). Porém, essa vergonha não significa que elas não soubessem falar sobre suas escolhas (em 87% dos casos); mas, por uma questão de hierarquia familiar, acreditam que deve caber ao homem – visto como o chefe de família – fazer contato com atores externos. Segundo Paulilo (2003, p. 15), “as entrevistadas falam do ‘medo de falar

¹⁰ Trata-se de um programa de transferência de renda que contempla famílias com rendimento mensal *per capita* entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00, ou seja, famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social. Os valores pagos variam de acordo com o rendimento mensal *per capita* da família e de acordo com o número de crianças e adolescentes que frequentam a escola. Entre outros objetivos, o programa visa reduzir a pobreza e a subnutrição, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social. Segundo Rego e Pinzani (2013), o cadastro do programa de transferência estatal de renda está principalmente em nome das mulheres pobres. Defende-se nesta pesquisa a hipótese de que a renda monetária é capaz de produzir e de desenvolver espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, oferecendo-lhes, como resultado, mais possibilidades de autonomia para a vida de modo geral.

bobagem’, pois sabem muito bem como o ridículo é uma arma poderosa”. Entretanto, pouco a pouco, barreiras foram vencidas, e elas discutiram sobre a importância de ter um contrato no próprio nome:

É algo novo que muda a cabeça da gente, a gente aprende a negociar e ver as dificuldades de um trabalho que as mulheres não tinham contato, a gente vai aprendendo a se virar com essas coisas. (Dália, 30 anos, agricultora, casada)

Melhorou muito depois que peguei o projeto, é a primeira vez que faço um projeto no meu nome. Estou aprendendo como funciona, mesmo quando meu marido não está por perto, eu sei o que tem que pedir para os trabalhadores fazerem com o dendê. (Amarílis, 23 anos, agricultora, casada)

Já é o segundo projeto em meu nome, daí eu já sei direito como trabalhar com os documentos no banco. Além disso, a gente trabalha, e ter direito sobre o nosso trabalho é bom pra todos. (Aurora, 50 anos, agricultora, casada)

O contrato é algo novo, diferente, e eu que sou a responsável por ele, faço de tudo pra ele dar certo e melhorar a vida da família. (Papoula, 29 anos, agricultora, solteira)

Os depoimentos mostram que as mulheres têm consciência da importância de ter contratos nos seus nomes como uma forma de “torná-las visíveis e mais valorizadas” (PAULILO, 2003, p. 2). Isso não significa que seu trabalho no roçado de mandioca não tivesse importância, mas que a partir da assinatura do contrato, elas estão reorganizando sua autoimagem, valorizando seu trabalho, adquirindo novos conhecimentos e, principalmente, reconhecendo as mudanças que esse processo proporciona. Trata-se, a nosso ver, do prenúncio de construção de autonomia.

Para Romano e Antunes (2002), a autonomia consiste em um objetivo a ser alcançado em processos de empoderamento e tem suas bases nas relações de poder. Assim, a autonomia das mulheres concretiza-se na medida em que há mudanças perceptíveis nas relações de poder entre os sexos e, por conseguinte, nas estruturas que reproduzem a hierarquia masculina à qual as mulheres estão subordinadas. Segundo os depoimentos mostrados anteriormente, tem havido mudanças nas relações entre as mulheres e seus familiares, técnicos e vizinhança. Muito embora elas não questionem a subordinação existente nas relações familiares, elas apresentam liberdade para narrar suas histórias diante de terceiros, dando vazão às experiências, expectativas e sentimentos vivenciados com tal situação.

Nos estudos que analisaram dinâmicas sociais em que mulheres participavam de programas de crédito e assinavam contratos em seus nomes, a autonomia foi

questionada nos diferentes processos de decisão, dentro e fora da família (BONI, 2005; MARTÍNEZ DAJUI, 2006; FERNANDES, 2008; CÂNDIDO, 2009; OSÓRIO HERNÁNDEZ, 2009). Nesses estudos, há consenso quanto às mudanças materiais e simbólicas proporcionadas às mulheres que lhes possibilitaram novos desafios e oportunidades de socialização. Logo, apesar de haver ganhos e conquistas, é necessário avaliar outros aspectos, além da aquisição econômica, geralmente interpretada como autonomia.

No caso das mulheres com contratos de produção, reconhecemos a importância da experiência e os seus depoimentos manifestam várias dimensões da autonomia:

Eu resolvo tudo, aprendi a me virar. O meu marido não se envolve com coisas grandes, se eu não fizesse o contrato, eles nunca iriam sair do serviço da mandioca. (Dália, 30 anos, casada, agricultora)

O fato de o contrato estar em meu nome está fazendo com que projeto vá para frente, se fosse no nome do meu marido talvez nem desse certo. (Flor de Lótus, 30 anos, agricultora, casada)

Os depoimentos anteriores anunciam que pequenas mudanças ocorreram nas relações familiares e com diferentes atores sociais. Essas mudanças correspondem ao que a literatura aponta como processos de autonomia.

Segundo as reflexões de Barbosa e Lerrer (2016), a autonomia é processual e relacional porque depende dos caminhos e das reconfigurações construídas entre as partes envolvidas. Neste estudo, notamos que parte considerável das mulheres que assinou contrato para a produção de dendê tem experimentado mudanças nos papéis socialmente assumidos, quer seja no estabelecimento familiar, quer seja em outros espaços, e, em variadas ações, tem demonstrado certa autonomia.

Considerações finais

Nosso objetivo neste artigo foi analisar a participação das mulheres em iniciativas econômicas, examinando se tais experiências têm repercutido na conquista de sua autonomia. Tomamos como evidência empírica mulheres titulares de contratos de integração para a produção de dendê no município de São Domingos do Capim, Pará, maior produtor de dendê do Brasil.

Em comum, as mulheres visam melhorias na qualidade de vida de suas famílias por meio da assinatura do contrato, que garante o financiamento do cultivo de dendê. Logo, a assinatura de um contrato de integração por uma mulher representa uma solução para que a família tenha acesso ao crédito.

Concluimos que há uma relação direta entre a decisão da própria mulher em assinar o contrato e o envolvimento nas diferentes atividades ligadas ao cultivo do dendê, em cuja gestão as mulheres obtiveram maior autonomia.

A conquista da autonomia ficou mais evidente em três mulheres cujos contratos de produção foram feitos por decisão própria. Para elas, a construção da autonomia foi maior em relação à independência para tomar decisões no estabelecimento e na participação em eventos das esferas públicas (ir ao banco, envolver-se em reuniões e capacitações, dialogar com representantes de instituições públicas e privadas e com os técnicos da empresa dendeicultora) em conjunto com a obtenção de recursos financeiros.

É interessante destacar que o contrato em nome das mulheres foi decisivo para que tivessem acesso a diferentes informações e assumissem novos papéis. Em qualquer uma dessas situações, as mulheres apropriaram-se de conhecimento e atuaram como socializadoras em suas famílias e na comunidade. Deprendemos que a posição delas foi reorientada, visto que houve uma ruptura na condição dos homens como detentores de informações, conhecimento e socialização com reflexos na construção da sua autonomia.

Podemos inferir que a assinatura de um contrato de produção representou para as mulheres uma estratégia de conquista da autonomia, embora essa autonomia nem sempre seja exercida da mesma forma ou mesmo questionada. Em comparação com sua situação anterior, por exemplo, elas reconhecem que aprenderam e praticam novas atividades, novas relações sociais, e, em alguns casos, têm mais consciência de sua participação, contribuição e controle das atividades produtivas dentro do grupo familiar.

Referências bibliográficas

- ABRAPALMA – Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. Sobre a Abrapalma. Página inicial, 2015. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/sobre-a-abrapalma/>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- AQUINO, S. L. de. Estratégias empresariais e efeitos locais: a integração de pequenos agricultores à indústria fabricante de papel e celulose. *Revista IDEAS*, v. 7, n. 3 (especial), p. 158-197, 2013. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/121>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- ARNDT, C.; BENFICA, R.; THURLOW, J. Gender implications of biofuels expansion in Africa: The case of Mozambique. *World Development*, v. 39, n. 9, p. 1649-1662, 2011.
- BANCO DA AMAZÔNIA. Coordenadoria de Agricultura Familiar. *Sistema de Relatórios*. Belém, 2015.
- BARBOSA, M. L. D. A.; LERRER, D. F. O gênero da posse da terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, n. 8, p. 243-274,

2016. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/244>. Acesso em: 5 dez. 2019.
- BARBOSA, V. O. Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 283-302.
- BONI, V. *Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região Oeste de Santa Catarina*. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102731>. Acesso em: 21 out. 2019.
- BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. *Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira: análise e recomendações*. Infobrief, n. 207. Bogor: Cifor, 2018.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/SO104-026X2004000100011/8695>. Acesso em: 5 set. 2019.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/340>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CANAL RURAL. *Pronaf Eco Dendê/Seringueira – Investimento*. 2015.
- CÂNDIDO, M. H. *Dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Changanane em Maputo-Moçambique*. 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18839/>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- CINTRÃO, R. P.; SILIPRANDI, E. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-230.
- FERNANDES, S. A. *Gênero e políticas de crédito: o Pronaf-Mulher em Santa Catarina*. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91928>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- FERNANDES, T.; MOTA, D. M. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 9-24, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000100001>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BOLFE, A. P. F. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 195-216.
- GOMES, L. S.; MAGALHÃES, S. B. Agricultores integrados do dendê e questões relativas ao sistema de produção no PA, Terra Nova. *EcoDebate*, 30 mai. 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/05/30/agricultores-integrados-do-dende-e-questoes-relativas-ao-sistema-de-producao-no-pa-terra-nova-por-lucinaldo-soares-gomes-e-sonia-barbosa-magalhaes/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- LI, T. M. *The gendered dynamics of Indonesia's oil palm labour regime*. Working Paper Series n. 225. Singapore: Asia Research Institute, 2014.
- MARIN, J. O. B.; REDIN, E.; COSTA, F. F. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 19, n. 31, p. 159-194, 2014.
- MARTÍNEZ DAJUI, E. *A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento*. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7907>. Acesso em: 30 out. 2019.
- MARTINEZ, R. V. *Capital social, participação e cidadania no meio rural: uma perspectiva de gênero*. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25405>. Acesso em: 30 out. 2019.
- MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Um olhar de gênero nos assentamentos da reforma agrária. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: NEAD, 2008. p. 153-184.
- MONTEIRO, K. F. G. *Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no estado do Pará*. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2013.
- NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia Paraense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628>. Acesso em: 13 set. 2019.
- NAHUM, J. S.; MURRAY, J. D. Impactos socioespaciais da dendeicultura no Brasil e na Colômbia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 9., Vitória, 2014. *Anais...* São Paulo: AGB, 2014. p. 1-11.
- NEVES, D. P. *Mulheres e mercado de trabalho: aflições e conquistas*. Coleção Mulheres em Santarém: Alternativas de vida, v. 1. Niterói: Alternativa, 2014.
- NEVES, D. P.; MOTTA-MAUÉS, M. A. Apresentação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 17-40.
- OSÓRIO HERNÁNDEZ, C. *Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?* 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16405>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- PAULILO, M. I. S.; BONI, V. Agricultura e maricultura familiares: um recorte de gênero. In: JORNADAS DEL CENTRO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGACIONES EN GÉNERO, 1., La plata, 2009, La Plata. *Anais...* La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2009. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3891/ev.3891.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.
- PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 183-210.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- REGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 38, p. 21-42, 2013. Disponível em:

- <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029>. Acesso em: 11 out. 2019.
- REIGADA, A. Um olhar feminista sobre o trabalho nas cadeias agrícolas globais. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 19-41, 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/191>. Acesso em: 23 set. 2019.
- REUTERS. ADM tem aval para venda de negócios de plantio e cultivo de palma no Brasil. Portal R7, São Paulo, 6. jan. 2020. *Correio Braziliense*, Brasília, 4 jun. 2014. Tecnologia. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/adm-tem-aval-para-venda-de-negocios-de-plantio-e-cultivo-de-palma-no-brasil-06012020>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- RIBEIRO, J. E. L. S. R.; HOPKINS, M. J. G.; VICENTINI, A.; SOTHERS, C. *Flora da Reserva Ducke: guia de identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra-firme na Amazônia Central*. Manaus: Inpa, 1999.
- ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.
- SAMPAIO, I. C. *A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar*. 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. *Feminismos*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 1-20, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29988>. Acesso em: 5 set. 2019.
- SILIPRANDI, E. Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017. p. 277-294.
- SOARES, V. Mulher, autonomia e trabalho. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: FAG, 2011. p. 281-301.
- SOUSA, C. F. M. Projetos de desenvolvimento para a Amazônia: a expansão da dendeicultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: POLÍTICAS E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS, 2., Belém, 2015. *Anais...* Belém: NAEA/UFGA, 2015. p. 15-29.
- SOUZA, J. A. A. *Nas ondas da pororoca: repercussões socioespaciais da atividade turística no município de São Domingos do Capim (Pará)*. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1875>. Acesso em: 4 dez. 2019.
- TERSSAC, G. de. Autonomie. In: BEVORT, A. et al. (Orgs.). *Dictionnaire du travail*. Paris: Presses Universitaires de France, 2012. p. 49-53.
- VALE, S. R. G. A. *Avaliação do perfil das quebradeiras de coco babaçu e de suas condições de trabalho no município de Itapecuru-Mirim/MA*. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Saúde Pública e Meio Ambiente) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14054>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- VIEIRA, A. C. C. *A “integração” camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico*. 2015. 205 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e

Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

WEDIG, J. C. *Agricultoras e agricultores à mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação*. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22660>. Acesso em: 13 out. 2019.

ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. Colônias italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade. *In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 89-106.

ZORZI, A. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí – RS*. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15005>. Acesso em: 2 set. 2019.

Como citar

NASCIMENTO, Diocélia; MOTA, Dalva Maria da. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 721-743, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-10>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Pareceristas

Alexandra Martins Silva	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Ana Lúcia da Costa Silveira	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil
Ana Paula Schervinski Villwock	Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil
Andréa Cristina Martins Pereira	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil
Ângelo Magalhães Silva	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil
Antônio Fernando de Araújo Sá	Universidade Federal do Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil
Arlete Fonseca de Andrade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil
Carmen Lucia Tavares Felgueiras	Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Cícero Nilton Moreira da Silva	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil
Cidonea Machado Deponti	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Clóvis Dorignon	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Embrapa/SC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Cristiano Desconsi	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Delma Pessanha Neves	Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Everton Lazzaretti Picolotto	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio de Janeiro do Sul, Brasil
Fabiane Renata Borsato	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil
Fabiano de Souza Gontijo	Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
Fabiano Toni	Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil
Gilmar Rocha	Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil
Guélmér Júnior Almeida Faria	Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil
Haruf Salmen Espíndola	Universidade Vale do Rio Doce (Univale), Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil
Izabel Missagia de Mattos	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil
Jairo Bezerra Silva	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba, Brasil
Jean Pierre Passos Medaets	Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil
João Paulo Macedo	Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil

Júlia Silvia Guivant	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Juliete Miranda Alves	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Belém, Pará, Brasil
Júlio Cezar Bastoni da Silva	Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil
Larissa da Silva Ferreira Alves	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil
Lorena Cândido Fleury	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
Luiz Felipe Rocha Benites	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil
Luiz Gonzaga Marchezan	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil
Maciel Cover	Universidade Federal do Tocantins (UFTO), Palmas, Tocantins, Brasil
Marcelino de Souza	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
Márcio de Matos Caniello	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil
Maria Celia de Moraes Leonel	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil
Maria Inês Gasparetto Higuchi	Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil
Mariana Vieira Galuch	Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil
Marilda Menezes	Universidade Federal do ABC (UFABC), Santo André, São Paulo, Brasil
Mário Lúcio de Avila	Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil
Mylene Nogueira Teixeira	Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) – Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil
Nelson Delgado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Patricia Eveline Roncato	Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil
Ramonildes Alves Gomes	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil
Renato Sérgio Maluf	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Roberto de Sousa Miranda	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), Guaranhuns, Pernambuco, Brasil
Rosani Marisa Spanevello	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões, Rio de Grande do Sul, Brasil
Rozane Marcia Triches	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina, Brasil
Silvio Cezar Arend	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Tania Mara Antonietti Lopes	Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
Thiago Araújo Santos	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil
William Héctor Gómez Soto	Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil
Wilma Martins de Mendonça	Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil